

# PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

2000-2006



PROGRAMA OPERACIONAL  
DA REGIÃO DE LISBOA E  
VALE DO TEJO

## I . INTRODUÇÃO

---



# PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO

## *ÍNDICE*

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	33
III.	ESTRUTURA OPERACIONAL POR EIXOS PRIORITÁRIOS	43
IV.	PLANO DE FINANCIAMENTO INDICATIVO	118
V.	DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO	124
VI.	PARCERIA	148
VII.	AVALIAÇÃO EX-ANTE	162

# ***1. INTRODUÇÃO***

## **1.1. CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA REGIÃO**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo situa-se no litoral atlântico do País, abrangendo a bacia inferior do rio Tejo, a zona costeira do Oeste e a Área Metropolitana de Lisboa. Concentra um terço da população total do País, apresentando uma densidade populacional de 278 habitantes por Km<sup>2</sup>. A sua superfície atinge cerca de 11.900Km<sup>2</sup> e corresponde a cerca de 12,9% do território nacional.

Quando se consideram os valores do PIB per capita, a Região apresenta um valor superior à média nacional, situando-se em 89% da média comunitária.

Em termos de actividades, o sector terciário destaca-se dos restantes assumindo valores superiores à média nacional em termos de VAB, da população empregada e da produtividade. Apesar desta nítida especialização nos serviços, a Região de Lisboa é a única que apresenta uma base de actividades equilibrada no que respeita à base industrial e à base alargada dos serviços.

A estrutura sectorial do VAB é semelhante à média comunitária: mais 0,3 pontos percentuais na Agricultura, menos 1,5 pontos no Secundário, 1,3 pontos de diferença positiva nos Serviços, registando-se, diferenças muito semelhantes na distribuição da população empregada por sector.

Quanto a indicadores de conforto, a Região de Lisboa apresenta níveis de satisfação mais elevados que a média nacional especialmente em equipamentos e bens de consumo de nível superior. Mas no seu interior observam-se fortes disparidades pela permanência de núcleos populacionais com deficiente acesso aos equipamentos sociais e cobertura de infra-estruturas.

## **1.2. ENQUADRAMENTO**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo constitui uma região de polarização metropolitana, no interior da qual se distinguem duas realidades contrastantes mas fortemente articuladas entre si: a metrópole propriamente dita (Grande Lisboa) e as áreas rurais de tipo central cujas características decorrem da sua dupla centralidade geográfica e económica.

No interior da metrópole e das áreas rurais ocorrem contrastes económicos e sociais significativos. Mas o que dá força à região é a riqueza das complementaridades que se podem construir entre estas duas realidades sócio-económicas e territoriais que a constituem. A heterogeneidade interna desta região prende-se com situações muito distintas e por isso traduz-se não só na diversidade mas também em disparidades.

Pelas economias de complementaridade que permite explorar, a diversidade patrimonial (natural, paisagística, histórica, cultural), económica e organizacional (empresas, instituições) representa um potencial benéfico para o desenvolvimento da Região que, todavia, se confronta com limitações associadas a tensões em torno de estratégias concorrenciais de ocupação do solo, que têm consequências graves ao nível da degradação ambiental e dos mercados fundiário e imobiliário, e com a falta de um acompanhamento por processos de articulação suficientemente intensos em termos de diferenciação de funções e de tipos de uso do solo para promover a complementaridade.

A diversidade existente deverá portanto ser simultaneamente mais interactiva e coerente, e integrar-se em estratégias explícitas de complementaridade.

Quanto à ocorrência de disparidades, a Região acumula três tipos de situações muito distintas: por um lado, persistência de bolsas significativamente deficitárias em termos de infra-estruturas e de equipamentos sociais básicos em diversas áreas, nomeadamente suburbanas e rurais; por outro, têm-se desenvolvido novas formas de marginalidade e de exclusão típicas da crescente fragmentação sócio-urbanística que caracteriza as grandes metrópoles contemporâneas; e, finalmente, verificam-se problemas associados à reconversão ou declínio de actividades tradicionais relacionadas com a agricultura, a pesca e com certo tipo de indústrias caídas em desuso. Este conjunto de situações díspares coloca problemas graves e complexos de coesão social, económica e territorial.

Outra especificidade da Região é englobar a principal cidade do país. Lisboa concentra uma parte muito considerável dos recursos estratégicos nacionais para a inovação e desenvolvimento. Por outro lado, a sua condição de capital implica um forte poder polarizador não só sobre a região mas em relação a todo o país, situação agravada pela actual estrutura político-administrativa centralizada e pela inexistência de uma rede urbana equilibrada. A nível internacional, em particular no contexto europeu, Lisboa tem uma dimensão económica aquém da sua dimensão política.

A diversidade e especificidade da Região de Lisboa e Vale do Tejo não se verificam apenas ao nível da sua estrutura territorial e económica. A Região distingue-se também pela sua multiculturalidade. Outra característica positiva das dinâmicas sociais é a diversidade organizacional presente em toda a região, com as inúmeras formas de organização dos cidadãos que estão presentes nos vários níveis da vida social: associações culturais e desportivas, associações sem fins lucrativos, cooperativas, grupos ou associações para os mais diversos fins.

Como dinâmicas de sinal negativo existem formas sócio-urbanísticas problemáticas causadoras de degradação dos espaços urbanos, do desemprego, da degradação da habitação, do insucesso escolar, do baixo nível de habilitações da população e da marginalização juvenil. A modernização das infra-estruturas viárias, de

comunicação ou de apoio às actividades económicas não tem sido acompanhada de infra-estruturas de suporte à vida urbana que apoiem o crescimento e a localização de novos núcleos urbanos e dos respectivos equipamentos sociais.

### 1.3. DEMOGRAFIA E RECURSOS HUMANOS

Em termos demográficos, o conjunto da Região apresenta valores superiores aos nacionais, quer no que respeita ao envelhecimento da população, quer quanto à densidade da população. Contudo, os valores médios escondem realidades distintas:

- o Vale do Tejo, englobando a Lezíria e o Médio Tejo, simultaneamente envelhecidos e com baixas densidades populacionais;
- o Oeste, com densidade populacional situada entre o grupo anterior e a Área Metropolitana de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal), com valores de envelhecimento ligeiramente superiores à média da região;
- a Grande Lisboa, com valores de densidade populacional excepcionalmente elevados e níveis de envelhecimento na média da região e superiores aos do País;
- e por último a Península de Setúbal, com elevadas densidades populacionais, mas com uma população apresentando o menor índice de envelhecimento da região.

O índice de dependência dos jovens é mais baixo que a média nacional (23 jovens por 100 indivíduos em idade activa) e o índice de envelhecimento é significativo, excedendo o valor médio nacional aproximadamente em 9 p. p.

A taxa de analfabetismo é a mais baixa do País (6,5%), apresentando a Região taxas de escolarização superiores à média nacional a nível do ensino básico e secundário. A Região concentra o maior número de estabelecimentos de ensino, de cursos ministrados, de instituições de investigação e desenvolvimento científico para a formação e valorização dos seus recursos humanos.

Em 1988 estavam empregados na Região 1 534,3 milhares de indivíduos, o que corresponde a 32,4% do emprego nacional.

Apesar de a estrutura de habilitação do emprego na Região ser mais favorável do que a do total do País, o que se relaciona com as características do sistema produtivo regional em termos europeus a comparação é claramente favorável à região.

A taxa de actividade da Região de Lisboa e Vale do Tejo em 1998, embora superior à taxa média europeia, era mais baixa que a taxa nacional.

Quanto à estrutura do emprego verifica-se que são os serviços que absorvem 67% da população empregada, valor superior em 16,3 pp ao valor médio nacional. Do

total de empregados 45% são mulheres e é no terciário que estas se encontram em maior número.

Em termos de taxa de desemprego a taxa regional é superior à taxa nacional em 1.1 pp.. É sobre as mulheres e os jovens que o problema de desemprego da região mais se reflectem sendo a taxa de desemprego feminino de 7.5% e a dos jovens 13.4%. Verifica-se igualmente que o desemprego de longa duração tem na região um peso no total do desemprego superior ao que se verifica para o conjunto do País.

#### 1.4. MODELO TERRITORIAL

O modo como o território da Região Lisboa e Vale do Tejo se organiza reflecte duas lógicas: uma do tipo *centro-periferia*, dando origem a sucessivas coroas a partir do núcleo central de Lisboa; outra, de tipo radiocêntrica, baseada em corredores viários multi-modais convergindo para o mesmo centro principal (Fig. 1).

Três factores principais explicam a coexistência destas lógicas de organização territorial: em primeiro lugar, as condições naturais da Região, nomeadamente no que se refere à sua morfologia; em segundo lugar, a intensa capacidade polarizadora de Lisboa; por último, uma estrutura viária de traçado fortemente condicionado pelos dois aspectos anteriores – na medida em que os principais itinerários convergem e irradiam em função de Lisboa e privilegiam os corredores naturais com melhores condições de circulação.

A articulação destas duas lógicas de organização territorial permite identificar três sub-unidades regionais – *Área Metropolitana, Oeste e Vale do Tejo* três sub-regiões distintas entre si mas com uma significativa homogeneidade interna, não só

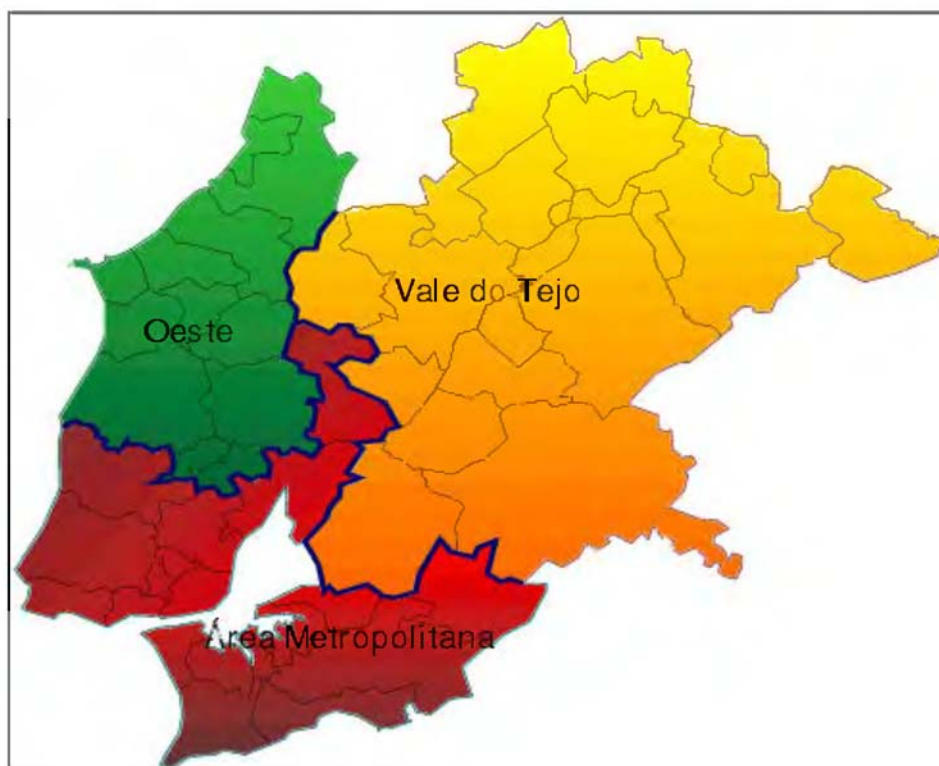
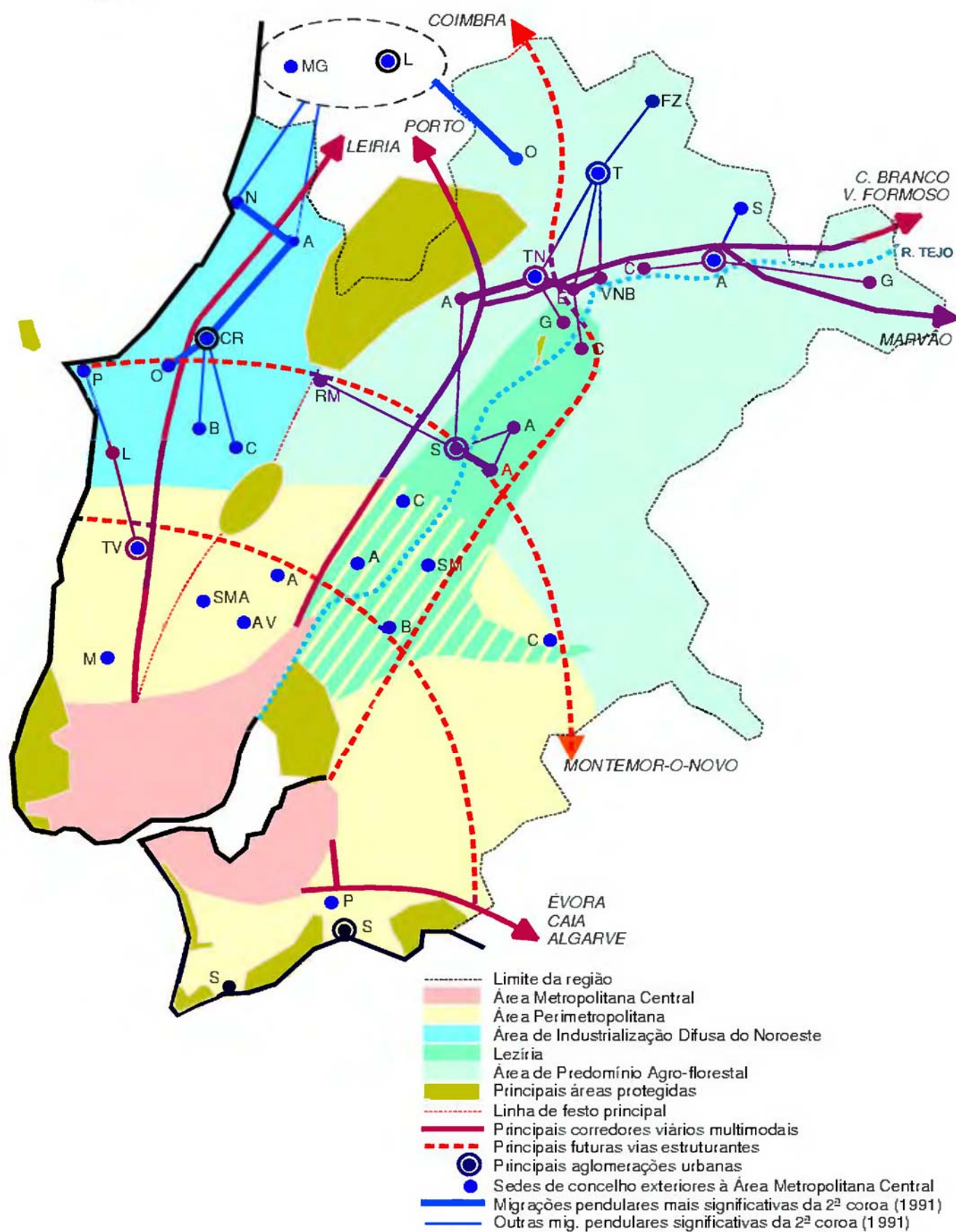




Figura 1



no que se refere a muitas das suas características ambientais, económicas e sócio-culturais, mas também em relação às oportunidades e aos riscos que apresentam.

A diversidade de paisagens e situações económicas, sociais, culturais e territoriais assinaladas para o conjunto da RLVT, o contraste entre a polarização urbana da AML e os espaços rurais da Lezíria do Tejo, do norte ribatejano e do Oeste podem criar uma imagem de falta de unidade e identidade da Região. Mas uma análise mais aprofundada demonstra que a RLVT constitui, hoje, uma identidade regional em processo de reforço da sua integração territorial económica e funcional.

1.4.1. Na *Área Metropolitana de Lisboa* (AML), distinguem-se dois territórios: a área metropolitana *central* e a área metropolitana *alargada* ou *periferia metropolitana*.

É na área metropolitana central que se concentra uma parte muito significativa das potencialidades, mas também onde se verificam as situações mais críticas de degradação ambiental, desordenamento territorial e exclusão social.

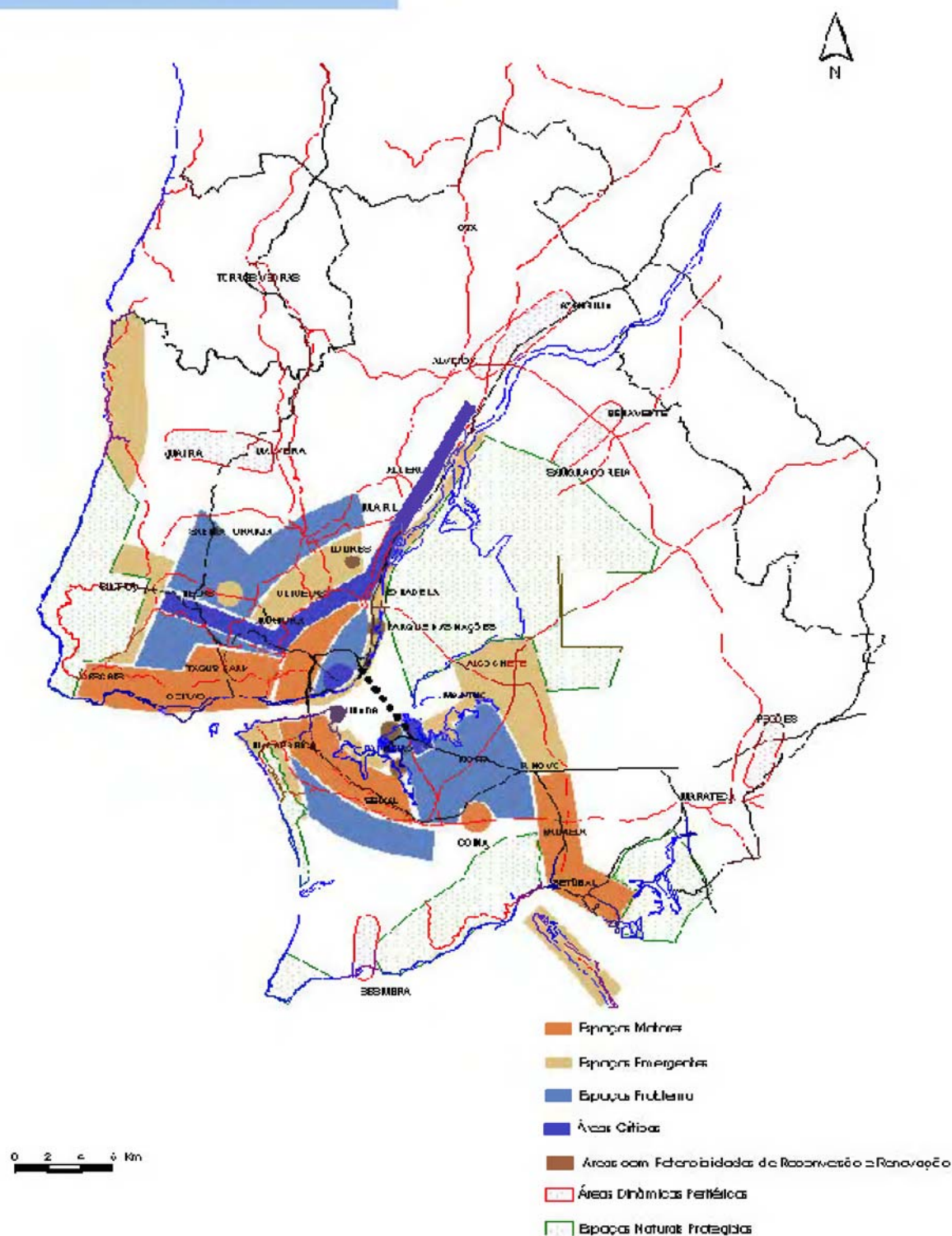
A periferia metropolitana, tem a vantagem da proximidade a um grande pólo de consumo e de actividade económica como se demonstra na expansão da agricultura e pecuária intensivas, no desenvolvimento da construção civil e na implantação de espaços de armazenagem e logística, mas está particularmente exposta a factores que lhe são exteriores.

Em síntese (Fig. 2), identificam-se as principais dinâmicas territoriais:

- a concentração da população, actividades, equipamentos e infra-estruturas, que constituem factor de diferenciação e um valor estratégico da AML;
- a cidade de Lisboa mantém-se como pólo destacado da AML tendendo a especializar as suas funções centrais;
- a AML organiza-se com base numa estrutura urbana distendida que tende a polarizar-se em eixos e aglomerados que vão ganhando alguma autonomia em relação à cidade de Lisboa;
- significativas diferenças na estrutura metropolitana a nível de serviços prestados às populações e às empresas, de condições de acessibilidade e de integração metropolitana, nomeadamente entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal;
- a AML apresenta, após a construção das novas infra-estruturas de transportes, dinâmicas territoriais e oportunidades de desenvolvimento muito diferenciadas.

Figura 2

DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMI





A última década tem sido marcada pela concretização de importantes obras sobretudo de infra-estruturas de transporte que estão a alterar profundamente a estrutura da região e gerar dinâmicas de transformação com fortes impactos territoriais e que são as seguintes:

- *melhoria e desenvolvimento das acessibilidades*, que resultam da construção de infra-estruturas rodó e ferroviárias e da melhoria de serviço prestado pelo transporte público;
- *aumento da oferta habitacional*, com uma percentagem significativa destinada a residência secundária, e que se regista a par da estabilização demográfica. Também os indicadores de alojamentos vagos não cessam de crescer e prossegue a degradação do parque habitacional;
- *riscos de fragmentação social*, a miscigenação cultural crescente, as carências de infra-estruturas de acolhimento dos migrantes e a complexidade dos fenómenos de exclusão social, tornam a área metropolitana vulnerável aos fenómenos de “tensão urbana”;
- *polinucleação metropolitana*, como resultado da melhoria de infra-estruturas de transportes, tem-se desenhado a tendência para a localização de empresas e de grandes superfícies comerciais que tenderá a reduzir a polarização exercida pela cidade de Lisboa e, a reforçar novas centralidades metropolitanas e novas dinâmicas territoriais contribuindo, assim, para a reconfiguração do território com uma clara tendência para o reforço da polinucleação;
- *valorização da diversidade territorial e da sustentabilidade ambiental*, para além do sistema urbano que estrutura o território, a AML é caracterizada por três tipos de espaços que acentuam e enriquecem a sua diversidade paisagística, cultural e ambiental – a orla costeira e as frentes ribeirinhas, o espaço rural e os estuários do Tejo e do Sado;
- *centralidade do estuário do Tejo*.

1.4.2. O traço mais marcante da sub-unidade *Oeste* é a manifestação de processos difusos de urbanização e industrialização, a par da agricultura (produtos hortícolas, fruta e vinho) e da pecuária intensiva (suínos, aves e ovos), dos agricultores a tempo parcial e pluriactivos e das explorações fragmentadas de pequena dimensão. Pequenos centros urbanos e manchas de evidente especialização produtiva (cerâmica, produtos metálicos, calçado, indústrias agro-alimentares, turismo) organizam o território.

O Oeste tem um poder de compra inferior à média nacional e sofre, ainda, de um défice estrutural de infra-estruturas básicas.

Os traços essenciais que fazem com que esta sub-região se reconheça como identidade própria são os seguintes:

- *acentuada endogeneidade* das dinâmicas de mudança, a par de uma estrutura territorial que surge ainda pouco articulada, polarizada por Lisboa através de uma crescente procura de segunda residência;
- *fraca qualificação dos recursos humanos*, população com baixa taxa de escolaridade e escassez de quadros técnicos e de mão-de-obra qualificada;
- *estrutura produtiva diversificada*, com fortes traços rurais, pouco internacionalizada e de fraca qualificação da mão-de-obra;
- *sub-região de fortes identidades locais*, tradições culturais e qualidade de vida, mas cuja sedimentação necessita de maior organização e afirmação.

Apresenta uma diversificação produtiva e um forte potencial agrícola e turístico, registando-se na sub-região actividades em transformação e modernização a par de outras em franco declínio e com dificuldades de reconversão.

Existem explorações agrícolas de qualidade, com elevados níveis de produtividade. A actividade industrial surge como um sector com uma forte tradição local e com implantação em vários concelhos, mas necessita de se modernizar e de se adaptar às novas formas de organização do mercado e de inovação nos processos produtivos.

O desenvolvimento do Oeste é desigual. A maior parte dos indicadores relativos a infra-estruturas e a equipamentos sociais, apresentam, na última década, melhorias significativas, mas demonstram também grandes disparidades entre os núcleos urbanos e as zonas rurais.

O Oeste deverá reforçar a sua integração no conjunto do espaço regional e, simultaneamente, funcionando como uma rede de cidades, desenvolver a sua centralidade mediante a criação de uma estrutura de serviços, geradora de complementaridades que suportem uma estrutura e um tecido produtivo diversificados.

1.4.3. O *Vale do Tejo* é a sub-unidade mais extensa, apresentando uma forte diversidade interna, com o rio Tejo como forte elemento estruturador.

Poder-se-á destacar a zona de solos férteis da Lezíria, com sistemas produção agrícola especializados, de forte componente empresarial e com níveis de produtividade e rendibilidade bastante superiores à média nacional; o corredor multi-modal que bifurca actualmente perto de Torres Novas e que configura o essencial das acessibilidades intra e inter-regionais e a área envolvente às duas

sub-unidades anteriores, com características diferentes em cada uma das margens do rio.

A Lezíria e o Médio Tejo, que constituem esta sub-unidade, caracterizam-se, do ponto de vista demográfico, por um ligeiro declínio do total de habitantes, por uma população cada vez mais envelhecida e por uma crescente concentração do povoamento.

Existem disparidades internas, mas os valores mais positivos ocorrem nos concelhos com maior grau de urbanização, nas áreas onde se faz sentir de uma forma mais directa a influência da metrópole de Lisboa, ou, também, nos concelhos que revelam um assinalável dinamismo económico, em geral, industrial. Em situação oposta colocam-se as áreas rurais mais pobres e marginais, onde o despovoamento e envelhecimento alcançam uma expressão que as aproxima daquela que se verifica em zonas do interior do país.

O seu tecido produtivo é diversificado, e, embora domine o sector terciário, existem perfis locais de especialização que apontam para uma complementaridade produtiva: importância das actividades agrícolas; ocorrência de eixos e de pólos industriais com perfis bastante distintos (indústrias agro-alimentares, metalomecânicas e de material de transporte, curtumes, madeira, papel, etc).

A maior parte dos indicadores disponíveis, das infra-estruturas básicas, dos equipamentos sociais, das acessibilidades aos factores externos de competitividade ou de qualidade ambiental, reforçam a natureza estrutural das dinâmicas e dos contrastes intra-regionais existentes.

INDICADOR	LVT	AML	OESTE	VALE TEJO
População Residente 1991 (milhares)	3 297	2 540	316	441
População Residente 1997 (milhares)	3 320	2 565	319	435
Variação da População 91/ 97 (%)	0.7	1.0	1.1	-1.3
Densidade 1997 (hab/ km <sup>2</sup> )	278	820	144	66
População <25 anos - 1997 (%)	30.4	30.5	31.3	29.3
População ≥ 65 anos - 1997 (%)	15.3	14.4	16.6	19.2
Taxa de Actividade - 1998 (%)	49.3	50.0 <sup>(1)</sup>	49.1	46.0 <sup>(2)</sup>
Taxa de Desemprego - 1998 (%)	5.7	5.8 <sup>(1)</sup>	4.3	5.9 <sup>(2)</sup>
PIB per capita - 1995 (10 <sup>3</sup> esc.)	2 007	2 247 <sup>(1)</sup>	1 289	1 266 <sup>(2)</sup>
Produtividade - 1995 (10 <sup>3</sup> esc.)	3 911	4 170 <sup>(1)</sup>	2 835	3 017 <sup>(2)</sup>
Poder de Compra per capita - 1997 <sup>(3)</sup>	142.94	163.76	71.87	72.72

Fonte: INE

(1) AML = Grande Lisboa + Península de Setúbal

(2) Vale do Tejo = Lezíria + Médio Tejo

(3) Portugal = 100

## *1.5. ACTIVIDADES ECONÓMICAS*

A Região de Lisboa e Vale do Tejo distingue-se no contexto nacional por uma base de recursos naturais e sua transformação primária em que se destacam a agricultura de regadio, as culturas permanentes – pomares e vinha; a floresta (pinheiro bravo, eucalipto); os recursos minerais não metálicos; os recursos hídricos e a hidroelectricidade.

Quanto ao seu tecido produtivo, a Região de Lisboa e Vale do Tejo especializa-se e diferencia-se em termos nacionais por uma forte presença das indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de Investigação e Desenvolvimento (I&D) ou da diferenciação do produto como factores competitivos e por uma presença muito mais fraca das indústrias que se organizam, enquanto factor competitivo, em torno do baixo custo do trabalho.

Esta especialização é ainda revelada pelo facto de ser a única Região com presença relativa mais forte nas indústrias de médio-alto nível tecnológico, apresentando uma produtividade global superior à média do Continente.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo surge como um grande pólo de consumo da sociedade portuguesa, quer na dimensão quantitativa e do poder de compra, quer na dimensão qualitativa da difusão de novos modelos de consumo e novas formas de distribuição, apresentando massa crítica suficiente para que a sua dinâmica interna de consumo possa ser considerada um factor estratégico relevante para o desenvolvimento.

A RLVT apresenta uma nítida especialização nos serviços financeiros e nos serviços às famílias e às empresas. Não sendo o principal pólo de exportação de mercadorias, representa um modelo de internacionalização onde o investimento directo estrangeiro assume muito maior relevância em relação à satisfação da procura e do consumo interno de bens e serviços.

Pela sua importância na estrutura sócio-económica da Região ou pelo seu potencial estratégico, referem-se, de seguida, alguns sectores de actividade.

A agricultura assume uma importância bastante significativa, em termos nacionais, no conjunto do sector, sendo realizada com base em explorações familiares empresariais e grandes explorações.

O sector agro-florestal, embora regionalmente pouco importante é contudo, o mais desenvolvido de todas as regiões agrícolas do país, caracterizando-se pela importância significativa da área dedicada às matas e florestas, bem como às áreas afectas às culturas aráveis de regadio e às culturas permanentes, de entre as quais se destaca uma apreciável extensão de vinha, de olival e de pomares de frutos secos.

Porém há que compatibilizar as tecnologias de produção com a necessidade de evitar riscos de uma crescente poluição de origem agrícola e agro-industrial e, a viabilização de sistemas de produção agro-florestal capazes de assegurar uma adequada valorização dos recursos ambientais e paisagísticos da Região.

Nas indústrias transformadoras em que a Região está representada é possível identificar uma base industrial em que se integram os sectores de elevado valor acrescentado:

- as Indústrias de Material de Transporte e Mobilidade, com destaque para o fabrico e montagem de automóveis e veículos comerciais; o fabrico de subsistemas e componentes para a indústria automóvel, nomeadamente componentes mecânicos e eléctricos; a electrónica automóvel; o material ferroviário e a sinalização para vias férreas; a reparação e a construção naval e a engenharia oceânica (vd. componentes para plataformas petrolíferas); a manutenção e reparação aeronáuticas;
- as Indústrias Agro-Alimentares e Agro-Industriais, divididas em três vertentes: uma centrada na transformação de recursos naturais da região – indústrias hortofrutícolas, vinhos, azeite; transformação de carne, arroz, derivados da batata, açúcar de beterraba e a indústria tabaqueira; outra centrada em actividades que processam produtos importados, como o complexo Cereais / Moagens / Bolachas / Massas Alimentícias, o complexo Oleaginosas / Rações / “Pecuária sem terra” / Avicultura, açúcar de cana, torrefacção de café, etc. e ainda uma terceira vertente em que se inclui o maior pólo nacional de fabrico de cerveja/refrigerantes;
- as Indústrias Florestais com destaque para a fileira pasta/papel/ embalagem e para os produtos da madeira;
- as Indústrias baseadas na transformação dos Minerais não Metálicos com destaque para o cimento e artigos de cimento; as cerâmicas e o fabrico de vidro plano;
- as Indústrias de Produtos de Higiene e Limpeza e a última transformação e embalagem de Produtos Farmacêuticos;
- as Indústrias de Artes Gráficas, Imprensa e Edição;
- as Indústrias de Matérias Plásticas e de fabrico de embalagem.

Além de um conjunto de pólos produtivos em que a Região detém a principal posição a nível nacional, como seja a siderurgia, a química mineral e adubeira, óleos e sabões, fibras sintéticas, resinas sintéticas, tintas e vernizes, caldeiraria, mecânica e electromecânica pesadas, maquinaria agrícola, indústrias de matérias

primas e produtos farmacêuticos, electrónica profissional nomeadamente telecomunicações; química mineral; química orgânica, mecânica especializada.

É igualmente importante na estrutura económica regional a actividade turística em que se combina a vertente de serviços para as empresas com o turismo particular, em que são significativos os segmentos cultural e desportivo.

Outro sector relevante é o que se caracteriza pela concentração de infra-estruturas e recursos humanos que se dedicam a actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico.

Existe na Região um conjunto de centros de inovação empresarial e parques tecnológicos que desempenham uma importante missão de incubação de empresas de base tecnológica em sectores de conhecimento intensivo.

Mas a infra-estrutura tecnológica regional é algo fragmentada e não existe ainda uma consistente função de "ligação" entre as universidades e a indústria.

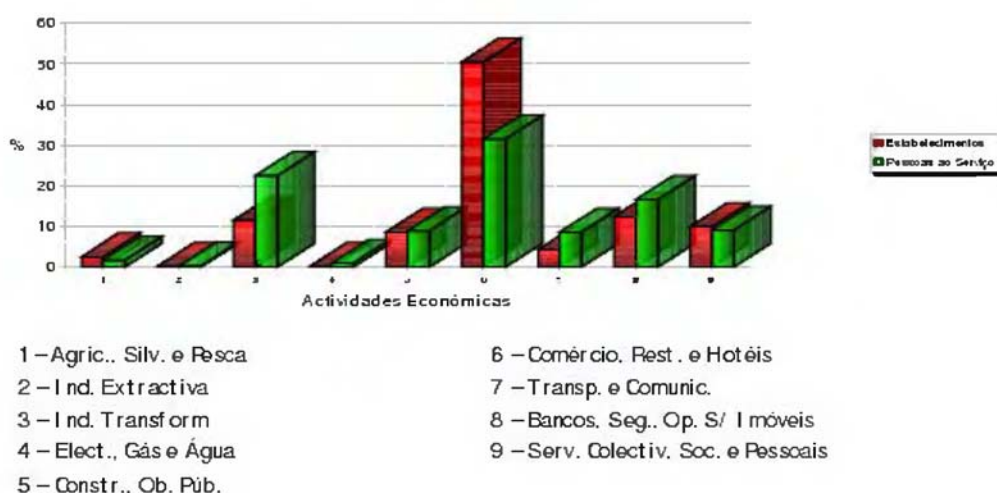
No que respeita ao capital humano, embora em 1996 a Região tivesse "produzido" 44% do total nacional dos diplomados, existe um défice de produção de diplomados em áreas técnicas e das novas tecnologias (informática, engenharias tecnológicas, etc.).

À semelhança da difusão de informação, o serviço de apoio empresarial é um dos pontos fracos do sistema regional de inovação, não obstante os serviços de consultoria técnica e de engenharia serem uma das principais valias da Região, só que estes dirigem-se essencialmente às grandes empresas.

Na área das novas tecnologias, outra característica importante da Região é o surgimento, nos últimos anos, de inúmeras novas empresas de base tecnológica, nomeadamente nas áreas do software e sistemas de informação, integração de sistemas e consultoria em ambiente.



Estabelecimentos e Pessoas ao Serviço segundo as actividades económicas na RLVT  
- 1997



## I. 6. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Região de Lisboa e Vale do Tejo dispõe de recursos e espaços naturais valiosos e singulares, de uma grande diversidade de "Sítios", de facilidades de exploração do potencial turístico e de lazer em meio natural e rural, mas sofre de uma forte pressão derivada do uso intensivo do território numa zona de grande densidade populacional e das actividades económicas que se traduz num acentuado desordenamento urbanístico e territorial.

Do ponto de vista ambiental, é uma região muito heterogénea, apresentando grandes problemas de congestionamento, conflitos entre usos incompatíveis, sobre-exploração de recursos e défice de qualidade de vida.

Em comparação com o resto do País é medianamente rica em recursos hídricos superficiais, mas assume uma importância estratégica em termos de recursos subterrâneos. Porém tanto os recursos hídricos superficiais como os subterrâneos, encontram-se seriamente ameaçados pela poluição de origem urbana, industrial e agrícola, não obstante ter havido melhorias na qualidade das águas superficiais devido ao elevado esforço de investimento em saneamento básico.

Apesar da enorme pressão populacional e tendo em conta que a paisagem dominante é fortemente humanizada, a Região de Lisboa e Vale do Tejo é extremamente rica em património natural, paisagístico e construído.

A principal estrutura de conservação da natureza, para efeitos de salvaguarda de valores únicos consiste na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura

2000. Estas áreas funcionam também supletivamente como protecção da paisagem, do património cultural de incidência territorial e dos recursos naturais em geral, numa perspectiva de desenvolvimento económico a longo prazo.

As áreas identificadas de vocação e interesse ambiental carecem de protecção e valorização, especialmente quando inseridas em espaço consolidado ou de expansão urbana, sendo necessário proceder à delimitação e enquadramento funcional de áreas-tampão e ligações ou corredores ecológicos.

Esta medida, num quadro de objectivos de ordenamento do território e conservação da natureza e numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, operacionaliza-se em diversos instrumentos legais de âmbito nacional ( Reserva Ecológica Nacional, Zonas de Protecção Especial, legislação específica) e nos instrumentos de gestão e planeamento territorial.

Foi neste sentido, recentemente publicado o Decreto-lei nº 140/ 99 de 24 de Abril (que transpõe as Directivas Aves e Habitat) e posteriormente, o Decreto-Lei nº384-B/ 99 de 23 de Setembro (que delimita 28 Zonas de Protecção Especial, bem como a previsão da elaboração do seu plano de gestão.)

Apesar dos enormes investimentos, a situação do saneamento básico na Região continua deficitária. Ao nível do abastecimento público o principal problema é a poluição das fontes de água. Nos sistemas de esgotos, o problema reside na fraca eficácia de muitos investimentos realizados, quer em redes, quer em estações de tratamento. Nos resíduos sólidos urbanos a situação é ainda deficitária, sendo o problema de fundo o que se prende com a inexistência de sistemas integrados de gestão de resíduos que incluam, de forma sistemática, a redução na origem, a recolha selectiva, a triagem e a compostagem.

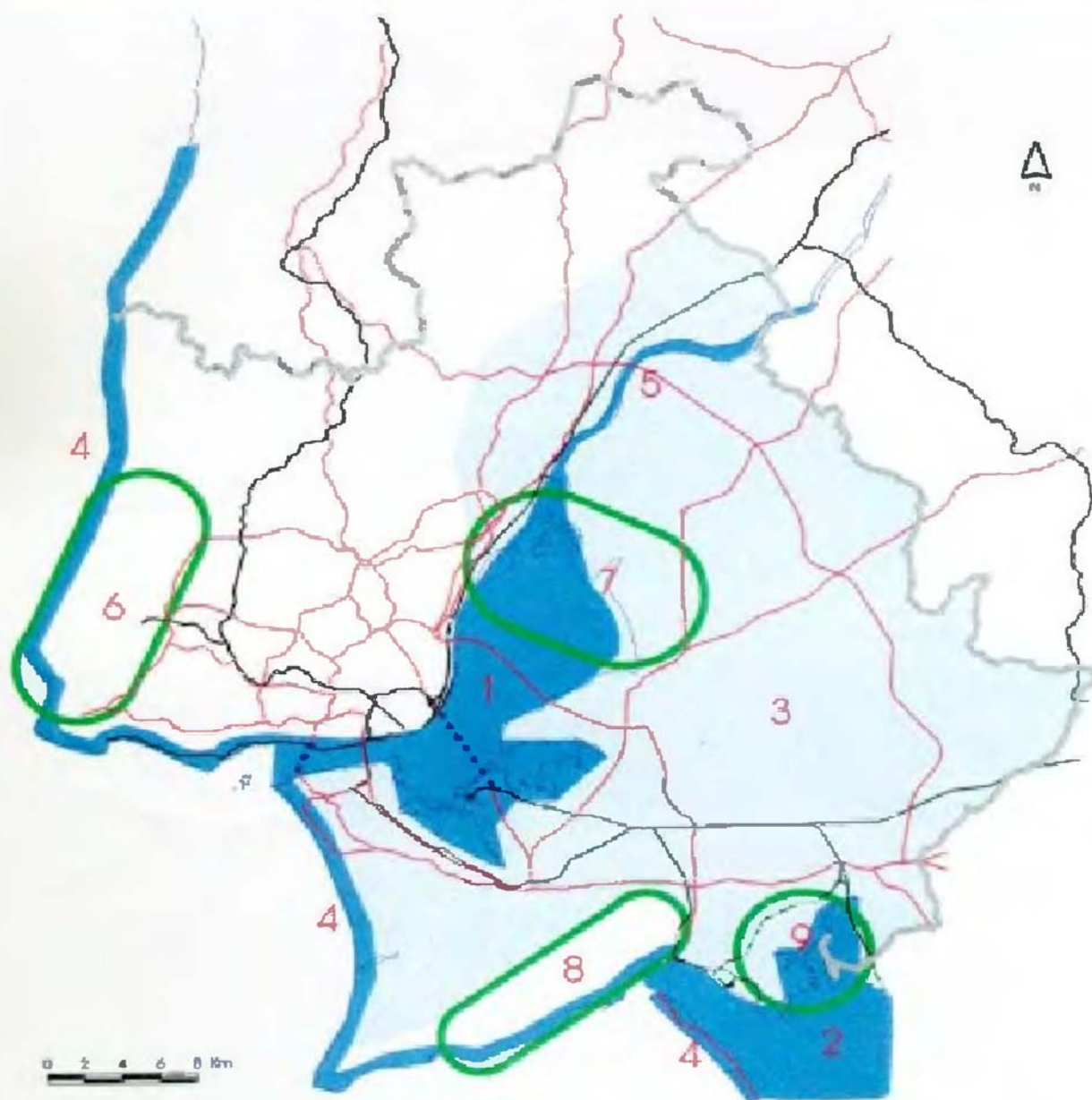
A situação é igualmente preocupante no que respeita à ocupação/ uso das áreas sensíveis e de elevado valor ambiental, pela suas especificidades biofísicas ou pelo seu papel no desafio ou remate das aglomerações urbanas, daí a importância da sua identificação e implementação através de acções que promovam e garantam a sua manutenção e funcionamento no respeito pela sua vocação e valor estratégico.

Neste contexto, apresenta-se como factor positivo a sensibilização e adesão manifestadas pelas autoridades e populações sobre a importância da Natureza e a sua protecção enquanto património comum (Fig. 3 e 4).



Figura 3

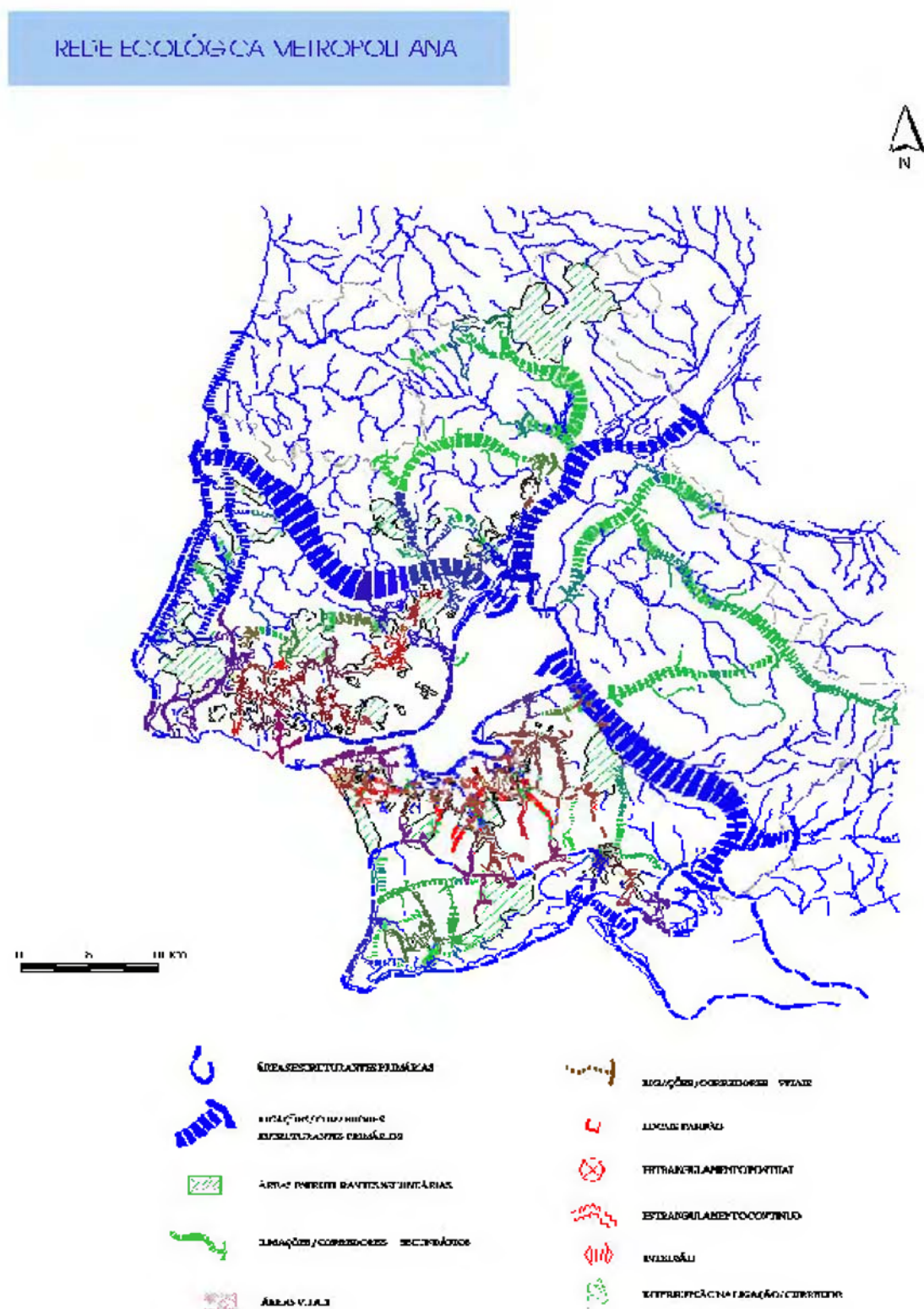
A ÁGUA E A NATUREZA COMO VALORES ESTRATÉGICOS ESTRUTURANTES DA AML



RECURSO ÁGUA  
 1 - Estuário do Tejo  
 2 - Estuário de Sado  
 3 - Aquífero do Tejo-Sado  
 4 - Orla Costeira  
 5 - Rio Tejo

ÁREAS CLASSIFICADAS  
 6 - Parque Natural Sintra-Cascais  
 7 - Reserva Natural do Estuário do Tejo  
 8 - Parque Natural da Arrábida  
 9 - Reserva Natural do Estuário do Sado

Figur a 4



## **1.7. INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE**

A Região, pelo facto de ser a maior aglomeração populacional do país, integrando a sua capital, funcionando como pólo de atracção demográfica no plano interno e internacional e por ser um importante centro de actividade turística, tem necessidade de colocar uma elevada prioridade no ritmo de desenvolvimento das infra-estruturas de mobilidade de pessoas, mercadorias e serviços, de comunicações e de internacionalização.

Estas infra-estruturas são fundamentais para que a Região possa desempenhar uma função global de "pivot" na internacionalização da economia portuguesa, permitindo a criação de mais riqueza e uma afectação de recursos promotora da coesão social e do equilíbrio regional, no plano nacional e no plano de uma articulação intra-regional muito mais equilibrada.

Progressivamente, mas de forma mais relevante após a adesão de Portugal à UE, têm-se verificado alterações profundas nas redes e sistemas de transportes que irradiam de Lisboa e da Região: forte investimento público; alteração da estrutura modal do transporte de mercadorias; crescimento explosivo do parque automóvel privado.

Porém, registam-se lacunas e desconexões como: grande fragilidade do sistema ferroviário regional, inter-regional e internacional; insipiência das articulações intermodais e das circulares; falta de gestão coordenada do sistema portuário; desajustamentos entre as redes estruturantes e as redes locais; exagerada prevalência do transporte individual; estrangulamentos do aeroporto de Lisboa em termos das ligações de longa distância e inter-continentais.

Os investimentos realizados em todas estas infra-estruturas, ao longo dos últimos anos, permitiram recuperar atrasos e colmatar estrangulamentos, mas estão ainda longe de ter dotado a Região de uma plataforma logística global, integrada, racional e competitiva, sendo este, sem dúvida, um dos maiores desafios para sustentar a estratégia de desenvolvimento para a Região.

## **1.8. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E EMPRESARIAL**

A Região apresenta um dinamismo específico de evolução das organizações empresariais e institucionais, concentrando grande parte dos recursos mais qualificados do país, bem como os principais centros de decisão pública, económica e financeira, para além de uma maior presença de organizações não governamentais e de um maior dinamismo cultural face ao resto do país.

Ocorreu nos últimos anos uma melhoria substancial nas práticas de gestão, dos modelos de produção e consumo, bem como o desenvolvimento dos serviços de apoio à actividade empresarial e às famílias. A Região comporta, neste quadro,

experiências significativas de relacionamento entre o mundo universitário e o mundo empresarial, muitas delas institucionalizadas em parques de ciência e tecnologia e afins.

A Região apresenta, contudo, uma acentuada necessidade relativamente ao desenvolvimento da cooperação empresarial, à conquista de uma presença mais significativa e activa nos mercados globalizados, em especial no mercado interno europeu e, sobretudo, à construção de organizações mais eficientes, melhor dotadas de competências e qualificações e mais fortes financeiramente em recursos próprios.

## **1.9. POTENCIALIDADES / DEBILIDADES**

O Vale do Tejo delimita, em termos nacionais, dois territórios substancialmente diferentes, quer quanto às características fisiográficas e climáticas quer relativamente às características históricas, culturais, económicas e sociais: a norte do Tejo uma região marcadamente atlântica, industrial e exportadora, densamente povoada junto ao litoral; a sul uma região de influência mediterrânea, pouco povoada, predominantemente agro-pecuária e turística.

Entre estes dois espaços, a Região de Lisboa e Vale do Tejo, pela sua posição central, pela concentração de população e actividades e pelas funções de intermediação com a Europa e o Atlântico que detém, constitui a charneira da Região Atlântica, território de articulação da Europa com a América e do Atlântico com o Mediterrâneo. A Região integra um conjunto restrito de zonas da Europa que constituem regiões privilegiadas de residência e lazer, dadas as suas condições climáticas e a sua qualidade paisagística e ambiental. Neste contexto, a Região dispõe de factores de atractividade que podem torná-la competitiva ao nível ibérico e europeu.

É apresentado seguidamente um balanço da situação da Região e alguns indicadores que estiveram na base deste diagnóstico.



## A Região de Lisboa e Vale do Tejo - Balanço da Situação

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Área Metropolitana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional; (capitalidade).</li> <li>• Localização das principais infra-estruturas logísticas, do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa (aeroportos, portos, etc).</li> <li>• Sedeação e "densidade" dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico (sistema de ciência e tecnologia; grupos financeiros; multinacionais; categorias sócio-profissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo, etc).</li> <li>• Conjunto de equipamentos culturais desportivos e turísticos de âmbito regional e nacional.</li> <li>• Condições naturais e de património singulares (estuários do Tejo e do Sado; serras da Arrábida e Sintra; extensão e qualidade da orla costeira, etc).</li> </ul>	<p>Área Metropolitana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acentuado desordenamento urbanístico e territorial, com relevância para a desertificação e degradação dos centros históricos.</li> <li>• Existência de extensas "manchas" de habitat degradado e de pobreza.</li> <li>• Crescimento urbano espacialmente extensivo implicando, por um lado, transformações funcionais que penalizam sistematicamente os usos não urbanos e, por outro, a intensificação e crescente amplitude dos movimentos pendulares diários.</li> <li>• Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes, tendo em conta nomeadamente as necessidades geradas pelo tipo de crescimento urbano.</li> <li>• Fragilidade dos equipamentos e do sistema de saúde.</li> <li>• Insuficiente "protecção" dos sistemas naturais, com riscos de degradação.</li> <li>• Inexistência de uma identidade regional, socialmente federadora e institucionalmente afirmativa.</li> </ul>

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Oeste</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade dos recursos naturais, ambientais e patrimoniais.</li> <li>• Vida associativa e tradições sócio-culturais valiosas.</li> <li>• Estrutura produtiva diversificada.</li> <li>• Elevado potencial agrícola e turístico.</li> <li>• Acessibilidades rodoviárias externas em realização.</li> </ul>	<p>Oeste</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragmentação social e territorial.</li> <li>• Debilidades institucionais e organizativas.</li> <li>• Áreas ambientais críticas.</li> <li>• Acentuada endogeneidade.</li> <li>• Baixa escolaridade e qualificação da população.</li> <li>• Terciarização insuficiente.</li> <li>• Fraca internacionalização da economia.</li> </ul>
<p>Vale do Tejo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Posição geoestratégica e acessibilidades externas, face à AML, ao país e aos principais corredores de acesso à Europa.</li> <li>• Sistema de cidades intermédias atractivas, com apreciável qualidade urbana e valores patrimoniais.</li> <li>• Agentes sociais, económicos e autárquicos activos.</li> </ul>	<p>Vale do Tejo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas de ensino superior, de formação profissional e de actividades de I &amp; D.</li> <li>• Rede de sistemas de transportes (PRN e rede capilar).</li> <li>• Áreas ambientais sensíveis e críticas.</li> </ul>



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevado potencial agro-florestal e industrial. Diversidade e riqueza do património natural, cultural, histórico das paisagens e dos espaços rurais.</li> <li>• Elevado potencial turístico e de lazer.</li> <li>• Associações de Municípios e Empresariais activas e bom relacionamento institucional.</li> <li>• Reforço da "clusterização" em torno de pólos industriais como os de material de transporte e mobilidade; agroindústrias; química fina/biotecnologia etc..</li> <li>• Crescimento das actividades terciárias associadas aos serviços informáticos, produção de "software" e conteúdos audiovisuais.</li> <li>• Crescimento de serviços financeiros associados ao crescimento da participação do sector privado nos sistemas de pensões e de saúde e a uma aposta rápida das formas de distribuição através ciberespaço.</li> <li>• Desenvolvimento de uma especialização competitiva na agricultura de produtos de elevada qualidade e na "fileira" florestal.</li> <li>• Exploração da valia paisagística, ambiental e patrimonial e desenvolvimento de actividades, infra-estruturas de animação e de serviços que favoreçam vários segmentos das indústrias de turismo e lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção ambiental (saneamento básico e fertilizantes).</li> <li>• Rede de equipamentos (cultural, desporto, habitação).</li> <li>• Estrutura empresarial e estratégias de internacionalização.</li> <li>• Atraso na implementação de reformas estruturais e na mudança nos factores de atractividade da região, que dificultem a fixação e atracção de investimento estrangeiro.</li> <li>• Sistema de ensino produzindo um número mais elevado de jovens com qualificações desadaptadas do dinamismo das actividades; insuficiente esforço de generalizar as competências informáticas aos diversos graus de ensino e à formação.</li> <li>• Processo de formação da renda fundiária urbana, continuando a privilegiar um processo de urbanização em extensão, difuso e com elevados custos ambientais.</li> <li>• Insuficiência de estímulos e de mudanças nos quadros regulamentares para favorecer a inovação nos sistemas de transporte metropolitanos.</li> <li>• Incapacidade de preparar a Área Metropolitana para o processo de envelhecimento das populações – ao nível dos equipamentos, serviços, oportunidades de emprego associados à cidade, apoio às famílias, desenvolvimento do voluntariado, etc..</li> </ul>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento das novas vias previstas no PRN, que permitam encerrar uma malha viária mais reticular e menos radiocêntrica, bem como da melhoria do transporte público em modo ferroviário, para descongestionar a rede viária.</li> <li>• Aproveitamento de novas infraestruturas – novo aeroporto, expansão do sistema portuário meridional, novas ligações ferroviárias a Espanha (Madrid) para reforçar o papel de plataforma multimodal de valia ibérica e, mesmo europeia.</li> <li>• Aproveitamento da concentração de recursos humanos e materiais nas actividades de I&amp;D para desenvolver alguns pólos de excelência a nível europeu.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incapacidade de favorecer o investimento maciço na digitalização da “cidade”, continuando a considerar exclusivamente as obras públicas tradicionais como investimentos infraestruturais chave.</li> <li>• Risco de crescimento dos fenómenos de exclusão social e de “<i>ghetificação</i>” do tecido urbano, acompanhada por maiores riscos de criminalidade e insegurança.</li> <li>• Riscos de destruição paisagística e do património natural e insuficiente prioridade dada ao investimento público/privado em corredores e espaços verdes – quer no interior, quer em torno da AML.</li> </ul>



INDICADOR	ANO	UNID.	RLVT	PAÍS	EUR 15
<b>INDICADORES DEMOGRÁFICOS</b>					
Área	1997	100 Km <sup>2</sup>	119	919	32 362
População Residente	1997	Milhares	3 320	9 957	373 713
Homens	1997	%	47.8	48.2	48.7
Mulheres		%	52.2	51.8	51.3
Estrutura Etária					
0 - 14 anos	1997	%	16	17 (1996)	17
15 - 24 anos	1997	%	15	16 (1996)	13
25 - 64 anos	1997	%	54	52 (1996)	54
65 e mais anos	1997	%	15	15 (1996)	16
Densidade Populacional	1997	hab/ Km <sup>2</sup>	278	108	115
Índice de Envelhecimento	1997	%	97.7	88.5	91.1
Índice de Dependência Total	1997	%	44.7	47.3	49.3
Índice de Dependência de Jovens	1997	%	22.6	25.1	25.8
Índice de Dependência de Idosos	1997	%	22.1	22.2	23.5
Taxa de Natalidade	1997	‰	11.0	11.4	10.8
Nº de Casamentos por 1000 Habitantes	1997	‰	6.1	6.6	5
Nº de Divórcios por 1000 Habitantes	1997	‰	1.9	1.4 (1996)	1.8
<b>INDICADORES ECONÓMICOS</b>					
PI B pm	1997	10 <sup>6</sup> Esc	7 541 649	17 756 841 (1998)*	15 10 020 383
PI B per capita (PPC)	1996	EUR15 = 100	89	70	100
VAB pm	1995	10 <sup>6</sup> Esc	6 091 801	14 491 385	1 166 010 190
Distribuição do VAB por Sectores					
Prod. Agric. Silv. e Pesca	1995	%	2.6	4.3 (1996)*	2.3
Indústria e Construção	1995	%	29.2	35.3 (1996)*	30.7
Serviços	1995	%	68.3	60.4 (1996)*	67
Produt. em PPC (VAB p/ pess. empregada)	1995	EUR15 = 100	71.6	59.9	100
Rend. Disponível das Famílias per capita	1995	10 <sup>3</sup> Esc	1 348	1 137	-
<b>EMPREGO</b>					
População Empregada	1998	10 <sup>3</sup>	1 534.3	4 738.8	152 078.0
Na agricultura	1998	%	5.1	13.5	4.8
Na indústria	1998	%	27.9	35.8	29.5
Nos serviços	1998	%	67.0	50.7	65.7
População empregada por sexo e por sector					
Homens	1998	10 <sup>3</sup>	843.1	2 628.3	88 187.0
		%	55.0	55.5	58.0
Na agricultura		%	5.9	12.2	5.5
Na indústria		%	37.4	44.7	39.3
Nos serviços		%	56.6	43.1	55.2
Mulheres	1998	10 <sup>3</sup>	691.2	2 110.5	63 891.0
		%	45.0	44.5	42.0
Na agricultura		%	4.0	15.1	3.8
Na indústria		%	16.3	24.6	16.0
Nos serviços		%	79.7	60.2	80.2
Taxa de actividade	1998	%	49.2	50.0	45.9
Masculina		%	55.8	57.0	53.9
Feminina		%	43.1	43.6	38.4
População desempregada	1998	10 <sup>3</sup>	99.4	247.9	17 330
Homens		%	43.6	43.4	49.9
Mulheres		%	56.4	56.6	50.1
Taxa de Desemprego	1998	%	6.1	5.0	10.2
Masculina		%	4.9	3.9	8.9
Feminina		%	7.5	6.2	12.0
Taxa de Desemprego. - pessoas <25 anos	1998	%	13.4	10.2	19.6
Homens		%	11.1	8.0	18.2
Mulheres		%	15.8	12.8	21.3
% desemp. de longa duração no total do desem.	1998	%	44.7	42.6	49.4

INDICADOR	ANO	UNID.	RLVT	PAÍS	EUR 15
<b>EMPREGO</b>					
Emprego por níveis de habitação (25-59 anos)	1997	%			
Menos que o secundário		%	66.7	75.5	34.5
Secundário		%	14.8	10.7	42.1
Superior		%	18.5	13.9	23.4
<b>SAÚDE</b>					
Hospitais	1997	nº	79	215	-
Médicos / 1000 habitantes	1997	%	4.1	3.1 (1996)*	3.7
Camas hospit / 1000 hab	1997	%	4.5	4.1 (1996)*	7
Taxa de Mortalidade	1997	%	10.7	10.5	9.9*
Taxa de Mortalidade Infantil	1997	%	5.8	6.4	5.3*
Esperança de Vida					
Homens	1997	anos	70.7	71.4 (1996)*	74.5
Mulheres	1997	anos	78.6	78.7 (1996)*	80.5
<b>EDUCAÇÃO</b>					
Nº total de alunos matriculados	1996/97	10 <sup>3</sup>	792.6 a)	2192.5	1994/95 82 969
Pré-escolar	1996/97	10 <sup>3</sup>	62.4 a)b)	186.5	-
% mulheres	1996/97		48.3	48.6	-
Básico	1996/97	10 <sup>3</sup>	398.1 a)	1223.2 (1994)	41 979
% mulheres			48.5	48.3	-
Secundário	1996/97	10 <sup>3</sup>	178.1 a)	437.2 (1995)	19 325
% mulheres			51.0	51.9	-
Superior	1996/97	10 <sup>3</sup>	153.4 a)	344.6 (1995)	11 791
% mulheres	1996/97	%	57.1	56.9 (1996)	51
Taxa Líquida de Escolaridade do Ensino Básico	1995/96	%	86 a)	82.1	-
Taxa de Conclusão segundo o Nível de Ensino					
Ensino Básico (regular diurno)	1996/97	%	79.1 a)	80.2	-
Ensino Secundário (cursos gerais)	1996/97	%	53.7 a)	54.1	-
Taxa de analfabetismo	1997	%	6.5	8.9	-
Estabelecimentos de ensino					
Básico	1995/96	nº	2 955 a)	12 582	-
Secundário	1995/96	nº	229 a)	634	-
Superior	1995/96	nº	112 a)	277	-
<b>AMBIENTE</b>					
População Servida com					
Abastecimento de água	1997	%	98 a)	86	-
Drenagem de águas residuais	1997	%	86 a)	68	-
Tratamento de águas residuais urbanas	1997	%	53 a)	40	-
Tratamento de resíduos sólidos urbanos	1997	%	66 a)	24	-
Poliuição do ar					
Emissões de CO2	1995	Kg/hab	(1990) 5416	4 833	8 202.0
Emissões de CO		Kg/hab	(1990) 111	(1994) 110	-
<b>ACESSIBILIDADES/TRANSPORTES</b>					
Rede de estradas	1997	Km	1998 a)	9 780	-
Itinerários Principais	1997	Km	296 a)	2 591	-
Itinerários Complementares	1997	Km	782 a)	2 421	-
Densidade ferroviária por c/ 1000 km²	1998	Km/ 10 <sup>3</sup> Km²	49.9	32.6 (1996)	48.4
% de rede ferroviária electrificada	1998	%	64.7	29.5 (1996)	47.0
<b>CONDIÇÕES DE VIDA</b>					
Alojamentos com					
Água canalizada interior	1997	%	94.4	93.2	-
Instalações fixas de banho/duche	1997	%	96.2	89.6	-
Instalações com telefone	1997	%	88.3	79.7	-
Ganho médio mensal trabalhador p/ conta de outrém	1997	Esc	157 231	128 034	-
Homens		Esc	177 085	143 900	-
Mulheres		%	-28.1	-27.3	-



CULTURA E RECREIO					
Imprensa Periódica.Tiragem Anual	1997	10 <sup>3</sup>	451 980	608 991	
Museus	1997	nº	130	323	
Bibliotecas	1997	nº	645	1 647	
Espectáculos Públicos-Sessões	1997	nº	132 529	279 704	

Fontes: I NE e EUROSTAT, Ministérios da Educação e do Ambiente, REFER,EP

a) Continental e b) Apenas a rede do Ministério da Educação

• Estimativas

## I. 10 – APOIO ESTRUTURAL COMUNITÁRIO

A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem beneficiado de apoios significativos dos Fundos Estruturais desde a adesão de Portugal à União Europeia, os quais têm apoiado a modernização das suas estruturas económicas, sociais e institucionais e contribuído para uma aceleração do crescimento no quadro de um desenvolvimento sustentável.

Em particular nos últimos anos o contributo do Quadro Comunitário de Apoio 1994/1999 representou até 98.12.31, um esforço de investimento de 5.5 mil milhões de euros de despesa pública (Fundos Estruturais e Orçamento de Estado) na Região, através dos diferentes programas nacionais de índole sectorial e do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, mais orientado para as actuações de iniciativa local e regional.

Nas áreas de intervenção mais significativas destacam-se:

- a Modernização do Tecido Económico, que representa cerca de 45% do investimento na Região, com especial destaque para a Indústria, responsável por cerca de dois terços deste Programa, seguida pela Agricultura com cerca de um quarto;
- as Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento responsáveis por cerca de 28% do total investido, onde os Transportes representam mais de 80% do investimento realizado, seguidos pela Energia, a nível bem mais modesto, com cerca de 10% do total deste Programa;
- o Ambiente e a Revitalização Urbana representa cerca de 8% do total investido na Região, com especial destaque para a Renovação Urbana, cujo peso é superior a 80% do total deste Programa.

No que se refere ao Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo 1994-1999, que corresponde a um esforço de investimento de 519 milhões de Euros, releve-se que apesar de traduzir menos de 10% dos investimentos canalizados para a Região, tem impactos significativos no investimento total, em particular as intervenções localizadas nas sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo, que representam mais de 25% do respectivo investimento total.

Nas suas áreas de intervenção mais relevantes destacam-se:

- as Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional, responsáveis por cerca de 50% do total investido no POR, onde o investimento no Ambiente é mais de metade do total deste Sub-Programa, seguido pelos Transportes e Acessibilidades com cerca de um terço do total.
- o Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da Qualidade de Vida, com cerca de 43% do investimento realizado no Programa, onde a Área Metropolitana de Lisboa, com 41% do total investido no Sub-Programa, coube a maior quota do investimento efectuado, seguida pelas Sub-Regiões do Vale do Tejo, com 34%, e a do Oeste, com 24%.

Em termos de impactos no desenvolvimento socio-económico regional, o esforço de investimento efectuado no Quadro Comunitário de Apoio 1994/1999, terá contribuído para um aumento do PIB per capita da Região de cerca de 1,9%, e por esta via para uma maior convergência da Região com a média comunitária. Por outro lado, o QCA contribuiu para a redução das disparidades intra-regionais e aumentou a coesão entre as várias sub-regiões que compõem a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Estes apoios representaram cerca de 35% do total do QCA II e deram um contributo significativo para que a Região ultrapassasse claramente durante estes anos o tecto de 75% da média comunitária, medido em termos de PIB per capita em paridade de poder de compra, que lhe permitia ser enquadrada no objectivo nº 1 dos Fundos Estruturais e beneficiar de apoios substanciais da União Europeia para o seu desenvolvimento.

A inclusão da Região de Lisboa e Vale do Tejo no regime de phasing-out com valores de apoio estrutural progressivamente mais reduzidos de ano para ano faz assim baixar a quota parte da Região para cerca de 15% do montante total afecto a Portugal no período 2000-06 e constitui assim um importante desafio à capacidade de auto-sustentação da Região. As novas regras em matéria de concorrência a que, por outro lado, as empresas da Região estão sujeitas, com um corte em relação ao passado é outro factor que não deixará de ter importantes consequências no esforço de aproximação às médias europeias e na criação de emprego.

Com efeito, há ainda um significativo caminho a percorrer para que a Região possa pelo menos atingir níveis de riqueza e bem estar correspondentes à média da União Europeia. Os próximos anos, e em particular os primeiros seis anos do próximo período de programação – em que a Região é ainda decrescentemente apoiada pelos Fundos Estruturais – assumem assim um papel fulcral, aparecendo como uma etapa decisiva de alguma envergadura para o reforço da coesão económica e social.

É com esta perspectiva que o Governo e os agentes económicos e sociais encaram o próximo período de programação dos Fundos Estruturais: trata-se de em cada um dos sectores e áreas, em conjunto com outras intervenções não co-financiadas e,

portanto, utilizando apenas recursos públicos e privados nacionais, ser capaz de fazer as escolhas mais criteriosas e com maior impacto para que a Região se aproxime do nível 100 em 2006.

Neste espírito foi preparado e consensualizado o Plano Estratégico da Região para 2000-2010, o qual contou com a participação activa dos agentes e forças vivas do território (Associações Empresariais Regionais e nacionais, Associações de Municípios, Regiões de Turismo, Associação de Defesa do Consumidor e Patrocinadores, etc.) e constituirá um quadro de referência privilegiado para as actuações da Administração Central e Local e também para os agentes privados e associativos. A sua concretização envolverá diferentes instrumentos operacionais previstos no QCA III – designadamente este Programa Operacional Regional e os Programas Operacionais Sectoriais – mas igualmente outras actuações a implementar com recursos exclusivamente nacionais.

Sendo o desenvolvimento um processo complexo e o resultado da interacção de vários agentes em vários domínios complementares, optou-se por reproduzir essa complexidade e variedade de actuações no Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Com efeito, a estratégia definida para a elaboração do Programa teve como pressuposto o envolvimento de todos os agentes públicos, privados, e associativos com intervenção na Região, visto que se procurou apelar e comprometer o esforço de todos neste esforço decisivo. Sendo o Programa Operacional uma parte de um todo – a totalidade das intervenções na Região até 2006 – não pareceu razoável excluir do Programa alguns agentes e assim correr o risco da sua intervenção não se fazer com a dimensão, as características e a integração necessárias. A alavancagem de recursos públicos para a Região e o Programa é um factor que não será descurado.

Por outro lado, o desenvolvimento não é só económico e social, tem também uma vertente institucional importante. Não parece, à partida, fazer sentido deixar de fora uma experiência inovadora de desconcentração para os órgãos de âmbito regional de uma série de tarefas ligadas ao desenvolvimento e de envolvimento na gestão dos Fundos Estruturais. A criação de um fórum de discussão, consensualização e acção que será fornecido pelo Programa Operacional só terá impacte e efeitos perenes se envolver os responsáveis regionais dos diversos sectores da Administração em Lisboa e Vale do Tejo e não apenas um número limitado que integraria um Programa com intervenções mais concentradas.

Finalmente, importa referir que durante o ano de 2006 – em que o regime de transição já terá terminado – só beneficiarão dos apoios estruturais comunitários as sub-regiões que vierem a ser consideradas elegíveis a pelo menos um dos objectivos temáticos dos Fundos Estruturais, e nas condições regulamentares aplicáveis.

Assim sendo, a preocupação de concentração espacial dos apoios do Programa nas sub-regiões menos desenvolvidas foi um pressuposto na preparação deste instrumento de desenvolvimento, como poderemos constatar nos quadros seguintes, que não obstante serem meramente indicativos evidenciam um maior investimento no Oeste e também no Vale do Tejo, quando esses investimentos são ponderados pelas respectivas populações.

DISTRIBUIÇÃO INDICATIVA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS DO EIXO 1 E DO  
EIXO 2 POR SUB-REGIÃO

SUB-REGIÃO	FUNDOS ESTRUTURAIS (milhares euros)	PESO PERCENTUAL
AML	191 500	36.5
OESTE	156 462	29.8
VALE DO TEJO	176 486	33.7

FUNDOS ESTRUTURAIS PER/ CAPITA E POR SUB-REGIÃO

SUB-REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE	FUNDOS PER CAPITA (milhares euros)
AML	2 565 000	0,075
OESTE	319 000	0,490
VALE DO TEJO	435 000	0,406
RLVT	3 320 000	0,158

## II – OBJECTIVOS E ESTRATÉGI A DE DESENVOLVI MENTO

---



## II. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

### II.1. ESTRATÉGIA REGIONAL

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo fundamenta-se e estrutura-se em estreita articulação com a Estratégia de Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, elaborada no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.

Como objectivo global define-se nessa Estratégia:

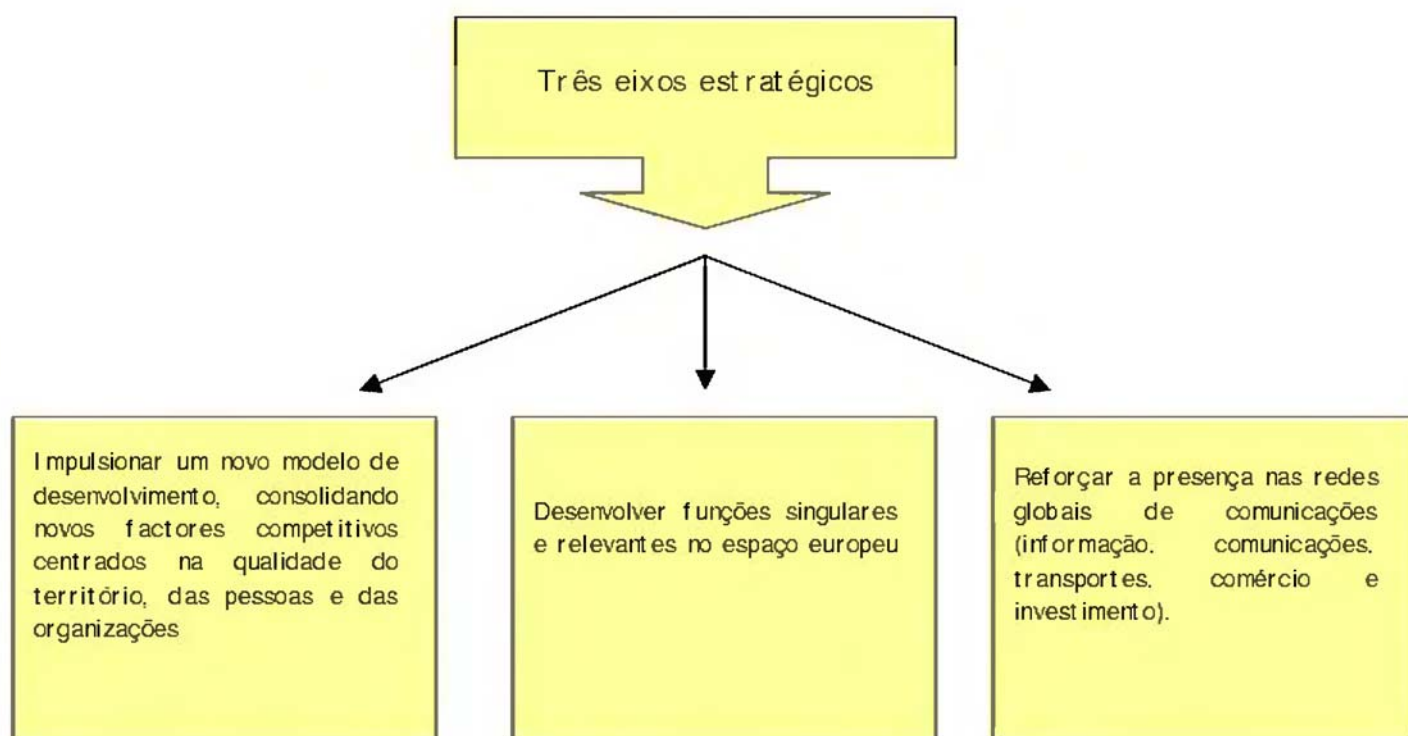
Transformar Lisboa e Vale do Tejo numa região euro-atlântica de excelência, singular e competitiva no sistema das regiões europeias, num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial, numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado, numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades.

Este objectivo tem estreita conexão com o grande objectivo da estratégia nacional de desenvolvimento de *"estruturar e consolidar em Portugal uma primeira frente atlântica europeia, adquirindo uma nova centralidade na relação da Europa com a economia global"*.

A concepção do objectivo regional é consequente à identificação de três oportunidades consideradas determinantes para o desenvolvimento da Região: poder constituir um pólo estruturador e dinamizador da região atlântica devido à sua posição geo-estratégica privilegiada e às infra-estruturas de internacionalização existentes e em construção; apresentar uma excelência climática, patrimonial e ambiental e concentrar alguns dos melhores recursos institucionais, humanos, científicos e produtivos nacionais.



O objectivo global definido para a Região Lisboa e Vale do Tejo tem suporte em:



- *Impulsionar um novo modelo de desenvolvimento consolidando novos factores competitivos centrados na qualidade do território, das pessoas e das organizações*, traduz-se em concretizar uma nova concepção de organização e gestão do território, salvaguardando valores patrimoniais e princípios de acção considerados essenciais; em transformar o território numa fonte de novas oportunidades, colocando a qualidade ambiental como factor central; em consolidar um novo perfil de especialização que permita à Região desenvolver funções de intermediação entre os processos de internacionalização e a redução das assimetrias regionais internas;
- *Desenvolver funções singulares e relevantes no contexto do espaço europeu*, assenta no desenvolvimento de dois elementos principais— uma renovação da história no sentido de que a Região constitua um grande ponto de encontro pluricontinental e uma renovação da vida social no sentido de que a Região constitua um pólo de atracção de experiências e modelo de respeito pelos idosos;
- *Reforçar a presença da Região nas redes globais de informação, comunicações, transportes, comércio e investimento*, significa apostar em dois principais enfoques: alcançar uma nova relevância mundial consolidando nós nas redes de mobilidade global de informação, conhecimento e criatividade; desenvolver infra-estruturas de mobilidade europeia e mundial inovadoras e eficazes.

O Programa Operacional tem como finalidade última contribuir para a realização do objectivo global identificado para a Região, incorporizando a parte da estratégia regional susceptível de ser integrada no âmbito da definição dos programas operacionais regionais e nos respectivos limiares financeiros, em concordância com os objectivos dos fundos estruturais comunitários e em função de uma contribuição directa para a concretização das políticas comunitárias, nomeadamente em matéria de ambiente, de inserção no mercado de trabalho e de emprego, de modo geral em matéria de desenvolvimento dos recursos humanos e de uma perspectiva de progresso económico e social.

## II.2. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem como objectivo global:

*A qualificação do território, das pessoas e das organizações*

visando a promoção do desenvolvimento sustentável da Região e a sua coesão económica e social.

A prossecução deste objectivo alicerça-se na ideia-chave de que a qualificação do território, das pessoas e das organizações constitui a base para a criação de factores de competitividade capazes de reposicionar a Região de forma activa no quadro internacional, assim como poderá viabilizar o desenvolvimento mais harmonioso da Região, sem que nenhuma das suas parcelas veja de algum modo condicionado o seu próprio desenvolvimento.

Por constituir um factor-chave na construção de um novo modelo de desenvolvimento regional, justifica-se pois um esforço de concentração e encaminhamento dos meios e instrumentos disponíveis para o seu cumprimento.

Qualificar o território, as pessoas e as organizações corresponde a incrementar:

- ❖ Uma concepção de organização e gestão do território que salvaguarde valores patrimoniais e princípios de acção considerados essenciais, designadamente a qualidade ambiental, a coesão social, um modelo adequado de estruturação do território e boas condições de governabilidade;
- ❖ O entendimento do território enquanto fonte de novas oportunidades, colocando o ambiente como factor de bem-estar, competitividade e atracção, tratando-se pois de atender aos principais meios que assim o viabilizam: um mundo rural ambientalmente sustentável e social e economicamente viável, um



conjunto de aglomerações cuja competitividade e capacidade de atracção se baseie na sua qualidade sócio-urbanística e uma partilha de dinâmicas de interacção e de aprendizagem colectiva propiciadas pelo factor de proximidade e que são favoráveis à qualificação das pessoas e das iniciativas empresariais;

- ❖ A consolidação de um novo perfil de especialização, que permita à Região desenvolver funções de intermediação entre os processos de internacionalização e a redução das assimetrias regionais internas, o que se prende com a intervenção no domínio das infra-estruturas e equipamentos de nível supra-regional, turismo e lazer, desporto de alto rendimento, actividades logísticas e serviços financeiros.

A possibilidade de levar a cabo intervenções que concorram para estes fins confronta-se com a necessidade de intervir a níveis diferentes de organização do espaço regional, assim como conciliar diferentes capacidades e competências de intervenção no território com diferentes contextos sub-regionais e, nesse sentido, quer com uma diversidade de tónicas de intervenção quer com a justificada vantagem de intervenções tematicamente integradas.

A necessidade de abranger níveis tão diversos de intervenção, do municipal ao sectorial-nacional/regional, significa o estabelecimento de uma estreita concordância com a actuação, por exemplo, quer das autarquias quer das entidades responsáveis pelos programas sectoriais. Assim, enquanto as preocupações das autarquias tem características sobretudo territoriais, as entidades sectoriais evidenciam sobretudo os fins sectoriais estabelecidos ao nível nacional. Neste caso, trata-se pois de assegurar a concertação estratégica entre finalidades sectoriais e territoriais. Ambos os tipos de entidades deverão assim actuar e concertar-se de forma integrada.

Por outro lado, a atenção aos contextos específicos dos espaços sub-regionais, justifica a intervenção a um nível de responsabilidade regional, associado a factores de carácter eminentemente territorial e a uma actuação sobretudo de natureza integrada tematicamente.

Neste contexto definem-se como Prioridades Estratégicas do Programa Operacional:

1. Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local
2. Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais
3. Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região.

O reforço da coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local, deverá traduzir-se na resposta qualificada às necessidades básicas das mesmas, abrangendo por isso as *acessibilidades e equipamentos*, a *valorização ambiental e patrimonial*, a *capacidade institucional regional*, a *formação para o desenvolvimento*, isto é, a qualificação dos agentes locais no sentido de proporcionar melhor desempenho na sua função de promotores do desenvolvimento, considerando nestes domínios a particular preocupação de reforçar a formação qualificada das mulheres, as *acções de valorização territorial e bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico*.

Inclui, assim, a actuação em domínios diversificados como as infra-estruturas e sistemas de transportes, as condições ambientais, nomeadamente na protecção, recuperação e valorização do património ambiental e na garantia de uma melhor cobertura do território em termos de saneamento básico, a dotação e valorização da rede urbana local de equipamentos com funções de apoio directo à população, a preservação e valorização do património construído e dos espaços envolventes, o reforço e qualificação da capacidade de actuação dos agentes locais e a qualificação dos recursos humanos, e a valorização e revitalização de espaços territoriais específicos.

O incremento da estruturação da Região e da capacidade competitiva das sub-unidades regionais, associa-se particularmente:

- com o aproveitamento das potencialidades territoriais e de posicionamento da Região em articulação com a garantia de acesso a determinados serviços e padrões de qualidade de vida e de ambiente;
- com a organização do território, promovendo a competitividade dos nós estratégicos para a estruturação do espaço em termos regionais, por forma a melhorar os equilíbrios regionais e a reforçar o papel das cidades portuguesas na organização do território europeu;
- com o desenvolvimento das cidades mediante o apoio a estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano;
- e com elementos centrais de coesão social tais como a segregação funcional e social dos territórios urbanos, a requalificação do património e a promoção da integração das funções urbanas.

Salienta-se que esta prioridade reforça, de modo especial, os objectivos associados ao eixo do PDR em que o Programa Operacional se integra e que visa *promover o desenvolvimento sustentável das Regiões e a coesão nacional*, mas estabelece também uma estreita relação com o eixo do PDR que *visa afirmar a valia do território e da posição geo-económica do País*.

A sua concretização traduzir-se-á na operacionalização das principais linhas que a seguir se descrevem.

Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana, com a qual se pretende contribuir para o reforço de uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável, através das seguintes áreas de intervenção:

- requalificação e valorização ambiental dos espaços urbanos;
- mobilidade urbana sustentável;
- qualificação de áreas de realojamento;
- capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana, e de participação do público.

A medida Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana, apresenta em uma componente empregabilidade, que se destinará a assegurar no domínio da promoção do desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas, e do fortalecimento da articulação das políticas no espaço regional e do espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa.

Valorização do Tejo, essencialmente alicerçada na criação de condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, através da afirmação desta área enquanto espaço privilegiado de lazer e turismo, sempre associando-se-lhe dinâmicas económicas e de bem estar social baseadas numa visão global e integrada, criando redes de infra-estruturas e equipamentos e/ou serviços, estabelecendo rotas com critérios de selectividade e complementaridade, e privilegiando os locais onde o efeito multiplicador dos investimentos seja mais significativo, a par de uma intervenção concertada e participada.

A territorialização desta acção integrada incide, primordialmente nos espaços assinalados na Fig. 5.

Formação e Empregabilidade, que visa promover a formação no contexto da intervenção definido para a valorização do Tejo.

O incremento da equidade territorial e o incentivo do desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região, pretende assegurar, no âmbito regional:

- o acesso a determinados serviços e padrões de qualidade de vida e de ambiente, incluindo a vertente de protecção e valorização dos recursos humanos, isto é, do desenvolvimento do potencial humano;
- o desenvolvimento do potencial humano no particular aspecto de melhoria do quadro de vida da mulher, nomeadamente ao nível do reforço da sua participação na vida económica através do incremento dos elementos que permitam uma melhor conciliação entre a vida familiar e a vida profissional e da promoção do acesso da mulher ao mercado de trabalho e melhoria da sua situação profissional;



Figura 5

- a contribuição para a organização da Região e a construção de uma sociedade favorável à inovação e à iniciativa, à competitividade e à solidariedade, criando uma envolvente que facilite as transformações necessárias no tecido empresarial e criando as condições e adequando os instrumentos de intervenção no sentido de aproveitar oportunidades oferecidas pelo mercado ao desenvolvimento da economia empresarial.

Destaca-se que esta prioridade estratégica tem associada uma particular articulação com os eixos do PDR que visam *eleva o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social, e alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro*, com importantes repercussões ainda ao nível da *coesão regional e nacional*.

A natureza desta prioridade, associada a processos de concertação estratégica entre finalidades sectoriais e territoriais, e a possibilidade de viabilizar a sua prossecução justifica alguma diversidade de campos de actuação, que a seguir se descrevem.

Redes de Infra-estruturas e Equipamentos, pretendendo-se fundamentalmente tornar real a equidade territorial, no sentido de responder à necessária modernização e adequação das infra-estruturas de suporte à vida urbana e à disponibilização de equipamentos descentralizados, e acompanhar o crescimento e a localização de novos núcleos urbanos, a par de um claro contributo para o reforço da estruturação da Região, integrando os seguintes domínios:

- *ambiente*, com a conservação e valorização do património natural, a valorização e protecção dos recursos naturais, a informação e gestão ambientais, a melhoria do ambiente urbano e a promoção da recuperação do passivo ambiental;
- *acessibilidades e transportes*, com o descongestionamento das áreas urbanas, o desenvolvimento de modos e meios de transporte, a melhoria das acessibilidades regionais, e a melhoria da articulação entre diferentes redes de transporte;
- *saúde*, com a implementação dos sistemas locais de saúde, enquanto forma melhorada de garantir uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, e com o acautelamento do tratamento das águas residuais dos hospitais e outras unidades dos serviços de saúde;
- *educação*, com o apoio a infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- *desporto*, com a estruturação de redes de equipamentos desportivos, a inserção da componente desportiva em programas de requalificação urbana, a promoção do desenvolvimento do desporto ao nível da alta competição, a promoção, o desenvolvimento e a generalização do acesso à prática desportiva, do ambiente, com a protecção e melhoria da qualidade ambiental e a sustentabilidade ambiental da Região no quadro do desenvolvimento das diversas actividades.

Qualificação dos Recursos Humanos e Promoção do Emprego, dando-se particular atenção ao reforço da qualificação e capacitação tecnológica da população e à prevenção dos fenómenos de desemprego e dos problemas de emprego, integrando a actuação nos domínios:

- *educação*, com a diversificação das ofertas de formação inicial qualificante de jovens;
- *ciência, tecnologia e inovação*, com o desenvolvimento de acções relativas à cultura científica e tecnológica;
- *sociedade de informação*, com o desenvolvimento de cidades e regiões digitais, incluindo a criação de competências necessárias à sua concretização e ao “Estado Aberto”: modernização da Administração Pública neste contexto;
- *emprego, formação e desenvolvimento social*, com a formação de activos, formação inicial e formação da Administração Pública, com a actuação preventiva dos fenómenos de desemprego, promovendo a empregabilidade dos activos desempregados, a actuação precoce de resposta aos problemas de emprego como forma de minimizar o risco de desemprego de longa duração, a actuação facilitadora da inserção social dos sectores expostos ao desemprego de longa duração com o estímulo da (re)inserção no mercado de trabalho e a contribuição para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local, tendo em conta as realidades locais e as especificidades dos actores locais e dos públicos a contemplar.

Reforço das Actividades Económicas, no sentido de viabilizar uma envolvente que facilite as transformações necessárias no tecido empresarial, integrando a actuação nos domínios:

- *sustentabilidade económica*, com a dinamização e afirmação da base económica regional, particularmente associada à promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento, e com a melhoria da envolvente empresarial;
- *pescas*, com a melhoria das infraestruturas de portos de pesca que integram a rede básica, bem como as condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios;
- *agricultura e desenvolvimento rural*, com incentivo a uma sólida aliança entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social, através nomeadamente do apoio à pequena agricultura o desenvolvimento de produtos de qualidade, do incremento da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas, do desenvolvimento de serviços à agricultura, do incremento da gestão de recursos hídricos e do emparcelamento, do apoio no domínio dos caminhos e da electrificação agro-rurais, a valorização do ambiente e do património rural, e da dinamização do desenvolvimento agrícola e rural.

### III – ESTRUTURA OPERACIONAL POR EIXOS PRIORITÁRIOS

---



### III.1 – EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, é um programa operacional previsto no âmbito do Eixo 4, do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-06): Promover o Desenvolvimento das Regiões e a Coesão Nacional, e reflecte inovações muito significativas relativamente, quer ao modelo institucional adoptado nos dois QCA anteriores, quer ao volume de meios financeiros que lhes estão afectos.

Esta concepção traduz uma clara orientação política e organizativa, cujo objectivo é o de garantir, pela aplicação do princípio de subsidiaridade e tendo em vista a complexidade crescente das formas institucionais de administração territorial do Estado, ganhos de eficiência resultantes de uma maior aproximação entre os diferentes níveis de decisão política e administrativa e a sociedade civil; duma coordenação entre os diversos serviços e departamentos da administração pública e duma forte articulação das intervenções da administração central com os municípios, por um lado, e com as organizações representativas dos agentes económicos e sociais por outro lado.

As alterações referidas são evidenciadas, em primeiro lugar, pela nova sistematização do Programa Operacional Regional, o qual, para além da componente relativa ao apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal, passa a integrar dois outros tipos de medidas e acção, correspondentes a dois eixos prioritários distintos: acções integradas de base territorial e intervenções da administração central regionalmente desconcentradas. Em segundo lugar, tais modificações implicam um aumento importante dos recursos financeiros comunitários e nacionais que são distribuídos através do PORLVT, não obstante a situação particular que Lisboa e Vale do Tejo atravessará no período 2000-2006 correspondente ao phasing-out.

Os projectos mencionados no presente programa são indicados a título de exemplo. O seu financiamento efectivo dependerá do respeito pelas disposições definidas em Sede de Complemento de Programação e do seu enquadramento no programa.

O Programa Operacional Regional abrange toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II), envolvendo participações comunitárias do FEDER, FEOGA e FSE.

O Programa Operacional organiza-se em três Eixos Prioritários:

Eixo Prioritário 1- Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal

Eixo Prioritário 2- Acções Integradas de Base Territorial

Eixo Prioritário 3- Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

## **Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal**

### **ENQUADRAMENTO / OBJECTIVOS**

Assegurando a continuidade da acção estrutural comunitária junto dos Municípios e de outras entidades, destina-se a acolher e financiar projectos de investimento de escala municipal e intermunicipal que concorram para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável dos territórios, tendo subjacente o princípio da equidade, para o reforço e dinamização dos agentes da região e para a qualificação dos recursos humanos.

O desenvolvimento das sociedades modernas exige uma resposta cada vez mais qualificada às exigências que se vão constituindo. Não obstante o esforço de investimentos realizados, nos últimos anos, na construção de infra-estruturas e de equipamentos, ainda há carências que se torna necessário satisfazer.

Importa, assim, continuar a promover a qualificação do território, melhorando:

- as condições de mobilidade e acessibilidade, as quais se revelam no nível qualitativo e quantitativo das infra-estruturas, mas também, no sistema de transportes e comunicações que se conseguem atingir;
- as condições ambientais do território, elevando os indicadores de sustentabilidade e de qualidade de vida para as populações;
- os equipamentos, os quais numa óptica de organização do território contribuirão para melhorar as condições de fixação e de bem-estar das populações;
- a valorização do património construído e as acções de qualificação urbana potenciando as capacidades do património cultural e ambiental.

A situação actual do território torna ainda necessária a realização de acções e projectos que reforcem a coesão económica/ social e territorial da Região.

Por outro lado, para que as regiões se possam afirmar como competitivas dentro do quadro nacional e internacional há que dispor de um conjunto de infra-estruturas que permitam um processo de viragem ao exterior, bem como, de um conjunto de agentes modernos e actantes que o protagonizem.

Nesse sentido, e de forma a otimizar os investimentos realizados na Região, num importante esforço de materialização da concentração ao nível das políticas de desenvolvimento, conciliando nomeadamente políticas de carácter eminentemente territorial e políticas sectoriais, deverá ser assegurada, a nível deste eixo, a complementariedade dos projectos financiados pelo Fundo de Coesão, no que respeita ao domínio do Ambiente. Assim, visa-se completar o processo da infraestruturação básica do território, com especial incidência nos investimentos

em “baixa” no domínio das três vertentes de saneamento básico (abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos urbanos).

A preocupação da articulação e complementaridade entre os diversos investimentos aplica-se igualmente às acessibilidades e transportes.

Torna-se pois, necessário, encetar um ciclo onde se apoie de forma eficaz, a montagem de sistemas de gestão eficazes, promovendo acções e iniciativas de natureza organizacional e imaterial.

Este Eixo Prioritário tem como objectivo global *reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento local.*

São objectivos específicos:

- ❖ constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supra-municipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;
- ❖ recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;
- ❖ contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;
- ❖ qualificar o potencial humano.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO

Território da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo. A implementação deste Eixo Prioritário ou de algumas das suas medidas poderá vir a ser estruturada a nível de NUTS III.

## PRINCÍPIOS GERAIS E ORIENTADORES DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

Os critérios de selecção e o estabelecimento de prioridades na afectação das verbas terão em atenção, nomeadamente, as seguintes condições:

- conformidade com os objectivos do Programa Operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a região;
- consonância com as prioridades definidas para o respectivo sector;
- consideração dos princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável decorrentes da política e legislação comunitária em matéria de ambiente;
- grau de adequação dos projectos às realidades locais e às necessidades registadas;

- número de municípios envolvidos ou abrangidos pelo impacto do projecto;
- inserção num quadro de parceria;
- promoção da melhoria do quadro de vida da mulher, na óptica do reforço da sua participação na vida económica, nomeadamente, através de elementos que incrementem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, e o acesso da mulher ao mercado de trabalho e a melhoria da sua situação profissional;
- apoio prioritário a investimentos complementares dos investimentos financiados pelo Fundo de Coesão, necessários para assegurar a plena eficácia de cada sistema, para as vertentes do saneamento básico relativas ao abastecimento de água e à drenagem e tratamento de águas residuais, e numa lógica de Sistemas integrados do Ciclo da Água.

No caso da celebração de contratos-programa, constitui condição para a sua efectivação, que as Associações de Municípios, a Junta Metropolitana e demais agentes de desenvolvimento local e regional candidatos, apresentem programas estratégicos e operacionais que contribuam para a prossecução dos objectivos para a Região, os quais deverão ser homologados pelo Ministro de Planeamento.

O Complemento de Programação, a transmitir à Comissão Europeia no prazo de três meses após a aprovação do Programa Operacional, incluirá os critérios de selecção de candidaturas, que deverão ter em conta:

- a necessidade de assegurar a coerência entre as acções referidas nos Programas Operacionais Sectoriais e as retomadas nos programas regionais evitando sobreposições;
- As indicações estabelecidas no quadro de referência dos sectores transportes e ambiente e para as intervenções do Fundo de Coesão.

É assegurada a participação das autoridades ambientais na formulação dos critérios de selecção.

No que se refere à elegibilidade de despesas, o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo prevê que a compra de terrenos possa, em casos devidamente fundamentados, atingir um montante superior a 10% do custo da operação. Nestas situações, a Comissão deverá ser previamente consultada.

## **ENTIDADES BENEFICIÁRIAS**

- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Associações Empresariais



- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Serviços Desconcentrados da Administração Central
- Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

Para concretizar os objectivos específicos mencionados, foram consideradas as seguintes medidas:

### **MEDIDA 1.1. - Acessibilidades e Equipamentos (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supra-municipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas, através da melhoria das acessibilidades internas e externas da Região, garantindo um melhor acesso da população – residente e não residente – aos equipamentos e infra-estruturas existentes, dotando e valorizando a rede urbana local de equipamentos com funções de apoio directo à população e às suas necessidades.

Descrição/ Tipologia de acções:

- melhoria da rede viária municipal e intermunicipal, nós de acesso e circulares, planos de transportes, centros coordenadores e multimodais;
- equipamentos de apoio à população no âmbito do ensino básico, da cultura, lazer, desporto e outros equipamentos de utilização colectiva.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 10.8% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 1.2. - Valorização Ambiental e Patrimonial (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- melhorar os níveis e a qualidade de atendimento em infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, tendo em conta as exigências da legislação existente sobre a matéria a nível nacional e comunitário;

- preservar, recuperar e valorizar o património paisagístico, ambiental e patrimonial construído, através da requalificação da paisagem urbana e da valorização do património construído existente, envolvendo a recuperação de conjuntos e elementos com reconhecido valor arquitectónico e histórico, bem como tratamento de espaços exteriores e zonas envolventes.

Descrição/ Tipologia de acções:

- sistemas de abastecimento de água;
- sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
- sistemas de recolha, reciclagem, tratamento e eliminação de resíduos sólidos urbanos;
- projectos de melhoramento da imagem e ambiente urbanos;
- recuperação e preservação do património edificado – designadamente projectos de recuperação de peças de património histórico, arquitectónico e cultural de elevado valor, planos de salvaguarda de zonas históricas.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 5.5 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 1.3. - Capacidade Institucional Regional (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- contribuir para melhorar a visibilidade e a notoriedade externas da Região, reforçando a sua competitividade dentro do quadro nacional e internacional, através da criação e apoio a estruturas de oferta de serviços, de acções de divulgação da Região, da promoção internacional, sensibilização e envolvimento dos agentes económicos, sociais e institucionais para as dinâmicas da Região; e ainda assegurar a gestão, o acompanhamento e a avaliação das intervenções dos fundos estruturais bem como a sua eficácia, publicitação e divulgação.

Descrição/ Tipologia de acções:

- apoio e divulgação de actividades e festividades tradicionais, organização e promoção de Encontros, Seminários, Mostras e Exposições e realização de Feiras e Congressos; promoção e divulgação do Programa através dos órgãos de comunicação social, organização de colóquios e seminários, conferências e visitas

à Região, edição de boletins informativos, e participação em acontecimentos comunitários relacionados com as políticas de desenvolvimento regional e com a execução do Programa;

- acções de cooperação e promoção internacional, sistemas de informação georreferenciada, apoio a missões que tenham em vista acordos de cooperação;
- estudos que permitam um melhor conhecimento e o equacionamento da gestão estratégica da Região.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.4 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 1.4 - Formação para o Desenvolvimento (FSE)**

Enquadramento/ Objectivos:

As intervenções do Fundo Social Europeu no âmbito do Eixo I do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo visam apoiar as acções de formação profissional de funcionários e agentes da administração local, designadamente Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações de Municípios, Serviços Municipalizados, Empresas Municipais e Inter-municipais e Empresas Concessionárias de Serviços Municipais.

Pretende-se com esta medida abranger, no final do período de programação, 75% dos efectivos da Administração Local da região.

Descrição/ Tipologia de acções:

Estas acções de formação profissional respeitam:

- à melhoria da qualidade da gestão pública local em sentido restrito;
- às actividades de planeamento, programação, execução e controlo de investimentos intermunicipais e municipais que sejam apresentados a financiamento pelo Programa Operacional;
- à utilização das infra-estruturas e dos equipamentos de âmbito intermunicipal e municipal que se insiram nas competências próprias das autarquias locais e sejam exercidas directamente por estas, por associações de municípios ou por empresas municipais ou intermunicipais em condições não concorrenciais, com actividades similares de iniciativa e responsabilidade privada, designadamente nos domínios ambiental e da prestação de serviços locais de apoio aos cidadãos e aos agentes económicos;

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 1.8 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **Medida 1.5. - Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER)**

#### Enquadramento / Objectivos

Esta medida visa, fundamentalmente, realizar acções de sustentabilidade, inovação e valorização territorial, de âmbito local e sub-regional, tendo como finalidades criar sinergias e massas críticas em articulação com outras medidas de qualquer dos eixos do Programa.

Poderá ser aplicada em situações singulares ou evoluir, para situações que prefigurem a natureza e os objectivos das AIBT quando for possível, progressivamente, criar as parcerias e demais condições das Acções Integradas (espaciais ou temáticas) que não foi possível consolidar na fase de preparação do Programa Regional.

Constituem objectivos desta medida:

- a valorização e revitalização de espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, e fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e regionais;
- a preservação, recuperação e valorização de conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional;
- a implementação de acções de revitalização económica e social de espaços degradados em áreas circunscritas, designadamente em zonas urbanas e no âmbito de processos de recuperação ambiental;
- a criação ou melhoria das condições, designadamente infra-estruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano;
- contribuir para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional.

#### Descrição / Tipologia de acções

- apoio a acções que permitam dar relevo e consolidar potencialidades económicas específicas da região, do ponto de vista territorial.
- acções de revitalização económica e social no âmbito da recuperação urbana e territorial e da valorização de espaços específicos, compreendendo o apoio a



projectos de tratamento e regeneração física de áreas degradadas e de zonas territoriais de elevada valia.

- acções específicas de requalificação económica territorial, de modo a viabilizar a utilização destes espaços, de forma sustentável, por parte da actividade produtiva e das populações.
- desenvolvimento de formas institucionais de cooperação entre a Administração Central (e os seus vários sectores) e a Local, recorrendo também a sistemas de contratualização com os diversos actores locais do desenvolvimento económico e social.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 4.9 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 1.6. - Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- as Autarquias Locais desempenham um papel importante no desenvolvimento regional e local, estando o sucesso das suas acções dependente entre outros aspectos, da disponibilidade de meios financeiros suficientes que permitam aproveitar as oportunidades de desenvolvimento, canalizando os fundos estruturais da União Europeia para investimentos económica e socialmente rentáveis.

Esta medida prevê à semelhança do que se verificou no Quadro Comunitário de Apoio anterior (1994/1999), a implementação de um Instrumento para financiamento complementar do investimento autárquico, a fim de assegurar os meios financeiros adequados à sua execução.

Descrição / Tipologia de acções

- esta medida, destina-se a bonificar juros de linhas de crédito para o financiamento complementar dos projectos municipais e inter-municipais aprovados para comparticipação de subsídios do FEDER no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, havendo igualmente lugar à atribuição de uma bonificação do Estado.

Para cada projecto o montante máximo do financiamento FEDER combinado com a bonificação da taxa de juro não excederá 75% do custo total do projecto (inclui os encargos financeiros relativos à linha de crédito).

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.1 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial

### ENQUADRAMENTO / OBJECTIVOS

As Acções Integradas visam superar quer dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas, quer aproveitar potencialidades insuficientemente exploradas, que corporizando uma concentração e intensificação de investimentos e de capacidades organizativas, são territorial e/ou tematicamente selectivas, pertinentes e estratégica, e operacionalmente selectivas.

Uma primeira actuação prioritária verifica-se a nível da qualificação das cidades e da requalificação metropolitana, mediante o *reforço da qualificação e competitividade das cidades*. A dinâmica territorial recente da Região de Lisboa e Vale do Tejo confere aos centros urbanos um protagonismo crescente, quer através de processos de concentração intra-concelhia, quer pela formação de eixos urbanos ou de sistemas urbanos locais. A concertação de estratégias e a valorização de complementaridades e sinergias poderão proporcionar a estes aglomerados vantagens acrescidas, aumentando assim o seu protagonismo territorial e diminuindo as assimetrias internas de desenvolvimento.

Assim, trata-se de organizar e estruturar o espaço regional no sentido de contribuir para o reforço de uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável, qualificando e conferindo maior competitividade às cidades.

Ainda no contexto desta actuação, desenvolver-se-ão acções ao nível da *requalificação metropolitana*. De facto, a Área Metropolitana de Lisboa caracteriza-se pela concentração de população, actividades, equipamentos, infraestruturas, serviços de comunicação e de internacionalização, o que implicou uma forte polarização exercida por Lisboa. Este crescimento extensivo da cidade tem implicado a intensificação dos movimentos pendulares de fluxos diários baseados na relação casa/trabalho, tendo consequências no ordenamento desses territórios. Este aumento de população residente nas periferias e a concentração de emprego em Lisboa foi acompanhado pelo agravamento das deficiências das estruturas urbanas metropolitanas. Torna-se assim importante contribuir e apoiar o desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais, criando novas oportunidades para o desenvolvimento.

Por outro lado, o crescimento das sociedades contemporâneas e das cidades tem sido acompanhado pelo aparecimento de disfunções sócio-urbanísticas, que se manifestam quer nas áreas urbanas quer em áreas urbanas periféricas, pelo que importa actuar ao nível da requalificação sócio-urbanística dessas áreas, combatendo a sua degradação e invertendo esta tendência, apostando na requalificação urbanística do espaço público e dos serviços prestados.

Outra actuação estratégica a este nível baseia-se na *valorização do Tejo*. De facto, o Tejo é o maior rio da Península Ibérica e constitui um dos eixos estruturantes do

território nacional, contribuindo para a formação de uma identidade própria, sendo também um factor importante de sustentação da economia local e regional. Actualmente, a sua importância como via de comunicação e como instrumento de apoio à agricultura diminuiu, tornando-se por isso necessário desenvolver novas potencialidades, assentes na sua enorme riqueza natural e paisagística, patrimonial, histórica e cultural, criando condições para a revitalização da economia baseada na vertente turística e de lazer.

Finalmente, a *Formação e Empregabilidade* constitui também uma importante actuação complementar, com vista a melhorar a qualificação dos recursos humanos e a empregabilidade no Vale Tejo, de modo a preservar as actividades económicas tradicionais e a valorizar os valores culturais, históricos e patrimoniais da região.

Este Eixo Prioritário tem como objectivo global incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais.

São objectivos específicos:

- ❖ reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;
- ❖ requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;
- ❖ promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;
- ❖ valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;
- ❖ promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO

Território da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo. A implementação deste Eixo Prioritário ou de algumas das suas medidas poderá vir a ser estruturada a nível de NUTS III.

## **PRINCÍPIOS GERAIS E ORIENTADORES DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

Os critérios de selecção e o estabelecimento de prioridades na afectação das verbas terão em atenção, nomeadamente, as seguintes condições:

- conformidade com os objectivos do Programa Operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- enquadramento num programa de intervenção mais amplo correspondente à estratégia de desenvolvimento definida, que indique e caracterize as acções a desenvolver, a sua calendarização, os recursos envolvidos e os protagonistas associados;
- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a região;
- consideração dos princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável decorrentes da legislação comunitária em matéria de ambiente;
- inserção num quadro de parceria;
- promoção a igualdade de oportunidades entre sexos e etnias.

A prioridade de selecção de candidaturas, quando não totalmente decorrente da apreciação dos programas de intervenção, far-se-á sempre em função do respectivo valor estratégico / estruturante associado ao grau de adequação dos projectos às realidades locais e às necessidades registadas, à viabilidade de execução e à qualidade e mérito urbanística dos projectos.

O Complemento de Programação, a transmitir à Comissão Europeia no prazo de três meses após a aprovação do Programa Operacional, incluirá os critérios de selecção de candidaturas, que deverão ter em conta:

- a necessidade de assegurar a coerência entre as acções referidas nos Programas Operacionais Sectoriais e as retomadas nos programas regionais evitando sobreposições;
- As indicações estabelecidas no quadro de referência dos sectores transportes e ambiente para as intervenções do Fundo de Coesão.
- A necessidade de respeitar os critérios de selecção estabelecidos nos Planos de Acção relativos às Acções Integradas de Base Territorial.

É assegurada a participação das autoridades ambientais na formulação dos critérios de selecção.

No que se refere à elegibilidade de despesas, o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo prevê que a compra de terrenos possa, em casos devidamente fundamentados, atingir um montante superior a 10% do custo da operação. Nestas situações, a Comissão deverá ser previamente consultada.



## **ENTIDADES BENEFICIÁRIAS**

- Administração Central
- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Associações Empresariais
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Serviços Desconcentrados da Administração Central
- Instituições de Ensino Superior e Politécnico
- Estruturas de I&D
- Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

Para concretizar os objectivos específicos mencionados, foram consideradas as seguintes medidas:

### **MEDIDA 2.1 – Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana – componente territorial (FEDER)**

#### Acção: Qualificação e Competitividade das Cidades

Enquadramento/ Objectivos:

Com esta medida pretende-se contribuir para o reforço de uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável. Nesse sentido, constituem objectivos específicos:

- Promover a realização de acções de requalificação e valorização ambiental de espaços urbanos;
- promover a mobilidade sustentável nas cidades, recorrendo, nomeadamente, ao reordenamento do tráfego automóvel com ganho de área pedonal, ao estímulo à utilização dos transportes colectivos, e ao uso de modos de transporte mais favoráveis ao ambiente;
- promover o reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam à melhoria do ambiente urbano.

Descrição/tipologia de acções:

- requalificação e valorização ambiental de espaços urbanos, através da requalificação extensiva do espaço público urbano, da valorização de espaços com importância ambiental ou que constituam referências urbanas de grande potencial simbólico, da recuperação/valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional, da modernização das redes de infra-estruturas, da criação de espaços colectivos de identidade e referência urbana, da promoção de centros de cultura e conhecimento, de recreio e lazer, de apoio social ou de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação;
- promoção da mobilidade urbana sustentável, através do reordenamento do tráfego automóvel com ganho de área pedonal, nomeadamente, com a reestruturação da rede viária na malha urbana, com a criação de áreas de estacionamento subterrâneo/silo auto ou de superfície, com recurso a modos de transporte mais favoráveis ao ambiente e ainda com projectos que estimulem a utilização de transportes colectivos urbanos;
- reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público, através de estudos e projectos que reforcem os sistemas de apoio à decisão e de divulgação ao público.

#### Acção: Requalificação Metropolitana

Enquadramento/ Objectivos:

- promover a realização de acções de requalificação e valorização ambiental de espaços urbanos;
- promover a mobilidade sustentável nas cidades, recorrendo nomeadamente, ao reordenamento do tráfego automóvel com ganho de área pedonal, ao estímulo à utilização dos transportes colectivos, e ao uso de modos de transporte mais favoráveis ao ambiente;
- promover a qualificação urbanística e ambiental de áreas de realojamento e a inserção social das suas populações;
- promover o reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam à melhoria do ambiente urbano.

Descrição/tipologia de acções:

- requalificação e valorização ambiental de espaços urbanos, através da requalificação extensiva do espaço público urbano, da valorização de espaços com importância ambiental ou que constituam referências urbanas de grande potencial simbólico, da recuperação/valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional, da modernização das redes de infra-

estruturas, da criação de espaços colectivos de identidade e referência urbana, da promoção de centros de cultura e conhecimento, de recreio e lazer, de apoio social ou de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação;

- promoção da mobilidade urbana sustentável, através do reordenamento do tráfego automóvel com ganho de área pedonal, nomeadamente, com a reestruturação da rede viária na malha urbana, com a criação de áreas de estacionamento subterrâneo/silo auto ou de superfície, com recurso a modos de transporte mais favoráveis ao ambiente e ainda com projectos que estimulem a utilização de transportes colectivos urbanos;
- qualificação de áreas de realojamento, através da valorização urbanística e ambiental do espaço público, incluindo equipamento urbano, bem como, da criação de equipamentos de proximidade, de gestão e integração social da população residente e de projectos que visem o apoio à infância, aos idosos ou a populações em risco;
- reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público, através de projectos que reforcem os sistemas de apoio à decisão e de divulgação ao público.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 5.8 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

## **MEDIDA 2.2. – Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana – componente empregabilidade (FSE)**

As intervenções apoiadas pelo Fundo Social Europeu no contexto da Acção Integrada de Base Territorial Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana, enquadradas no Eixo II do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo circunscrevem-se exclusivamente às acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida por esta Acção Integrada. Assim, trata-se de acções de formação directamente associadas a intervenções com o financiamento dos outros Fundos Estruturais, devendo ser coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no QCA e no próprio Programa Operacional.

As condições de financiamento das referidas acções apoiadas pelo FSE são idênticas às praticadas no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social – estabelecendo-se as articulações adequadas com a respectiva Autoridade de Gestão e, bem assim, o intercâmbio de informações

sobre as candidaturas apresentadas aos dois Programas, designadamente no sentido de coordenar as respectivas intervenções e evitar sobreposições.

### Acção: Qualificação e Competitividade das Cidades

Enquadramento/ Objectivos:

- promover o desenvolvimento de competências profissionais para a gestão de redes de serviços urbanos (nas áreas do ambiente, transportes, cultura, desporto, lazer e outras), para a criação de iniciativas empresariais nos domínios, nomeadamente, do comércio, turismo, tecnologias da informação, cultura, património, animação urbana, apoio social, serviços de proximidade e do acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social;
- fortalecer a articulação das políticas no espaço regional, valorizando tanto as identidades e especificidades locais como as estratégias de parceria.

Descrição/ tipologia de acções:

- acções de formação que reforcem as competências, nomeadamente, nos domínios da programação e produção cultural, da animação urbana, do apoio ao comércio e restauração, das tecnologias de informação, dos serviços de ambiente, do apoio à gestão de equipamentos colectivos, da reabilitação do património, etc.; acções que proporcionem a dinamização e animação de iniciativas ligadas ao turismo, comércio, ambiente, novas tecnologias, cultura e ao património; acções nos domínios da gestão de serviços e equipamentos nas áreas do ambiente, cultura, desporto e lazer; acções nos domínios da gestão e acompanhamento de intervenções de combate à exclusão social; acções que proporcionem o reforço das competências empresariais, ao nível da promoção de produtos e actividades no exterior, da captação de investimentos, das novas tecnologias, da inovação organizacional e outras acções pertinentes no âmbito desta medida.

### Acção: Requalificação Metropolitana

Enquadramento/ Objectivos:

- promover o desenvolvimento de competências profissionais para a gestão de redes de serviços urbanos (nas áreas do ambiente, transportes, cultura, desporto, lazer e outras), para a criação de iniciativas empresariais nos domínios, nomeadamente, do comércio, turismo, tecnologias da informação, cultura, património, animação urbana, apoio social, serviços de proximidade e do acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social;
- fortalecer o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa valorizando as suas interacções internas e o reconhecimento externo da imagem e da capacidade organizativa de eventos de repercussão internacional.

Descrição/ tipologia de acções:

- acções de formação que reforcem as competências, nomeadamente, nos domínios da programação e produção cultural, da animação urbana, do apoio ao comércio e restauração, das tecnologias de informação, dos serviços de ambiente, do apoio à gestão de equipamentos colectivos, da reabilitação do património, etc.; acções que proporcionem a dinamização e animação de iniciativas ligadas ao turismo, comércio, ambiente, novas tecnologias, cultura e ao património; acções nos domínios da gestão de serviços e equipamentos nas áreas do ambiente, cultura, desporto e lazer; acções nos domínios da gestão e acompanhamento de intervenções de combate à exclusão social; acções que proporcionem o reforço das competências empresariais, ao nível da promoção de produtos e actividades no exterior, da captação de investimentos, das novas tecnologias, da inovação organizacional e outras acções pertinentes no âmbito desta medida.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.6 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

### **MEDIDA 2.3. - VALTEJO- Valorização do Tejo (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social.

São ainda objectivos:

- promover e apoiar as intervenções de regularização do Tejo, desassoreamento, despoluição e preservação de ecossistemas, de forma a minimizar as cheias, a garantir uma qualidade mínima das águas necessária ao desenvolvimento das práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora;
- apoiar e promover o Vale do Tejo como área de turismo e lazer, apostando nos novos segmentos de mercado, tais como: o turismo cultural, rural, natureza, activo e aventura, de saúde e de negócios e congressos;
- valorizar, preservar e divulgar os elementos patrimoniais de carácter histórico e construído, bem como, as vivências e tradições, apoiando, também as actividades tradicionais e criando infra-estruturas de combate à desertificação do mundo rural;



- melhorar o atravessamento do Tejo, tornando as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para as populações e região.

Descrição/ Tipologia de acções:

- projectos relativos à construção de infra-estruturas ambientais e de qualificação do ambiente; projectos de equipamentos; projectos de reforço do turismo rural; elaboração de rotas temáticas; projectos de valorização de espaços estratégicos; projectos de reabilitação urbana; projectos de recuperação e revitalização de centros históricos; projectos de acessibilidades.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 2.8 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## **MEDIDA 2.4. – Formação e Empregabilidade (FSE)**

Enquadramento/ Objectivos:

As intervenções apoiadas pelo Fundo Social Europeu no contexto da Acção Integrada de Base Territorial VALTEJO, enquadrada no Eixo II do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, circunscrevem-se exclusivamente às acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida por esta Acção Integrada. Assim, trata-se de acções de formação directamente associadas a intervenções com o financiamento dos outros Fundos Estruturais, devendo ser coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no QCA e no próprio Programa Operacional.

As condições de financiamento das referidas acções apoiadas pelo FSE são idênticas às praticadas no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social – estabelecendo-se as articulações adequadas com a respectiva Autoridade de Gestão e, bem assim, o intercâmbio de informações sobre as candidaturas apresentadas aos dois Programas, designadamente no sentido de coordenar as respectivas intervenções e evitar sobreposições.

Descrição/ Tipologia de acções:

- acções de formação destinadas a valorizar os saberes e competências já existentes, conferindo-lhes maior valor acrescentado e qualidade.
- estágios profissionais e formação qualificante em áreas estratégicas ligadas ao turismo, animação cultural e novas tecnologias.
- acções de formação tendo em vista a promoção e divulgação da imagem do Vale do Tejo.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.3 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

EIXOS PRIORITÁRIOS E OBJECTIVOS	INDICADORES	SITUAÇÃO DE PARTIDA		QUANTIFICAÇÃO
		ANO	VALOR	2006
EIXO PRIORITÁRIO 1 APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL	AMBIENTE/SAHEAMENTO			
	• Taxa de cobertura da população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	1998	53%	95%
	• Taxa de cobertura da população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	1998	66%	100%
	TRANSPORTES			
	• Densidade rodoviária da rede municipal (Km/1000Km <sup>2</sup> )	1997	1 013	1 034
	• Km construídos/beneficiados de acessos directos e variantes às áreas urbanas	1994-99	88	30
	INTERVENÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS			
	• Nº de equipamentos	1997	6 136	6 211
	• % de população servida por biblioteca	1998	54%	80%
	• % de população servida por equipamentos desportivos	1998	55%	80%
EIXO PRIORITÁRIO 2 ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL	• % de população servida por equipamentos de apoio social	1998	80,6%	82%
	• Cobertura (em %) da população regional urbana abrangida por intervenções integradas de reabilitação urbana	1991	2 831 326 <sup>1</sup>	5,8%
	• Nº de lugares de estacionamento em parques apoiados nas cidades	1994-99	310	10 000
	ADMISSIVIDADE/FORMAÇÃO			
	• % de efectivos abrangidos por acções de formação para a administração local	(1)		75%
	• Nº de acções de formação (AIBT) / ano			67
	• Nº de beneficiários de acções de formação (AIBT) / ano			1 007
	PROMOÇÃO E QUALIFICAÇÃO REGIONAL			
	• Nº de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas pelo FO	1994-99	50	105
	• Nº de congressos, seminários, <i>workshops</i> , apoiados pelo FO	1994-99	17	56
	ZONAS INDUSTRIAIS			
	• Nº de habitações estruturadas para localização industrial	1994-99	187	250
	TURISMO			
	• Nº de intervenções de valorização do património histórico e paisagístico, apoiadas	1994-99	39	50
	• Nº de zonas de lazer/estâncias termais recuperadas/beneficiadas, apoiadas	1994-99	11	10

FONTE: CCRLVT, 1999; DGAA, 1998; INE, 1999

Notas: (1) Os valores absolutos correspondentes à situação de partida dos funcionários da Administração Local, serão transmitidos assim que se encontrarem disponíveis os resultados do recenseamento, actualmente em elaboração.

<sup>1</sup> Valor da população regional urbana em 1991.

## **Eixo Prioritário 3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas**

### **ENQUADRAMENTO / OBJECTIVOS**

O Eixo Prioritário relativo às intervenções da administração central regionalmente desconcentradas prossegue objectivos que correspondem às prioridades estratégicas gerais do QCA III, ainda que programadas e concretizadas de forma regionalmente diferenciada, através da transferência, para os programas regionais, dum conjunto de investimentos e acções de desenvolvimento até agora enquadrados em intervenções sectoriais. Pretende-se, desta forma, um maior nível de integração das políticas e dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento e, em particular, uma melhor articulação das intervenções dos diferentes níveis institucionais da administração pública e entre estes e o sector privado. Visa-se, por outro lado, aumentar a eficácia das políticas públicas e, simultaneamente, modernizar a administração e corresponder aos desafios institucionais decorrentes do desenvolvimento do país nos últimos anos.

A efectiva concretização das orientações relativas à desconcentração foi efectuada segundo critérios específicos próprio ao sector considerado, embora, simultaneamente, tenham sido considerados os seguintes princípios gerais:

- Adequação à diversidade regional;
- Consideração das capacidades efectivas (competências, dotação em meios humanos e materiais) dos serviços desconcentrados;
- Coerência entre as actuações desconcentradas e as estratégias sectoriais de âmbito nacional;
- Eficácia da gestão.

Apresentam-se seguidamente os critérios de desconcentração regional das acções sectoriais e os conteúdos abrangidos pelos programas regionais em relação a cada sector de intervenção.

Educação. O critério que determinou a escolha das medidas a desconcentrar no sector da educação assenta na identificação dos domínios de competência das Direcções Regionais de Educação. Estas Direcções Regionais existem desde 1990, tendo assumido, desde logo, competências em matéria de execução dos investimentos em infra-estruturas. Após a publicação do Decreto-Lei n.º 71/99, de 12 de Março, passaram ainda a ser responsáveis pelo Ensino Profissional, no âmbito da respectiva área de actuação.

Tendo em conta a experiência passada destas Direcções Regionais, relativa às infra-estruturas da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário, optou-se pela total desconcentração dos investimentos nestes domínios. Em contrapartida, atendendo a que as respectivas competências no domínio do ensino profissional só lhes foram atribuídas a partir de 1999, optou-se por uma desconcentração cautelosa e gradual, correspondendo a um valor médio de 50% dos investimentos no período 2000/2006, por forma a assegurar o envolvimento de parceiros regionais na consideração da pertinência formativa dos cursos profissionais existentes ou a criar e das condições de empregabilidade a eles associadas. Por outro lado, encontrando-se este sub-sector em fase de transição no que respeita à natureza das escolas, é aconselhável manter a nível central a gestão duma parte significativa dos recursos financeiros afectos aos cursos profissionais, de forma a permitir, se necessário, a redistribuição de tais recursos pelas diferentes regiões.

Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. Neste domínio, o modelo de desconcentração seguido orientou-se, principalmente, por critérios ligados à natureza e âmbito das acções financiadas.

O conjunto das medidas e acções que integram as intervenções regionalmente desconcentradas da administração central dos programas regionais do Continente são as seguintes:

- qualificação e inserção profissional de desempregados;
- apoio às estruturas locais de desenvolvimento do emprego;
- apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego; e
- apoio à criação de emprego em iniciativas locais.

A região de Lisboa e Vale do Tejo, dado o regime de "phasing out", tem um tratamento autonomizado para todo o conjunto de medidas previstas na área do emprego, formação e desenvolvimento social. Assim, o programa operacional da região de Lisboa e Vale do Tejo, além de incluir as medidas já referidas, que integram as intervenções regionalmente desconcentradas da administração central dos outros programas regionais do Continente, compreende também as acções do programa sectorial nacional.

Ciência, Tecnologia e Inovação. A componente desconcentrada dos programas regionais do Continente na área da Ciência, Tecnologia e Inovação, corresponde ao desenvolvimento de acções relativas à cultura científica e tecnológica, em especial à criação de Centros de Ciência Viva a nível distrital. Para estes espaços interactivos de divulgação científica e tecnológica, pretende-se garantir, através das parcerias estabelecidas caso a caso e envolvendo actores locais (p.ex., Câmaras Municipais), estabelecimentos do ensino superior, associações empresariais e outros organismos descentralizados da administração pública, a mobilização



adequada dos recursos humanos e materiais efectivamente existentes em matéria de Ciência e Tecnologia nas regiões abrangidas.

Sociedade da Informação. É desconcentrada a componente de criação e desenvolvimento das Cidades Digitais do Programa Portugal Digital, numa estratégia de articulação e mobilização de recursos humanos e materiais existentes ao nível local. Esta estratégia insere-se na extensão da experiência recentemente iniciada de criação de Cidades ou Regiões Digitais a partir de parcerias constituídas localmente entre entidades públicas das administrações central e local, escolas, universidades, entidades privadas, associações culturais e de desenvolvimento. A actuação desconcentrada visará ainda a o “Estado Aberto: modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade da Informação

Saúde. A actuação regionalmente desconcentrada na área da Saúde circunscreve-se à definição e desenvolvimento dos Sistemas Locais de Saúde (SLS). Estes sistemas são conjuntos de recursos da saúde articulados e organizados segundo um critério geográfico-populacional, implantado tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais, desenhado a partir das necessidades definidas em termos de risco de uma comunidade, responsável pelos cuidados a prestar aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais. São constituídos pelo conjunto de centros de saúde, hospitais, instituições privadas, com e sem fins lucrativos, organizações não governamentais e instituições comunitárias com intervenção no domínio da saúde, existentes na respectiva área geográfica, incluindo, ainda, uma Unidade de Saúde Pública. Desenvolvem-se numa lógica de complementaridade e coordenação de recursos e de aproveitamento integral das capacidades existentes ou necessárias, exigindo uma gestão atenta às particularidades e características locais. Esta decisão tem ainda em conta a experiência passada do Ministério da Saúde em matéria de desconcentração de competências, recentemente reforçada com a criação dos SLS. Relativamente à natureza das acções financiadas a nível regional na área da Saúde, pode mencionar-se, principalmente, a construção, remodelação e equipamento de centros de saúde e hospitais de nível local, o desenvolvimento de hospitais de dia e de cuidados continuados, o transporte de doentes e a criação de dispositivos de actuação na fase pré-hospitalar, e o apoio a infra-estruturas locais de promoção e de formação da saúde.

Desporto. Todas as intervenções relativas à área do Desporto são desconcentradas regionalmente. Pretende-se, principalmente, assegurar a dotação regional dos equipamentos desportivos, numa perspectiva de parceria entre a administração central, as Câmaras Municipais e as colectividades desportivas.

Agricultura e Desenvolvimento Rural. A componente “Agricultura e Desenvolvimento Rural” integrada nos programas regionais do Continente assume um carácter de complementaridade face ao programa sectorial, contribuindo para

os mesmos objectivos de uma forma articulada e coerente, mas dando primazia a uma abordagem de integração territorial das políticas agrícola e de desenvolvimento rural.

Em termos regulamentares, as acções previstas enquadram-se essencialmente no artigo 33º do Regulamento 1257/99, que respeita à promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais e assume carácter subsidiário relativamente ao apoio concedido pelos restantes artigos e, igualmente, em alguns casos, aos financiamentos do FEDER. Trata-se de acções que assumem importância diferenciada, em conformidade com as estratégias específicas de desenvolvimento rural definidas a nível regional, sub-regional ou local, e que visam principalmente a melhoria da eficácia produtiva, a par da criação de condições propiciadoras da viabilidade e competitividade do sector.

Pescas. No âmbito do FEDER, serão financiados projectos de infra-estruturas em portos de pescas, no âmbito da medida de apoio às estruturas que favoreçam a competitividade do sector.

Economia. As intervenções regionalmente desconcentradas no sector da Economia incidem sobre situações relativamente às quais as determinantes e interfaces locais devem prevalecer sobre políticas e estratégias centrais e, ao mesmo tempo, existem diagnósticos de situação e instrumentos adequados de intervenção e foi possível definir previamente, com algum grau de segurança, um pacote financeiro adequado. Ficam, assim, em regra, excluídos da desconcentração os sistemas de incentivos nos quais as decisões de localização ou deslocalização competem às empresas e são, portanto, exteriores à administração. Exceptuam-se, contudo, os programas integrados turísticos de base regional, que têm subjacente o desenvolvimento de uma estratégia em que são elementos significativos preocupações de valorização e reabilitação. Integram, assim, a componente desconcentrada na área da Economia, as seguintes acções a prosseguir, quer no âmbito da promoção de áreas estratégicas do desenvolvimento, quer no âmbito da melhoria da envolvente empresarial:

- projectos relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial;
- projectos relativos ao alargamento e consolidação da rede de mercados abastecedores;
- projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional;
- projectos de expansão e valorização da rede nacional de turismo juvenil;
- projectos de recuperação ambiental de áreas mineiras abandonadas e de ordenamento industrial e qualificação ambiental da indústria extractiva;
- projectos relativos à criação ou à modernização e consolidação das instituições de interface e de assistência empresarial;

- projectos de investimento relativos à criação e à modernização dos laboratórios das instituições inseridas no Sistema Português de Qualidade;
- construção e instalação de armazenagem subterrânea de gás natural, construção de um terminal de regaseificação de gás natural, projectos de expansão em superfície das actuais redes de distribuição de gás natural e projectos de conversão de consumos para gás natural.

Acessibilidades e Transportes. Farão parte da componente desconcentrada regionalmente os projectos integrados nos Portos de tipo B e C (na acepção da proposta incluída no documento do Conselho n.º 9389/99, de 28.06.99), bem como outros projectos do domínio ferroviário (como os sistemas de Metro) e, ainda, as estradas nacionais e regionais.

Ambiente. A natureza variável das medidas constantes do programa Ambiente impõe a utilização de critérios diferenciados de repartição de competências entre o âmbito nacional e a componente desconcentrada regionalmente. Assim, em matéria de conservação e valorização do património natural, são apoiadas, nos programas regionais, acções com incidência geográfica em áreas integradas na Lista Nacional de Sítios, nas Zonas de Protecção Especial, nas áreas com estatuto de protecção consideradas em Convenções Internacionais, nas áreas com o estatuto de Diploma Europeu, nas Reservas da Biosfera ou Reservas Biogenéticas e nas áreas com relevância para a conservação da natureza. As acções de valorização e protecção dos recursos naturais regionalmente desconcentradas dizem essencialmente respeito a projectos de requalificação ambiental da faixa costeira, de pequena dimensão e incidência local e, quanto às acções de informação, formação e gestão ambientais, esta componente incluirá sobretudo as estruturas de monitorização em todos os domínios, bem como os sistemas de tratamento e processamento de dados de nível regional e local e os equipamentos dos laboratórios de âmbito regional. Finalmente, em matéria de infra-estruturas de melhoria da qualidade ambiental, os programas regionais concentram os seus esforços no financiamento de projectos integrados no domínio da melhoria do ambiente urbano, que não se incluam nos diferentes programas nacionais.

Pretende-se assim assegurar a concertação estratégica entre finalidades sectoriais e territoriais que se concretizam pela transferência para os Programas Operacionais Regionais de uma parte significativa dos investimentos e acções de desenvolvimento até agora enquadrados em Programas Operacionais Sectoriais Nacionais e respeito aos investimentos e acções de desenvolvimento que possuem escala e induzem impactos regionais e / ou sub-regionais.

Trata-se de um conjunto de investimentos e equipamentos programados e concretizados pelos diferentes Ministérios na Região de Lisboa e Vale do Tejo, constituindo-se como prioritários os seguintes domínios: Formação Profissional, Emprego e Coesão Social; Educação; Economia; Inovação e Desenvolvimento

Tecnológico; Sociedade de Informação; Desporto; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Transportes e Comunicações; Ambiente e Saúde.

Este Eixo Prioritário tem como objectivo global *promover a equidade territorial e favorecer o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região.*

São objectivos específicos:

- ❖ promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;
- ❖ melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;
- ❖ consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;
- ❖ actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;
- ❖ promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;
- ❖ promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;
- ❖ apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;
- ❖ incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social;
- ❖ estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;
- ❖ melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;
- ❖ promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;
- ❖ contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde e acautelar o tratamento das águas residuais hospitalares.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO

Território da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo

## **PRINCÍPIOS GERAIS E ORIENTADORES DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

No presente Eixo, os princípios gerais e orientadores dos critérios de selecção são apresentados junto à descrição de algumas medidas.

O Complemento de Programação, a transmitir à Comissão Europeia no prazo de três meses após a aprovação do Programa Operacional, incluirá os critérios de selecção de candidaturas, nomeadamente terão em conta:

- a necessidade de assegurar a coerência entre as acções referidas nos Programas Operacionais Sectoriais e as retomadas nos programas regionais evitando sobreposições;
- As indicações estabelecidas no quadro de referência dos sectores transportes e ambiente para as intervenções do Fundo de Coesão.

Os princípios orientadores dos critérios de selecção destas medidas tomarão em consideração os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável, decorrentes da política e legislação comunitária em matéria de ambiente.

No que se refere à elegibilidade de despesas, o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo prevê que a compra de terrenos possa, em casos devidamente fundamentados, atingir um montante superior a 10% do custo da operação. Nestas situações, a Comissão deverá ser previamente consultada.

## **ENTIDADES BENEFICIÁRIAS**

- Administração Central
- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Pessoas singulares
- Pessoas colectivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
- Pessoas colectivas de direito público pertencentes à Administração Central e Local, incluindo Institutos Públicos
- Organismos da Administração Central, Regional e Local
- Instituições do Ensino Superior, seus Institutos e Centros de I & D
- Empresas, centros tecnológicos, parques de ciência e tecnologia e outras instituições privadas que promovam ou desenvolvam actividades científicas e tecnológicas
- Instituições particulares de interesse público
- Instituições particulares de solidariedade social
- Hospitais Distritais e Centros de Saúde
- Sociedades, agências ou consórcios de desenvolvimento regional e local



- Associações empresariais
- Outras entidades de interface e assistência empresarial
- Conjuntos de empresas associadas ou não a entidades públicas
- Empresas
- Escolas profissionais públicas e privadas
- Escolas de qualquer grau de ensino
- Instituto Português da Juventude
- Movimento
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Sociedades Anónimas de capital maioritariamente público
- Privados e suas associações
- Metro da Margem Sul
- Instituto das Estradas de Portugal
- Sotlusa
- Transtejo
- Operadores de transporte público
- Lisboa gás
- Set gás
- Organizações sócio-económicas e sócio-profissionais
- Colectividades desportivas com utilidade pública ou utilidade pública desportiva
- Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

Para concretizar os objectivos específicos mencionados, foram consideradas as seguintes medidas:

### **MEDIDA 3.1. – Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa (FSE)**

Enquadrada na linha estratégica de actuação preventiva de resposta aos problemas de desemprego, esta medida tem por objectivo a formação inicial qualificante de pessoas à procura do 1º emprego ou que já tenham tido um emprego não qualificado, proporcionando-lhes uma qualificação profissional a que pode estar associada uma progressão escolar.

Desenvolver-se-á através de um conjunto de acções que englobarão componentes de natureza sócio-cultural, científico-tecnológica e formação prática em contexto

de trabalho. Estas acções abrangem várias modalidades de formação que combinam de forma diferenciada estas componentes, podendo conferir uma dupla certificação escolar e profissional. Destacam-se, neste contexto, o sistema de Aprendizagem e Escolas de Turismo e a Qualificação Inicial enquanto modalidade que confere certificação profissional.

**Ponderação Financeira**

Esta Medida deverá representar 4.9 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

**Organismo responsável pela execução:**

Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **MEDIDA 3.2 - Formação ao longo da Vida e Adaptabilidade (FSE)**

Enquadrada na linha estratégica de actuação preventiva, esta medida tem como objectivos, o reforço da empregabilidade dos activos empregados através da elevação das suas competências numa perspectiva de formação ao longo da vida, em paralelo com o apoio à capacidade de adaptação das PME, através de intervenções específicas dirigidas ao seu desenvolvimento organizacional.

Contribuem para estes objectivos, o desenvolvimento de acções de formação contínua, bem como acções de consultoria formativa a PME's e formação dos respectivos quadros e empresários.

Esta medida inclui a formação dirigida aos trabalhadores da Administração Pública Central, incluindo os respectivos serviços desconcentrados e exclui a formação dirigida aos trabalhadores das empresas concessionárias de serviços municipais.

**Ponderação Financeira**

Esta Medida deverá representar 4.6 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

**Organismo responsável pela execução:**

Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **MEDIDA 3.3 – Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (FSE)**

O combate sistemático ao desemprego estrutural, através de uma intervenção precoce junto dos desempregados, minimizando o risco do desemprego de longa duração, é uma prioridade desta medida. A intervenção a realizar neste âmbito, enquadrando-se no conjunto de medidas previstas nas Directrizes 1 e 2 do Plano Nacional de Emprego, integra como apostas fortes a formação profissional para adultos desempregados, bem como, um conjunto de medidas de estímulo à experiência profissional em empresas, que visam a melhoria da empregabilidade destes públicos.

Deste modo, as respostas a desenvolver no âmbito desta medida, integrando uma componente essencial do esforço nacional de promoção da empregabilidade e do emprego, contribuem, de modo essencial, para alguns dos grandes objectivos nacionais constantes do Plano Nacional de Emprego:

- Garantir uma resposta de políticas activas a todos os jovens e adultos desempregados antes de atingir em os 6 e 12 meses de desemprego;

- Oferecer anualmente respostas de política activa a 20% dos desempregados inscritos (meta a cumprir em 2002).

Neste contexto, e atendendo às baixas qualificações escolares e profissionais da generalidade da população desempregada e ao acréscimo do número de desempregados com habilitações de nível médio e superior, as intervenções no âmbito desta medida estruturam-se em torno de soluções formativas adequadas às necessidades dos diferentes perfis, tendo em vista o seu (re) ingresso no mercado de emprego, bem como diferentes modalidades de apoio à inserção, de que se destacam os estágios profissionais.

**Ponderação Financeira**

Esta Medida deverá representar 3.9 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **MEDIDA 3.4 - Criação de Emprego (FSE)**

Esta medida visa o objectivo geral da resposta precoce aos problemas de desemprego, através de uma estratégia baseada nas potencialidades acrescidas da abordagem territorial para as questões do mercado de emprego, tendo sido estabelecidos como objectivos específicos:

- ✓ Promover a criação de emprego a nível local através do apoio ao desenvolvimento do espírito empresarial nas pessoas desempregadas;
- ✓ Incentivar a criação de emprego no âmbito da economia social;
- ✓ Reforçar as condições de eficácia das redes regionais de agentes públicos e privados envolvidos na promoção das qualificações e do emprego.

Esta medida inclui, ainda, o apoio à constituição e funcionamento das Redes Regionais para o Emprego.

**Ponderação Financeira**

Esta Medida deverá representar 1.2 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **MEDIDA 3.5- Eficácia e Equidade das Políticas (FSE)**

Esta medida inclui um conjunto de iniciativas a montante da execução das políticas de emprego e formação, visando acrescer os seus níveis de eficácia e equidade. Os seus objectivos específicos são:

- ✓ Desenvolver e modernizar as estruturas e serviços de apoio ao emprego e formação;
- ✓ Qualificar os profissionais dessas políticas;
- ✓ Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres através de uma acção positiva junto de agentes estratégicos.

São apoiadas no âmbito desta medida:

- As iniciativas que se desenvolvam com o objectivo de melhorar o funcionamento dos sistemas de informação e orientação profissional, os estudos que se debrucem sobre os problemas e perspectivas da evolução do mercado de trabalho, a concepção e produção de recursos informativos e formativos inovadores, desenvolvidos com base em metodologias inovadoras e recorrendo a técnicas adaptadas aos vários públicos alvo e contextos formativos, a criação, atraindo e funcionamento de unidades de apoio à inserção profissional que funcionem como agentes prospectores de possibilidades de emprego e despiste para processos formativos que complementem a rede pública dos Serviços de Emprego e Formação e a criação de centros de recursos em conhecimento destinados a desenvolver soluções ou produtos que respondam a necessidades de formação, informação e investigação em áreas de conhecimento ou sectores de actividade económica.
- As iniciativas de formação inicial e contínua que garantam a qualidade do desempenho dos profissionais das políticas de emprego e formação na sua esfera específica de intervenção.
- As iniciativas que visam a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nomeadamente o apoio à conciliação da vida profissional e familiar, o desenvolvimento do espírito empresarial das mulheres e a consultoria a entidades empregadoras.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 1.1 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **MEDIDA 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social (FSE)**

Esta medida engloba um conjunto de intervenções consignadas na directriz 9 do Plano Nacional de Emprego e desenhadas em função das necessidades especiais de determinados grupos com particulares dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, como sejam as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração, as minorias étnicas, os toxicodependentes e outros grupos cuja integração social se encontra fragilizada, em resultado de situações de pobreza, discriminação ou marginalidade social.

Para a medida foram estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

- ✓ Promover o desenvolvimento social integrado de comunidades e grupos sujeitos a fenómenos agravados de exclusão;

- ✓ Promover a Inserção Social e Profissional das Pessoas com Deficiência;
- ✓ Promover a Inserção Social e Profissional dos Grupos Desfavorecidos;
- ✓ Promover a Inserção Social e Profissional através dos instrumentos que corporizam o Mercado Social de Emprego

Relativamente ao primeiro objectivo, incluem-se a implementação, na região, da Rede Social para o Desenvolvimento, iniciativas de promoção de competências pessoais e sociais, iniciativas de promoção da participação e da acção comunitária e iniciativas de formação de agentes que intervêm directamente nos processos de desenvolvimento sócio – comunitário.

Relativamente aos objectivos seguintes, incluem-se iniciativas de reabilitação profissional para pessoas deficientes, nomeadamente intervenções ao nível da informação, avaliação, e orientação, pré-formação e formação, readaptação ao trabalho e apoio ao emprego em várias modalidades, bem como iniciativas de informação, orientação, formação e modalidades específicas de apoio ao emprego para grupos com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e também o apoio a modalidades de ocupação social, percursos de formação/ emprego e outras iniciativas no âmbito do Mercado Social de Emprego.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 6.2 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **Medida 3.7- Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

O desenvolvimento do potencial endógeno das regiões tem-se mostrado um instrumento útil para elevar os níveis de desenvolvimento de várias regiões e a criação de empresas ao nível local, nomeadamente de pequenas unidades, tem-se revelado um instrumento importante na criação de emprego.

Ao mesmo tempo, a abordagem dos problemas de emprego a partir da base local implica a presença de agentes da política de emprego e formação suficientemente disseminados no território por forma a garantirem melhores níveis de eficácia e equidade das políticas e poderem desenvolver de forma eficaz o papel de dinamizadores das parcerias com outros parceiros locais.



Por outro lado, a intervenção junto de determinados grupos mais desfavorecidos será bastante mais eficaz se os seus membros puderem ter acesso a equipamentos e serviços sociais, nomeadamente ao nível da prestação de cuidados a crianças e idosos ou dependentes, os quais, para além de contribuírem para a conciliação da vida profissional e familiar, libertando sobretudo as mulheres, para o ingresso no mercado de emprego, são eles próprios criadores de emprego com um impacto não desprezível à dimensão local. Contrariamente ao que acontece com outro tipo de equipamentos, a disponibilidade de serviços e equipamentos sociais na região não se afasta das médias nacionais: a taxa de cobertura da população no que se refere a equipamentos de 1ª e 2ª infância é de apenas 23% enquanto que a da população idosa se fixa nos 83%.

Finalmente existem ainda grupos particularmente desfavorecidos que exigem, para uma intervenção específica, infra-estruturas adequadas às suas particularidades, como sejam os toxicodependentes ou os sem-abrigo.

Assim, o objectivo desta medida é contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local, tendo em conta as realidades locais e as especificidades dos actores locais e dos públicos a contemplar, em três vertentes de intervenção fundamentais, cujos objectivos específicos estão descritos no ponto seguinte.

Descrição/ Tipologia de acções:

Esta medida estrutura-se em três linhas de acção que a seguir se descrevem:

#### Acção 1: Apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego

O objectivo desta linha de acção é a dinamização do desenvolvimento local e a criação de emprego, através do apoio ao investimento em iniciativas locais que visem a criação directa de postos de trabalho.

As iniciativas enquadradas nesta linha de acção, em articulação com as intervenções a desenvolver no âmbito da medida 3.4., destinam-se a apoiar projectos sustentáveis de criação, reconversão e desenvolvimento de micro e pequenas empresas (até 20 trabalhadores), bem como iniciativas de assistência técnica especializada a essas empresas, numa perspectiva de garantia da sua consolidação e sucesso.

A concretização das intervenções neste domínio assenta na concessão de apoios financeiros ao investimento cujo limite se confina ao fixado na regra de *minimis*.

Os apoios a conceder estão necessariamente associados à criação líquida de postos de trabalho, podendo assumir a forma de subsídios a fundo perdido, bonificação de juros de financiamento bancário ou subsídios reembolsáveis a taxas reduzidas, podendo ser majorados em função dos públicos que ocupam os postos de trabalho a

criar, do número dos postos de trabalho, da natureza da actividade e da sua localização.

### Acção 2: Infra-estruturas e equipamentos de emprego e formação profissional

O objectivo desta linha de acção é dotar os agentes da política de emprego e formação das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da sua acção. As iniciativas a apoiar serão a aquisição, construção e adaptação de instalações para Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional, bem como espaços e serviços que facilitem o acesso de determinados grupos a serviços oferecidos nesses locais, designadamente espaços em unidades de formação que favoreçam a conciliação da vida familiar com actividades de qualificação destinadas a mulheres. Prevê-se ainda o financiamento da aquisição de equipamento associado a infra-estruturas de apoio às políticas de emprego e formação.

### Acção 3: Rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social

O objectivo desta linha de acção é o apoio ao desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos / serviços vocacionados para a promoção do desenvolvimento social bem como o seu funcionamento, particularmente em zonas de elevada carência, garantindo um melhor acesso dos cidadãos à rede de equipamentos e serviços e contribuindo em simultâneo para a conciliação da vida profissional e familiar. Inclui-se o apoio financeiro à aquisição, apetrechamento e funcionamento de equipamentos tais como creches, centros de dia, centros ATL, centros de alojamento temporário e outros que contribuam para processos de inserção de grupos específicos. Prevê-se igualmente o financiamento de infra-estruturas de apoio à formação e integração socio-profissional de grupos com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, necessitando de intervenções específicas como as pessoas com deficiência e os toxicodependentes.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 1.3 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **MEDIDA 3.8 –Infra-estruturas de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

Concluir o esforço de investimento infra-estrutural no domínio da Educação, completando as escolas existentes com laboratórios, bibliotecas e infraestruturas desportivas, apoiando a criação dos jardins de infância e escolas ainda necessárias à generalização da frequência e participação escolar dos jovens portugueses e permitindo, com apetrechamento adequado, a evolução para redes regionalizadas de oferta diferenciada de ensino secundário: artístico, tecnológico e profissional.

Descrição/ Tipologia de acções:

No prosseguimento do objectivo de convergência dos níveis de participação na educação das novas gerações com os outros países da União Europeia, Portugal necessita ainda, no período 2000-2006, dar continuidade aos investimentos no parque escolar, de modo a:

- elevar a capacidade de acolhimento dos jardins de infância a mais 45 000 crianças (correspondendo o mesmo a uma expansão da educação pré-escolar de 70% para 90% da cobertura de crianças na faixa etária dos 3 aos 5 anos);
- dotar as escolas de ensino básico existentes com laboratórios, bibliotecas e infra-estruturas desportivas, criando condições efectivas de sucesso educativo neste nível de ensino;
- reconverter, alargar e apetrechar o parque escolar do ensino secundário e profissional de modo a, simultaneamente, garantir-se a elevação da taxa real de escolarização neste nível de ensino de 63% para 83%, e diferenciar-se a oferta educativa, com expansão efectiva dos ensinos artístico, profissional e tecnológico, de modo territorialmente equilibrado.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.4 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Educação/ Direcção Regional de Educação de Lisboa

### MEDIDA 3.9. - Ensino Profissional (FSE)

#### Enquadramento/ Objectivos:

No âmbito desta medida pretende-se consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível, tendo, no entanto, presente a evolução dessas mesmas necessidades de desenvolvimento regional no decurso do período 2000-2006.

O Ensino Profissional data, em Portugal, de 1989, tendo sido sempre a sua criação e desenvolvimento apoiada por Fundo Social Europeu, quer no âmbito do PRODEP I, quer do PRODEP II.

Não obstante a importância da criação deste sub-sistema e os seus resultados, nomeadamente em matéria de empregabilidade dos respectivos formandos, o Ensino Profissional abrange, em 1999, apenas cerca de 8% do total de alunos que frequentam o ensino secundário, não ultrapassando, se somado com os alunos que frequentam os Cursos Tecnológicos, mais do que 30%.

Este é, pois, um domínio em que persiste a necessidade de um maior esforço de convergência com os outros países da União Europeia, na maior parte dos quais a relação Cursos Gerais / Cursos Profissionais é já a inversa, representando estes entre 50% e 70% do total da frequência do ensino secundário.

As Escolas Profissionais, tendo resultado de parcerias estabelecidas ao nível local e regional têm revelado uma capacidade efectiva de preparar recursos humanos de modo orientado para a satisfação das necessidades de desenvolvimento regional e das empresas com implantação local. Aos Cursos Profissionais corresponde o diploma de ensino secundário, bem como uma certificação profissional de nível III.

#### Descrição/ Tipologia de acções:

Apoiar, com financiamento público, os cursos de Ensino Profissional de nível secundário resultantes da iniciativa eminentemente local e regional e que, pela respectiva qualidade e pertinência formativa já comprovada ao nível da região, possam integrar a rede regionalizada de oferta de formação qualificante de nível secundário.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 2.3 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Educação/ Direcção Regional de Educação de Lisboa

### **MEDIDA 3.10. - Economia (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

Esta Medida prossegue os objectivos gerais e específicos e enquadra-se na estratégia definida no âmbito do Programa Operacional da Economia, contribuindo para as metas quantificadas ali apontadas.

São objectivos da presente Medida:

- promover a reconversão de Parques Industriais, tornando-os verdadeiros centros de negócios, incluindo o fomento da sustentabilidade, a gestão de infra-estruturas comuns de apoio e a prestação de serviços às empresas instaladas;
- favorecer abordagens territoriais de valorização turística através da mobilização de esforços e sinergias entre agentes públicos e privados para actuação integrada em determinadas zonas com potencial de desenvolvimento;
- promover a melhoria da qualidade da oferta de alojamento destinado ao turismo juvenil e contribuir para a dinamização de áreas turísticas;
- contribuir para o desenvolvimento do mercado de consumo do gás natural;
- modernizar e reorientar as infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológico e de consultoria;
- promover a inovação empresarial;
- modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às empresas no domínio do apoio à qualidade;
- garantir o abastecimento de energia a empresas e consumidores em condições de segurança do aprovisionamento, de eficiência e de baixo custo, contribuindo para o desenvolvimento económico da região;
- promover a utilização de novas tecnologias com impacte benéfico para o ambiente.

Descrição/ Tipologia de acções:

Esta Medida integra a componente desconcentrada da Economia no Programa Operacional Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e será implementada através das seguintes Acções:

- promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento;
- melhoria do ambiente empresarial;



## Acção A: Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento

### Objectivos:

Esta acção está sobretudo vocacionada para actuar ao nível:

- da localização das actividades económicas, enquanto factor crítico de sucesso para estas últimas, uma vez que tirar partido de economias de aglomeração ou estar próximo dos consumidores finais pode fazer a diferença;
- da conversão de consumos de energia para o gás natural.

Assim, neste âmbito as actuações e instrumentos a implementar, distribuem-se pelas seguintes quatro grandes áreas de actuação:

- projectos de investimento relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial (ALE), enquanto espaços privilegiados para explorar a localização de actividades económicas, particularmente nos domínios da indústria e dos serviços de apoio à produção, montagem ou distribuição (logística) ou das infra-estruturas comuns nas áreas da produção e distribuição de energia (térmica e eléctrica), tratamento de efluentes e resíduos, higiene e segurança;
- projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional (PITER) que visem actuar de forma integrada e desejavelmente em parceria público/ privado numa determinada zona, para criar condições e uma massa crítica para o aproveitamento do potencial turístico. Incluem não apenas alojamento mas igualmente equipamentos de animação turística, restauração, promoção e eventuais infra-estruturas públicas necessárias ao projecto;
- projectos de expansão e valorização da Rede Nacional de Turismo Juvenil, através da construção de novas unidades e da recuperação e renovação das unidades que não ofereçam condições de segurança e de qualidade. As novas unidades desfrutarão do potencial turístico da região, fruto da sua proximidade com Lisboa, e do seu património arquitectónico e paisagístico;
- projectos de conversão de consumos de energia para o gás natural.

### Critérios de Selecção

- o contributo dos projectos para a revitalização e/ ou a consolidação de vários tipos de actividades económicas associadas à requalificação de espaços/ zonas com potencial de desenvolvimento, procurando desta forma explorar o efeito de economias de aglomeração;
- o grau de aproveitamento energético associado à conversão dos consumos para o gás natural, no caso dos projectos da área da energia.

## Acção B: Melhoria da envolvente empresarial

Objectivos:

Esta acção está sobretudo vocacionada para actuar ao nível:

- da criação ou modernização e consolidação das instituições já existentes, tendo em vista a sua reorientação estratégica para um apoio efectivo às empresas, no sentido de as ajudar a identificar os problemas e a resolvê-los, através da sua capacidade de investigação aplicada, transferência de tecnologia ou de intermediação junto dos centros de saber;
- da expansão e consolidação do Sistema Português da Qualidade, para um apoio mais eficaz às empresas;
- do desenvolvimento do projecto do gás natural.

Assim, neste âmbito as actuações e instrumentos a implementar, distribuem-se pelas seguintes três grandes áreas de actuação:

- projectos de investimento relativos à criação ou à modernização e consolidação das instituições de interface e de assistência empresarial, tendo em vista a sua reorientação estratégica para um apoio efectivo às empresas, no sentido de as ajudar a identificar os problemas e a resolvê-los, através da sua capacidade de investigação aplicada, transferência de tecnologia ou de intermediação junto dos centros de saber. Enquadram-se neste tipo de instituições, designadamente os Centros Tecnológicos, os Centros de Excelência e de Transferência de Tecnologia, os Institutos de Novas Tecnologias, os Parques e Pólos Tecnológicos, as Incubadoras e Ninhos de Empresas, as Agências públicas, as Infra-estruturas de Protecção Ambiental e certas Infra-estruturas específicas em domínios como o da internacionalização das empresas e da logística dos transportes;
- projectos de investimento relativos à criação e à modernização dos laboratórios de medição e ensaios e estruturas de prestação de serviços técnicos, das instituições inseridas no Sistema Português da Qualidade;
- projectos de expansão em superfície das actuais redes de distribuição de gás natural.

Os apoios previstos incluem, de acordo com a tipologia de investimentos, subsídios a fundo perdido, empréstimos reembolsáveis e, complementarmente, poderá existir intervenção de outros mecanismos de engenharia financeira, designadamente garantias dos empréstimos bancários e capital de risco. As taxas de apoio variarão, em ambos os casos, de acordo com as componentes do projecto.

#### Critérios de Selecção

- o contributo dos projectos para o reforço do sistema infraestrutural de apoio tecnológico, de qualidade e de formação aos sectores da Indústria, Construção, Comércio, Turismo e Serviços, bem como para a resolução de lacunas verificadas nestas áreas.
- na área energética, o contributo dos projectos para o reforço infraestrutural de transporte e distribuição de gás natural por forma a maximizar os efeitos positivos do desenvolvimento do "projecto do gás natural".

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 15.5 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Economia

### **MEDIDA 3.11. - Ciência, Tecnologia e Inovação (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- actuar ao nível do desenvolvimento de acções relativas à cultura científica e tecnológica, constituindo-se como objectivos específicos a criação de Centros de Ciência Viva ao nível distrital, por forma a promover o interesse e a curiosidade da população portuguesa pelos temas científicos, participando da difusão da cultura científica.

Descrição/ Tipologia de acções:

- incentivar a geminação de instituições científicas e escolas, a ocupação científica de jovens nas férias e programas de divulgação científica;
- promover a criação de Centros de Ciência Viva em todos os distritos, criando condições propícias à formação de animadores e professores, o apoio às escolas, a colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias e instituições educativas;

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.3 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Ciência e Tecnologia

### **MEDIDA 3.12. – Sociedade de Informação - FEDER**

Enquadramento/ Objectivos:

- o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais;
- modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação.

Descrição/ Tipologia de acções:

- projectos no âmbito das Novas Tecnologias de Informação ao serviço do acesso dos cidadãos à informação, da melhoria da prestação dos cuidados de saúde, do apoio a cidadãos com necessidades especiais, da qualidade e diversificação da informação recebida ou tratada;
- promoção do Saber Disponível ( bibliotecas e arquivos em rede, novos serviços culturais telemáticos e o estímulo à partilha de saber em rede em modos de trabalho cooperativo);
- promoção da Escola Informada (desenvolvimento local da RCTS, de Clubes Internet, estímulo à edição e partilha de conteúdos para fins educativos);
- promoção da Empresa Flexível (apoio a parques tecnológicos deslocalizados em rede, apoio ao desenvolvimento do teletrabalho e do trabalho cooperativo simultâneo à distância);
- prosseguir o objectivo de um Estado Aberto, através da generalização sistemática das tecnologias da informação e comunicação na gestão, processamento, arquivo, disponibilização e troca de informação entre os serviços públicos, os cidadãos e os agentes económicos e sociais;
- programas de simplificação e desburocratização administrativa e de disponibilização, por meios telemáticos, de conteúdos administrativos e de interesse público, esta vertente visa contribuir para o desenvolvimento de formas inovadoras de administração pública integrada e aberta;

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.8 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

A entidade responsável pela vertente Estado Aberto desta medida será o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, sem prejuízo que a coordenação geral da medida Sociedade da Informação seja efectuada pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia

### **MEDIDA 3.13. – Sociedade de Informação - FSE**

Enquadramento/ Objectivos:

- criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital

Descrição/ Tipologia de acções:

- apoio a acções de formação em tecnologias de informação incluídas nos projectos das cidades ou regiões digitais.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.1 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Ciência e Tecnologia

### **MEDIDA 3.14. – Pescas – Infraestruturas de Portos (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- actuar ao nível da melhoria das infraestruturas de portos que integram a rede básica de portos de pesca e melhorar as condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios, com condições ainda deficientes, e onde a actividade da pesca tenha um impacto económico e social importante.

Descrição/ Tipologia de acções:

- reforço de obras exteriores de abrigo;
- construção de infraestruturas complementares a infraestruturas marítimas existentes;
- reordenamento e renovação de infraestruturas;
- construção/ melhoramento de infraestruturas em pequenos núcleos de pesca.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.4 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas/ Direcção Geral das Pescas e Aquicultura



### MEDIDA 3.15. - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)

Enquadramento Objectivos:

A Medida "Agricultura e Desenvolvimento Rural" insere-se numa estratégia de desenvolvimento agrícola e rural que visa incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social. Na prossecução desta estratégia pretende-se contribuir para os seguintes objectivos específicos:

- (i) reforçar a competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social.
- (ii) incentivar a multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo, e contribuindo assim para a sua diversificação interna e viabilidade económica.
- (iii) promover a qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentável da produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar.
- (iv) valorizar o potencial específico dos diversos territórios rurais e apoiar o seu desenvolvimento e diversificação económica.
- (v) melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através da promoção do emprego e da igualdade de oportunidades, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano.
- (vi) apoiar a organização, associação e iniciativa dos agricultores, nas vertentes socioeconómica e socioprofissional e dos demais agentes do desenvolvimento rural, considerando-os protagonistas e parceiros de primeira importância na definição e concretização da nova estratégia de desenvolvimento.

Na selecção das candidaturas a apoiar no âmbito da medida "Agricultura e Desenvolvimento Rural" e respectivas acções serão considerados como critérios as características dos beneficiários, o interesse económico e social das actividades e as condições concretas das regiões e das zonas rurais. Além disso, os apoios deverão concentrar-se em acções que visem: a produção de externalidades positivas com carácter de bens públicos; a criação de condições para que as iniciativas privadas possam alcançar patamares sustentáveis de viabilidade e competitividade; a melhoria global da eficiência dos sistemas produtivos regionais;

a melhoria dos serviços à agricultura e desenvolvimento rural e a dinamização e abordagem integrada dos processos de desenvolvimento ao nível local.

A Medida "Agricultura e Desenvolvimento Rural" contempla um conjunto de acções vocacionadas para dar resposta a questões específicas do desenvolvimento das zonas rurais nos domínios seguintes:

- diversificação na pequena agricultura numa óptica multifuncional e de diversificação de actividades;
- desenvolvimento de produtos de qualidade territorialmente referenciados;
- desenvolvimento sustentável das florestas;
- construção, reabilitação e modernização de infra-estruturas potenciadoras do desenvolvimento das zonas rurais, nomeadamente as ligadas ao regadio, electrificação e acessibilidades;
- criação e dinamização de serviços à agricultura essenciais à economia das zonas rurais;
- requalificação e valorização ambiental e promoção e valorização do património rural.

Numa perspectiva de potenciação de sinergias e numa óptica de desenvolvimento rural sustentado deverá privilegiar-se uma aplicação articulada destas acções com as que integram as restantes medidas do P.O. Regional, no quadro da estratégia regional subjacente, em especial nos territórios onde a agricultura, a silvicultura e as fileiras agro-florestais ainda assumem uma relevância socioeconómica significativa.

Nas zonas abrangidas por Acções Integradas de Desenvolvimento, com incidência em espaços rurais, a aplicação da Medida "Agricultura e Desenvolvimento Rural" deverá realizar-se em condições adaptadas às suas especificidades e prioridades. Para o efeito serão previstos dispositivos na regulamentação da Medida, nomeadamente ao nível da priorização das candidaturas e da modulação dos apoios.

No plano organizativo, além dos mecanismos que vierem a ser criados no âmbito da gestão do P.O. Regional, e das AID em particular, deverá apoiar-se a constituição e funcionamento de parcerias e equipas de projecto indispensáveis à animação, dinamização e acompanhamento de acções de desenvolvimento agrícola e rural, em particular de iniciativas piloto com carácter inovador e efeito demonstrativo.

Será garantido o respeito pelos limites regulamentares (Reg. (CE) 1260/99, Art. 29º e Reg. (CE) 1257/99, Art. 28º) no que se refere aos níveis de ajuda bem como à comparticipação comunitária em todas as acções e sub-acções, atendendo ao respectivo enquadramento jurídico.

Aquando da implementação desta medida será assegurado o respeito pelas disposições específicas previstas nas orientações comunitárias para os auxílios de estado no sector agrícola (J.O. nº C 28 de 1.02.2000, pág. 2).

O co-financiamento comunitário de todas as acções da presente Medida será assegurado exclusivamente pelo FEOGA, secção Orientação.

A formação profissional relativa aos agentes envolvidos nos investimentos previstos nesta Medida é assegurada pelo PO ADR.

No Complemento de Programação, os critérios de selecção das candidaturas, os níveis de ajuda bem como da comparticipação comunitária serão objecto de referência detalhada.

As medidas de apoio à aquicultura previstas no Reg. (CE) nº 2792/1999, apoiadas pelo IFOP, não são elegíveis no âmbito do presente PO.

No âmbito das Acções desta Medida, não estão previstos auxílios de Estado no sentido do Art. 87º, parágrafo 1 do Tratado, nem financiamentos complementares nacionais no sentido do Art. 52º do Reg. (CE) 1257/99.

Descrição/ Tipologia das acções:

As áreas de intervenção previstas traduzem-se em acções e subacções. O seu enquadramento regulamentar, objectivos e descrição, e respectivos destinatários, apresentam-se em seguida.

### Acção 1: Diversificação na Pequena Agricultura

#### Acção 2: Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade

- Subacção 2.1.: Criação e modernização de unidades produtivas
- Subacção 2.2.: Incentivos a produtos de qualidade

#### Acção 3: Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas

- Subacção 3.1.: Instalação de organizações de produtores florestais
- Subacção 3.2.: Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais
- Subacção 3.3.: Apoio à prestação de serviços florestais
- Subacção 3.4.: Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos

- Subacção 3.5.: Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público

#### Acção 4: Serviços à Agricultura

- Subacção 4.1.: Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas
- Subacção 4.2.: Desenvolvimento de outros serviços à agricultura

#### Acção 5: Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento

- Subacção 5.1.: Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais
- Subacção 5.2.: Reabilitação e modernização dos perímetros de rega
- Subacção 5.3.: Emparcelamento rural

#### Acção 6: Caminhos e Electrificação Agro-Rurais

- Subacção 6.1.: Caminhos agrícolas e rurais
- Subacção 6.2.: Electrificação

#### Acção 7: Valorização do Ambiente e do Património Rural

- Subacção 7.1.: Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural
- Subacção 7.2.: Conservação do ambiente e dos recursos naturais

#### Acção 8: Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural

#### Acção 1: Diversificação na Pequena Agricultura

Enquadramento regulamentar:

- Regulamento (CE) n.º 1257/99, Artigo 33º (7ª travessão), e Declaração da Comissão relativa a Portugal exarada na Acta do Conselho de 17/18 de Maio de 1999 aquando da adopção dos regulamentos relativos à reforma da PAC/ Agenda 2000: "A Comissão declara que, ao aplicar as regras relativas ao desenvolvimento rural, terá em consideração as condições socioeconómicas da economia rural em Portugal."

#### Objectivos:

- diversificar as actividades em pequenas explorações agrícolas de modo a viabilizar e desenvolver modelos de agricultura baseados na pluri-actividade e pluri-rendimento familiar;
- promover ocupações múltiplas e rendimentos alternativos para famílias agricultoras que dão um contributo essencial à manutenção do ambiente e do tecido social das zonas rurais;
- incentivar um modelo de desenvolvimento rural abrangente (inclusivo) dos diversos tipos de agricultores e de zonas rurais.

#### Descrição:

A necessidade e pertinência desta acção decorrem do facto de as pequenas explorações agrícolas familiares constituir em Portugal um estio fundamental e insubstituível da manutenção da agricultura e do tecido social nas zonas rurais, cuja permanência só poderá ser assegurada no futuro através da concretização de estratégias de diversificação de actividades e rendimentos adaptadas às condições naturais e socioeconómicas locais. Neste contexto:

- serão apoiadas as acções de melhoria das condições materiais de suporte da actividade de pequenas explorações agrícolas, adaptadas às suas características estruturais específicas, que contribuam para reforçar o seu potencial em termos de diversificação e de criação de ocupações múltiplas ou rendimentos alternativos;
- o custo total máximo elegível por exploração agrícola é de 25.000 euros por candidatura e de 45.000 euro no período 2000-2006;
- a candidatura à medida 1 do programa operacional «agricultura e desenvolvimento rural» exclui a possibilidade de candidatura a esta acção.

#### Destinatários:

- Agricultores detentores de explorações de pequena dimensão (menos de 8 UDE) do tipo familiar (dependentes em mais de 50% da mão de obra familiar), residentes na zona onde se localiza a exploração.

#### Acção 2: Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade

##### Enquadramento regulamentar:

- Subacção 2.1.: Criação e modernização de unidades produtivas  
Regulamento (CE) nº 1257/99, Arts. 25º a 28º
- Subacção 2.2.: Incentivos a produtos de qualidade  
Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 4

#### Objectivos :

- desenvolver e melhorar a transformação e a comercialização de produtos de características marcadamente territoriais correspondendo às novas necessidades e exigências do mercado;
- desenvolvimento de sistemas necessários à caracterização dos produtos de qualidade e dos seus modos de produção particulares.

#### Descrição:

As acções relativas aos produtos de qualidade serão compatíveis com o Direito Comunitário, designadamente com os Regulamentos (CEE) nº2081/92, 2082/92 e 2092/91.

- Subacção 2.1.: Criação e modernização de unidades produtivas
  - Apoio à criação e modernização de unidades de transformação de produtos de qualidade com marcada vinculação ao território e ao saber fazer tradicional, limitando-se aos abrangidos por DO, I G, DOP, I GP, CE, CERP, AB, PI e outros que vierem a ser legalmente consignados;
  - Apenas são elegíveis a esta acção as candidaturas até 250.000 Euros (50.000 contos) de despesas elegíveis;
  - Os projectos associados à criação e modernização de unidades produtivas de transformação e comercialização de produtos de qualidade com um investimento total elegível superior a 250.000 Euros (50.000 contos) apenas se podem candidatar à medida "Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas" do PO "Agricultura e Desenvolvimento Rural" (POADR).
- Subacção 2.2.: Incentivos a produtos de qualidade
  - Apoio à aquisição e ao desenvolvimento dos meios e sistemas necessários à comercialização de produtos de qualidade, bem como o apoio à caracterização dos produtos de qualidade e dos seus modos de produção particulares e respectiva certificação.

#### Destinatários:

- Agrupamentos de produtores gestores de produtos de qualidade e pessoas singulares ou colectivas produtoras de produtos de qualidade (Subacção 2.1.);
- Agrupamentos de produtores gestores de produtos de qualidade, para a caracterização, e Organismos Privados de Certificação, para a certificação (Subacção 2.2.).



### Acção 3: Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas

Enquadramento regulamentar:

- Subacção 3.1.: Instalação de organizações de produtores florestais  
Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art. 30º, nº 1, trav. 5
- Subacção 3.2.: Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais  
Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art. 33º trav. 3
- Subacção 3.3.: Apoio à prestação de serviços florestais  
Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art. 33º trav. 5
- Subacção 3.4.: Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos  
Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art. 30º nº 1, trav. 6
- Subacção 3.5.: Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público  
Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art. 32º

Objectivos:

- aumentar a sustentabilidade e a rentabilidade da floresta pelo uso racional dos seus recursos, nomeadamente através da profissionalização da gestão florestal;
- promoção e consolidação do associativismo florestal;
- desenvolvimento de serviços de natureza florestal especializados, diversificados e de qualidade;
- ordenar os espaços florestais e dotá-los de instrumentos de prevenção que diminuam as probabilidades de ocorrência de incêndios ou outras situações de emergência;
- conservação e valorização dos espaços florestais de alto valor ecológico.

Descrição:

- Subacção 3.1.: Instalação de organizações de produtores florestais
  - Apoio à constituição e ao arranque de associações e cooperativas de produtores florestais e das estruturas organizativas dos baldios, para, nomeadamente, apoiar os seus associados na gestão florestal sustentável.
- Subacção 3.2.: Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais

- Apoio à constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços técnicos de natureza florestal nos domínios do planeamento da gestão e apoio à gestão, da divulgação tecnológica, legislativa e organizacional, dos serviços de informação comercial e outros não associados ao processo produtivo;
- Aos apoios previstos no âmbito desta subacção não terão acesso as organizações de produtores florestais.
- Subacção 3.3.: Apoio à prestação de serviços florestais
  - Participação nos custos dos serviços florestais quando prestados no quadro de um contrato de prestação de serviços. Neste âmbito serão apoiados os serviços de natureza florestal nos domínios do planeamento da gestão e apoio à gestão, da divulgação tecnológica, legislativa e organizacional, dos serviços de informação comercial e outros não associados ao processo produtivo.
- Subacção 3.4.: Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos
  - Esta subacção perspectiva dois tipos de intervenção: uma no contexto da prevenção sanitária e outra no âmbito da prevenção contra incêndios;
  - Na primeira componente incluem-se os investimentos em prevenção sanitária designadamente no que se refere à monitorização de pragas e doenças, estabelecimento de mecanismos de alerta e erradicação, que não são previstos em nenhuma outra intervenção quer ao nível do eixo 3 dos P.O. Regionais quer ao nível do P.O. Nacional;
  - As operações incluídas na segunda componente destinam-se à prevenção da ocorrência de incêndios em espaços florestais que não foram objecto de operações regulares de silvicultura, estando por isso sujeitas a um elevado risco de incêndio facilmente propagável aos espaços circundantes. Distinguem-se, por isso, claramente das incluídas na acção 3.1 da Medida 3 "Desenvolvimento sustentável da floresta" do P.O. A.D.R. destinadas à melhoria das condições de povoamentos produtivos. Distinguem-se ainda das intervenções apoiadas no âmbito do Reg. (CEE) nº 2158/92, quer pela dimensão mais reduzida e carácter plurianual dos investimentos a apoiar, quer por não incluir em investimentos em vigilância e estudos. Apenas são elegíveis no âmbito desta componente as entidades públicas ou privadas que não beneficiem, no período 2000-06, das ajudas previstas no Reg. (CEE) nº 2158/92 (ou outro instrumento regulamentar que eventualmente lhe venha a suceder) e vice-versa.
- Subacção 3.5.: Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público
  - Apoio à preservação e melhoria da estabilidade ecológica de florestas, nas situações onde o seu papel protector e ecológico seja de interesse público

notório e deva ser a sua função predominante, e à manutenção de cortafogos através de práticas agrícolas.

Destinatários:

- Associações, cooperativas florestais ou com secção florestal e outras organizações de produtores florestais;
- Órgãos de administração e gestão dos baldios;
- Produtores florestais individuais e/ou colectivos;
- Organizações Inter-profissionais de carácter florestal;
- Empresas e cooperativas de serviços;
- Outras pessoas singulares ou colectivas de direito privado detentoras de áreas florestais;
- Organismos da Administração Pública detentores e gestores de superfícies florestais (apenas para a Acção 3.4);
- Autarquias locais.

#### Acção 4: Serviços à Agricultura

Enquadramento Regulamentar:

- Subacção 4.1.: Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas  
Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art. 33º, trav. 3
- Subacção 4.2.: Desenvolvimento de outros serviços à agricultura  
Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art. 33º, trav. 5

Objectivos:

- criar e desenvolver serviços de substituição e de apoio à gestão das explorações agrícolas;
- criar e desenvolver a prestação de outros serviços essenciais à agricultura e a actividades complementares, tendo em vista, nomeadamente, a melhoria da gestão técnica e económica das explorações agrícolas, e das condições de trabalho dos agricultores, a qualidade dos produtos, a protecção do ambiente e o bem estar animal.

Descrição:

Esta Acção é complementar e articula-se com a medida 10 do POADR. Apenas poderão aceder à Acção as organizações de 1º grau, enquanto que ao PO Nacional

apenas terão acesso entidades de grau superior. Por outro lado o âmbito e a natureza dos serviços a apoiar são também diferentes ainda que complementares.

- Subacção 4.1.: Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas
  - Apoio à instalação ou reforço de serviços de substituição, que possibilitem novas formas de organização do trabalho e de serviços de apoio à gestão técnica, económica, financeira e administrativa das explorações agrícolas;
  - As entidades a apoiar serão previamente reconhecidas em função da utilidade do seu projecto.
- Subacção 4.2.: Desenvolvimento de outros serviços à agricultura
  - Apoio à constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços agrícolas, designadamente em territórios e/ou domínios em que se revelem essenciais à actividade das explorações e dos agricultores;
  - Apoio a projectos de prestação de serviços agrícolas essenciais para o desenvolvimento da agricultura e das condições de vida e trabalho dos agricultores, aferindo-se a essencialidade em função quer do interesse público, quer das necessidades dos agentes económicos e sociais, quer ainda da não existência de uma oferta adequada e satisfatória do tipo de serviços em causa nas zonas rurais;
  - Os serviços podem envolver:
    - o aconselhamento e acompanhamento técnico especializado, designadamente nos domínios agrícola e pecuário, do bem-estar animal, da diversificação de actividades e da protecção ambiental;
    - o apoio e prestação de serviços no âmbito da qualidade dos produtos e da saúde pública, do emparcelamento e estruturação fundiária, do estabelecimento e manutenção dos livros genealógicos de raças autóctones;
    - acções e sistemas de difusão de informação, designadamente no âmbito da diversificação de actividades, da protecção ambiental e paisagística, da organização e segurança no trabalho e das normas do bem-estar animal.

Destinatários:

- Organizações sócio-económicas e sócio-profissionais de agricultores do 1º grau;
- Associações e outras pessoas colectivas vocacionadas para o desenvolvimento rural, de 1º grau;
- Organizações interprofissionais de âmbito regional;
- Centros Tecnológicos.

## Acção 5: Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento

Enquadramento regulamentar:

- Subacção 5.1.: Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 8
- Subacção 5.2.: Reabilitação e modernização dos perímetros de rega Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 8
- Subacção 5.3.: Emparcelamento rural  
Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 2

Objectivos:

- identificação de potencialidades e criação de novos aproveitamentos de pequena e média dimensão, abrangendo todas as infra-estruturas de uma forma integrada, técnica e ambientalmente equilibrada, que conduzam a uma gestão racional e eficiente do recurso cada vez mais escasso que é a água;
- preservação e recuperação dos sistemas de regadio tradicionais de grande interesse económico e social;
- promover a reabilitação e modernização dos perímetros de rega, através de uma intervenção integrada, visando a melhoria da gestão da água;
- promoção do reordenamento do espaço rural através da elaboração de planos específicos de ordenamento e acções de estruturação fundiária.

Descrição:

A Medida 4 do PO "Agricultura e Desenvolvimento Rural" - "Gestão e Infra-estruturas Hidro-Agrícolas" - apenas contempla uma lista limitada de projectos, em regra de significativa dimensão ou com impactes de nível supra regional, definidos a priori no Complemento de Programação do PO ADR. Os restantes projectos de âmbito hidro-agrícola serão elegíveis apenas nesta acção, salvo no que respeita ao Alqueva.

- Subacção 5.1.: Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais
  - Construção de aproveitamentos de pequena e média dimensão visando a diversificação e a adaptação às novas condições de produção;
  - Preservação e recuperação dos sistemas de regadio tradicional, de grande interesse económico e social, evitando as perdas de água que actualmente se verificam (açudes e redes de rega) e permitindo em algumas situações a adopção de tecnologias de rega alternativas, mais eficientes.
- Subacção 5.2.: Reabilitação e modernização dos perímetros de rega

- Modernização das obras de fomento hidroagrícola, nomeadamente através da reabilitação das estruturas de rega, de modo a proporcionar a ocorrência de transformações tecnológicas e estruturais que conduzam a uma melhor gestão da água, em particular através da introdução da rega sob pressão e pela automatização das redes.
- Subacção 5.3.: Emparelamento rural
  - Reordenamento do espaço rural através da elaboração e execução de:
    - planos de estruturação agrícola;
    - projectos de ordenamento fundiário em zonas de grande potencial e com uma deficiente estrutura fundiária, particularmente ao nível da fragmentação e dispersão da propriedade.
    - Os projectos de ordenamento fundiário terão um carácter integrado, envolvendo a realização de estudos e projectos, a execução de obras respeitantes, nomeadamente, a infra-estruturas rurais, reconversão cultural, equipamentos de carácter colectivo e a conservação da natureza e da paisagem.

Destinatários:

- Agricultores, proprietários e detentores de prédios rústicos, organizados em associações de beneficiários ou de regantes, juntas de agricultores e cooperativas de rega;
- Associações de agricultores e titulares de prédios rústicos;
- Autarquias locais;
- Administração central.

## Ação 6: Caminhos e Electrificação Agro-Rurais

Enquadramento Regulamentar:

- Subacção 6.1.: Caminhos agrícolas e rurais  
Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 9
- Subacção 6.2.: Electrificação  
Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 9

Objectivos:

- melhorar as acessibilidades nas zonas rurais;



- disponibilizar o acesso à energia eléctrica por forma a permitir a modernização, reconversão e diversificação de actividades nas explorações agrícolas e garantir a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Descrição:

Subacção 6.1.: Caminhos agrícolas e rurais

- Apoio à abertura ou melhoria de caminhos agrícolas e rurais por forma a facilitar a circulação de pessoas e equipamentos, o acesso às explorações agrícolas e o escoamento dos produtos agrícolas.

Subacção 6.2.: Electrificação

- Apoio à instalação de linhas de distribuição de energia eléctrica e postos de transformação, facilitando assim o acesso pelas explorações agro-florestais e pequenas agro-indústrias a uma fonte de energia não poluente e que permite a sua viabilização, modernização, reconversão e diversificação, proporcionando também a melhoria do rendimento e qualidade de vida dos agricultores.

Destinatários:

- Titulares de explorações agro-florestais e de pequenas agro-indústrias;
- Associações de agricultores;
- Autarquias locais.

## Acção 7: Valorização do Ambiente e do Património Rural

Enquadramento regulamentar:

- Subacção 7.1.: Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 6

- Subacção 7.2.: Conservação do ambiente e dos recursos naturais

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 11

Objectivos:

- preservar e valorizar a identidade dos pequenos aglomerados rurais, melhorar a sua atractividade e potenciar o seu desenvolvimento económico e social;
- melhorar a qualidade de vida e de bem estar da população rural;
- aproveitamento dos recursos naturais e da paisagem para fins económicos, sociais e de lazer;
- requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-indústrias num quadro de intervenções de carácter colectivo.

#### Descrição:

- Subacção 7.1.: Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural
  - Elaboração e execução de Planos Globais de Intervenção abrangendo operações de:
  - Requalificação de espaços públicos em pequenos aglomerados rurais;
  - Recuperação de construções rurais de traça tradicional, nomeadamente de instalações relacionadas com actividades agrícolas e florestais;
  - Preservação e valorização paisagística dos espaços rurais;
  - Dinamização de espaços agro-florestais para fins lúdicos e/ou pedagógicos relacionados com a actividade em meio rural e melhoramento das condições de acesso aos locais de interesse colectivo;
  - Criação de espaços museológicos de temática rural.
- Subacção 7.2.: Conservação do ambiente e dos recursos naturais
  - Apoiar a requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-indústrias, num quadro de intervenções de carácter colectivo, particularmente para assegurar o pré-tratamento e adequado escoamento dos efluentes de origem agro-pecuária e agro-industrial.

#### Destinatários:

- Subacção 7.1.: Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural
  - Agricultores e produtores florestais e respectivas organizações;
  - Autarquias locais e outras entidades públicas;
  - Associações de desenvolvimento regional, local e rural;
  - Outras pessoas singulares ou colectivas.
- Subacção 7.2.: Conservação do ambiente e dos recursos naturais
  - Entidades promotoras de projectos colectivos de requalificação ambiental.

### **Ação 8: Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural**

#### Enquadramento regulamentar:

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav.5

#### Objectivos:

- incentivar e apoiar iniciativas locais de desenvolvimento da agricultura e dos territórios rurais, com vista ao aproveitamento eficaz e integrado dos diversos

instrumentos de política disponíveis e à valorização do potencial dos recursos materiais e humanos.

Descrição:

- Apoio à concepção, implementação, gestão e avaliação de Planos de Acção enquadramentos de iniciativas de desenvolvimento local nos domínios agrícola e rural;
- Promoção de medidas de acompanhamento conexas à dinamização dos Planos de Acção, bem como à dinamização e divulgação de experiências de carácter inovador e efeito demonstrativo;
- Reforço da cooperação entre iniciativas com distintas incidências territoriais, com vista à prossecução de estratégias comuns de desenvolvimento.

Destinatários:

- Organismos da Administração Pública
- Pessoas colectivas ou outras entidades sem fins lucrativos que actuem como entidades dinamizadoras de iniciativas de âmbito local dirigidas a territórios específicos bem identificados.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 7.3 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

### **MEDIDA 3.16. - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- promoção e desenvolvimento do desporto como suporte e factor contributivo para a melhoria da qualidade de vida das populações;
- generalização do acesso à prática desportiva; estruturação de redes de equipamentos desportivos que criem áreas comuns entre o desporto, a cultura, a educação e a vida social; inserção em programas de requalificação urbana, com vista à disponibilização de equipamentos desportivos de base, de uso e fruição comuns; promoção do desenvolvimento do desporto ao nível da alta competição.

#### Descrição/ Tipologia de acções:

- desenvolvimento da rede de equipamentos de base, que envolve a modernização e construção de grandes campos de jogos, de pistas de atletismo, de pavilhões e salas de desporto e piscinas;
- desenvolvimento da rede de equipamentos especializados, que inclui a modernização e construção de centros de treino e estágio (centro de vela, centro de estágio de altitude, centro de estágio de futebol);
- desenvolvimento da rede de equipamentos para alta competição e espectáculos desportivos, que integra a modernização e construção de estádios de futebol de nível internacional, bem como pavilhões de competição e espectáculo.

Em qualquer caso, os equipamentos desportivos a serem apoiados, cujo financiamento comunitário seja superior a 5 MEUROS, deverão:

- Constituir projectos de infra-estruturas desportivas que respeitem o que está estabelecido no art.º 29.º do regulamento CE 1260/ 99, nomeadamente no que se refere às taxas de participação dos fundos em investimentos em infra-estruturas geradores de receitas;
- Demonstrar contribuir para o desenvolvimento regional e local, identificando nomeadamente a respectiva contribuição, em termos sociais, para a criação de postos de trabalho, para a renovação urbana, para a promoção do Turismo, para o acesso à prática desportiva do público em geral, para a promoção do desporto, podendo integrar-se em projectos identificados, mais vastos, de investimento público e privado em regiões e sub-regiões do País;
- serem compatíveis com as regras comunitárias em matéria de concorrência;
- ter como objecto despesas realizadas por entidades públicas e outras entidades que operem num quadro jurídico e administrativo que as torne assimiláveis a entidades públicas.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 1.4 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

#### Organismo responsável pela execução:

Secretaria de Estado do Desporto/ Instituto Nacional do Desporto/ Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 3.17. - Acessibilidades e Transportes (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

A componente sectorial desconcentrada na região de Lisboa e Vale do Tejo, terá um papel decisivo para atingir os objectivos gerais identificados no Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes.

Deverá contribuir para a melhoria da qualidade de vida na região, em especial nas zonas urbanas, e para a viabilização de um maior desenvolvimento económico, tendo em atenção os seguintes objectivos específicos:

- contribuir para o descongestionamento das áreas urbanas;
- desenvolvimento de modos e meios de transporte menos poluentes;
- melhoria das acessibilidades regionais;
- contribuir para uma melhor articulação entre diferentes redes de transportes.

Igualmente, deverá contribuir para o grande objectivo nacional de privilegiar uma abordagem integrada da mobilidade, respeitadora do ambiente e do ordenamento do território.

Descrição/ Tipologia de Acções:

A tipologia das acções a desenvolver para atingir os objectivos específicos identificados consistem essencialmente:

- na elaboração de planos de transporte que visem uma maior racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimentos;
- na implementação de sistemas ferroviários ligeiros, nomeadamente o Metro Ligeiro do Sul do Tejo;
- na melhoria das ligações fluviais, nomeadamente as ligações à Margem Sul do Tejo;
- na promoção do transporte público e reforço da articulação intermodal;
- na requalificação de estradas nacionais e regionais, visando reforçar a estruturação do sistema urbano principal e contribuir para a organização das respectivas áreas envolventes.

Princípios gerais orientadores dos critérios de selecção

Os princípios orientadores dos critérios de selecção a aplicar na definição dos projectos a apoiar deverão cumulativamente cumprir determinados requisitos de elegibilidade, dos quais se salientam: estar em conformidade com a política

definida para o sector; o respeito pelas políticas ambientais, nacionais e comunitárias, designadamente a legislação respectiva (as directivas 85/337/CEE, 97/11/CE, 79/409/CEE, 92/43/CEE); o cumprimento das regras de contratação e de mercados públicos, designadamente as directivas 93/36/CE, 93/37/CE, 93/38/CE, 92/50/CEE; a garantia da cobertura orçamental do projecto; contribuir para alcançar pelo menos um dos objectivos específicos enunciados pela medida.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 10.7 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Equipamento Social/ Coordenador da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 3.18. – Ambiente (FEDER)**

Enquadramento/ Objectivos:

- promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental, tendo em atenção e privilegiando os aspectos específicos do seu território;
- integrar o ambiente nos planos e programas de desenvolvimento regional;
- impulsionar a conservação e valorização do património natural em conformidade com uma estratégia de conservação da natureza e em especial a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;
- incrementar a informação ambiental;
- enquadrar as intervenções desconcentradas nos objectivos nacionais da política de ambiente.

Descrição/ Tipologia de Acções:

Esta medida visa:

- conservação e Valorização do Património Natural, englobando entre outros: estudos e acções de gestão para espécies e habitats, criação de infra-estruturas de apoio ao turismo da natureza, de interpretação, informação e apoio a visitantes; acções de apoio ao desenvolvimento local;
- valorização e Protecção dos Recursos Naturais com intervenções específicas quer de protecção e requalificação da faixa costeira, compatíveis com o preceituado nos POOC's, quer de reabilitação e a revalorização da Rede Hidrográfica Nacional e das albufeiras;



- informação e gestão ambientais, abrangendo o reforço das infra-estruturas e instrumentos que permitam a obtenção e o processamento de dados de natureza ambiental, bem como de estruturas de detecção de tendências de fenómenos ambientais e naturais;
- melhoria do ambiente urbano, através da promoção da qualidade ambiental, avaliada pela melhoria dos indicadores ambientais, entre eles o dos níveis de ruído e de poluição atmosférica, da recuperação e reabilitação de áreas urbanas degradadas, incremento dos espaços verdes e espaços públicos de convívio e melhoria da circulação;
- promoção de acções de recuperação do passivo ambiental.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 1.3 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

### MEDIDA 3.19. – Saúde (FEDER)

Enquadramento/ Objectivos:

- contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, através da implementação de sistemas locais de saúde, a implantar em áreas urbanas e rurais, desenhados a partir das necessidades definidas em termos de risco de uma comunidade, sendo responsáveis pelos cuidados a prestar aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais.

São ainda objectivos:

- promover a articulação e garantir o encaminhamento da informação clínica acordada, a qualificação dos profissionais e a avaliação dos cuidados prestados, no sentido de reduzir a burocracia, eliminar actos desnecessários ou duplicados e a substituição negativa de cuidados identificada como *hospitalocentrismo*;
- apoiar a orientação da procura de acordo com um circuito lógico, mais conveniente aos cidadãos, mais racional para os serviços e mais económico para o sistema;
- promover a parceria entre as diversas entidades prestadoras de cuidados, por forma a constituir uma rede inter-sectorial de complementaridades, capaz de desenvolver programas e projectos comuns, aproveitando as competências e as capacidades instaladas (destaca-se o papel das organizações não governamentais e das autarquias);
- financiar o tratamento das águas residuais hospitalares.

Descrição/ Tipologia de acções:

- apoios à construção (nomeadamente do novo hospital regional) remodelação e adequação de hospitais;
- apoio à construção, remodelação e adequação de hospitais de dia;
- apoio à construção, remodelação e adequação de centros e extensões de saúde, incluindo o seu equipamento;
- apoio às entidades prestadoras de cuidados complementares às unidades tradicionais de saúde;
- investimentos que permitam o tratamento das águas residuais dos hospitais e de outras unidades de âmbito regional e local do Serviço Nacional de Saúde.

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 1.8 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Ministério da Saúde/ Administração Regional de Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## Medidas de Assistência Técnica

Nas páginas seguintes são apresentadas as medidas de Assistência Técnica do Programa Operacional Regional.

Pela importância de que se revestem, será realizado um destaque no relatório de execução anual sobre a implementação das medidas de Assistência Técnica, em capítulo ou em ponto específico.

Nem todas as medidas desconcentradas do Eixo 3 beneficiarão de Linhas de Assistência Técnica. As medidas desconcentradas do Eixo 3 que beneficiarem de Linhas de Acção de Assistência Técnica no Programa são as evidenciadas na descrição das medidas que a seguir se apresentam. O suporte das despesas de Assistência Técnica das restantes medidas do Eixo 3, deverá ser assegurado pela entidade responsável pela Medida. As despesas globais de gestão, acompanhamento, controlo, avaliação e restantes despesas transversais ao Programa encontram-se asseguradas.

Nos Quadros do Plano de Financiamento do Programa Operacional, será ainda identificada uma linha financeira por memória do montante total afecto a medidas de Assistência Técnica.

A distribuição anual indicativa dos montantes afectos à Assistência Técnica para a totalidade do Programa Operacional Regional é a seguinte:

### Ventilação anual do montante de Assistência Técnica

A distribuição anual indicativa dos montantes totais de Fundos comunitários afectos às medidas da Assistência Técnica descritas no programa é a seguinte: Ano 2000, 23%; Ano 2001, 23%; Ano 2002, 22%; Ano 2003, 13%; Ano 2004, 8%; Ano 2005, 7%; Ano 2006, 4%.

## MEDIDA 3.20. – Assistência Técnica – FEDER

### Linha de Acção 1 Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1 e 2

Enquadramento/ Objectivos:

- garantir as condições necessárias ao lançamento do Programa Operacional, assegurando a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, avaliação e controlo, incluindo o processo decorrente da contratualização; apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre as acções de desenvolvimento a levar a cabo na Região e a criação de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território, e ao melhor conhecimento e equacionamento da gestão estratégica da Região; apoiar a promoção, publicidade e divulgação do Programa;
- esta medida visa ainda apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Descrição/ Tipologia de acções:

- apoio às estruturas de coordenação e gestão do programa Operacional;
- acções destinadas a assegurar a gestão, monitorização e avaliação do Programa;
- criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa Operacional;
- desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento nas áreas acompanhamento, gestão, avaliação e controlo do PORLVT;
- acções de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa;
- apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na região, relacionados com a acção e papel desempenhado pelos fundos estruturais;
- estudos nos domínios da avaliação e impacto económico e social do Programa, do ordenamento e gestão do território, do desenvolvimento económico e social e da sustentabilidade ambiental.
- despesas relativas aos aspectos transversais do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, tais como: Comitês de Acompanhamento, avaliação, estudos, seminários, etc.
- esta medida visa ainda apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à

gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

**Linha de Acção 2** Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social

**Enquadramento/ Objectivos:**

Esta linha de acção tem como objectivo central garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão desta medida regionalmente desconcentrada apoiada no âmbito do FEDER, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação.

**Descrição/ Tipologia de acções:**

A prossecução dos objectivos identificados para esta linha de acção, passa pelo desenvolvimento de um conjunto alargado de acções que se inscrevem, genericamente numa lógica de criação de sistemas de apoio ao exercício adequado da função de gestão da medida e, consequentemente de:

- sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida;
- estudos de indicadores de realização e de impacto;
- estudos necessários à implementação da medida, nomeadamente, auditorias e avaliação de tendências;
- aquisição de equipamento e aplicações informáticas para desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização;
- contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada;
- sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;
- aquisições de serviços necessários à implementação da medida;
- despesas relativas à avaliação técnica dos projectos.

São igualmente criadas as seguintes linhas de acção:

**Linha de Acção 3** Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Economia

**Linha de Acção 4** Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Pescas – Infraestruturas de Portos

Linha de Acção 5 Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

Linha de Acção 6 Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Ambiente

Linha de Acção 7 Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Saúde

O Enquadramento/ Objectivos e a Descrição/ Tipologia de acções de cada uma destas linhas de acção é igual a linha de acção 2

Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.7 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 3.21. – Assistência Técnica - FSE**

Linha de Acção 1 Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2

Enquadramento/ Objectivos:

- garantir as condições necessárias à implementação e funcionamento, ao longo do período de programação, dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da vertente FSE do Programa Operacional, incluindo o processo decorrente da contratualização e o desempenho eficaz das funções em causa; apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre as acções de desenvolvimento a levar a cabo na Região e a criação de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território, e ao melhor conhecimento e equacionamento da gestão estratégica da Região; apoiar a promoção, publicidade e divulgação do Programa;
- esta medida visa ainda apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Descrição/ Tipologia de acções:

- apoio às estruturas de coordenação e gestão do programa Operacional;
- acções destinadas a assegurar a gestão, monitorização e avaliação do Programa;



- criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa Operacional;
- desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento nas áreas acompanhamento, gestão, avaliação e controlo do PORLVT;
- acções de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa;
- apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na região, relacionados com a acção e papel desempenhado pelos fundos estruturais;
- estudos nos domínios da avaliação e impacto económico e social do Programa, do ordenamento e gestão do território, do desenvolvimento económico e social e da sustentabilidade ambiental.

### Linha de Acção 2 Assistência Técnica ao Eixo Prioritário 3

#### Enquadramento/ Objectivos:

Esta linha de acção tem como objectivo central garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão das medidas regionalmente desconcentradas: Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa; Formação ao longo da Vida e Adaptabilidade; Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados; Criação de Emprego; Eficácia e Equidade das Políticas; Promoção do Desenvolvimento Social, medidas estas apoiadas no âmbito do FSE, do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação.

#### Descrição/ Tipologia de acções:

A prossecução dos objectivos identificados para esta medida, passa pelo desenvolvimento de um conjunto alargado de acções que se inscrevem, genericamente numa lógica de criação de sistemas de apoio ao exercício adequado da função de gestão da medida e, consequentemente de:

- sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida;
- estudos de indicadores de realização e de impacto;
- estudos necessários à implementação das medidas, nomeadamente, auditorias e avaliação de tendências;
- aquisição de equipamento e aplicações informáticas para desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização;
- contratação de pessoal afecto à gestão da medidas desconcentradas;

- sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;
- aquisições de serviços necessárias à implementação da medida;
- despesas relativas à avaliação técnica dos projectos.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.5 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **MEDIDA 3.22. – Assistência Técnica - FEOGA**

Enquadramento/ Objectivos:

Esta medida tem como objectivo central garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão da medida regionalmente desconcentrada Agricultura e Desenvolvimento Rural, apoiada no âmbito do FEOGA, do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação.

Descrição/ Tipologia de acções:

A prossecução dos objectivos identificados para esta medida, passa pelo desenvolvimento de um conjunto alargado de acções que se inscrevem, genericamente numa lógica de criação de sistemas de apoio ao exercício adequado da função de gestão da medida e, consequentemente de:

- sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida;
- estudos de indicadores de realização e de impacto;
- estudos necessários à implementação da medida, nomeadamente, auditorias e avaliação de tendências;
- aquisição de equipamento e aplicações informáticas para desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização;
- contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada;
- sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;
- aquisições de serviços necessárias à implementação da medida;
- despesas relativas à avaliação técnica dos projectos.

#### Ponderação Financeira

Esta Medida deverá representar 0.1 % do montante total da despesa pública a afectar ao Programa.

Organismo responsável pela execução:

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo



EIXOS PRIORITÁRIOS E OBJECTIVOS	INDICADORES	SITUAÇÃO DE PARTIDA		QUANTIFICAÇÃO
		ANO	VALOR	2006
<b>EIXO PRIORITÁRIO 3</b> <b>INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS</b> (continuação) <ul style="list-style-type: none"> <li>Estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva</li> <li>Valorizar o potencial específico dos diversos territórios rurais e a diversificação económica</li> <li>Melhorar as infraestruturas de portos de pesca e as condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscícolas.</li> <li>Actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, e da conversão de consumos de energia para gás natural</li> <li>Melhorar as acessibilidades regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas</li> <li>Promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>m<sup>2</sup> de equipamentos desportivos por habitante</li> </ul>		1.7	2.9
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Taxa de crescimento médio anual da produtividade do trabalho nas actividades agro-florestais, medida através da relação entre o VABpm e as unidades de trabalho (UTA)</li> </ul>	(3)	1 436	Aumento >4%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de idas anuais à lota nos portos intervenção</li> </ul>			+10%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária/secundária), medida em Km</li> <li>Nº de pousadas de juventude criadas/remodeladas</li> </ul>	(4)	9	3 000 10
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução dos tempos de percurso – rodovia (minutos) Lisboa – Viseu Lisboa – Guarda Lisboa – Castelo Branco Lisboa – Beja</li> <li>Procura no Metro do Sul do Tejo (milhões de passageiros no ano)</li> <li>Densidade rodoviária por cada 1000 Km<sup>2</sup></li> </ul>	1999 1999 1999 1999 1997 (5)	216 244 156 143 167	208 208 135 103 122 168
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem do território sob estatuto de protecção para a conservação da natureza (áreas protegidas de âmbito regional/local, Sítios da Rede Natura e ZPE's)</li> <li>Extensão de costa intervenção</li> <li>Nº de estações fixas a instalar para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)</li> <li>População abrangida por intervenções de requalificação urbana (milhões de habitantes)</li> </ul>		5,3%	6,9%
			-	40
			-	6
			-	0.320

Notas:

(1) Valor estimado da distribuição dos desempregados jovens (6 meses) e adultos (12 meses), no ano de 1999 do universo PNE.

(2) Valor ILE's 1998

(3) A situação de partida refere-se a VABpm a preços de 1997 por UTA

(4) Km imputados aos projectos desconcentrados regionalmente.

## III.2 - PONDERAÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS POR FUNDO ESTRUTURAL

Unidade mil euros correntes

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO		
	DESPESA PÚBLICA	% (TOTAL)
EIXO PRIORITÁRIO 1	593 966	23.5
Acessibilidades e Equipamentos (FEDER)	272 423	10.8
Valorização Ambiental e Patrimonial (FEDER)	139 663	5.5
Capacidade Institucional Regional (FEDER)	9 539	0.4
Formação para o Desenvolvimento (FSE)	44 954	1.8
Ações Específicas de Valorização Territorial (FEDER)	123 851	4.9
Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico (FEDER)	3 536	0.1
EIXO PRIORITÁRIO 2	238 800	9.5
Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana (FEDER)	146 679	5.8
Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana (FSE)	14 259	0.6
VALTEJO- Valorização do Tejo (FEDER)	70 313	2.8
Formação e Empregabilidade (FSE)	7 549	0.3
EIXO PRIORITÁRIO 3	1 690 334	67.0
Promoção da Form. Qualificante e da Transição para a Vida Activa (FSE)	123 923	4.9
Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (FSE)	116 826	4.6
Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (FSE)	98 669	3.9
Criação de Emprego (FSE)	31 163	1.2
Eficiência e Equidade das Políticas (FSE)	28 287	1.1
Promoção do Desenvolvimento Social (FSE)	156 063	6.2
Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (FEDER)	33 059	1.3
Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (FEDER)	11 273	0.4
Ensino Profissional (FSE)	57 270	2.3
Economia (FEDER)	389 904	15.5
Ciência Tecnologia e Informação (FEDER)	6 987	0.3
Sociedade de Informação (FEDER)	21 140	0.8
Sociedade de Informação (FSE)	3 715	0.1
Pescas - Infraestruturas de Portos (FEDER)	10 122	0.4
Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	184 047	7.3
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos (FEDER)	35 493	1.4
Acessibilidades e Transportes (FEDER)	270 497	10.7
Ambiente (FEDER)	32 793	1.3
Saúde (FEDER)	46 635	1.8
Assistência Técnica (FEDER)	17 600	0.7
Assistência Técnica (FSE)	12 011	0.5
Assistência Técnica (FEOGA)	2 857	0.1
<b>PORLVT - TOTAL</b>	<b>2 523 100</b>	<b>100.0</b>



#### IV – PLANO DE FINANCIAMENTO INDICATIVO

---

## IV. PLANO DE FINANCIAMENTO INDICATIVO

O montante global de investimento previsto no Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo é de 2 732 milhões de euros (548 milhões de contos).

A despesa pública prevista é de 2 523 milhões de euros (506 milhões de contos) a qual está associada a um financiamento comunitário de 1 448 milhões de euros (290 milhões de contos) com a seguinte repartição: 910 milhões de euros (182 milhões de contos) para o FEDER; 431 milhões de euros (86 milhões de contos) para o FSE, e 107 milhões de euros (21 milhões de contos) para o FEOGA.

Aos financiamentos comunitários dos Fundos Estruturais adicionam-se entre 2000 e 2006, como apoio adicional à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida, financiamentos a conceder pelo BEI, no montante estimado de 342051 milhares de euros.

A repartição percentual da despesa pública por Eixo Prioritário é a seguinte: 23.5% para o Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal, 9.5% para o Eixo Prioritário 2 – Acções Integradas de Base Territorial e 67 % para o Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas.

O montante máximo previsto respeitante às despesas de assistência técnica sujeitas a *plafond*, de acordo com o previsto na Regra de Elegibilidade nº 11, é de 17 743 milhares de Euros.

No Complemento de Programação as medidas de Assistência Técnica serão repartidas nas despesas previstas, respectivamente, no ponto 2 e no ponto 3 da Regra nº 11. Este documento especificará, para as acções sujeitas a *plafond*, os montantes afectos a cada categoria de acções, nomeadamente os custos relativos às acções previstas no ponto 2.2 da mesma regra.

Nos quadros seguintes é apresentado o plano de financiamento do programa, ventilado por Eixo Prioritário, por anos e por fundo.

Uma estimativa da ponderação financeira de cada medida, em termos percentuais é apresentada a título indicativo em quadro específico.











## V – DI SPOSI ÇÕES DE EXECUÇÃO

---

## V - DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO

### V.1. Estrutura Institucional de Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional Regional

#### Gestão

A gestão técnica, administrativa e financeira do Programa Operacional Regional é exercida por um Gestor, Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeado pelo Conselho de Ministros, com o estatuto definido no correspondente acto de nomeação, e sediado na Comissão de Coordenação Regional, Rua Artilharia Um, 33 – 1269-145 Lisboa.

O Gestor do Programa Operacional Regional constitui a Autoridade de Gestão prevista no ponto i) da alínea d) do artigo 18º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho, sendo que, nomeadamente, lhe compete:

- a) Adoptar o Complemento de Programação definido na alínea m) do artigo 9º do Regulamento (CE) n.º 1260/99, após o acordo da Comissão de Acompanhamento;
- b) Transmitir à Comissão, num documento único para informação, o Complemento de Programação no prazo máximo de três meses a contar da Decisão da Comissão que aprova o Programa Operacional;
- c) Adaptar, por sua própria iniciativa ou sob proposta da Comissão de Acompanhamento, o Complemento de Programação, sem alterar o montante total da participação dos Fundos Estruturais concedidos ao Eixo Prioritário em causa, nem os objectivos do mesmo;
- d) Informar a Comissão Europeia da adaptação do Complemento de Programação, no prazo de um mês após a aprovação pela Comissão de Acompanhamento;
- e) Garantir a regularidade das operações financiadas pelo Programa Operacional, designadamente pela aplicação de medidas de controlo interno compatíveis com os princípios da boa gestão financeira, bem como pela resposta às observações, pedidos de medidas correctivas e recomendações de adaptação apresentados pela Comissão Europeia nos termos dos n.º 2 do artigo 34º e n.º 4 do artigo 38º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999;
- f) Propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas de projectos ao financiamento pelo Programa Operacional respectivo;

- g) Aprovar ou propor a aprovação das candidaturas de projectos ao financiamento pelo Programa Operacional respectivo, uma vez obtido o parecer da Unidade de Gestão correspondente;
- h) Assegurar o cumprimento por cada projecto ou acção das normas nacionais e comunitárias aplicáveis, nomeadamente a sua compatibilidade com as políticas comunitárias no que se refere ao respeito das regras de concorrência, à adjudicação de contratos públicos, à protecção e melhoria do ambiente e à promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- i) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos;
- j) Apreçar da conformidade dos pedidos de pagamentos que sejam apresentados pelos beneficiários finais e efectuar, ou assegurar que sejam efectuados, os referidos pagamentos;
- k) Elaborar e submeter à Comissão de Acompanhamento os relatórios anuais e final de execução do Programa Operacional;
- l) Assegurar que seja instituído um sistema de controlo interno adequado à verificação dos processos de candidaturas e dos pagamentos conforme aos normativos aplicáveis;
- m) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e ex-post e para as eventuais avaliações temáticas ou transversais;
- n) Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na gestão e na execução, de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística adequada para as transacções abrangidas pelo Programa Operacional;
- o) Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade;
- p) Organizar a avaliação intercalar e a respectiva actualização, em colaboração com a Comissão, e colaborar na avaliação ex-post do Programa Operacional respectivo;
- q) Apresentar o relatório anual de execução e o relatório final de execução do Programa Operacional à Comissão Europeia, depois de aprovado pela Comissão de Acompanhamento;
- r) Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do Programa Operacional.

Compete ainda ao Gestor do Programa Operacional Regional assegurar a direcção do processo de concertação estratégica ao nível regional, bem como a coordenação e a coerência do Programa Regional.

O Gestor do Programa Operacional Regional pode ser apoiado, no exercício das suas funções, por Gestores de Eixos Prioritários. Contudo, no caso do Eixo Prioritário relativo a Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas, as competências do Gestor são desempenhadas directamente pelo Gestor do Programa Operacional Regional.

O Gestor do Programa Operacional Regional submeterá os projectos do financiamento aprovados no âmbito do Eixo Prioritário relativo a Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas, a homologação pelo Ministro que tutela a correspondente área sectorial.

Prevê-se a possibilidade de vir a contratualizar, no âmbito do Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal e das Acções Integradas de Base Territorial, a gestão de algumas iniciativas com Associações de Municípios, com as Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local, e com outras figuras de concertação estratégica de base territorial.

#### *Unidades de Gestão*

O Gestor de cada Eixo Prioritário que integra o Programa Operacional Regional é assistido, no exercício das suas funções por uma Unidade de Gestão.

Sem prejuízo dos poderes que lhe sejam conferidos no despacho da sua constituição, compete às Unidades de Gestão de cada um dos Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional:

- a) Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno;
- b) Dar parecer sobre as propostas de decisão dos gestores relativos a candidaturas de projectos ao financiamento pelo programa operacional respectiva;
- c) Dar parecer sobre os projectos de relatório de execução das intervenções operacionais elaborados pelos gestores.

As Unidades de Gestão serão presididas pelo Gestor do Programa Operacional Regional, sendo a sua composição determinada por despacho do Ministro responsável pelo Programa Operacional, sem prejuízo do seguinte:

- A composição das Unidades de Gestão assegura a representatividade das autarquias locais envolvidas, nos termos legais.

- As Unidades de Gestão são integradas por um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- As Unidades de Gestão dos Eixos Prioritários relativos às Acções Integradas de Base Territorial integram os Coordenadores das Acções Integradas de Base Territorial.
- As Unidades de Gestão dos Eixos Prioritários relativos a Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas integram os Coordenadores das componentes sectoriais regionalmente desconcentradas, os quais são designados pelo Ministro sectorialmente competente.

Os Coordenadores das componentes sectoriais regionalmente desconcentradas têm capacidade de iniciativa exclusiva no que respeita à apresentação de propostas de decisão à Unidade de Gestão no respectivo sector e asseguram a sua coerência com as prioridades sectoriais nacionais e articulação com os Programas Operacionais sectoriais.

O Gestor e cada uma das Unidades de Gestão serão assistidos por uma Estrutura de Apoio Técnico.

As disposições financeiras e de gestão devem ser adaptadas de forma concordante com quaisquer futuras regras de execução que venham a ser adoptadas a coberto do nº 2 do art. 53º do Regulamento (CE) nº 1260/99.

### Acompanhamento

O acompanhamento do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo é assegurado por uma Comissão de Acompanhamento, constituída no prazo máximo de três meses após a decisão da Comissão Europeia que aprova o Programa Operacional, presidida pelo Gestor do Programa Operacional e composta por:

- a) Membros das Unidades de Gestão do Programa Operacional;
- b) Um representante de cada entidade responsável pela gestão nacional dos fundos comunitários envolvidos, quando este não integre a composição da Unidade de Gestão;
- c) Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, quando este não integre a composição da Unidade de Gestão;
- d) Um representante do Ministro para a Igualdade;
- e) O director geral do Desenvolvimento Regional;
- f) O presidente do correspondente Conselho da Região;
- g) Representantes dos Municípios envolvidos;
- h) Representantes dos Ministérios oriundos das instituições vocacionadas para o apoio técnico à formulação e acompanhamento das políticas públicas relevantes;
- i) Representantes dos parceiros económicos e sociais, de carácter nacional e regional, incluindo organizações representadas no Conselho Económico e Social;

- j) Uma representação da Comissão Europeia e outra do Banco Europeu de Investimentos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1260/ 1999, de 21 de Junho;
- k) Um representante da Inspeção Geral de Finanças, na qualidade de observador.

Compete especialmente à Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional:

- a) Confirmar ou adaptar o Complemento de Programação, incluindo os indicadores físicos e financeiros a utilizar no acompanhamento do Programa Operacional;
- b) Analisar e aprovar, nos seis meses subsequentes à aprovação do Programa Operacional, os critérios de selecção das operações financiadas ao abrigo de cada medida;
- c) Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos específicos do Programa Operacional;
- d) Analisar os resultados da execução, nomeadamente a realização dos objectivos definidos para as diferentes medidas, bem como a avaliação intercalar prevista no artigo 42º do Regulamento (CE) nº 1260/ 1999 de 21 Junho 1999;
- e) Analisar e aprovar o relatório anual de execução e o relatório final de execução antes do seu envio à Comissão Europeia;
- f) Analisar e aprovar todas as propostas de alteração ao conteúdo da decisão da Comissão Europeia que aprova o Programa Operacional;
- g) Propor ao Gestor a adaptação ou revisão do Programa Operacional que permita alcançar os objectivos definidos ou aperfeiçoar a respectiva gestão, inclusivamente na vertente financeira;
- h) Analisar os critérios de repartição entre projectos nacionais sectoriais e regionais sectoriais.

A Comissão de Acompanhamento constituirá Grupos Técnicos de Avaliação, com o objectivo de acompanhar o processo de avaliação.

A Comissão de Acompanhamento definirá, no regulamento interno, as modalidades de cooperação e articulação com o(s) Grupo(s) de Trabalho Temático(s) correspondentes, que deverão concretizar-se, nomeadamente, através:

- da disponibilização da acta da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional, para informação do Grupo de Trabalho Temático transversal nos programas cujos domínios são objecto de grupos temáticos;
- do sistema de informação de cada Programa Operacional, que deverá disponibilizar informação actualizada ao(s) Grupo(s) de Trabalho Temático existente(s) nos domínios abrangidos pelo Programa.

## Igualdade de Oportunidades

A promoção da igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens corresponde a uma preocupação comunitária e nacional que assume expressão, quer no PDR, onde surge como elemento essencial duma estratégia de desenvolvimento sustentável, quer no QCA, onde o princípio da igualdade é expressamente referido como elemento integrador das diferentes intervenções operacionais.

Assim, de acordo com as orientações assumidas pela Comissão Europeia na sequência dos princípios incluídos na Agenda 2000, são quatro os domínios prioritários de intervenção em matéria de igualdade de oportunidades:

- Melhoria do quadro de vida no sentido de responder mais eficazmente às necessidades das mulheres;
- Aumento da acessibilidade das mulheres ao mercado de emprego;
- Melhoria da situação das mulheres no emprego;
- Promoção da participação das mulheres na criação de actividades económicas.

Para cada um destes domínios, é possível identificar dois tipos de acções, correspondentes a dimensões estratégicas separadas que, em conjunto, conduzem à igualdade de oportunidades: a primeira abrange as intervenções destinadas a promover a equidade; a segunda as acções que visam a atenuação das desigualdades. As medidas que se incluem no âmbito desta segunda dimensão traduzem-se, geralmente, em acções positivas, enquanto que as primeiras devem, normalmente, assumir um carácter transversal aos vários domínios da acção política.

Neste âmbito, o QCA define como objectivo global a melhoria do quadro de vida da mulher através do reforço da sua participação na vida económica e designadamente por intermédio de acções dirigidas à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e da promoção do acesso da mulher ao mercado de trabalho e a melhoria da sua situação profissional. Ao mesmo tempo, o QCA define um conjunto de medidas dirigido a facilitar o acesso das mulheres aos fundos estruturais, entre os quais se destaca a integração das associações femininas na parceria e a sua participação no processo de decisão, a definição de recursos financeiros afectos à promoção da igualdade e acções de formação e sensibilização dirigidas à administração pública e ao público em geral.

Por outro lado, cada Programa Operacional do Quadro, deve indicar não só as medidas específicas que visem promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, como ainda a forma como esta dimensão horizontal da acção comunitária é tida em conta na execução dos diferentes eixos prioritários e medidas.



Os programas operacionais do QCA assentam a sua estratégia de intervenção na definição de objectivos específicos de carácter regional ou sectorial. Pode consequentemente acontecer que não seja possível, nem sequer aconselhável, prever em todos eles medidas específicas em favor da igualdade entre sexos. Nestes casos contudo, a necessidade de prever mecanismos e procedimentos que assegurem a consideração da dimensão da igualdade de oportunidades nas fases de selecção, acompanhamento, controlo e avaliação dos projectos adquire uma importância especial, devendo tais procedimentos contribuir, designadamente, para eliminar as barreiras ao acesso aos programas operacionais resultantes de qualquer tipo de discriminação sexual.

Nesta perspectiva, ganha particular relevo, na fase de selecção, a identificação dos projectos de acordo com os seus efeitos esperados quanto à igualdade de oportunidades (efeitos positivos, neutros ou negativos). Sempre que possível esses efeitos devem ser referidos de modo a permitir, em sede própria de acompanhamento e avaliação, as correcções necessárias (no caso de se constatarem resultados negativos) e a eventual divulgação de boas práticas (no caso contrário). Estes elementos relativos aos diversos projectos serão retomados no sistema de informação global do QCA, e nos sistemas de informação específicos de cada Fundo Estrutural por forma a permitir acompanhar a contribuição positiva ou negativa dos diferentes projectos para a melhoria da situação em matéria de igualdade de oportunidades.

O Grupo de Trabalho Temático sobre Igualdade de Oportunidades, que desenvolve as suas actividades junto da Comissão de Acompanhamento do QCA III, contribuirá para a definição duma estratégia precisa neste domínio, aplicável ao conjunto do Quadro, desenvolvendo nomeadamente indicadores de impacto e resultado que possam ser aplicados em cada intervenção operacional, de forma adequada aos seus objectivos específicos e às particularidades das acções prosseguidas.

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo prevê ainda uma série de indicadores de impacto e resultado, adequados aos objectivos específicos e as particularidades das acções prosseguidas neste domínio.

## **V.2. - Avaliação**

### **Avaliação Intercalar**

O Programa Operacional Regional será objecto de uma avaliação intercalar que analisará, tendo em conta a avaliação ex-ante, os primeiros resultados do Programa, a sua pertinência e a realização dos objectivos, apreciando igualmente a utilização das dotações e o funcionamento da execução e do acompanhamento. Na sequência desta análise, os montantes afectos, nomeadamente às acções imateriais

constant es dos Eixos 1 e 2 do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, serão object o de um eventual ajust amento.

A avaliação intercalar do Programa Operacional efectua-se sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão em colaboração com a Comissão Europeia, devendo a Autoridade de Gestão do QCA assegurar a coordenação do calendário de lançamento das diferentes avaliações.

O Grupo Técnico para a Avaliação terá represent antes da Autoridade de Gestão do Programa Operacional, da Comissão Europeia e da Autoridade de Gestão do QCA. O Grupo Técnico de Avaliação deve, nomeadamente, propor a metodologia dos estudos de avaliação e acompanhar o lançamento e a realização dos estudos de avaliação efectuados pelos avaliadores independentes, bem como pronunciar-se sobre os resultados dos referidos estudos.

A avaliação intercalar será realizada por avaliadores independentes, apresentada à Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional e, seguidamente, transmitida à Comissão Europeia o mais tardar até 31 de Dezembro de 2003.

No prolongamento da avaliação intercalar, será efectuada até 31 de Dezembro de 2005 uma actualização dessa avaliação.

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional procederá, em colaboração com a Comissão Europeia, à selecção dos avaliadores independentes até final de 2002 no que respeita à avaliação intercalar e até final de 2004 no que se refere à sua actualização.

### Avaliação Ex- Post

O Programa Operacional Regional será ainda object o de uma avaliação ex-post, destinada a dar conta da utilização dos recursos, da eficácia das intervenções e do seu impacte, bem como tirar ensinamentos para a política de coesão económica e social, tendo em conta os resultados da avaliação ex-ante. Esta avaliação incide nos factores de êxito ou de insucesso da execução, bem como nas realizações e nos resultados, incluindo a sua sustentabilidade.

A avaliação ex-post é da responsabilidade da Comissão Europeia, em colaboração com Autoridade de Gestão e é realizada por avaliadores independentes. Esta avaliação deverá estar concluída, o mais tardar, três anos após o termo do período de programação.

## Orientações Gerais

A Autoridade de Gestão facultará todos os elementos necessários à realização das avaliações intercalar e ex-post, tomando as medidas necessárias para que essa informação seja disponibilizada aos avaliadores independentes.

Os avaliadores devem respeitar a confidencialidade no tratamento dos dados a que tenham acesso.

A avaliação do Programa Operacional será articulada com o Sistema de Informação Global do QCA e com os Sistemas de Informação Específicos de cada Fundo Estrutural e terá em conta os dispositivos de avaliação estabelecidos.

Por iniciativa do Estado-Membro ou da Comissão Europeia após informação daquele, podem ser lançadas avaliações complementares, eventualmente temáticas, nomeadamente para identificar experiências transferíveis.

Os Estado-Membro e a Comissão Europeia dotar-se-ão de meios adequados e reunirão todos os dados necessários para que as avaliações sejam efectuadas da forma mais eficaz. A avaliação utilizará neste contexto, os diferentes elementos que o sistema de acompanhamento pode fornecer, completados se necessário, pela recolha de informação destinada a melhorar a sua pertinência.

Os resultados de avaliação serão postos à disposição do público, mediante pedido – salvaguardado o necessário acordo prévio da Comissão de Acompanhamento no caso da avaliação intercalar.

A avaliação do Programa Operacional será realizada com a cooperação dos organismos responsáveis pela gestão de cada Fundo Estrutural.

É desejável que a avaliação intercalar do Programa Operacional seja apresentada à Comissão de Acompanhamento e transmitida à Comissão Europeia, de forma articulada com a avaliação intercalar do Quadro Comunitário de Apoio.

### **V.3. – Circuitos Financeiros**

As entidades responsáveis pela realização dos projectos aprovados apresentam ao Gestor do Programa Operacional Regional os pedidos de pagamento, juntando para o efeito os documentos justificativos da despesa efectuada e paga aos beneficiários finais. As Estruturas de Apoio Técnico verificarão a elegibilidade das despesas e a sua conformidade com o projecto aprovado.

Os fluxos financeiros relativos à contribuição dos Fundos Estruturais para o Programa Operacional seguirão o seguinte circuito:

- as contribuições comunitárias serão creditadas pelos serviços da Comissão Europeia directamente em contas bancárias específicas, criadas pelo Estado-Membro junto da Direcção Geral do Tesouro, e que corresponderão a cada uma das Autoridades de Pagamento de cada um dos Fundos Estruturais;
- cada Autoridade de Pagamento efectuará transferências directas, em regime de adiantamento ou de reembolso, para o Gestor do Programa Operacional, ou para entidades por ele designadas, no Programa Operacional ou no Complemento de Programação;
- o Gestor do Programa Operacional autorizará a transferência dos montantes, após a confirmação dos comprovativos de despesa associados a cada pedido de pagamento, para os correspondentes Beneficiários Finais, entendidos na acepção do descrito na alínea l) do Artigo 9 do Regulamento (CE) nº 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho.

As autoridades de pagamento devem certificar que as declarações de despesas são exactas e assegurar-se de que provêm de sistemas de contabilidade baseados em documentos de prova passíveis de verificação.

Em conformidade com o Art. 32º do Regulamento CE nº 1260/99, as autoridades de pagamento deverão remeter anualmente as previsões de pedidos de pagamento a efectuar no ano em curso e no ano seguinte.

É assegurada a transmissão atempada às Autoridades de Pagamento de cada Fundo Estrutural das informações necessárias para o estabelecimento e actualização das previsões dos montantes dos pedidos de pagamento relativas a cada exercício orçamental.

A gestão dos programas assegura que os beneficiários finais recebem os montantes da participação dos Fundos a que têm direito no mais curto prazo possível.

Compete à autoridade de pagamento assegurar que os beneficiários finais receberão integralmente os montantes de contribuição dos Fundos Estruturais a que tenham direito. Nenhuma dedução, retenção ou encargo ulterior específico que tenha por efeito reduzir estes montantes pode ser efectuada (artigo 32º, nº1, último parágrafo, do Regulamento 1260/99).

As autoridades de pagamento incumbem às entidades responsáveis pela gestão nacional dos fundos comunitários, no caso do FEDER à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional – DGDR, (Rua de S. Julião, nº 63, 1149-030 Lisboa, do FSE ao Instituto de Gestão do FSE (Rua Rosa Araújo, nº 43, 4º andar, 1250-149 Lisboa), e ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas - IFADAP (Av. João Crisostomo, nº11, 1000 – 177 Lisboa) no

caso do FEOGA-O e do IFOP, tal como está explicitado no decreto-lei 54A/2000, publicado no dia 7 de Abril, que institui a estrutura do QCA III, e de acordo com o que ficou estabelecido no documento do QCA III.

#### **V.4.- Controlo Financeiro**

Tendo em vista um controlo eficaz da execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e de acordo com o artigo 34º do Regulamento (CE) 1260/1999 do Conselho 21 Junho de 1999, a Autoridade de Gestão é responsável pela regularidade das operações co-financiadas e pela aplicação do sistema de controlo interno compatível com a boa gestão financeira, bem como pela análise e resposta às observações e pedidos de medidas correctivas apresentados pela Comissão Europeia ao abrigo do nº 4, primeiro parágrafo do artigo 38º, ou às recomendações de adaptação formuladas ao abrigo do nº 2 do artigo 34º do citado Regulamento.

O sistema de controlo dos fundos estruturais será organizado em três níveis:

- a) O controlo de primeiro nível tem a natureza de controlo interno constituindo, portanto, uma competência das autoridades de gestão. Compreende a fiscalização dos projectos nas suas componentes material, financeira e contabilística, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais do processo técnico e documentos comprovativos de despesa. Estas competências deverão ser desempenhadas directamente, podendo ser subcontratadas empresas de auditoria ou outras, com capacidade de realizar as tarefas relativas ao controlo físico, financeiro e contabilístico dos projectos apoiados.

O controlo de primeiro nível será exercido pela Autoridade de Gestão, devendo esta, sempre que as situações se revestirem de maior complexidade, solicitar o apoio do organismo nacional responsável pelo Fundo em causa.

A Autoridade de Gestão deve assegurar a separação das funções de gestão da de controlo.

- b) O segundo nível dirige-se ao controlo externo sobre a gestão. Abrange a análise e avaliação do sistema de controlo de primeiro nível e, sempre que tal se mostre necessário para testar a eficácia deste, o controlo sobre as decisões tomadas pelos órgãos de gestão e o controlo sobre os beneficiários finais, bem como o controlo cruzado junto de outras entidades envolvidas, a fim de ter acesso às informações consideradas necessárias ao esclarecimento dos factos objecto de controlo. O controlo de segundo nível deverá ser exercido directamente pelos respectivos interlocutores nacionais dos Fundos Comunitários ou por organismos de controlo expressamente designados para o efeito, em estreita articulação com os departamentos competentes para o controlo no âmbito dos

diversos Ministérios, sempre que respeite a áreas específicas de actuação destes. No âmbito do controlo das acções financiadas pelos Fundos Comunitários, poderá haver recurso a subcontratação de auditorias externas de natureza e com objectivos específicos;

- c) Controlo de alto nível, correspondente à coordenação global do sistema de controlo, cuja responsabilidade incumbirá à Inspecção Geral de Finanças, será concretizado através da articulação e coordenação das actividades desenvolvidas neste âmbito pelos diversos serviços e organismos que intervêm no sistema de controlo dos fundos estruturais, pela avaliação dos sistemas de gestão e controlo do primeiro e segundo níveis e pela interacção com as instituições comunitárias de controlo, designadamente, a comunicação das irregularidades detectadas pelo sistema de controlo aos serviços competentes da Comissão Europeia, nos termos regulamentares aplicáveis.

A Comissão Europeia, na sua qualidade de responsável pela boa execução do orçamento geral das Comunidades Europeias, certificar-se-á da existência e funcionamento fiável dos sistemas de gestão e controlo do Estado-Membro, nos termos do nº 2 do artigo 38º do Regulamento (CE) 1260/1999.

Os serviços competentes da Comissão Europeia, em parceria com a Autoridade de Gestão do Quadro Comunitário de Apoio e o organismo responsável pela coordenação global do sistema de controlo financeiro, efectuem um exame anual do funcionamento do sistema de controlo, antes do exame previsto no nº 2 do artigo 34º do citado Regulamento.

A concretização da parceria referida no parágrafo anterior articula-se com a cooperação entre os serviços competentes da Comissão Europeia e o organismo nacional responsável pela coordenação global do sistema de controlo financeiro, no que respeita aos programas, metodologias e aplicação dos controlos, a fim de maximizar o seu efeito útil.

As observações e eventuais medidas correctoras serão transmitidas à Autoridade de Gestão, de acordo com o disposto nos números 4, 5, e 6 do artigo 38º do mesmo Regulamento.

Os serviços competentes da Comissão Europeia podem igualmente solicitar ao Estado-Membro que efectue controlos pontuais para verificar a regularidade de uma ou mais operações; nessas acções de controlo podem participar funcionários ou agentes da Comissão Europeia, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 38º do Regulamento (CE) nº 1260/1999.

Após verificação cabal, a Comissão Europeia pode decidir suspender a totalidade ou parte de um pagamento intermédio se verificar nas despesas em questão uma irregularidade grave que não tenha sido corrigida e para a qual se justifique uma acção imediata nos termos do disposto no nº 5 do artigo 38º do Regulamento (CE)

nº 1260/1999, à qual se poderá seguir o procedimento previsto no artigo 39º do mesmo Regulamento se se verificarem os respectivos pressupostos. A Comissão Europeia informará o Estado-Membro das medidas a tomar e respectiva fundamentação, nos termos regulamentares aplicáveis.

Em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 39 do Regulamento (CE) nº 1260/1999, no caso de irregularidades graves, no termo do prazo fixado pela Comissão e na falta de acordo ou de correcções efectuadas pelo Estado-Membro, a Comissão Europeia pode decidir, no prazo de três meses e tendo em conta as eventuais observações do Estado-Membro, proceder às correcções financeiras necessárias suprimindo, parcial ou totalmente, a participação dos fundos estruturais na intervenção em causa.

Os juros gerados pelas contas bancárias através das quais são efectuados os pagamentos dos Fundos Estruturais devem ser orçamentados como receitas. A forma de contabilização dos juros deverá permitir um controlo suficiente por parte das autoridades nacionais e das instituições comunitárias. A utilização dos juros deve ser compatível com os objectivos das intervenções estruturais e deve ser submetida aos mecanismos de controlo específicos dos fundos públicos em Portugal.

A Autoridade de Gestão devem conservar durante um período de três anos subsequentes ao pagamento pela Comissão Europeia do saldo relativo ao Programa Operacional, todos os elementos comprovativos relativos às respectivas despesas e controlos, em conformidade com o disposto no nº 6 do artigo 38º do Regulamento (CE) 1260/1999.

As competências dos órgãos responsáveis pelos diversos níveis de controlo deverão ser desempenhadas directamente, podendo ser subcontratadas empresas de auditoria ou outras, com capacidade de realizar as tarefas relativas ao controlo físico, financeiro e contabilístico dos projectos apoiados.

O Tribunal de Contas, como órgão de controlo externo, desenvolve a sua actividade paralelamente às entidades acima referidas.

Este sistema servirá ainda de base à detecção, tratamento e comunicação trimestral de irregularidades à Comissão Europeia, nos termos regulamentares.



## V.5 Política de Concorrência e Regimes de Auxílio

Respeito pelas regras comunitárias em matéria de concorrência no domínio das ajudas de estado

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
1.1. Acessibilidades e equipamentos	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.2. Valorização ambiental e patrimonial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.3. Capacidade institucional regional	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.4. Formação para o desenvolvimento	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.5. Acções específicas de valorização territorial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.6. Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
2.1. Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente territorial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
2.2. Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente empregabilidade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
2.3. VALTEJO - Valorização do Tejo	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
2.4. Formação e empregabilidade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.1. Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida			
3.2. Formação ao longo da vida e adaptabilidade	Os auxílios de Estado a conceder integrar-se-ão no quadro do Regulamento das Isenções relativas à formação profissional			
3.3. Qualificação e inserção dos profissionais desempregados	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida			
3.4. Criação de Emprego	As ajudas de Estado concedidas por esta Medida serão compatíveis com a regra de "minimis"			
3.5. Eficácia e equidade das políticas	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida			
3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	Poderão existir três situações distintas no âmbito desta Medida: - nenhuma ajuda de estado no sentido do artº. 87.1; - as ajudas de estado a conceder serão compatíveis com a regra de "minimis"; - as ajudas de estado a conceder integrar-se-ão no quadro do Regulamento das Isenções relativas à Formação Profissional			
3.7. Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social	Poderão existir duas situações no âmbito desta Medida: Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida; ou. As ajudas de Estado concedidas por esta Medida serão compatíveis com a regra de "minimis"			

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
3.8. Infra-estruturas de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.9. Ensino profissional	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.10. Economia	PITER - Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional	Auxílio Estatal Nº 124/2000		01-01-2000 a 31-12-2006
	Apoios ao Aproveitamento do Potencial Energético	Auxílio Estatal Nº ____/2000		01-01-2000 a 31-12-2006
3.11. Ciência, tecnologia e inovação	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.12. Sociedade da informação - FEDER	Os apoios a conceder a empresas no âmbito desta Medida, para a produção de conteúdos ou para estímulo do comércio electrónico, serão compatíveis com a regra de "de minimis".			01.01.2000 a 31.12.2006
3.13. Sociedade da informação - FSE	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.14. Estruturas de apoio à competitividade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.15. Agricultura e desenvolvimento rural	Não aplicável, segundo o regulamento FEOGA.			
3.16. Desenvolvimento de equipamento desportivos	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.17. Acessibilidades e transportes	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.18. Ambiente	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
3.19. Saúde	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.20. Assistência técnica - FEDER	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.21. Assistência técnica - FSE	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.22. Assistência técnica - FEOGA	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			

Nota: A autoridade de gestão, de acordo com o disposto na alínea g) do 1º parágrafo do artigo 34º, deve manter actualizado este quadro e informar a Comissão, aquando da apresentação dos complementos de Programação, de todas as modificações existentes. A introdução de novos regimes de ajudas implica uma modificação da decisão Comissão, relativa à intervenção. O artigo 4º da decisão da Comissão relativa a cada Programa (cláusula suspensiva relativa às ajudas de Estado) aplica-se às medidas que beneficiem de regimes de ajudas de Estado que são submetidas a medidas adequadas, ou que não tenham sido aprovadas. Actualmente, este aspecto aplica-se à medida Economia.

(\*) – Inclui um regime de ajudas compatíveis com a regra de "de minimis", relativa ao Sector Cooperativo

## V.6 – Adjudicação dos Contratos de Direito Público

As acções ou medidas co-financiadas pelos Fundos Estruturais são executadas no respeito pelas normas comunitárias e nacionais em matéria de adjudicação de contratos públicos.

Os avisos enviados para a publicação no jornal oficial das Comunidades Europeias apresentarão as referências dos projectos em relação aos quais tenha sido solicitada ou decidida a concessão de uma contribuição comunitária.

Relativamente aos projectos incluídos no Programa Operacional cujo valor global seja superior aos limites fixados nas Directivas "Contratos Públicos" de fornecimentos (77/62/CEE, 88/295/CEE) de obras (71/305/CEE, 89/440/CEE) ou de serviços (92/50/CEE), o relatório da comissão de análise de propostas que suportam a decisão de adjudicação, será mantido à disposição da Comissão de Acompanhamento.

## V.7- Protecção do Ambiente

### Aplicação do princípio do Poluidor- Pagador

As Autoridades Portuguesas tomarão as medidas apropriadas para ter em conta a aplicação do princípio poluidor-pagador durante o período de programação, e informarão a Comissão Europeia das medidas tomadas para a aplicação progressiva daquele princípio antes da avaliação intercalar.

### Compatibilidade com a política de Ambiente

As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem ser coerentes com os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e da protecção e melhoria do ambiente referidos no tratado e concretizados no programa comunitário de política e acção em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, referido na resolução do Conselho de 1992.

As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar igualmente a legislação comunitária em matéria de ambiente.

O Estado membro dará a garantia formal que não deixará deteriorar os sítios a proteger ao título da rede Natura 2000 aquando da realização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais. Compromete-se igualmente, a fornecer à Comissão Europeia no momento da apresentação do Complemento de Programação as informações sobre as medidas tomadas para evitar a deterioração dos Sítios Natura 2000 afectados pela intervenção.

### Papel das Autoridades Públicas Ambientais

As autoridades ambientais são associadas à execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, contribuindo nomeadamente:

- na definição dos objectivos e metas ambientais e de sustentabilidade para todos os eixos prioritários de desenvolvimento do Programa;
- na definição da estratégia, do programa e das medidas específicas no domínio do ambiente;
- na definição de indicadores ambientais e de sustentabilidade.

As autoridades públicas ambientais participarão ainda na definição das normas e dos procedimentos de execução para os eixos prioritários, incluindo a colaboração com as autoridades responsáveis na determinação dos critérios de elegibilidade e de selecção de projectos.

As autoridades públicas ambientais estarão representadas no grupo técnico de avaliação do QCA.

Durante a execução das acções previstas no programa, estas autoridades serão associadas a quatro níveis:

- 1) Serão responsáveis pela aplicação da política e legislação comunitária e nacional em vigor no domínio do ambiente, sendo igualmente chamadas a emitir o seu parecer sobre os projectos de investimento no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental;
- 2) Participam nas Unidades de Gestão dos seguintes Programas Operacionais: Agricultura, Pesca, Economia, Transportes, Ambiente e Programas Operacionais Regionais do Continente;
- 3) Participam nas Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais, quando não integrem a Unidade de Gestão;
- 4) na participação activa no Grupo de Trabalho "Ambiente" a constituir na Comissão de Acompanhamento do QCA.

## V.8- Reserva de Eficiência

A atribuição da Reserva de Eficiência será efectuada com base em critérios de eficácia, em critérios de gestão, em critérios de execução financeira.

A especificação dos critérios de eficácia, a selecção dos indicadores de acompanhamento para um conjunto de medidas a determinar e os objectivos de realização em 2003 e 2006, será efectuada no Complemento de Programação em estreita concertação com a Comissão Europeia – concretizada através de um Grupo de Trabalho conjunto, comum a todos os programas, com as seguintes funções:

- definir uma metodologia para especificar e quantificar os critérios relativos aos indicadores de eficácia e propor indicadores pertinentes;
- assegurar a coerência entre estes critérios nos diferentes programas;
- assegurar a validação final dos resultados da quantificação;
- assegurar-se da inclusão dos indicadores correspondentes a estes critérios nos Relatórios Anuais de Execução e proceder à análise dos progressos obtidos;
- propor indicadores adicionais de gestão e de execução financeira.

As conclusões do Grupo de Trabalho conjunto relativas à metodologia de especificação e quantificação dos critérios relativos aos indicadores de eficácia serão disponibilizadas até 15 de Julho de 2000.

Os critérios e indicadores de gestão e de execução financeira comuns a todos os Programas Operacionais e que de acordo com o Quadro Comunitário de Apoio devem constar dos Programas Operacionais, são os seguintes:

<i>Crítérios</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Objectivos</i>
<b>Crítérios comuns de gestão</b>		
Qualidade do Sistema de Acompanhamento	- Percentagem em valor das Medidas para as quais se encontram disponíveis dados completos sobre a respectiva execução financeira e física:	- Informação financeira o mais tardar 3 meses após a aprovação do PO: 100% - Informação física a partir de 01.01.2001:100%
Qualidade do Sistema de Controlo	- Montagem de um sistema de controlo financeiro, de acordo com as modalidades previstas no QCA e no Programa Operacional ; - Percentagem das despesas dos Fundos Estruturais cobertas por auditorias financeiras e de gestão relativamente ao total da correspondente intervenção dos Fundos Estruturais.	- Até ao final de 2000  - Igual ou superior a 5% a partir do final de 2000 (em relação ao custo total dos projectos aprovados no ano)
Qualidade dos Critérios de Selecção	- Percentagem dos compromissos respeitantes a projectos seleccionados em função de critérios de selecção objectivos e claramente identificados.	- 100% a partir do ano 2000
Qualidade do Sistema de Avaliação	- Relatórios de avaliação intercalar de qualidade adequada.	- De acordo com as normas de qualidade predefinidas no Doc. de Trabalho 4 (Crítérios MEANS): 100%
<b>Crítérios comuns de execução financeira</b>		
Absorção dos Fundos Estruturais	- Percentagem das despesas relativas aos Fundos Estruturais apresentadas e declaradas admissíveis anualmente à Comissão relativamente ao Plano Financeiro do Programa Operacional.	- Attingir a 31.10.2003 um nível de pedidos de pagamentos de montante igual a 100% do montante inscrito no plano financeiro para 2000 e 2001 e 50% (em média) do montante inscrito para 2002 e 2003
<b>Crítérios específicos de execução financeira</b>		
Efeito de alavanca	- Valor dos investimentos realizados em relação aos recursos públicos mobilizados.	- A especificar Programas/ Medidas

## V.9- Informação e Publicidade

A informação respeitante ao Programa Operacional será acessível a todos os potenciais interessados - desde a informação pública até à informação restrita para a utilização pelos organismos ou serviços da Administração, pelos parceiros sociais, beneficiários finais e instituições comunitárias, visando:

- garantir a transparência, informando o público-alvo (parceiros sociais, agentes económicos e potenciais beneficiários finais) sobre os Fundos Estruturais e correspondentes modalidades de aplicação;



- aumentar a visibilidade da acção comunitária, sensibilizando a opinião pública para o papel dos Fundos Estruturais no apoio ao desenvolvimento regional e coesão económica e social em Portugal.

Recorrer-se-á, para atingir esse objectivo, a todos os meios disponíveis - desde a escrita, utilizando a divulgação de "Newsletters", desdobráveis, panfletos, etc. até à electrónica, com a produção de CDs e páginas na Internet, video-filmes, etc., designadamente em articulação com o sistema de informação.

A implementação das acções de Informação e Publicidade no âmbito do Programa Operacional, obedece a um "Plano de Comunicação" definindo os objectivos, estratégia, públicos-alvo, dotação orçamental prevista, organismo responsável pela sua execução e critérios de avaliação para as acções desenvolvidas. Este plano deverá ser transmitido à Comissão Europeia no complemento de programação.

No âmbito da gestão de cada programa será designado um responsável em matéria de Informação e Publicidade.

A implementação das acções de Informação e Publicidade descritas atrás respeitarão o disposto no Regulamento (CE) 1159/ 2000 de 30/ 05/ 2000.

## V.10- Sistema de Informação

De acordo com o artigo 34º do Regulamento (CE) nº 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, a autoridade de gestão é responsável pela criação e funcionamento de um dispositivo de recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação.

O sistema de informação específico ao Programa, permitirá dar resposta ao mínimo comum definido nas orientações da Comissão (lista indicativa referida no artigo 36º do Regulamento 1260/99) e disponibilizará informação para a avaliação prevista nos artigos 42º e 43º.

Este sistema de informação será dotado dos recursos humanos necessários à estabilidade e funcionamento do mesmo, sendo aqueles recursos sujeitos a acções de formação inicial e periódicas de actualização de conhecimentos, no sentido de assegurar a eficiência do sistema.

O sistema de informação electrónico do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo integrará o do Quadro Comunitário de Apoio e comportará os dados relativos aos Fundos Estruturais, tendo em consideração as suas características próprias. A compatibilidade e a transferência de dados entre o sistema nacional e os sistemas próprios de cada Fundo serão asseguradas independentemente das suas características próprias. O sistema permitirá a troca de dados informatizados com a Comissão Europeia segundo o modelo a adoptar para o QCA e restantes programas operacionais.

Este sistema de informação integra dois níveis de acesso:

- um, que permite o acesso à informação para a gestão, acompanhamento, avaliação e controlo;
- e, outro, de informação para a divulgação.

O nível que integra e trata a informação necessária ao processo de tomada de decisão, ao acompanhamento, à avaliação e ao controlo, e providencia de forma casuística a informação previamente definida, permite nomeadamente:

- a) garantir a actualidade e consolidação de toda a informação do Programa Operacional da Região da Região de Lisboa e Vale do Tejo e dos Fundos que o co-financiam, bem como a homogeneidade dos instrumentos ao dispor da Unidade de Gestão;
- b) quantificar os indicadores considerados relevantes;
- c) criar registos históricos;

- d) disponibilizar informação do Programa em formato electrónico a todos os potenciais interessados;
- e) adoptar predominantemente a "Internet" como veículo de comunicação;
- f) fornecer a informação actualizada de apoio à gestão, ao acompanhamento e à avaliação do Programa;
- g) integrar módulos de apoio à decisão.

A alimentação do sistema será feita ao nível do projecto.

A informação respeitante ao Programa será acessível a todos os potenciais interessados, com o objectivo de assegurar a maior universalização dos públicos-alvo usando, designadamente, a Internet.

A informação a disponibilizar será definida e tratada por perfis de utilização de acordo com interesses dos diferentes públicos-alvo, sendo facultada a informação aos interessados sem grandes exigências de requisitos tecnológicos.

O calendário das diferentes etapas de implementação do sistema de informação será discriminado no Complemento de Programação.

## VI - PARCERIA

---

## VI – PARCERIA

A articulação e coerência entre os vários instrumentos de planeamento que constituíram o suporte estratégico para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional e, consequentemente, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, foi assegurada com a estrutura organizativa subjacente ao PNDES, na CCRLVT.

Aproveitando essa oportunidade, desenvolveu-se uma profunda reflexão sobre a Região com a efectiva participação dos vários actores e agentes económicos, sociais e culturais para a elaboração do Plano Estratégico Regional. Este trabalho, conducente à definição de uma Estratégia Territorial de mudança e desenvolvimento, teve como suporte a colaboração de um núcleo pluridisciplinar de especialistas e contou com a disponibilidade e contributos das Associações de Municípios, Associações Empresariais, da Junta Metropolitana, de múltiplas associações sectoriais e organizações públicas e privadas de diversa natureza e âmbito geográfico.

A primeira fase dos trabalhos correspondeu à realização de um diagnóstico prospectivo da situação regional completado pelas propostas e sugestões escritas de diversos parceiros chamados a participar no processo. A recolha destes contributos complementou-se com a realização de diversos encontros e reuniões regionais e sub-regionais em que estiveram presentes agentes individuais, associativos, públicos e privados.

Na fase seguinte, organizaram-se grupos de trabalho temáticos, com representantes das entidades envolvidas desde o início do processo, sobre questões transversais no sentido de estruturar e aprofundar as estratégias e definir os projectos-âncora considerados centrais para reforçar substancialmente o potencial de desenvolvimento da Região.

Com este amplo processo de participação dos actores do desenvolvimento local e regional pretendeu-se garantir que os objectivos e os eixos estratégicos e operacionais estabelecidos estivessem fortemente vinculados ao território e aos diversos agentes a que se dirigem e que se pretende envolver, proporcionando níveis de consenso, adesão e expectativa fortemente mobilizadores.

O Programa que se apresenta é o resultado de um processo de relacionamento e cooperação entre actores económicos e sociais e agentes da administração, incorporando e expressando uma parte muito significativa do património de informações/ propostas reunido e debatido numa dinâmica alargada e interactiva de parceria.

A importância de prosseguir e reforçar os mecanismos de participação, demonstrada nos resultados atingidos e na disponibilidade e interesse manifestados pelos diversos parceiros na fase de preparação e elaboração deste Programa exige, na fase da gestão do Programa o aprofundamento das modalidades e estruturas de concertação, assumindo o partenariado e a contratualização como instrumentos de acompanhamento e gestão adequados à sua eficaz execução.

Também nesta conformidade, a Comissão de Acompanhamento da Intervenção Operacional Regional integrará, sistematicamente, representantes dos parceiros económicos e sociais; sem prejuízo da designação dos seus representantes pelo Conselho Económico e Social Regional.

A autoridade de gestão do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo desenvolverá iniciativas no sentido de continuar e aprofundar a parceria durante a sua execução.

## CONTRATUALIZAÇÃO

Prevê-se que a contratualização da gestão seja efectuada com organizações de relevância regional que se encontram certificadas, desde que solicitem ao Estado a cessação dessa gestão.

A certificação das parcerias será feita às entidades que comprovem a sua capacidade para efectuar a gestão, devendo apresentar elementos que permitam avaliar a consistência e capacidade de gestão, ficando condicionada a respectiva aprovação, ao parecer da Comissão de Coordenação Regional e homologação pelo Ministério da Tutela.

A gestão será concedida às entidades certificadas, mediante:

- a) apresentação prévia de um plano de acção que identifique os objectivos estratégicos, os objectivos operacionais, as principais acções e projectos, dotados de coerência regional e intermunicipal, debatidas e partilhadas pelos representantes do território, com uma programação física e financeira a curto prazo (3 anos) e a médio prazo (6 anos), com vista à sua análise e discussão com o Governo;
- b) celebração de um contrato-programa com a Comissão de Coordenação Regional, fixando os direitos e obrigações das partes, em matéria de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo das verbas em causa.

O Gestor do Programa manterá a função de coordenação e de acompanhamento físico e financeiro da intervenção, para o que as entidades deverão, periódica e atempadamente, preparar toda a informação ao bom acompanhamento da execução da gestão do Programa e a responsabilidade pelas acções e formalidades de homologação pela Tutela.

Nos quadros seguintes registam-se os principais elementos de informações sobre o percurso e metodologia adoptados no processo de parceria regional nas fases de planeamento estratégico e de programação operacional.



ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
Governo Civil de Santarém AMMT Associação de Municípios Câmaras Municipais (10) NERSANT Associação Empresarial dos Concelhos de Abrantes e Limitrofes CGTP União Sindicatos (Santarém) GAT Abrantes, T. Novas e Tomar ADAR Associação de Agricultores do Ribatejo Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros Terminal Multimodal do Vale do Tejo Agrupamento de Municípios	Apresentação do Questionário aos Agentes	Abrantes	10.05.98	24	Médio Tejo
Governo Civil de Santarém Associação de Municípios da Lezíria do Tejo Câmaras Municipais (7) GAT T. Novas, Santarém Região de Turismo do Ribatejo Associação de Agricultores do Ribatejo União dos Sindicatos de Santarém FINANTEJO Terminal Multimodal do Vale do Tejo. SA CLAPA-Associação Popular Ecológica Comissão Vitivinícola Regional DET- Desenvolvimento Empresarial, SA	Questionário aos Agentes	Almeirim	19.05.98	27	Lezíria do Tejo
Associação de Municípios do Oeste Câmaras Municipais (7) ADEPA Real 21-Ass. Defesa Rio Real ARPA-Ass. Rec. Património da Arruda Associação de Defesa do Paineiro de Tornada Região de Turismo do Oeste ADEFE Associação Comercial dos Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos AIRO GAT Caldas da Rainha, Torres Vedras NERLE GEOTA LEADEROESTE CENCAL AERLIS	Questionário aos Agentes	Caldas da Rainha	27.05.98	28	Oeste
Governo Civil de Setúbal Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal Câmaras Municipais (9) AMARSUL Direcção da Reserva Natural do Estuário do Tejo – Alcochete	Questionário aos Agentes	Palmela	29.05.98	33	Península de Setúbal

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
(cont) Região de Turismo da Costa Azul Associação de Desenvolvimento Turístico da Costa da Caparica Mútua dos Pescadores – Lisboa Caritas Diocesanas SOSET – Soc. Desenv. Regional de Setúbal APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra Instituto Politécnico de Setúbal – EST Universidade Nova de Lisboa – Fac. Ciências e Tecnologias – M. Caparica Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal Clube de Montanhismo da Arrábida – Setúbal	Questionário aos Agentes	Palmela	29.05.98	33	Península de Setúbal
AERLIS Associação Nacional de Transportes Públicos e Mercadorias Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores UGT- Delegação Regional QUERCUS GEOTA Universidade Independente Associação de Defesa do Património de Sintira Universidade Lusófona de Ciências e Tecnologias Universidade de Lisboa CP Conselho de Administração da Carris Conselho de Administração da TAP Associação Juvenil Olho Vivo AECOPS Conselho de Administração do Porto de Lisboa	Questionário aos Agentes	Al P	05.06.98	19	Grande Lisboa
Governo Civil de Leiria Governo Civil de Santarém Associações de Municípios: Lezíria do Tejo; Médio Tejo; Oeste Câmaras Municipais (26) NERLE NERSANT Regiões de Turismo: Oeste; Ribatejo; Templários, Florestas e Albufeiras GAT: Abrantes; Santarém; Caldas da Rainha; Tomar; Torres Novas e Torres Vedras União dos Sindicatos de Santarém – CGTP	Diagnóstico Estratégico (1ª versão)	Santarém	21.07.98	80	Oeste e Vale do Tejo

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
(cont) AECAL ACISO ADAR Associação dos Agricultores do Ribatejo TAGUS Terminal Multimodal Vale do Tejo, SA Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena REAL 21 ARPA RESIOESTE ADEFE LEADEROESTE ACIRO CENCAL Associação Comercial e Industrial de Rio Maior CAP Estação Zootécnica Nacional Finantejo Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém CNEMA GEOTA Comissão Vitivinícola Regional Ribatejana ISLA Instituto Politécnico de Santarém AERLIS – Lisboa; Torres Vedras AECOPS Univ. Nova de Lisboa Parque Natural da Serra d'Aire Candeeiros FCN / Planeamento PORLVT ARESP Rolland & Berger Associação de Defesa do Paul Tornada Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias Reserva Natural do Estuário do Tejo	Diagnóstico Estratégico (1ª versão)	Santarém	21.07.98	80	Oeste e Vale do Tejo
Governo Civil de Santarém Associação de Municípios do Médio Tejo Câmaras Municipais (10) ACAARTE Associação Empresarial para os Concelhos de Abrantes e Limitrofes GAT Abrantes, T. Novas, Tomar ADAR	Doc. Trabalho Médio Tejo	C.M. Constância	17.09.98	18	Médio Tejo

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
(cont) Governo Civil de Santarém Associação de Municípios da Lezíria do Tejo Câmaras Municipais (7) GAT Santarém Região de Turismo do Ribatejo NERSANT FINANTEJO CNEMA Comissão Vitivinícola Regional Ribatejana DET INATEL Jornal/ Rádio Clube Tomar IFADAP CEDRU Esc. Superior de Educação	Doc. Trabalho Lezíria do Tejo	Almeirim	01.10.98	22	Lezíria do Tejo
AMO Câmaras Municipais (9) Real 21 RESI OESTE Associação de Defesa do Paul de Tornada Região de Turismo do Oeste ADEFE ADRO AIRO GAT Caldas da Rainha NERLE LEADEROESTE LOURAMBI Instituto Superior de Gestão de Torres Vedras ACIRO CENCAL AERLIS	Doc. Trabalho Oeste	T. Vedras	13.10.98	26	Oeste
Câmaras Municipais (12) Região de Turismo do Oeste NERLE AERLIS RESI OESTE Associação de Municípios do Oeste Roland Berger & Partner CEDRU GAT Torres Vedras AMO	Doc. Trabalho – Mesa Redonda Oeste	Lourinhã	24.11.98	28	Oeste
Câmaras Municipais (7) Escola Superior de Gestão de Tomar Associação de Municípios da Lezíria do Tejo Escola Superior de Educação de Santarém	Grupo de Trabalho- A	AM Lezíria – Santarém	15.12.98	16	Lezíria e Médio Tejo

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
(cont.) DET NERSANT CEDRU CI SED AGROGES CNEMA	Grupo de Trabalho- A	AM Lezíria – Santarém	15.12.98	16	Lezíria e Médio Tejo
Câmaras Municipais (4) Região de Turismo do Ribatejo CEDRU CI SED AGROGES	Grupo de Trabalho- B	AM Lezíria – Santarém	15.12.98	16	Lezíria e Médio Tejo
Câmaras Municipais (4) Terminal Multimodal do Vale do Tejo Escola Superior de Gestão de Tomar Escola Superior de Educação de Gestão de Santarém NERSANT CEDRU CI SED AGROGES	Grupo de Trabalho- C	AM Lezíria – Santarém	15.12.98	16	Lezíria e Médio Tejo
Câmaras Municipais (5) AMO RESI OESTE PFDR IFADAP	Grupo de Trabalho- A	Óbidos	16.12.98	9	Oeste
AERLIS AMO NERLEI Câmaras Municipais (5) RESI OESTE ADEPE Associação de Jovens Agricultores CENCAL ACIRO	Grupo de Trabalho- B	Óbidos	16.12.98	16	Oeste
AERLIS AMO NERLEI Câmaras Municipais (3) Região de Turismo do Oeste Centro de Área Educativa do Oeste Associação de Jovens Agricultores Instituto Politécnico de Leiria-C. Rainha	Grupo de Trabalho- C	Óbidos	16.12.98	16	Oeste
AERLIS AMO NERLEI C.M. Caldas da Rainha Região de Turismo Leiria/ Fátima Centro de Área Educativa do Oeste Associação de Agricultores do Oeste Associação de Jovens Agricultores	Grupo de Trabalho- C	C. M. C. Rainha	06.01.99	14	Oeste

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
(cont.) Escola Superior de Educação de Caldas da Rainha CENFI M Escola Técnica Empresarial do Oeste Escola S.T.G.D.A CENCAL	Grupo de Trabalho- C	C. M. C. Rainha	06.01.99	14	Oeste
Câmaras Municipais (5) AMO RESI OESTE IFADAP Região de Turismo do Oeste	Grupo de Trabalho- A	C.M. Nazaré	15.01.99	14	Oeste
AERLIS AMO Roland Berger & Partner Câmaras Municipais (3) NERLEI RESI OESTE AIRO ADEFE Associação de Agricultores do Oeste Associação de Jovens Agricultores CENCAL AIRO	Grupo de Trabalho- B	C.M. Nazaré	15.01.99	14	Oeste
Câmaras Municipais (9) A. M. Lezíria do Tejo DET NERSANT	Grupo de Trabalho- A	NERSANT -T. Novas	22.01.99	15	Lezíria e Médio Tejo
Câmaras Municipais (4) Região de Turismo do Ribatejo A.M. Lezíria do Tejo Ass. Empr. Conc. Abrantes e Limitrofes	Grupo de Trabalho- B	NERSANT -T. Novas	22.01.99	8	Lezíria e Médio Tejo
CNEMA Câmaras Municipais (6) A.M. Lezíria do Tejo Escola Superior de Gestão de Santarém	Grupo de Trabalho- C	NERSANT - T. Novas	22.01.99	11	Lezíria e Médio Tejo
Governo Civil de Setúbal Associação de Municípios do Distrito de Setúbal Câmaras Municipais (9) AMARSUL Direcção da Reserva Natural do Estuário do Tejo – Alcochete Região de Turismo da Costa Azul União dos Sindicatos de Setúbal AERSET Associação P.M. Comerciantes do Barreiro e Moita AECOPS AMBI MED Associação de Comerciantes do Distrito de Setúbal UNINOVA	Estratégia Territorial da Península de Setúbal	Setúbal	28.01.99	60	Setúbal

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
(cont.) Caritas Diocesana de Setúbal CEI SET SOSET CDR APSS Instituto Politécnico de Setúbal GESTNAVE	Estratégia Territorial da Península de Setúbal	Setúbal	28.01.99	60	Setúbal
AERLIS AMO NERLEI Câmaras Municipais (3) IEFP – Delegação Regional Centro de Área Educativa do Oeste Associação de Agricultores do Oeste Associação de Jovens Agricultores Instituto Superior de Gestão de Torres Vedras CENFIM Escola Técnica Empresarial do Oeste Escola S. T. D. UAL Universidade Católica Portuguesa	Grupo de Trabalho- C	C. M. C. Rainha	12.02.99	18	Oeste
A. M. Lezíria do Tejo A.M. Médio Tejo NERSANT	Grupos A, B, C	NERSANT - T. Novas	22.03.99	9	Lezíria e Médio Tejo
A.M. Distrito de Setúbal AERSET	Estratégia Territorial da Península de Setúbal	Setúbal	08.03.99	10	Setúbal
Junta Metropolitana de Lisboa Associação de Municípios do Distrito de Setúbal AERSET A.M. Lezíria do Tejo A.M. Médio Tejo NERSANT AERLIS	Apresentação Pública da "Estratégia Regional"	Tagus Park - Oeiras	14.04.99	26	RLVT
Câmaras Municipais (2) Região de Turismo dos Templários Comissão Municipal de Turismo de Vila Franca de Xira Região de Turismo do Oeste Junta de Turismo da Costa do Estoril Região de Turismo da Costa Azul Região de Turismo do Ribatejo Associação de Turismo de Lisboa	"Diagnóstico Estratégico do Turismo" "Estruturação da Intervenção Operacional Regional no PDR 2000-2006" (Documento Preliminar)	Hotel Altis	11.05.99	16	RLVT
Ministério da Agricultura	Intervenção Sectorial Desconcentrada		26.05.99		
AERLIS		AERLIS	14.06.99		RLVT



ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
MEPAT / Secretário de Estado Adjunto	Intervenção Operacional Regional	Secretaria de Estado	22.06.99	6	
MEPAT / Secretário de Estado dos Transportes	Intervenção Sectorial Desconcentrada	Secretaria de Estado	01.07.99	11	
Governo Civil Santarém Associações de Municípios (2) Câmaras Municipais (16) GAT (4) Regiões de Turismo (2) NERSANT Associações de Agricultores (2) Associações Comerciais (3) FINANTEJO QNEMA Direcção de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar Delegação Regional de L.V.T. (INE) E.S.T. Tomar I.P. Tomar ADAR AQSO TAGUS Gás TAGUS EAT-Vale do Tejo Jornal Torrejano O Ribatejo O Mirante	"Estratégia de Desenvolvimento Económico e Social do Vale do Tejo" (FNDES)	Santarém	01.07.99	49	RLVT
Associação de Municípios do Vale do Tejo	Intervenção Operacional / Acessibilidades	CCRLVT	02.07.99	4	
Associação de Municípios do Oeste	Intervenção Operacional / Acessibilidades	CCRLVT	05.07.99	4	
MEPAT/ Intervenção Operacional dos Transportes	Intervenção Sectorial Desconcentrada	Gabinete da IOT	06.07.99	5	
Governo Civil de Lisboa Associação de Municípios do Oeste Câmaras Municipais (10) GAT Caldas da Rainha Regiões de Turismo (2) AIRO ADR ADRO Associação para o Desenvolvimento de Peniche Direcção Regional de Educação de Lisboa - CAE Oeste Associação Empresarial da Região de Lisboa	"Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social do Oeste"	Bombarral	08.07.99	40	Oeste

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
(cont.) NERLEI ESTGAD das Caldas da Rainha LEADEROESTE RESIOESTE IPPAR DRARO DRARNLVT AMO Assoc. Agric. Oeste	"Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social do Oeste"	Bombarral	08.07.99	40	Oeste
Ministério do Ambiente (Sr. Secretário de Estado Adjunto)	Intervenção Sectorial Desconcentrada	Secretaria de Estado	13.07.99	8	
Ministério da Economia	Intervenção Sectorial Desconcentrada	Secretaria de Estado	6.08.99	6	
MTSS (Director Geral do Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento – Dr. Vieira da Silva)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Segurança Social-	CCRLVT	06.09.99	3	
Direcção Regional Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (Director Regional – Dr. Figueiredo Nunes)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Agricultura-	CCRLVT	13.09.99	4	
IPPAR (Presidente – Dra. Fernanda Garção)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Cultura-	IPPAR	20.09.99	2	
MEPAT (Gestora da I.O.T.- Dra. Lúcia Sequeira)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Acessibilidades e Transportes-	CCRLVT	21.09.99	3	
Direcção Regional do Ambiente (Director Regional – Dr. Joaquim Capucho)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Ambiente-	CCRLVT	21.09.99	3	
Ministério do Equipamento do Planeamento e Administração do Território	VALTEJO	Gabinete do Ministro	22.09.99	10	
AML	QCA III – Acção Integrada da AML	CCRLVT	23.09.99		
Portos (Gestora dos Portos - Dra. Isabel Matia Longa)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas - Portos -	CCRLVT	27.09.99	2	

ORGANISMO (AGENTES)	NATUREZA DA INICIATIVA	LOCAL	DATA	Nº DE PART.	ÂMBITO
IPPAR (Presidente – Dra. Fernanda Garção)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Cultura-	IPPAR	29.09.99	8	
Ministério do Ambiente (Sr. Secretário de Estado)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Ambiente-	Ministério do Ambiente	30.09.99	10	
Conselho de Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (Presidente do Conselho – Dra. Ana Jorge)	QCA III – Intervenções Sectoriais Desconcentradas -Saúde-	CCRLVT	01.10.99	4	
Câmaras Municipais da Lezíria e Médio Tejo Associações de Municípios	Programa Operacional Regional	C.M. Azambuja	10.10.99	30	Lezíria e Médio Tejo
Junta Metropolitana de Lisboa	Programa Operacional Regional	CCRLVT	11.11.99	12	AML
Junta Metropolitana de Lisboa	Eixo 1 e 2	CCRLVT	06.01.00	12	AML
CCRLVT, GAT Torres Novas, GAT Abrantes e GAT Santarém	PORLVT AI BT VALTEJO	GAT Torres Novas	08.02.00		VALE DO TEJO
AMLT, AMMT, Câmaras Municipais, GAT'S SEP e CCRLVT	PORLVT AI BT VALTEJO	Área de Intervenção VALTEJO (visita)	23.02.00	60	VALE DO TEJO
AMMT	PORLVT AI BT VALTEJO	CCRLVT	01.03.00	3	VALE DO TEJO
GAT Santarém	PORLVT AI BT VALTEJO	GAT Santarém	15.03.00	4	VALE DO TEJO
Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Associação Industrial e Região de Turismo	PORLVT AI BT VALTEJO	Santarém	14.03.00		VALE DO TEJO

## VII – AVALIAÇÃO EX- ANTE

---

## VII. AVALIAÇÃO EX- ANTE

### VII.1. O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL INSTRUMENTO DE REFORÇO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A avaliação ex-ante a seguir descrita é baseada na primeira versão programa operacional apresentada à Comissão Europeia em Novembro de 1999. A estrutura de medidas evoluiu com o desenvolvimento das negociações, podendo não existir coincidência exacta no número ou na sua designação.

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo configura um novo passo no âmbito do desenvolvimento regional, no sentido de se enquadrar e definir num novo contexto relativamente ao período precedente de apoio comunitário.

Não obstante o anterior Quadro Comunitário de Apoio ter constituído uma primeira experiência no sentido de incrementar a aplicação dos instrumentos de desenvolvimento regional, nomeadamente no que respeita à concepção de um programa operacional regional enquadrado por uma ideia de estratégia de desenvolvimento para a Região, dá-se agora um novo passo, sobretudo associado a um conteúdo mais fortalecido pela existência de uma estratégia regional consistente, na qual o Programa Operacional Regional tem suporte.

Neste sentido, salientam-se dois aspectos fulcrais para este avanço e para a consistência do Programa.

O primeiro refere-se à existência de uma estratégia regional, enquanto elemento definidor de objectivos e eixos estratégicos, sendo por isso alicerce e enquadramento do Programa Operacional, o que é inovador, não somente pela ideia de estratégia regional, mas pelas características de viabilidade que agora apresenta, uma vez que é estabelecida em articulação com a estratégia nacional, integrando-se mesmo nesta, e num quadro de aceitação/aposta política. Este aspecto, fundamental para a existência da própria estratégia regional, que dificilmente vingaria no seu âmbito mais completo sem esta articulação, traduz-se ainda em elemento de coerência do Programa e factor potencialmente indutor da respectiva prossecução.

O segundo refere-se à existência de uma estratégia regional associada a processos de concertação entre os actores do desenvolvimento, conferindo-lhe aceitação e capacidade mobilizadora, já que uma estratégia para a Região permaneceria sempre teórica se não lhe estivesse associada a concertação e a co-responsabilização dos agentes que a podem realizar.

Elaborado na sequência e em articulação com a Estratégia Territorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo, o Programa Operacional Regional configura um passo decisivo no sentido de uma concertação estratégica de base territorial entre agentes públicos, associativos e privados.

Estes elementos constituem o alicerce do Programa Operacional, traduzidos na estrutura central do mesmo. Por um lado, releva sobremaneira a participação de entidades sectoriais, bem evidenciada até em termos financeiros, cuja actuação se estabelece e integra no âmbito da estratégia regional, indiciando dessa forma a integração territorial/sectorial/regional por parte dos intervenores no território. Por outro lado, ainda que com uma representatividade financeira aquém da sua importância, o Programa releva ainda quatro importantes acções integradas, de carácter eminentemente territorial, fortemente articuladas com a estratégia regional e que claramente a espelham.

Em síntese, inerente a este novo passo está a necessidade de uma mudança na visão e atitudes dos actores de desenvolvimento regional e nos processos de planeamento e gestão, uma vez que o caminho a seguir tem sobretudo a ver com a forma como as prioridades forem assumidas e incorporadas, exigindo o aprofundamento das modalidades e estruturas de participação, particularmente o envolvimento mais alargado e articulado dos organismos desconcentrados da administração central.

Este aspecto apresenta-se como elemento fulcral e de positividade na concretização do Programa Operacional, assim como na sua contribuição para o desenvolvimento regional, mas constitui também, dada a sua natureza, um elemento que apenas o acompanhamento poderá em definitivo confirmar no que se refere à viabilidade e sucesso esperados.

## VII.2. ARTICULAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL COM ELEMENTOS EXTERNOS

### VII.2.1. O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No que respeita à articulação e relação estabelecida entre o Programa Operacional e o Plano de Desenvolvimento Regional, salientam-se dois aspectos: o primeiro, sendo o principal, refere-se ao grau de correspondência do Programa Operacional ao eixo estratégico do Plano em que se enquadra, já que constitui uma das vias da sua concretização; o segundo, refere-se à contribuição que ao nível do Programa Operacional se regista para a concretização geral dos restantes eixos estratégicos.

Assim, torna-se pois indispensável explicitar a relação estabelecida entre ambos, nomeadamente quanto à formulação e conteúdos das respectivas prioridades estratégicas e dos eixos prioritários e à forma como se relacionam.

Esta explicitação apresenta-se no quadro seguinte, em que a *correlação* existente entre as prioridades estratégicas do Programa Operacional e os eixos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Regional se classifica como forte, média, fraca e inexistente.

A atribuição da classificação obedece aos critérios: forte correlação quando a prioridade estratégica do Programa Operacional integra elementos que respondem directamente ao eixo relacionado; correlação média quando a prioridade do Programa integra elementos que respondem em parte ao eixo focado; fraca correlação quando o contributo é apenas indirecto, e inexistente (sem classificação) quando nem sequer se verifica um contributo indirecto.



<p>PRI ORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACI ONAL</p> <p>EIXOS PRI ORI TÁRI OS DO PLANO DE DESENVOLVI MENTO REGI ONAL</p>	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social	○	⊙	●
Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro	○	⊙	●
Afirmar a valia do território e da posição geo-económica do País	○	⊙	●
Promover o desenvolvimento sustentável das regiões a coesão nacional	●	●	●

● forte correlação   ⊙ correlação média   ○ fraca correlação

Salienta-se que embora o Programa se enquadre no eixo prioritário *Promover o desenvolvimento sustentável das regiões a coesão nacional*, denotando forte correlação entre ambos, se verifica também um contributo no âmbito global dos restantes eixos prioritários, justificado essencialmente por o Programa Operacional se apresentar como incentivador para a concretização daqueles objectivos e como actuante ao nível da generalização dos factores neles implicados. Este facto reflecte-se, naturalmente, sobretudo na componente do Programa Operacional que integra as intervenções desconcentradas sectoriais, por ser particularmente neste âmbito que se verifica uma especial articulação entre as finalidades setoriais e as territoriais.

## VII.2.2. O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL E O PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

A articulação do Programa Operacional com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, apresenta-se consequentemente à articulação descrita anteriormente. Na realidade, transparece o facto do Plano de Desenvolvimento Regional ser consequente, ou mesmo corresponder a uma adequação, do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, por este constituir a base estratégica para a sua elaboração.

A consideração da Região de Lisboa e Vale do Tejo no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social corresponde ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, entre outros objectivos, aponta para a necessidade de mobilizar todos os recursos para que Portugal se assuma como uma nova centralidade na relação da Europa com a economia global.

A formulação do novo modelo de crescimento económico subjacente considera elementos estratégicos a posição do território, conjugando a perifericidade europeia com a centralidade no espaço atlântico, e as suas características específicas no quadro de mudanças políticas, sociais, científicas e tecnológicas.

Este modelo pretende ser mais favorável à qualidade de vida da população adequando-se aos novos contextos geo-económico e tecnológico, favorecendo a solidariedade e a coesão económica e social e respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo possui características que lhe atribuem um papel específico na articulação e coesão nacionais e no processo de internacionalização, sendo aqui que se concentra uma parte significativa dos recursos materiais e humanos para a inovação e o desenvolvimento, bem como um conjunto singular de equipamentos, de infra-estruturas, de competências e sistemas de conhecimento.

O objectivo global de tornar a Região competitiva tem como principal desafio a construção de um novo modelo de desenvolvimento que aposte em factores competitivos baseados na qualidade dos recursos humanos, das organizações e do território para que seja possível a Região assumir um novo posicionamento no contexto internacional.

Visando esse objectivo global, configura-se um Programa Operacional desenvolvido em função do objectivo de *qualificação do território, das pessoas e das organizações*.

O Programa Operacional Regional apresenta três prioridades estratégicas:

- reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local;
- incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais;
- promover a equidade territorial e favorecer o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região.

O Programa Operacional Regional partilha com o Plano Estratégico Regional o mesmo desígnio para a Região e os mesmos pressupostos, ou seja, perfilha, de forma clara, a mesma filosofia e orientações quanto à trajectória de desenvolvimento a imprimir à Região e quanto às prioridades e domínios de intervenção para o período 2000 – 2006.

O confronto sistematizado entre o Programa Operacional Regional e o Plano Estratégico Regional, nomeadamente na formulação de objectivos, apresenta-se de forma sintética no quadro seguinte. Este confronto expressa também a coerência e consistência do Programa Operacional.

A leitura cruzada dos objectivos do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo e do Programa Operacional, que enformam o conjunto dos objectivos e prioridades estratégicas regionais, permite verificar uma boa aderência geral destas últimas aos primeiros. As prioridades relativamente às quais não se verifica um contributo evidente referem-se a domínios cujo âmbito de intervenção é necessariamente e apenas o nacional, pertencendo portanto ao foro específico das Intervenções Sectoriais Nacionais.

Este último aspecto evidencia o facto de que a efectivação da estratégia regional, face ao que se ambiciona para a Região, apenas acontece no âmbito conjunto das intervenções previstas no Plano Nacional como um todo, não se esgotando portanto neste Programa Operacional.

Reforçando o objectivo global do Programa Operacional, de *qualificar o território, as pessoas e as organizações*, verifica-se que o principal contributo do Programa para a concretização da estratégia regional se encontra na prossecução do eixo estratégico que corporiza mais directamente esta matéria: *construção de um novo modelo de desenvolvimento, consolidando novos factores de competitivos centrados na qualidade das pessoas, das organizações e do território*.

O quadro seguinte, que explicita a *correlação* em causa, considera a atribuição da classificação da *correlação* existente entre as prioridades estratégicas do Programa e objectivos do Plano, em função dos seguintes critérios: forte correlação quando a prioridade estratégica do Programa Operacional integra

elementos que respondem directamente ao objectivo relacionado; correlação média quando a prioridade estratégica do Programa integra elementos que respondem em parte ao objectivo focado; fraca correlação quando o contributo é apenas indirecto, e inexistente (sem classificação) quando nem sequer se verifica um contributo indirecto.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACIONAL		Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
OBJECTIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA REG. DE LISBOA E VALE DO TEJO	Nova concepção de organização e gestão territorial	<input checked="" type="radio"/> Recursos hídricos, flitoral e áreas protegidas <input checked="" type="radio"/> Equidade territorial: vector da coesão social <input checked="" type="radio"/> Duas margens da metrópole: espaços sub-regionais complementares e interactivos, nova combinação mobilidades/comunicações <input checked="" type="radio"/> Participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
	Construção de um novo modelo de desenvolvimento, consolidando novos factores competitivos centrados na qualidade das pessoas, das	<input checked="" type="radio"/> Modelo de mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional <input checked="" type="radio"/> Sistema de cidades qualitativamente competitivas <input checked="" type="radio"/> Conhecimento, cultura e identidades: qualificar as pessoas e reforçar laços de proximidade <input checked="" type="radio"/> Dinamização e reconversão da base económica local	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
	organizações e do território	<input checked="" type="radio"/> Nova especialização para nova função <input checked="" type="radio"/> Qualificar o efeito de capitalidade – redes de infra-estruturas e de equipamentos <input checked="" type="radio"/> Vocação turística e lazer, diversificação dos produtos e enriquecimento da cadeia de valor <input checked="" type="radio"/> Novas competências logísticas <input checked="" type="radio"/> Consolidação de actividades e serviços financeiros	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
		<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

☒ forte correlação
 ☒ correlação média
 ☐ fraca correlação

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACIONAL			
OBJECTIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA REG. DE LISBOA E VALE DO TEJO			
Desenvolver e consolidar funções singulares e relevantes no contexto do espaço europeu	Renovação da história	Valorizar a diversidade e a tolerância Cultura e ideias com veículos privilegiados de aproximação: arte, investigação e cooperação	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local
		Organizar e dinamizar fluxos de investimento portuários no exterior: desenvolver competências, actividades e serviços adequados	
	Renovação da vida social	Atracção de quadros seniores Turismo e saúde para os segmentos seniores	
Reforçar a presença da Região nas redes globais de informação, comunicação, transportes, comércio e investimento	Nova relevância mundial: consolidar nos nas redes de mobilidade global de informação, conhecimento e criatividade	Papel importante: conhecimento dos oceanos Centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino e formação em turismo/hotelaria e museologia	
		Referência obrigatória para empresas e universidades: congressos, feiras e outros	
		Bólo de 'indústrias de conteúdo' de língua portuguesa e sensíveis a condições naturais e paisagísticas positivas	
		Centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço da inovação, da valorização dos resultados da investigação e da atracção e apoios iniciativas de risco	
		Telecomunicações como suporte essencial	

● forte correlação    ◉ correlação média    ○ fraca correlação

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACIONAL				
OBJECTIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA REG. DE LISBOA E VALE DO TEJO	Preforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região	<input type="radio"/>
<p>Preforçar a presença da Região nas redes globais de informação, comunicações, transportes, comércio e investimento (continuação)</p>	Desenvolver novas infra-estruturas de mobilidade europeia e mundial eficientes	Desenvolver infra-estruturas de informação e capacidades de gestão no domínio das actividades internacionalizadas, em resposta a oportunidades do mercado europeu	Modernização administrativa, legislativa e organizacional para promover um quadro internacionalmente atractivo e um quadro de parceria com decisão rápida em relação aos projectos e iniciativas do sector privado	

● forte correlação    ◐ correlação média    ○ fraca correlação



### VII.2.3. O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL E OS OBJECTIVOS GERAIS DE COESÃO

A formulação da estratégia proposta no Programa Operacional Regional valoriza as preocupações de coesão, que se colocam à Região, num triplo sentido: social, económico, territorial e regional. De referir que a concepção subjacente à estratégia proposta implica não só uma visão articulada destes diferentes tipos de coesão como também a integração da sustentabilidade ambiental como dimensão activa da coesão.

A preocupação pela coesão social e pela sustentabilidade ambiental surge particularmente associada às prioridades estratégicas “reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local” e “promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região”.

A preocupação pela coesão económica associa-se particularmente à prioridade estratégica “promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região”, relacionando-se assim com as intervenções regionalmente desconcentradas da Administração Central, e à prioridade estratégica “incrementar a estruturação do território regional e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais”.

Finalmente, a preocupação pela coesão territorial e regional articula-se estreitamente com a vertente *equidade e coesão territorial*, a qual inclui igualmente preocupações de competitividade, estabelecendo por isso estreita relação com as três principais prioridades estratégicas do Programa Operacional: “reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local”, “incrementar a estruturação do território regional e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais” e “promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região”.

A visão integrada do desenvolvimento espacial surge como uma das vias privilegiadas para garantir uma maior articulação entre as diversas componentes da coesão.

### VII.3. ARTICULAÇÃO INTERNA E CONSISTÊNCIA DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL

#### VII.3.1. O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL ENQUANTO RESPOSTA À SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo resultou de um longo e participado processo de diagnóstico retrospectivo e prospectivo, tendo beneficiado de um número significativo de relatórios sectoriais, temáticos e sub-regionais e ainda do debate público que estimulou. Ao basear-se na Visão Estratégica que aí se propõe, o Programa Operacional Regional incorpora, ainda que por vezes de forma apenas implícita, os resultados essenciais dos diversos levantamentos, estudos e propostas efectuados.

O quadro seguinte pretende ilustrar o modo como a superação das diferentes fragilidades e deficiências, recenseadas, pode beneficiar das intervenções previstas decorrentes das prioridades estratégicas do Programa Operacional Regional.

A classificação da *correlação* existente entre as prioridades estratégicas do Programa e as necessidades da Região, obedece aos seguintes critérios: forte correlação quando a prioridade estratégica do Programa Operacional integra elementos que respondem directamente à necessidade relacionada; correlação média quando a prioridade estratégica do Programa integra elementos que respondem em parte à necessidade focada; fraca correlação quando o contributo é apenas indirecto, e inexistente (sem classificação) quando não se verifica sequer um contributo indirecto.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACIONAL	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DA REGIÃO			
Área Metropolitana de Lisboa			
Terciarização de fraca internacionalização, existência de sectores industriais em retração ou declínio e difícil fixação de investimentos estrangeiros			●
Insuficiente conectividade com as rotas marítimas e aéreas de ligação intercontinental e dinamismo dos portos da região, insuficiente face às potencialidades de localização e características			
Acentuado desordenamento urbanístico e territorial, relevando-se a desertificação e degradação dos centros históricos, em particular das áreas centrais da cidade de Lisboa para as periferias sub-equipadas e desqualificadas e para a existência de extensas manchas de habitat degradado	⊙	●	
Crescimento da cidade efectuado de forma espacialmente extensiva, implicando, por um lado, transformações funcionais que penalizam sistematicamente os usos não urbanos e, por outro lado, a intensificação e crescente amplitude dos movimentos pendulares, com consequências ambientais, sociais e económicas	⊙	⊙	●
Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes, nomeadamente tendo em conta as necessidades geradas pelo tipo de crescimento urbano	⊙	○	●
Peso excessivo do transporte individual, escassez/inadequação do transporte público, congestionamento de tráfego, ausência de estacionamento	⊙	●	●
Insuficiente "protecção" dos sistemas naturais e ambientais, com graves riscos de poluição e degradação	●	●	●
Nível elevado de degradação de habitação, quer no centro histórico de Lisboa, quer noutras zonas do "casco" urbano da cidade		○	●

PRI ORIDADES ESTRATÉGI CAS DO PROGRAMA OPERACI ONAL	Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a qua- lidade de vida e o desenvolvi men- to local	Incrementar a estr uturação da Região e a capa- cidade competi- tiva das sub- unidades regio- nais	Promover a equi- dade territ orial e incentivar o desenvolvimento do pot encial hu- mano e empres a- rial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustent abili- dade económica e social da Região
NECESSI DADES PRI ORI TÁRI AS DA REGI ÃO			
Lezíria do Tejo e Oeste, sub-regiões com características idênticas, constituindo uma cintura agrícola, industrial, residencial e turística da AML:			
Déf ice dos sistemas de saneamento básico; insuf iciente trat amento e aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos e hospit alares, no Oeste	●	⊙	
Poluição e contaminação dos sist emas hidrográficos e aquíferos	●	●	●
Ut ilização intensiva do solo, desordenamento do territ ório, degradação de recursos nat urais e ambientais, no Oeste fenômenos de urbanização dif usa peri-metropolit ana	⊙	●	●
Falta de concret ização do PRN (ex: falta de vias transver sais, ligações para o Nort e e o interior); deficient e rede ferroviária no Oeste		⊙	●
Êxodo rural e desert if icação humana (em especial na Lezíria do Tejo), em conjugação com crescimento urbano	⊙	●	⊙
"Dest rução" de culturas, identidades e pat rímónios locais, massif icação e insuf iciente of erta cultural	⊙	●	○
I nsuf iciente of erta do sistema de formação prof issional e falta de act ividades de I & D	⊙	⊙	●
I nsuf iciente coordenação institucional, ausência de estratégias int egradas de imagem e promoção e insuf iciente dinâmica de internacionalização das act ividades	⊙	⊙	⊙
Médio Tejo, sub-região situada na "coroa exterior" da Região:			
Déf ice dos sistemas de saneamento básico (água e esgotos); e poluição e contaminação dos sistemas hidrográficos e aquíferos	●	●	●
Falta de concret ização do PRN (vias transver sais, ligações para o Norte e interior) e deficient e articulação ent re a rede viária municipal/ regional e os principais eixos rodoviários	○	●	●

PRI ORIDADES ESTRATÉGI CAS DO PROGRAMA OPERACI ONAL	Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a qua- lidade de vida e o desenvolvimen- to local	Incrementar a estrut uração da Região e a capa- cidade competi- tiva das sub- unidades regio- nais	Promover a equi- dade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial hu- mano e empres- arial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustent abili- dade económica e social da Região
NECESSI DADES PRI ORI TÁRI AS DA REGI ÃO			
Médio Tejo, sub- região situada na "coroa exterior" da Região (continuação):			
Deficiente estado de conservação e dificuldades de manutenção da rede municipal; insuficiente desenvolvimento da rede rural e florestal	●	⊙	⊙
Êxodo rural, desertificação humana com a consequente concentração urbana e aumento de riscos de incêndios florestais	⊙	●	⊙
Insuficiência e desajustamento de intervenções face à preservação das identidades e dos patrimónios culturais; ausência de estudos; desertificação entre serviços	⊙	●	○
Carência de equipamentos e serviços (públicos, saúde, desportivos, culturais); carência e má qualidade habitacional; riscos de transformação em "dormitórios" da AML.	●	●	●
Sistema territorial com fraca coesão interna	●	●	●

● forte correlação ⊙ correlação média ○ fraca correlação

Com base nas articulações potencialmente mais significativas (referenciadas com ●) é possível salientar os seguintes aspectos:

- um número muito significativo de situações críticas (13 em 23), correspondente a cerca de 57% das situações, poderá vir a verificar um importante contributo no âmbito das prioridades estratégica "incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais", confirmando o relevo e a forte consonância desta prioridade com estratégia regional;
- um número muito significativo de situações críticas (11 em 23) poderá observar importantes contribuições na concretização da prioridade estratégica "promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região", facto que por um lado, confirma a relevância do seu conteúdo no quadro do Programa Operacional e por outro lado, reforça a exigência de concertação;

- um número significativo de situações críticas (7 em 23), articula-se prioritariamente com a prioridade estratégica “reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local”, confirmando a importância de afirmar e fortalecer os elementos de coesão regional;
- cerca de 25% de situações apresenta uma forte correlação simultaneamente com as prioridades estratégicas “reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e fomentando o desenvolvimento local” e “promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região”, evidenciando ligações e complementaridades notórias entre estes dois objectivos;
- cerca de um terço de aspectos críticos (7 em 23) poderá observar contribuições a partir de intervenções incluídas em duas ou mais prioridades estratégicas, pelo que o recurso a estratégias de maximização de complementaridades e sinergias será, em tais casos, especialmente importante para garantir a superação efectiva das fragilidades identificadas;
- há situações críticas que não encontram contribuição directa para a sua resolução no âmbito das prioridades estratégicas do Programa Operacional, nomeadamente a *insuficiente conectividade com as rotas marítimas e aéreas*, o que se deve ao facto de se tratar de aspectos directamente relacionados com a concretização das intervenções operacionais sectoriais no quadro nacional;
- as articulações assinaladas têm um carácter meramente indicativo, por um lado por reflectirem correlações parciais, e por outro porque o seu grau de concretização depende das condições concretas de exequibilidade que forem criadas durante o período 2000-2006 para a prossecução dos objectivos específicos visados.

Não obstante se considerar que a análise anterior apresenta a situação da Região e a forma e o grau em que o Programa Operacional obvia as suas necessidades, releva-se alguns aspectos a que se pretende atender particularmente.

## AMBIENTE

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma particular riqueza no domínio ambiental, mas igualmente importantes perigos de degradação, fundamentalmente associados a problemas de congestionamento, conflitos entre usos de solo incompatíveis, sobre-exploração de recursos e défice de qualidade de vida.

Salientam-se os seguintes aspectos:

- singulares condições naturais e de património;
- extensão e diversidade de "sítios" abrangidos pelos vários estatutos de classificação de áreas protegidas;
- potencialidades de exploração do potencial turístico e de lazer em meio natural e rural;
- acentuado desordenamento urbanístico e territorial, originando a degradação de centros históricos/ extensão das áreas urbanizadas e a intensificação dos movimentos pendulares, com implicações negativas a nível ambiental (ar/ ruído);
- preocupante degradação ambiental dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, sendo de notar que estes apresentam importância estratégica no contexto ibérico;
- existência de problemas no domínio das infra-estruturas básicas, nomeadamente a insuficiente cobertura e aproveitamento dos investimentos efectuados no tratamento de esgotos e da ausência de soluções articuladas em termos de resíduos sólidos urbanos;
- desvalorização e depredação do rico património natural e construído, sujeito a fortes pressões urbano-turísticas;
- retração das áreas com uso agro-florestal e com valor ambiental e paisagístico, com desperdício de recursos naturais/ descaracterização da paisagem;
- existência de áreas com forte incidência de riscos ambientais.

Neste sentido, o Programa Operacional apresenta, e bem, dois tipos fundamentais de investimentos no domínio do ambiente face à situação identificada: por um lado a continuidade da implementação de infra-estruturas ainda necessárias ao nível local, associada agora a uma mais forte preocupação de rentabilização dos investimentos e de coerência e eficácia das redes e da sua sustentabilidade futura, e por outro lado, a concretização de prioridades afirmadas indispensáveis no contexto da protecção dos recursos regionais.

Relativamente à protecção dos recursos regionais salienta-se particularmente a intervenção prevista no âmbito das Intervenções da Administração Central



Regionalmente Desconcentradas, designadamente no que respeita à medida Ambiente.

A medida Ambiente integra preocupações de protecção directa dos recursos, nomeadamente no que se refere ao património e recursos naturais, como seja acções dirigidas às espécies e aos *habitats* e acções de protecção e requalificação da faixa costeira e de reabilitação e valorização da rede hidrográfica nacional e das albufeiras, mas também considera acções mais associadas a um carácter de sustentabilidade ambiental, introduzindo domínios como a informação, formação e gestão ambientais e o apoio à sustentabilidade económica.

Por outro lado, é ainda de destacar que a preocupação pelo domínio ambiental se reflecte também noutras medidas, designadamente nas seguintes:

- *Agricultura e Desenvolvimento Rural*, com o desenvolvimento sustentável das florestas, a gestão dos recursos hídricos e a valorização do ambiente;
- *Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana*, com a valorização de espaços com importância ambiental;
- *Valorização do Tejo*, com o pressuposto de uma inequívoca defesa e valorização ambiental, implícito em todas as acções, e explicitamente, prevendo infra-estruturas ambientais e de qualificação do ambiente;
- *Valorização ambiental e patrimonial*, no que respeita à indispensável actuação ao nível das infra-estruturas de saneamento.

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Esta temática apresenta uma importante dinâmica na Região de Lisboa e Vale do Tejo, nos seus traços mais positivos, mas também em fortes elementos negativos.

A valorização dos recursos humanos é um domínio no qual a Região de Lisboa e Vale do Tejo se releva no contexto nacional, situação que em parte se relaciona com factores ao nível da disponibilização de meios para a “capacitação”, reflectida nomeadamente na forte concentração de estabelecimentos do ensino superior, de instituições de investigação e desenvolvimento científico, a expansão da formação profissional e o incremento dos serviços de psicologia e orientação escolar.

Esta circunstância permite um reforço da capacidade potencial de integração e manutenção da população no mercado de emprego, reflectido nomeadamente na representatividade feminina no ensino e nas actividades desenvolvidas na Região.

Contudo, a grande concentração populacional que a Região apresenta face ao País e, associada a ela, um crescimento urbano desordenado, leva a que se identifiquem insuficiências em termos de infra-estruturas e equipamentos, relevantes neste

âmbito porque relacionados com mecanismos potencialmente facilitadores (ou não, quando ausentes) de uma mais franca integração feminina no mercado de emprego.

A igualdade de oportunidades verifica pois uma dualidade no sentido de se tratar de uma Região facilitadora da igualdade em termos da capacidade teórica, mas com importantes lacunas ao nível prático de conciliação de actividades.

Apesar do princípio da igualdade entre mulheres e homens se encontrar consagrado na Constituição e na legislação ordinária portuguesas, e de se ter registado uma evolução global positiva neste domínio, é necessário, numa perspectiva de reforço da cidadania e de coesão social, entender a dimensão da igualdade de oportunidades às diversas intervenções operacionais.

Como fragilidades do sistema verifica-se:

- forte concentração do emprego feminino num reduzido número de sectores de actividade, pouco qualificantes (sem prejuízo da elevada taxa de actividade feminina verificada em Portugal);
- existência de significativas diferenças salariais entre mulheres e homens, desfavoráveis às primeiras;
- valores mais elevados para o desemprego feminino que para o masculino;
- fraca participação das mulheres em cursos profissionais;
- peso reduzido das mulheres com diplomas de pós-graduação.

Tendo como objectivo global a melhoria do quadro de vida da mulher, considera-se que importa reforçar a sua participação na vida económica, através dos seguintes domínios prioritários e tipos de acções:

- conciliação entre a vida familiar e a profissional, com o reforço dos serviços de apoio a crianças e idosos, o desenvolvimento de uma rede de centros de mediação familiar e a melhoria dos cuidados de saúde, a criação de serviços de proximidade para apoio domiciliário e de novas formas e modalidades de organização do trabalho (tele-trabalho, horários flexíveis, etc.).
- incremento do acesso da mulher ao mercado de trabalho e melhoria da sua situação profissional, promovendo a igualdade salarial mulheres/homens, a melhoria das perspectivas de progressão na carreira, a criação de empresas por mulheres, o acesso das mulheres a cursos de formação qualificada e, em especial, a cursos de pós-graduação e na área científica, e a melhoria das condições de mobilidade (sobretudo no domínio dos transportes públicos).

É aliás neste contexto que se salienta a justificada preocupação, evidenciada no Programa Operacional, em responder à necessidade de criar infra-estruturas e equipamentos de apoio à vida quotidiana, enquanto elemento indispensável à facilitação de uma mais generalizada integração da mulher no mercado de emprego.

Por outro lado, releva-se também o facto de transparecer no Programa Operacional uma preocupação mais completa no âmbito da igualdade de oportunidades. De facto, é de salientar, no âmbito das Acções Integradas, as medidas associadas à formação e empregabilidade, que traduzem aquela preocupação, designadamente no que se refere à melhoria das condições de empregabilidade e de qualificação da população, visando também a estabilização do tecido social e o combate da discriminação e exclusão social.

A este nível, destaca-se ainda, no âmbito das Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas:

- as medidas relativas à Formação/ Qualificação, Emprego e Desenvolvimento Social, com a actuação preventiva relativamente aos fenómenos de desemprego, a actuação precoce de resposta aos problemas de emprego e a actuação facilitadora da inserção social dos sectores expostos ao desemprego de longa duração, medidas que se apresentam paralelamente à preocupação de eficácia e equidade das políticas, designadamente ao nível da promoção da igualdade entre homens e mulheres através da acção positiva junto de agentes estratégicos;
- Educação, com a diversificação das ofertas de formação inicial qualificante de jovens e o apoio a infra-estruturas da educação pré-escolar (o que significa também aqui um reforço das infra-estruturas de apoio à vida quotidiana).

Estes últimos aspectos, por se relacionarem fortemente com a política para o emprego, serão retomados no ponto que se destaca em seguida.

## EMPREGO

Releva-se duas ideias-chave explicativas, e sobretudo demonstrativas, do conteúdo e preocupações em matéria de emprego no Programa Operacional.

A primeira ideia-chave refere-se ao facto de se entender que o crescimento gerador de empregos com maior qualificação, a aposta nas competências “horizontais” e nas novas qualificações e o reforço da capacidade de inovação e I & D, constituem três factores motores no entendimento da Região como espaço de coesão económica e social.

A segunda ideia-chave é o entendimento de que a antecipação e resposta às necessidades de reestruturação sectoriais, a articulação entre educação, formação e dinâmica de actividades e uma dinâmica de criação de empregos socialmente integradora, constituem exigências e desafios fundamentais para a coesão económica e social da Região.

Vectores como a criação de emprego, coesão, competitividade e sustentabilidade encontram-se hoje estreitamente relacionados. De facto, o emprego só poderá ser fomentado e mantido através do auxílio ao crescimento sustentável e à

competitividade melhorada nas regiões, ao mesmo tempo que o desenvolvimento sustentado exige um esforço consciente e voluntarista de promoção, e muitas vezes correcção, das condições de equidade social e territorial.

Neste sentido, salientam-se quatro elementos na estrutura e proposta operacional:

a) Uma preocupação de fundo e que transparece no conjunto do Programa Operacional, tendo portanto um carácter global, diz respeito ao reforço das actividades económicas, quer no sentido de aprofundar os mecanismos de fortalecimento dos factores económicos atendendo ao actual contexto de crescente competitividade e globalização, relacionada pois com elementos de *capacitação para a competitividade*, quer no domínio do fomento da actividade económica local capaz de gerar alternativas reais de emprego; esta preocupação surge particularmente identificada nas medidas *Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana*; *VALTEJO – Valorização do Tejo*; *Economia*; *Infra-estruturas de Portos*; *Agricultura e Desenvolvimento Rural*; *Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social*; parte das medidas *Ciência, Tecnologia e Inovação* e *Sociedade da Informação*.

b) Uma preocupação específica do fortalecimento ao nível da capacitação pessoal, traduzindo essencialmente a *sustentabilidade do emprego*, e respondendo aos dois universos de actuação indispensável a este nível – empregados e desempregados –, releva-se claramente dirigida ao fortalecimento da capacitação do empregado, fortalecendo e adequando desempenhos e competências, e ao incremento da capacidade de resposta do desempregado, no sentido de alargamento das possibilidades de correspondência a um leque mais diversificado em termos de oferta, traduzindo-se assim num maior grau de versatilidade; esta vertente reflecte-se concretamente nas medidas *Capacidade Institucional Regional*; *Formação para o Desenvolvimento*; *Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana – Componente Empregabilidade*; *Formação e Empregabilidade*; *Medidas relativas à Formação e Qualificação dos recursos humanos do Eixo 3*.

A sustentabilidade do emprego e, nesta, a “capacitação” dos recursos humanos surgem assim como vectores constitutivos do Programa Operacional, reflectidos nos seus objectivos. Pretende-se simultaneamente “capacitar” e fortalecer os recursos humanos e favorecer a capacidade geradora de emprego.

c) Efeitos directos, estritos, de incremento do emprego associado à construção de infra-estruturas e equipamentos, justificado pela construção, exploração, manutenção e funcionamento respectivos.

d) Incentivos directos à criação de emprego, relativamente aos quais se destaca as medidas Criação de Emprego e Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social, que incluem objectivos de dinamização do desenvolvimento local e da criação de emprego através do apoio ao investimento em iniciativas que visem a criação directa de postos de trabalho.

Em termos globais, estima-se que o emprego atribuível ao Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo atinja um valor médio anual para o período de 2000 a 2006 na ordem dos 6.9 mil postos de trabalho na Região, traduzindo-se o respectivo multiplicador na criação de 88 postos de trabalho anuais na Região por milhão de contos de despesa pública anual a preços de 1999.

### VII.3.2. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS, EIXOS E MEDIDAS DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL

A consideração crítica do conjunto dos eixos e das prioridades estratégicas deixa transparecer uma conclusão imediata: verifica-se uma correspondência estreita entre as prioridades preconizadas e a respectiva viabilidade de prossecução.

Com efeito, a estrutura dos eixos evidencia a preocupação operacional como a sua mais forte componente. O eixo Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal associa-se fundamentalmente à responsabilidade autárquica, enquanto o eixo Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas traduz desde logo a responsabilidade sectorial (administração central desconcentrada). O eixo Acções Integradas de Base Territorial, porventura aquele em que a *operacionalidade* é menos evidenciada, sugere por si um acompanhamento cuja natureza da responsabilidade seja sobretudo regional/territorial.

Este facto, que à partida poderia traduzir um desfasamento entre as prioridades estratégicas que o Programa Operacional define e os respectivos eixos, mostra-se afinal como um passo razoável quando analisados os respectivos conteúdos e quando tida em conta a viabilidade daquelas prioridades.

A articulação entre as prioridades estratégicas e os eixos apresenta três importantes pontos justificativos e elucidativos do ponto de vista estrutural e de concepção de uma estratégia de desenvolvimento e a sua operacionalização:

- na Região, e aliás também no contexto nacional, as Autarquias e a Administração Central constituem, além da iniciativa privada, dois grandes canais de execução, representando dois grandes tipos de competências sobre o território;
- a concepção de uma estratégia de desenvolvimento implica a consideração de todos os meios e processos para a sua concretização, impondo-se a escolha sobre os canais que de forma objectiva se mostram mais capazes de a viabilizar, não obstante se dever adequar o mais possível a operacionalização à concepção;
- as prioridades estratégicas definidas prendem-se, na sua prossecução, com intervenções a escalas diferentes.

O eixo 2, Acções Integradas de Base Territorial, representa de alguma forma esse modo mais desejável de operacionalizar a estratégia de desenvolvimento, traduzindo, como antes se referiu, a visão integrada do desenvolvimento espacial.

Assim, ainda que a análise da correspondência entre as prioridades estratégicas e a estrutura operacional se mostre fortemente correlacionada no seu conjunto,

demonstrando o esforço de integração ao nível da concepção e da operacionalização, transpõe uma particular articulação:

- entre a prioridade estratégica *“Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local”* e o eixo 1, Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal, justamente por implicar uma intervenção ao nível local e esta ser da responsabilidade das Autarquias;
- entre a prioridade estratégica *“Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais”* e o eixo 2, Acções Integradas de Base Territorial, por ser a este nível que a urgência de uma intervenção de carácter territorial se torna mais premente;
- e entre a prioridade estratégica *“Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região”* e o eixo 3, Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas, por se tratar de articular fins sectoriais e territoriais, bem patente na componente *“competitividade e sustentabilidade económica e social”*.

Por outro lado, a representatividade financeira relativamente à estrutura operacional destaca sobretudo:

- desde logo, a importância das Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas (cerca de 67%), o que se entende admissível e de salutar, dada a alargada abrangência deste eixo, justificada pela complexidade de factores a abordar em questões como a competitividade e a sustentabilidade económica e social, bem como dada a evidência de que o desenvolvimento regional deverá incorporar significativamente finalidades sectoriais devidamente concertadas com as finalidades territoriais, o que até aqui não tinha acontecido
- um peso financeiro aquém da sua importância dos restantes eixos, sobretudo no caso das Acções Integradas de Base Territorial (9.5%), deixando crer que o caminho do desenvolvimento regional, no sentido de responsabilidade de intervenção regional/territorial, ainda se encontra em evolução.

Em termos globais, a programação financeira denota igualmente um importante esforço de investimento nos primeiros anos, o que se traduz como factor de risco relevante, já que a fase de arranque de um instrumento de desenvolvimento desta natureza, sobretudo dada a acrescida complexidade estrutural/operativa, se tem mostrado como uma condicionante à sua boa prossecução.

O quadro seguinte apresenta o modo e o grau em que se relacionam as prioridades estratégicas e a estrutura operacional do Programa.



A classificação da *correlação* existente entre as prioridades estratégicas do Programa e os Eixos/ Medidas, obedece aos seguintes critérios: forte correlação quando a Medida responde directamente à prioridade relacionada; correlação média quando a Medida responde em parte à prioridade focada; fraca correlação quando o contributo é apenas indirecto e inexistente (sem classificação) quando não se verifica sequer um contributo indirecto.



## VII.4. QUANTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS E INDICADORES

A quantificação dos objectivos do Programa Operacional e os indicadores apresentados denotam um esforço no sentido de alcançar uma visão abrangente e mais completa da situação da Região face à sua actual situação e aos objectivos preconizados.

Contudo, atendendo ao teor das prioridades estratégicas apontadas e ao respectivo objectivo global que concretizam, seria desejável a construção de objectivos e indicadores que mais directamente equacionassem de forma global essas prioridades.

Tornar-se-ia portanto oportuno e pertinente a construção de objectivos e indicadores que medissem, de modo mais directo e integrado, a competitividade regional e sub-regional, a coesão regional, a equidade territorial, o desenvolvimento do potencial humano ("capacitação") e a sustentabilidade económica e social no seu âmbito mais global.

Contudo, dada a natureza complexa de objectivos e indicadores que traduzam de forma mais completa estas matérias, recomenda-se o estudo para a sua construção.

## VII.5. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A estrutura institucional de gestão e acompanhamento do Programa Operacional Regional apresenta na sua abordagem global uma relevante complexidade.

Considera-se esta complexidade fortemente relacionada com a própria estrutura operacional, que como se referiu se associa ao contexto regional/nacional em termos das entidades/competências mais operativas sobre o território.

A referida complexidade, reflectida sobretudo no número de gestores e unidades de gestão e nas implicações que daí decorrem, advertem desde logo para um esforço acrescido de concertação, já que a viabilidade do Programa Operacional se encontra bastante dependente da forma como as prioridades forem assumidas e incorporadas, implicando designadamente o aprofundamento das modalidades e estruturas de participação e o envolvimento mais alargado e articulado dos organismos nos desconcentrados da administração central.

Neste contexto evidencia-se a necessidade de uma gestão estratégica, fortemente articulada, recomendando-se o estabelecimento de uma concertação de base territorial com os agentes representativos da Região.

## VII.6. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

1. A estratégia proposta no Programa Operacional Regional parece adequada às necessidades da Região, procura melhorar as condições de desenvolvimento sustentável de um ponto de vista simultaneamente ambiental, económico e social, ao mesmo tempo que formula intervenções de equidade territorial e visa um funcionamento mais coeso e coerente do conjunto da Região num contexto que é inevitavelmente de crescente interacção e abertura ao exterior.
2. Verifica-se uma forte coincidência entre a estratégia proposta no Programa Operacional Regional e a visão estratégica de âmbito mais geral, que estrutura o Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo, quer em termos de modelo de desenvolvimento, quer numa perspectiva mais operacional (relação entre os objectivos/prioridades do Programa Operacional e do Plano Estratégico Regional no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social).
3. A concepção do Programa Operacional Regional integra como elemento central, os pressupostos dos diversos tipos de coesão: social, económica, territorial e regional. Para além de defender uma visão articulada destes diferentes tipos de coesão, que devem reforçar-se reciprocamente, a dimensão de sustentabilidade ambiental foi incluída como dimensão activa de coesão.
4. Considera-se adequada a relação existente entre as principais prioridades da Região, em termos de fragilidades e debilidades a combater e os objectivos específicos de intervenção do Programa Operacional Regional. Os aspectos críticos não respondidos ou para os quais se verifica uma fraca contribuição respeitam ao contexto das intervenções operacionais sectoriais.
5. A quantificação dos objectivos do Programa Operacional, elaborada de forma consistente, poderia desejavelmente integrar indicadores relativos à competitividade regional e sub-regional, à coesão regional, à equidade territorial, à qualificação do território, ao desenvolvimento do potencial humano e à sustentabilidade económica e social no seu âmbito mais global. A natureza complexa de objectivos e indicadores que traduzam de forma mais completa estas matérias, leva a recomendar o estudo para a sua construção.
6. Parte significativa da concretização do Programa Operacional associa-se a aspectos do processo de desenvolvimento, nomeadamente relativos ao planeamento e à gestão, exigindo um importante esforço de adequação a uma nova mentalidade – para a *construção de um novo modelo de*

*desenvolvimento* -, bastante dependente da forma como as prioridades forem assumidas e incorporadas, implicando o aprofundamento das modalidades e estruturas de participação e o envolvimento mais alargado e articulado da Administração Central desconcentrada.

7. Do que precede se conclui que a Gestão do Programa Operacional – estruturas, participação, metodologias – será o factor decisivo do seu êxito. Evidencia-se o imperativo de uma gestão estratégica, fortemente articulada, e uma concertação de base territorial com os agentes representativos da Região.

## COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO

### ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
1.1. Objectivos E Estratégica De Desenvolvimento	3
1.2. Parceria	9
1.3. Apoio Estrutural Comunitário	12
2. ESTRUTURA DO P.O. POR EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS	14
2.1. Apresentação dos Eixos Prioritários	15
3. PLANO DE FINANCIAMENTO	264
3.1. Programação financeira	265
3.2. Ajudas de Estado	272
4. RESERVA DE EFICIÊNCIA	277
5. AVALIAÇÃO EX-ANTE	294
5.1. Síntese	295
5.2. As Prioridades Estratégicas e os Objectivos Globais, Específicos e Operacionais do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	297
5.3 A Pertinência Estratégica das Medidas Propostas	321
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	329
6.1. Informação e Divulgação	330
6.2. Acções de Informação e Publicidade	333
7. INTERCÂMBIO DE DADOS	345
8. ANEXO	348

---



## 1. INTRODUÇÃO

---

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

### ESTRATÉGIA REGIONAL

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo fundamenta-se na Estratégia de Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, elaborada no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.

Em estreita conexão com o grande objectivo nacional, de *"estruturar e consolidar em Portugal uma primeira frente atlântica europeia, adquirindo uma nova centralidade na relação da Europa com a economia global"*, define-se como **objectivo global regional**: *transformar Lisboa e Vale do Tejo numa região euro-atlântica de excelência, singular e competitiva no sistema das regiões europeias, num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial, numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado, numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades.*

A prossecução do objectivo global regional tem suporte em três eixos estratégicos:

- *Impulsionar um novo modelo de desenvolvimento consolidando novos factores competitivos centrados na qualidade do território, das pessoas e das organizações;*
- *Desenvolver funções singulares e relevantes no contexto do espaço europeu;*
- *Reforçar a presença da Região nas redes globais de informação, comunicações, transportes, comércio e investimento.*

O **Programa Operacional** tem como finalidade última contribuir para a realização do objectivo global identificado para a Região, corporizando a parte da estratégia regional, que sendo prioritária, se mostrou também mais susceptível de integrar o âmbito e os limiares financeiros das intervenções operacionais regionais, em concordância com os objectivos dos fundos estruturais comunitários.

## ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL

O **Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo**, pretendendo contribuir para a realização do objectivo regional, tem como **objectivo global**:

***A qualificação do território, das pessoas e das organizações***

visando a promoção do desenvolvimento sustentável da Região e a sua coesão económica e social.

Este objectivo alicerça-se na ideia-chave de que a qualificação do território, das pessoas e das organizações constitui a base para a criação de factores de competitividade capazes de reposicionar a Região de forma activa no quadro internacional, e viabiliza o desenvolvimento harmonioso da Região, sem que as suas parcelas vejam de algum modo condicionado o seu próprio desenvolvimento.

Qualificar o território, as pessoas e as organizações corresponde a incrementar:

- ❖ Uma concepção de organização e gestão do território que salvguarde valores patrimoniais e princípios de acção considerados essenciais: qualidade ambiental, coesão social, estruturação do território e condições de governabilidade;
- ❖ O entendimento do território enquanto fonte de novas oportunidades, no sentido de considerar o ambiente como factor de bem-estar, competitividade e atracção, e de equacionar a Região como espaço de qualidade para viver e trabalhar, viabilizando: um mundo rural ambientalmente sustentável e viável social e economicamente, um conjunto de aglomerações cuja competitividade e capacidade de atracção se baseie na qualidade sócio-urbanística, a valorização do conhecimento, da cultura e das identidades e a dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego;
- ❖ A consolidação de um novo perfil de especialização, que permita à Região desenvolver funções de intermediação entre os processos de internacionalização e a redução das assimetrias regionais internas, o que se prende com a intervenção no domínio das redes de infra-estruturas e equipamentos, do turismo e lazer, do desporto, das actividades logísticas e dos serviços financeiros.

Neste contexto o Programa Operacional tem como **Prioridades Estratégicas**:

1. Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local.
2. Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais.
3. Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região.

O **reforço da coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local**, pretende por um lado a resposta qualificada a necessidades de primeiro nível da população, como seja a dotação de infra-estruturas e equipamentos, a recuperação e valorização do património ambiental e patrimonial, o reforço e qualificação da capacidade dos agentes locais para o desenvolvimento e a qualificação do potencial humano em termos globais, considerando neste domínio a particular preocupação de reforçar a formação qualificada das mulheres, e por outro lado a valorização territorial assente no efeito multiplicador de intervenções dirigidas a espaços específicos.

As medidas consideradas dizem respeito a ***Acessibilidades e equipamentos, Valorização ambiental e patrimonial, Capacidade institucional regional, Formação para o desenvolvimento, Acções específicas de valorização territorial e Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico.***

O **incremento da estruturação da Região e da capacidade competitiva das sub-unidades regionais**, associa-se particularmente:

- ao aproveitamento de potencialidades territoriais e de posicionamento da Região, a par da garantia de acesso a serviços, a padrões de qualidade de vida e de ambiente;
- à organização do território, promovendo a competitividade dos nós estratégicos para a estruturação do espaço em termos regionais;
- ao desenvolvimento das cidades mediante o apoio a estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano;
- a elementos centrais de coesão social: segregação funcional e social dos territórios urbanos, requalificação do património e integração das funções urbanas.

Esta prioridade concretizar-se-á nas quatro seguintes medidas.

**Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana – componente territorial**, com a qual se pretende contribuir para o reforço de uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável, através das áreas de intervenção:

- requalificação e valorização ambiental dos espaços urbanos;
- mobilidade urbana sustentável;
- qualificação de áreas de realojamento;
- capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público.

A medida **Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana – componente empregabilidade**, que se identifica enquanto componente complementar da medida anterior, destina-se a assegurar acções no domínio do desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas, e do fortalecimento da articulação das políticas no espaço regional e do espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa.

**Valorização do Tejo**, alicerçada na criação de condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, através da sua afirmação como espaço privilegiado de lazer e turismo, associando-se-lhe dinâmicas económicas e de bem estar social baseadas numa visão global e integrada, criando redes de infra-estruturas e equipamentos e/ou serviços, estabelecendo rotas com critérios de selectividade e complementaridade, e privilegiando locais cujo efeito multiplicador seja significativo, a par de uma intervenção concertada e participada.

**Formação e Empregabilidade**, que visa promover a formação no contexto de intervenção definido para a medida Valorização do Tejo.

**O incremento da equidade territorial e o incentivo do desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região**, pretende assegurar:

- o acesso a determinados serviços e padrões de qualidade de vida e de ambiente, incluindo a vertente de protecção e valorização do potencial humano;
- o desenvolvimento do potencial humano no particular aspecto de melhoria do quadro de vida da mulher, nomeadamente ao nível do reforço da sua participação na vida económica, através do incremento dos elementos que permitam uma melhor conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, e da promoção do acesso da mulher ao mercado de trabalho e melhoria da sua situação profissional;

- o contributo para a organização da Região e a construção de uma sociedade favorável à inovação e à iniciativa, à competitividade e à solidariedade, e criando uma envolvente que facilite as transformações necessárias no tecido empresarial e criando condições e adequando instrumentos de intervenção para aproveitar oportunidades do mercado para o desenvolvimento da economia empresarial.

Esta prioridade, associada a processos de concertação estratégica entre finalidades sectoriais e territoriais, integra três campos de actuação.

**Redes de Infra-estruturas e Equipamentos**, pretendendo-se a modernização e adequação das infra-estruturas de suporte à vida urbana e a disponibilização de equipamentos descentralizados, e acompanhar o crescimento e a localização de novos núcleos urbanos, a par de um claro contributo para o reforço da estruturação da Região, integrando os domínios:

- **ambiente**, com a conservação e valorização do património natural, a valorização e protecção dos recursos naturais, a informação e gestão ambientais, a melhoria do ambiente urbano e a recuperação do passivo ambiental;
- **acessibilidades e transportes**, com o descongestionamento das áreas urbanas, o desenvolvimento de modos e meios de transporte menos poluentes, a melhoria das acessibilidades regionais, e a melhoria da articulação entre diferentes redes de transporte;
- **saúde**, com a implementação dos sistemas locais de saúde, enquanto forma melhorada de garantir uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde e com o acautelamento do tratamento das águas residuais dos hospitais e outras unidades dos serviços de saúde;
- **educação**, com a diversificação das ofertas de formação inicial qualificante de jovens e o apoio a infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e a consolidação e expansão do ensino profissional qualificado;
- **desporto**, com a estruturação de redes de equipamentos desportivos, a inserção da componente desportiva em programas de requalificação urbana, a promoção do desenvolvimento do desporto ao nível da alta competição, a promoção, o desenvolvimento e a generalização do acesso à prática desportiva, e a protecção e melhoria da qualidade ambiental e a sustentabilidade ambiental da Região no quadro do desenvolvimento das diversas actividades.

**Qualificação dos Recursos Humanos e Promoção do Emprego**, com a particular preocupação pelo reforço da qualificação e capacitação tecnológica da população e

pela prevenção dos fenómenos de desemprego e dos problemas de emprego, integrando a actuação nos domínios:

- **ciência, tecnologia e inovação**, com o desenvolvimento de acções relativas à cultura científica e tecnológica;
- **sociedade de informação**, com o desenvolvimento de cidades e regiões digitais, incluindo a criação de competências necessárias à sua concretização e a modernização da administração pública neste contexto;
- **formação, emprego e coesão social**, com a actuação preventiva dos fenómenos de desemprego, promovendo a empregabilidade dos activos desempregados, com a actuação precoce de resposta aos problemas de emprego minimizando o risco de desemprego de longa duração, com a actuação facilitadora da inserção social dos sectores expostos ao desemprego de longa duração estimulando a (re)inserção no mercado de trabalho, e com o contributo para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local face às realidades locais e às especificidades dos actores locais e dos públicos a contemplar.

**Reforço das Actividades Económicas**, no sentido de viabilizar uma envolvente que facilite as transformações necessárias no tecido empresarial, integrando a actuação nos domínios:

- **sustentabilidade económica**, com a dinamização e afirmação da base económica regional, particularmente associada à promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento e à melhoria da envolvente empresarial;
- **pescas**, com a melhoria das infra-estruturas dos portos de pesca que integram a rede básica e das condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios;
- **agricultura e desenvolvimento rural**, com incentivo a uma sólida aliança entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social, através do apoio à pequena agricultura, do desenvolvimento de produtos de qualidade, do incremento da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas, do desenvolvimento de serviços à agricultura, do incremento da gestão de recursos hídricos e do emparcelamento, do apoio no domínio dos caminhos e da electrificação agro-rurais, da valorização do ambiente e do património rural, e da dinamização do desenvolvimento agrícola e rural.

## 1.2. PARCERIA

A articulação e coerência entre os instrumentos de planeamento que constituíram o suporte estratégico do Plano de Desenvolvimento Regional e, consequentemente, do Programa Operacional desta Região, foi assegurada pela estrutura organizativa subjacente ao Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, na CCRLVT.

Neste contexto e com a finalidade da elaboração do Plano Estratégico Regional, desenvolveu-se um processo de reflexão sobre a Região que envolveu a participação dos vários actores e agentes económicos, sociais e culturais, designadamente das Associações de Municípios, das Associações Empresariais, da Junta Metropolitana e de múltiplas associações sectoriais e organizações públicas e privadas de diversa natureza e âmbito geográfico, e a colaboração pluridisciplinar de especialistas.

O Programa apresentado é, assim, o resultado deste processo de relacionamento e cooperação entre actores económicos e sociais e agentes da administração, incorporando e expressando uma parte muito significativa das informações/propostas reunidas e debatidas numa dinâmica alargada e interactiva de parceria.

Pretendeu-se pois que os objectivos e os eixos estratégicos e operacionais gizados se vinculassem ao território e aos agentes a que se dirigem e que se pretende envolver, proporcionando níveis de consenso, adesão e expectativa mobilizadores.

A importância de prosseguir e reforçar os mecanismos de participação da fase de elaboração do Programa exige o aprofundamento das modalidades e estruturas de concertação na fase da gestão, assumindo-se o partenariado e a contratualização como instrumentos de acompanhamento e gestão adequados à sua eficaz execução.

Neste sentido, a Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional integrará, os representantes dos parceiros mais significativos da Região, tal como prevê o Despacho nº 13 921/2000, de 29 de Junho, da Senhora Ministra do Planeamento.

Assim, a Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo é presidida pelo respectivo gestor e integra ainda as seguintes entidades:

- a) Os membros das unidades de gestão do Programa Operacional, designados nos termos do Despacho nº 12 993/2000, de 31 de Maio;
- b) Um representante de cada entidade responsável pela gestão nacional dos fundos comunitários envolvidos no Programa Operacional;



- c) Um representante da tutela para a Igualdade;
- d) Um representante do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;
- e) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- f) O Director-Geral do Desenvolvimento Regional;
- g) O Presidente do Conselho da Região;
- h) Dois representantes dos Sindicatos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-INT);
- i) Dois representantes dos Sindicatos da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- j) Três representantes dos interesses empresariais na Região;
- k) Dois representantes das associações de agricultores, nomeados pelo Conselho Regional Agrário da Região;
- l) Dois representantes do sector cooperativo;
- m) Um representante de organizações não governamentais do ambiente;
- n) Um representante das Regiões de Turismo da NUT II correspondente ao Programa Operacional, a nomear pela Associação Nacional das Regiões de Turismo;
- o) Um representante das associações de desenvolvimento local;
- p) Um representante das agências de desenvolvimento regional;
- q) Outros representantes, num máximo de dez, dos interesses científicos, educativos, económicos, culturais, desportivos e de solidariedade social, na Região;
- r) Um representante da Inspeção-Geral de Finanças, na qualidade de observador;
- s) Um representante do Departamento de Prospectiva e Planeamento, na qualidade de observador;
- t) Um representante da Comissão Europeia e um representante do Banco Europeu de Investimento, nos termos do Regulamento (CE) nº 1260/1999, de 21 de Junho.

O gestor do Programa Operacional poderá ainda convidar, para participar nos trabalhos da Comissão de Acompanhamento, personalidades de reconhecido mérito, vocacionadas para apoiarem tecnicamente a Comissão de Acompanhamento no exercício das suas competências.

### **1.2.1. CONTRATUALIZAÇÃO**

Mediante a celebração de contratos programa, homologados pelo membro do governo competente, a autoridade de gestão poderá associar à gestão técnica, administrativa e financeira da intervenção operacional respectiva entidades públicas ou privadas, por período determinado.

A celebração dos contratos programa com Associações de Municípios, Junta Metropolitana e outros agentes de desenvolvimento local e regional, no âmbito dos programas operacionais regionais do continente, depende do estabelecimento de programas estratégicos e operacionais específicos, homologados pelo Ministro do Planeamento, que contribuam para a prossecução dos objectivos estabelecidos para a região.

### 1.3. APOIO ESTRUTURAL COMUNITÁRIO

A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem beneficiado de apoios significativos dos fundos estruturais desde a adesão de Portugal à União Europeia, os quais têm apoiado a modernização das suas estruturas económicas, sociais e institucionais e contribuído para uma aceleração do crescimento no quadro de um desenvolvimento sustentável.

Estes apoios contribuíram para a redução das disparidades intra-regionais e aumentaram a coesão entre as várias sub-regiões que compõem a Região Lisboa e Vale do Tejo, tendo dado um contributo para que a Região ultrapassasse claramente o tecto de 75% da média comunitária, medido em termos do PIB per capita, que lhe permitia ser enquadrada no objectivo nº1 dos Fundos Estruturais e beneficiar de apoios substanciais da União Europeia para o seu desenvolvimento.

A inclusão da Região de Lisboa e Vale do Tejo no regime de phasing-out, com valores de apoio estrutural que obedecem a um perfil temporal degressivo e que concentra nos três primeiros anos mais de 65% do total de fundos, baixa a quota parte da Região para cerca de 15% do montante total afecto a Portugal no período 2000-06 e constitui um importante desafio à capacidade de auto-sustentação da Região.

A lista das regiões e zonas abrangidas pelo apoio transitório a título do objectivo nº1 dos Fundos Estruturais para o período de 1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006, consta da Decisão da Comissão C(1999) 1770, de 1 de Julho de 1999, sendo a informação que se refere a Portugal a seguinte:

Estado-Membro	Apoio transitório de 1 de Janeiro de 2000 até	
	31 de Dezembro de 2005 (1)	31 de Dezembro de 2006
Portugal	Lisboa e Vale do Tejo excepto Médio Tejo e Lezíria do Tejo	Médio Tejo e Lezíria do Tejo

(1) As zonas referidas *infra* continuam a receber, em 2006, o apoio do FSE, IFOP e do FEOGA, acção Orientação dentro da mesma Intervenção

Assim sendo, a preocupação de concentração espacial dos apoios do Programa nas sub-regiões menos desenvolvidas foi acautelada na preparação do Programa Operacional da Região.

Não obstante, há ainda um significativo caminho a percorrer para que a Região possa pelo menos atingir níveis de riqueza e bem estar correspondentes à média da União Europeia pelo que os próximos anos assumem um papel fulcral, aparecendo como uma etapa decisiva para o reforço da coesão económica e social.

## **2. ESTRUTURA DO P.O. POR EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS**

---

## 2.1 ESTRUTURA DO PROGRAMA OPERACIONAL POR EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, é um programa operacional previsto no âmbito do Eixo 4, do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006): Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional e reflecte inovações muito significativas relativamente, quer ao modelo institucional adoptado nos dois QCA anteriores, quer ao volume de meios financeiros que lhes estão afectos.

Esta concepção traduz uma clara orientação política e organizativa, cujo objectivo é o de garantir, pela aplicação do princípio de subsidiaridade e tendo em vista a complexidade crescente das formas institucionais de administração territorial do Estado, ganhos de eficiência resultantes de uma maior aproximação entre diferentes níveis de decisão política e administrativa e a sociedade civil, duma coordenação entre os diversos serviços e departamentos da administração pública e de uma forte articulação das intervenções da administração central com os municípios, por um lado, e com as organizações representativas dos agentes económicos e sociais por outro.

As alterações referidas são evidenciadas, em primeiro lugar, pela nova sistematização do Programa Operacional Regional, o qual, para além da componente relativa ao apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal, passa a integrar dois outros tipos de medidas e acções, correspondentes a dois eixos prioritários distintos: acções integradas de base territorial e intervenções da administração central regionalmente desconcentradas. Em segundo lugar, tais modificações implicam um aumento importante dos recursos financeiros comunitários e nacionais que são distribuídos através do PORLVT, não obstante a situação particular que Lisboa e Vale do Tejo atravessará no período 2000-2006 correspondente ao phasing-out.

O Programa Operacional Regional abrange toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS II), envolvendo participações comunitárias do FEDER, FEOGA e FSE.

O Programa Operacional organiza-se em três Eixos Prioritários:

**Eixo Prioritário 1** - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal

**Eixo Prioritário 2** - Acções Integradas de Base Territorial

**Eixo Prioritário 3** - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

## 2.1. APRESENTAÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS

### Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal

#### DESCRIÇÃO/OBJECTIVOS

Assegurando a continuidade da acção estrutural comunitária junto dos Municípios e de outras entidades, o Eixo Prioritário 1 destina-se a acolher e financiar projectos de investimento de escala municipal e intermunicipal que concorram para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável dos territórios, tendo subjacente o princípio da equidade, para o reforço e dinamização dos agentes da região e para a qualificação dos recursos humanos.

O desenvolvimento das sociedades modernas exige uma resposta cada vez mais qualificada às exigências que se vão constituindo. Não obstante o esforço de investimentos realizados, nos últimos anos, na construção de infra-estruturas e de equipamentos, ainda há carências que se torna necessário satisfazer.

Importa, assim, continuar a promover a qualificação do território, melhorando:

- ❖ as condições de mobilidade e acessibilidade, as quais se revelam no nível qualitativo e quantitativo das infra-estruturas, mas também, no sistema de transportes e comunicações que se conseguem atingir;
- ❖ as condições ambientais do território, elevando os indicadores de sustentabilidade e de qualidade de vida para as populações;
- ❖ os equipamentos, os quais numa óptica de organização do território contribuirão para melhorar as condições de fixação e de bem-estar das populações;
- ❖ a valorização do património construído e as acções de qualificação urbana potenciando as capacidades do património cultural e ambiental.

A situação actual do território torna ainda necessária a realização de acções e projectos que reforcem a coesão económica/social e territorial da Região.

Por outro lado, para que as regiões se possam afirmar como competitivas dentro do quadro nacional e internacional há que dispor de um conjunto de infra-estruturas que permitam um processo de viragem ao exterior, bem como, de um conjunto de agentes modernos e actuantes que o protagonizem.

Torna-se pois, necessário, encetar um ciclo onde se apoie de forma eficaz, a montagem de sistemas de gestão eficazes, promovendo acções e iniciativas de natureza organizacional e imaterial.

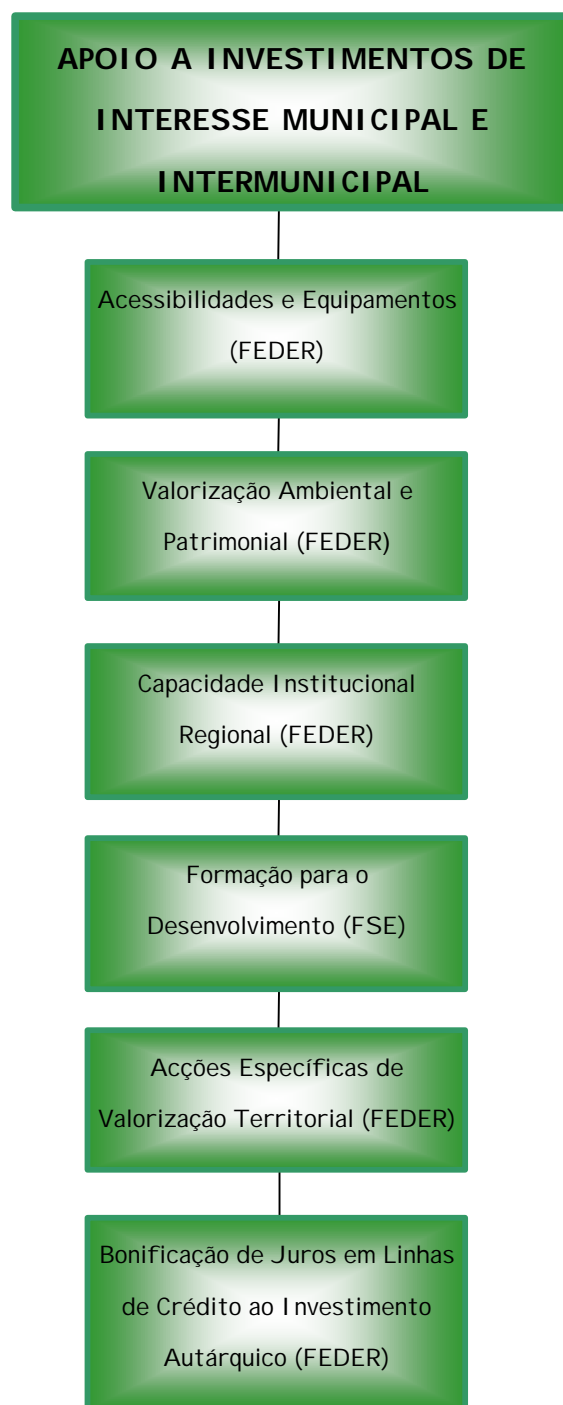
Este Eixo prioritário tem como objectivo global reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento local.

São ainda objectivos:

- ❖ constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supramunicipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas;
- ❖ recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial;
- ❖ contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais;
- ❖ qualificar o potencial humano;
- ❖ valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.



## ESTRUTURA DO EIXO PRIORITÁRIO POR MEDIDA



## **Eixo Prioritário 2 – Acções Integradas de Base Territorial**

### **DESCRIÇÃO/OBJECTIVOS**

As Acções Integradas visam superar quer dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas, quer aproveitar potencialidades insuficientemente exploradas, que corporizando uma concentração e intensificação de investimentos e de capacidades organizativas, são territorial e/ou tematicamente selectivas, pertinentes e estratégica, e operacionalmente selectivas.

Uma primeira actuação prioritária verifica-se a nível da qualificação das cidades e da requalificação metropolitana, mediante o reforço da qualificação e competitividade das cidades. A dinâmica territorial recente da Região de Lisboa e Vale do Tejo confere aos centros urbanos de média dimensão um protagonismo crescente, quer através de processos de concentração intra-concelhia, quer pela formação de eixos urbanos ou de sistemas urbanos locais. A concertação de estratégias e a valorização de complementaridades e sinergias poderão proporcionar a estes aglomerados vantagens relativamente aos espaços metropolitanos, aumentando assim o seu protagonismo territorial e diminuindo as assimetrias internas de desenvolvimento.

Assim, trata-se de organizar e estruturar o espaço regional no sentido de contribuir para o reforço de uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável, qualificando e conferindo maior competitividade às cidades.

Ainda no contexto desta actuação, desenvolver-se-ão acções ao nível da requalificação metropolitana. De facto, a Área Metropolitana de Lisboa caracteriza-se pela concentração de população, actividades, equipamentos, infraestruturas, serviços de comunicação e de internacionalização, o que implicou uma forte polarização exercida por Lisboa. Este crescimento extensivo da cidade tem implicado a intensificação dos movimentos pendulares de fluxos diários baseados na relação casa/trabalho, tendo consequências no ordenamento desses territórios. Este aumento de população residente nas periferias e a concentração de emprego em Lisboa foi acompanhado pelo agravamento das deficiências das estruturas urbanas metropolitanas. Torna-se assim importante contribuir e apoiar o desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais, criando oportunidades para o desenvolvimento de novas relações intra-regionais e de novas centralidades.

Por outro lado, o crescimento das sociedades contemporâneas e das cidades tem sido acompanhado pelo aparecimento de disfunções sócio-urbanísticas, que se manifestam quer nas áreas urbanas quer em áreas urbanas periféricas, pelo que importa actuar ao nível da requalificação sócio-urbanística dessas áreas,

combatendo a sua degradação e invertendo esta tendência, apostando na requalificação urbanística do espaço público e dos serviços prestados.

Outra actuação estratégica a este nível baseia-se na valorização do Tejo. De facto, o Tejo é o maior rio da Península Ibérica e constitui um dos eixos estruturantes do território nacional, contribuindo para a formação de uma identidade própria, sendo também um factor importante de sustentação da economia local e regional. Actualmente, a sua importância como via de comunicação e como instrumento de apoio à agricultura diminuiu, tornando-se por isso necessário desenvolver novas potencialidades, assentes na sua enorme riqueza natural e paisagística, patrimonial, histórica e cultural, criando condições para a revitalização da economia baseada na vertente turística e de lazer.

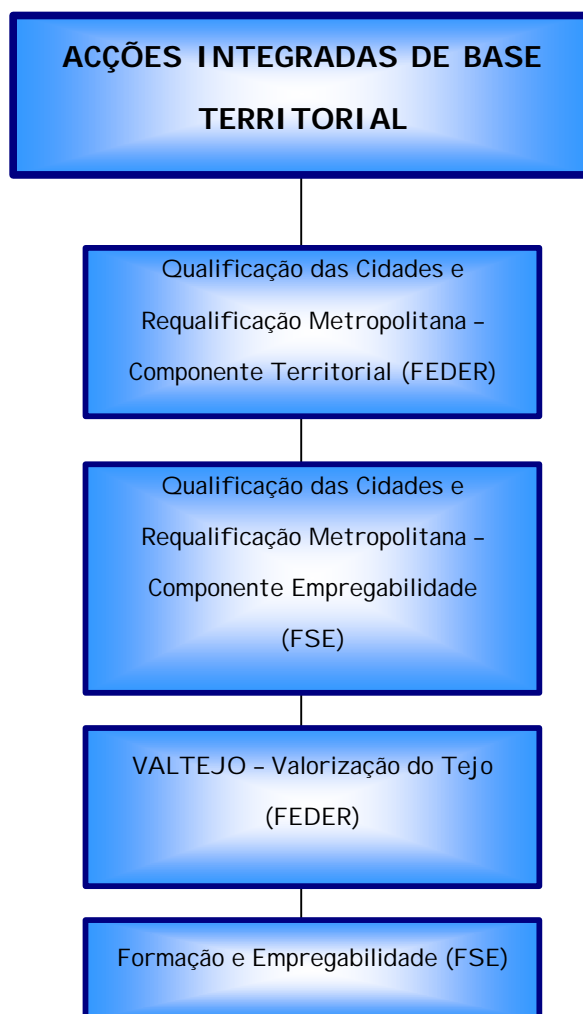
Finalmente, a Formação e Empregabilidade constitui também uma importante actuação complementar, com vista a melhorar a qualificação dos recursos humanos e a empregabilidade do Vale Tejo, de modo a preservar as actividades económicas tradicionais e a valorizar os valores culturais, históricos e patrimoniais da região.

Este Eixo Prioritário tem como objectivo global incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais.

São objectivos específicos:

- ❖ reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável;
- ❖ requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano;
- ❖ promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa;
- ❖ valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;
- ❖ promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.

## ESTRUTURA DO EIXO PRIORITÁRIO POR MEDIDA



## **Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas**

### **DESCRIÇÃO/OBJECTIVOS**

O Eixo Prioritário relativo às intervenções da administração central regionalmente desconcentradas prossegue objectivos que correspondem às prioridades estratégicas gerais do QCA III, ainda que programadas e concretizadas de forma regionalmente diferenciada, através da transferência, para os programas regionais, dum conjunto de investimentos e acções de desenvolvimento até agora enquadrados em intervenções sectoriais. Pretende-se, desta forma, um maior nível de integração das políticas e dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento e, em particular, uma melhor articulação das intervenções dos diferentes níveis institucionais da administração pública e entre estes e o sector privado. Visa-se, por outro lado, aumentar a eficácia das políticas públicas e, simultaneamente, modernizar a administração e corresponder aos desafios institucionais decorrentes do desenvolvimento do país nos últimos anos.

Pretende-se assim assegurar a concertação estratégica entre finalidades sectoriais e territoriais que se concretizam pela transferência para os Programas Operacionais Regionais de uma parte significativa dos investimentos e acções de desenvolvimento até agora enquadrados em Programas Operacionais Sectoriais Nacionais e respeita aos investimentos e acções de desenvolvimento que possuem escala e induzem impactos regionais e /ou sub-regionais.

Trata-se, pois, de um conjunto de investimentos e equipamentos programados e concretizados pelos diferentes Ministérios na Região de Lisboa e Vale do Tejo, constituindo-se como prioritários os seguintes domínios: Formação Profissional, Emprego e Coesão Social; Educação; Economia; Inovação e Desenvolvimento Tecnológico; Sociedade de Informação; Desporto; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Transportes e Comunicações ; Ambiente e Saúde.

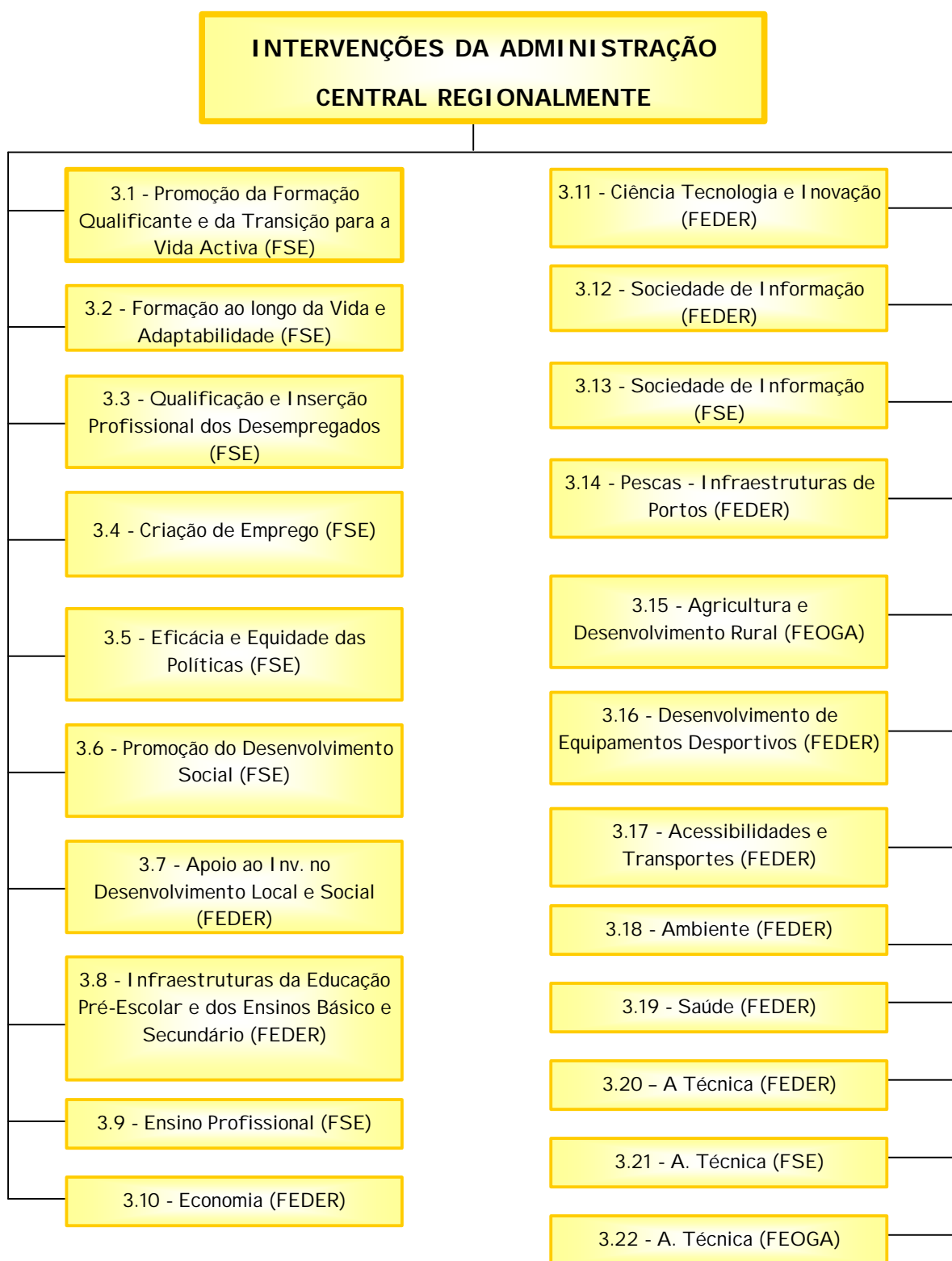
Este Eixo prioritário tem como objectivo global promover a equidade territorial e favorecer o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região.

São igualmente objectivos:

- ❖ promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social;
- ❖ melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar;

- ❖ consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário;
- ❖ actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial;
- ❖ promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região;
- ❖ promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação;
- ❖ apoiar e melhorar as infraestruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios;
- ❖ incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva;
- ❖ melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas;
- ❖ promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;
- ❖ contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.

## ESTRUTURA DO EIXO PRIORITÁRIO 3



## **EIXO PRIORITÁRIO 1 – APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL**

### **MEDIDA 1.1- ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Melhorar a mobilidade e as acessibilidades internas e externas da região, garantindo um melhor acesso da população - residente e não residente - aos equipamentos e infraestruturas de transporte existentes, e a melhoria das condições de mobilidade nos centros urbanos. Visa assim intervir nos sistemas de transportes municipais, qualificando-os e melhorando a sua articulação com a rede regional e nacional, atendendo à estruturação urbana da região, potenciando pólos/eixos de desenvolvimento regional e sub-regional;
- ❖ Dotar e valorizar a rede urbana local de equipamentos com funções de apoio directo à população, no âmbito do ensino básico, da cultura, do lazer e desporto, e de outros equipamentos de utilização colectiva, contribuindo assim para a fixação das populações no território, por forma a satisfazer as suas necessidades e a assegurar um nível elevado de serviços que tornem a região atractiva como espaço de vida e de trabalho e como espaço de lazer.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Infraestruturas de apoio e gestão ao sistema e à rede de transportes;
- ◆ Construção de variantes aos centros urbanos, circulares e outras ligações aos eixos principais;
- ◆ Construção, beneficiação ou remodelação de estradas, caminhos municipais e rede viária urbana;
- ◆ Construção de centros coordenadores de transportes e centros multimodais;
- ◆ Construção e modernização de interfaces de passageiros e de transferência e armazenamento de mercadorias - destaque para a implementação de uma rede de plataformas logísticas inseridas em corredores de transporte, fluidos e funcionalmente hierarquizados, que proporcionem uma melhoria global dos



serviços de transporte e de movimentação de cargas, assegurando a integração eficaz dos vários modos de transporte;

- ◆ Infraestruturas de espaços destinados à produção, apoio empresarial, parques de exposições, centros de negócios e de serviços;
- ◆ Infraestruturação de espaços devidamente licenciados, através de processo específico, como Áreas de Localização Empresarial, direccionados para a criação de sinergias e prestação de serviços comuns às actividades económicas nelas instaladas ou a instalar, e geridos por sociedades gestoras;
- ◆ Incremento da mobilidade quotidiana, através da elaboração de planos de transporte em zonas rurais pouco povoadas;
- ◆ Projectos de apoio a acções complementares no domínio da segurança rodoviária, da sinalização e da redução do impacto acústico e ambiental;
- ◆ Construção/recuperação de escolas profissionais, de equipamentos escolares, desportivos, sociais, culturais, de lazer e de apoio à 3ª idade, jovens e infância;
- ◆ Outros equipamentos de utilização colectiva;
- ◆ Parques de estacionamento.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

As entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios e suas Associações, devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- cumprir a regulamentação específica para o sector a que dizem respeito, nomeadamente através da apresentação dos pareceres e licenças necessárias, os quais serão obrigatoriamente apresentados por escrito;
- cumprir os requisitos específicos do procedimento de licenciamento de Área de Localização Empresarial;
- apresentar um limiar mínimo de investimento de 80 000 contos, excepto nos casos de apresentação conjunta de projectos integrados ou de infraestruturas complementares de outras já executadas ou em fase de execução;
- dispôr de projecto técnico de engenharia / arquitectura aprovado nos termos legais;
- apresentar estudo de viabilidade económica e financeira (quando aplicável);
- respeitar as orientações em matéria de ordenamento do território, nomeadamente as estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial;
- cumprir as disposições legais nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de concorrência, de licenciamentos, de mercados públicos, de concursos, de igualdade de oportunidades e de ambiente, nomeadamente no que respeita à aplicação do princípio do Poluidor Pagador;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico e financeiro num prazo máximo de quatro meses após a data da homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação, demonstrada através da notificação do projecto de decisão final no âmbito de audiência prévia;
- não constituir candidatura financiada por outro programa do QCA III.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a Região;
- contribuição, de forma significativa, para a concretização das metas estabelecidas ao nível dos indicadores de resultado e de realização física;
- consonância com as prioridades definidas para o respectivo sector;
- grau de sustentabilidade económica do projecto;
- inserção num quadro de parceria ou num sistema de contratualização;
- número de municípios envolvidos ou abrangidos pelo impacto do projecto;
- custo do investimento por utente;
- melhoria da acessibilidade a centros urbanos de nível regional ou sub-regional;
- importância da articulação com a rede nacional;
- aumento da conectividade da rede rodoviária regional;
- melhoria das condições de circulação e de mobilidade, considerando pessoas e veículos incluindo as associadas à intermodalidade;
- nível de resposta a fluxos de tráfego existentes;
- efeitos de redução dos impactos a nível acústico e ambiental;
- efeitos de redução do tempo de percurso;
- efeitos na estruturação da rede rodoviária regional sub-regional e urbana;
- efeitos na estruturação de tráfegos atendendo à sua tipologia;
- carência de infraestruturas e equipamentos do mesmo tipo na área abrangida;
- área de influência regional ou sub-regional;
- contributo para a sustentabilidade da dinâmica sócio-cultural da área abrangida;
- assegurar a igualdade de acesso e tratamento na execução e utilização dos equipamentos;
- contributo para a promoção da melhoria do quadro de vida da mulher, na óptica do reforço da sua participação na vida económica, nomeadamente através da criação de equipamentos que incrementem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional;
- reabilitação das zonas industriais já existentes ou sua extensão, salvo o caso das realocações;
- contributo para a sustentabilidade económica da área abrangida;
- intervenções correspondentes à correcção ou à adequação em função de orientações decorrentes de instrumentos de gestão territorial.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Concessionárias Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Sociedades Gestoras de Áreas de Localização Empresarial, ou quando não forem de capitais maioritariamente públicos, entidades públicas ao abrigo de um protocolo estabelecido com a sociedade gestora ou entidades públicas parceiras na sociedade gestora e por esta mandatada;
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Outras Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

#### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

##### **6.1 Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

##### **6.2 Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de km de estradas municipais construídos, apoiados	(1)	1994-99	188	250
• N° de km de estradas municipais beneficiados, apoiados	(1)	1994-99	797	750
• N° de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados	(1)	1994-99	310	500
• N° de centros de transporte construídos, apoiados	(1)	1994-99	2	4
• N° de km de acessos viários directos e variantes às áreas urbanas, apoiados	(1)	1994-99	88	30
• N° de equipamentos culturais construídos, apoiados	(1)	1994-99	16	20
• N° de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	(1)	1994-99	6	10
• N° de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	(1)	1994-99	48	30
• N° de ha infraestruturados de áreas industriais, apoiados	(1)	1994-99	187	250

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de outros equipamentos de utilização colectiva construídos, por tipologia</li> <li>• N° de projectos de incremento da mobilidade quotidiana</li> <li>• N° de projectos de apoio a acções complementares no domínio da redução do impacto acústico e ambiental</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de participação** (custo total) - 65%

**Taxa média de participação** (despesa pública) - 65%

**Peso financeiro da Medida** - 10,9% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 1 - APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL**

### **MEDIDA 1.2 - VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Melhorar os níveis e a qualidade de atendimento em infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, tendo em conta as exigências da legislação existente sobre a matéria a nível nacional e comunitário;
- ❖ Preservar, recuperar e valorizar o património paisagístico, ambiental e patrimonial construído, através da requalificação da paisagem urbana e da valorização do património construído existente, envolvendo a recuperação de conjuntos e elementos com reconhecido valor arquitectónico e histórico, bem como tratamento de espaços exteriores e zonas envolventes;
- ❖ Promover a sustentabilidade, no sentido da compatibilização dos objectivos de desenvolvimento com a necessidade da preservação do ambiente, nomeadamente o ambiente urbano.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Sistemas de abastecimento de água;
- ◆ Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
- ◆ Sistemas de recolha, reciclagem, tratamento e eliminação de resíduos sólidos urbanos;
- ◆ Aproveitamento de energias renováveis e desenvolvimento de energias alternativas;
- ◆ Projectos de melhoramento da imagem e ambiente urbanos;
- ◆ Recuperação e preservação do património cultural;
- ◆ Planos de salvaguarda de zonas históricas;

- ◆ Recuperação e valorização de edifícios com reconhecido valor arquitectónico e histórico, ainda que destinados à instalação de serviços públicos;
- ◆ Apoio à recuperação de fachadas de edifícios privados objecto de classificação especial ou quando integrados em planos de salvaguarda.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

As entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios e suas Associações, devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- cumprir a regulamentação específica para o sector a que dizem respeito, nomeadamente através da apresentação dos pareceres e licenças necessárias, os quais serão obrigatoriamente apresentados por escrito;
- apresentar um limiar mínimo de investimento de 80 000 contos, excepto nos casos de apresentação conjunta de projectos integrados ou de infraestruturas complementares de outras já executadas ou em fase de execução;



- dispôr de projecto técnico de engenharia / arquitectura aprovado nos termos legais;
- respeitar as orientações em matéria de ordenamento do território, nomeadamente as estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial;
- cumprir as disposições legais nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de concorrência, de licenciamentos, de mercados públicos, de concursos, de igualdade de oportunidades e de ambiente, nomeadamente no que respeita à aplicação do princípio do Poluidor Pagador;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico e financeiro num prazo máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação, demonstrada através da notificação do projecto de decisão final no âmbito da audiência prévia;
- não constituir candidatura financiada ou apresentada a outro programa do QCA III.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a Região;
- contribuição, de forma significativa, para a concretização das metas estabelecidas ao nível dos indicadores de resultado e de realização física;
- consonância com as prioridades definidas para o respectivo sector;
- sustentabilidade do projecto;
- inserção num quadro de parceria ou num sistema de contratualização;
- constituição de sistemas integrados que complementem, no sentido da integração, sistemas já existentes;
- consideração dos princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável decorrentes da legislação comunitária em matéria de ambiente;
- localização em zonas de protecção especial ou ambientalmente sensíveis;
- projectos com efeitos directos na protecção de recursos naturais;

- mais valia ambiental dos projectos de águas residuais, respeitando o princípio do desenvolvimento sustentável;
- valorização de sistemas que envolvam reciclagem e reutilização nomeadamente no caso de resíduos sólidos urbanos;
- sustentabilidade económico-financeira e organizativa dos sistemas;
- maior aumento dos níveis de atendimento e qualidade de serviço;
- custo do investimento por habitante;
- requalificação de sistemas existentes;
- projectos complementares dos investimentos financiados pelo Fundo de Coesão, necessários para assegurar plena eficácia de cada sistema, para as vertentes de saneamento básico relativas ao abastecimento de água e à drenagem e tratamento de águas residuais, e numa lógica de sistemas integrados do Ciclo da Água;
- para as três vertentes de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos) deverão ser respeitadas as indicações estabelecidas no quadro de referência do Fundo de Coesão;
- área abrangida pelo projecto;
- recuperação de espaços ou edifícios cujo valor e importância patrimonial seja inequivocamente demonstrada e/ou de mérito excepcional;
- importância regional ou sub-regional dos centros ou áreas abrangidas pelo projecto.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Concessionárias Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Outras Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos

## 5. ORGANISMO RESPONSÁVEL

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de acções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	17	10
• N° de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	(1)	1994-99	21	30
• N° de planos de salvaguarda de zonas históricas, apoiados	(1)	1994-99	3	5

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de abastecimento de água</li> <li>• N° de projectos de drenagem e tratamento de águas residuais</li> <li>• N° de projectos de recolha e tratamento de resíduos sólidos</li> <li>• N° de projectos de aproveitamento de energias renováveis e desenvolvimento de energias alternativas</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 65%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 65%

**Peso financeiro da Medida** - 5,6% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 1 - APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL**

### **MEDIDA 1.3 – CAPACIDADE INSTITUCIONAL REGIONAL (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Contribuir para melhorar a visibilidade e a notoriedade externas da Região, reforçando a sua competitividade dentro do quadro nacional e internacional, através da criação e apoio a estruturas de oferta de serviços, de acções de divulgação da Região, da promoção internacional, da sensibilização e envolvimento dos agentes económicos, sociais e institucionais para as dinâmicas da Região;
- ❖ Estimular as dinâmicas de cooperação inter-institucional e inter-regional.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Projectos de apoio e divulgação de actividades e festividades tradicionais e a outros eventos culturais relevantes para a imagem das cidades e territórios;
- ◆ Organização e promoção de encontros, seminários, mostras e exposições, congressos, feiras;
- ◆ Projectos de promoção e cooperação internacional;
- ◆ Criação e implementação de sistemas de informação regional e exploração das tecnologias SI G;
- ◆ Estudos que permitam um melhor conhecimento e o equacionamento da gestão estratégica da Região.

#### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

##### **Condições gerais de acesso**

As entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios e suas Associações, devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- apresentar um limiar mínimo de investimento de 2 000 contos;
- cumprir das disposições legais nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de concorrência, de licenciamentos, de mercados públicos, de concursos, de ambiente e de igualdade de oportunidades;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico e financeiro num prazo máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação, demonstrada através de notificação do projecto de decisão final no âmbito de audiência prévia;
- não constituir candidatura financiada por outro programa do QCA I I I .

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a região;

- contribuição, de forma significativa, para a concretização das metas estabelecidas ao nível dos indicadores de resultado e de realização física;
- consonância com as prioridades definidas para o respectivo sector;
- inserção num quadro de parceria ou num sistema de contratualização;
- grau de adequação dos projectos às realidades locais e às necessidades registadas;
- área geográfica abrangida pelo impacto do projecto;
- potenciação de factores no quadro de uma sociedade do conhecimento;
- grau de concretização dos efeitos gerados, designadamente na adopção de procedimentos.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Concessionárias Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações Empresariais
- Associações de Desenvolvimento Local
- Outras Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas	(1)	1994-99	50	105
• N° de congressos, seminários, workshops, apoiados	(1)	1994-99	17	56
• N° de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	(1)	1994-99	10	10

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
• N° de estudos realizados, por domínio

2. Estrutura do Programa Operacional por Eixos Prioritários e Medidas



## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação (custo total) - 65%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública) - 65%**

**Peso financeiro da Medida - 0,4% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 1 - APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL**

### **MEDIDA 1.4 - FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

A intervenção do Fundo Social Europeu no âmbito do Eixo I dos Programas Operacionais Regionais do Continente visa apoiar as acções de formação profissional de funcionários e agentes da administração local, designadamente Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações de Municípios e de Freguesias, Serviços Municipalizados, Empresas Municipais e Intermunicipais e Empresas Concessionárias de Serviços Municipais. Estas acções de formação profissional respeitam:

- ✦ à melhoria da qualidade da gestão pública local em sentido restrito;
- ✦ às actividades de planeamento, programação, execução e controlo de investimentos intermunicipais e municipais que sejam apresentados a financiamento pelo Programa Operacional;
- ✦ à utilização das infra-estruturas e dos equipamentos de âmbito intermunicipal e municipal que se insiram nas competências próprias dos órgãos e serviços das autarquias locais e sejam exercidas directamente por estas, por associações de municípios e de freguesias ou por empresas municipais ou intermunicipais em condições não concorrenciais, com actividades similares de iniciativa e responsabilidade privada, designadamente nos domínios ambiental e da prestação de serviços locais de apoio aos cidadãos e aos agentes económicos.

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Qualificar profissionalmente funcionários e agentes da Administração Local para as exigências de modernização administrativa e reorganização dos serviços da administração local;
- ❖ Qualificar profissionalmente os que detêm vínculo precário à Administração Local e estagiários, numa perspectiva de gestão estratégica de recursos humanos;
- ❖ Desenvolver e melhorar as competências em matéria de gestão e acompanhamento dos equipamentos colectivos e infraestruturas de nível municipal e intermunicipal, nas fases de construção, programação, gestão,

exploração e manutenção, tendo em vista melhorar a eficiência do funcionamento dos equipamentos e infraestruturas apoiados pelos recursos materiais postos à disposição da Região;

- ❖ Formar e qualificar os recursos humanos da Administração Local em domínios chave ainda pouco desenvolvidos e imprescindíveis para a integração na nova sociedade de informação e na utilização das novas tecnologias, bem como em domínios ligados à promoção, dinamização e desenvolvimento de projectos em sectores como o turismo, o património, a animação e outros de interesse local.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

As acções de formação previstas nesta medida visam:

- ◆ Promover a formação inicial de funcionários e agentes, bem como estagiários na medida em que possuam o estatuto de agentes, no sentido de lhes serem transmitidos os conhecimentos e aptidões profissionais essenciais ao cumprimento das suas funções;
- ◆ Promover a formação contínua dos funcionários e agentes, no sentido de aprofundar, complementar ou actualizar os seus conhecimentos, contribuindo para a promoção na carreira e para a melhoria do seu desempenho e da qualidade dos serviços prestados pela Administração Local aos cidadãos e às empresas;
- ◆ Promover a formação específica de funcionários e agentes, na mesma carreira ou em carreira diversa, por forma a que os mesmos sejam dotados dos requisitos técnicos indispensáveis para o exercício de funções de maior complexidade e responsabilidade no âmbito das competências da Administração Local.

As acções de formação previstas poderão ter a seguinte tipologia:

- ◆ Acções que visem a modernização e melhoria da qualidade da Administração Pública Local;
- ◆ Acções que visem apoiar processos de informatização para a modernização administrativa, para a desburocratização, para a qualidade, para a melhoria do serviço e da informação prestadas aos cidadãos e às empresas;
- ◆ Acções que visem o reforço de competências técnicas para racionalização e optimização da utilização das infraestruturas e equipamentos de natureza municipal e intermunicipal, melhorando a qualidade do serviço prestado, ou que visem a atribuição de competências ao nível do planeamento, programação, execução e controlo de investimentos municipais e intermunicipais;

- ◆ Acções que visem o reforço das competências técnicas nos domínios do Planeamento, Ambiente, Ordenamento do Território, Gestão Urbanística e Transportes, no sentido de proporcionar maior qualidade de vida aos cidadãos, e ainda em novas áreas fundamentais que decorram do processo em curso de transferência de atribuições e competências para a Administração Pública Local;
- ◆ Acções que visem garantir a formação generalizada e a sensibilização para o uso intensivo dos meios informáticos, assegurando o nível de conhecimentos básico e necessário ao desempenho eficiente e eficaz de funções mediante a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação;
- ◆ Acções que visem o apoio ao desenvolvimento da formação.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

No entanto, e regra geral, as entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios, suas Associações, Administração Central e Serviços Desconcentrados, devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria de Fundo Social Europeu;
- a concretização das acções de formação apenas deverá ser levada a cabo por entidades acreditadas e por entidades com experiência e competência no desenvolvimento de acções de formação nos domínios propostos;
- o enquadramento das acções preferencialmente num plano de formação;
- limiar mínimo de 2 000 contos de investimento, de acordo com o número de formandos, duração da acção e respectivos custos calculados a preços médios de mercado (custo hora de formador, aluguer de instalações, etc.), excepto nos casos de:
  - apresentação de candidaturas complementares de outras já em execução
  - promovidas por entidades com competência formativa numa área restrita e específica
  - promovidas por entidades com reduzido pessoal e necessidade de formação própria ou por imposição legal;
- o contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, nomeadamente entre homens e mulheres;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico e financeiro num período máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- demonstrar o cumprimento das disposições legais nacionais e comunitárias em matéria de concursos;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação, demonstrada através da notificação do projecto de decisão final no âmbito de audiência prévia;
- não constituir candidatura financiada por outro programa do QCA III.

### **Prioridades na afectação das verbas**

- grau de adequação dos projectos às realidades locais e às necessidades registadas;
- projectos inseridos num quadro de parceria ou sistema de contratualização.

### **Condições de financiamento**

As condições de financiamento das acções apoiadas pelo FSE são idênticas às praticadas no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social - estabelecendo-se as articulações adequadas com a respectiva Autoridade de Gestão e, bem assim, o intercâmbio de informações sobre as candidaturas apresentadas aos dois Programas, designadamente no sentido de evitar sobreposições.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- Câmaras Municipais
- Juntas de Freguesia
- Empresas Municipais e Intermunicipais
- Empresas Concessionárias de Serviços Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Entidades formadoras acreditadas
- Associações de Municípios e de Freguesias
- Organismo central de formação para a Administração Local, nos termos do DL n.º 50/98, de 11/03 (art. 17º).
- Instituições de Ensino Superior, Politécnico e Estruturas de I&D
- Outras entidades acreditadas ou com experiência e competência no desenvolvimento de acções de formação nos domínios propostos

### **Destinatários Finais**

- Funcionários e agentes da Administração Local, designadamente de Municípios e Associações de Municípios, Freguesias e Associações de Freguesias, Empresas Municipais e Intermunicipais, Empresas Concessionárias de Serviços Municipais e, ainda, Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos, quando estas se substituam aos Municípios em funções da sua competência.

Na definição de agentes estão contemplados os colaboradores contratados a termo certo, cujo contrato estabeleça os mesmos direitos e deveres que os equipare a funcionários públicos e os estagiários, na medida em que possuam estatuto de funcionários ou agente.

## 5. ORGANISMO RESPONSÁVEL

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo  
Poderão estabelecer-se formas de contratualização para acções de formação enquadradas nos objectivos estabelecidos na Medida e para a Região.

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de acções de formação por ano, apoiadas	(1) (4)	1994-99		429
• N° médio de formandos por ano	(2) (4)	1994-99	7 126	6 437
Formandos H	(3)		2 185	
Formandos M	(3)		3 941	
▪ Taxa de cobertura (n° de formandos/n° de efectivos da administração local (%))	(5)	1999	24,8%	34,9%

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

2. Estrutura do Programa Operacional por Eixos Prioritários e Medidas

- (1) Atendendo à natureza das acções, o custo médio por pessoa de cada acção de formação foi estimado em 200 contos e o nº médio de formandos por acção foi estimado em 15 pessoas.
- (2) Para a situação de partida foi considerado o valor médio do PROFAP no QCA II, 1994 a 1999.
- (3) Com base na média verificada no PROFAP, para o total das regiões, nos anos de 1998 e 1999
- (4) O valor indicado para 2006 corresponde ao nº médio anual para o período 2000-06.
- (5) Situação de partida: nº de participações em acções de formação/nº de efectivos da administração local (Fonte: Balanço Social, 1999).

Quantificação 2006: considera que os efectivos da administração local frequentarão três acções no período 2000/06 e reporta-se ao nº de efectivos da administração local em 1999.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Montantes de despesa por ano</li> <li>• Nº de formandos por ano e por tipologia de acção de formação</li> <li>• Nº de formandos, por sexo, por escalão etário, por nível de qualificação e por situação na profissão, por tipologia de acção de formação</li> <li>• Nº de projectos e empresas beneficiárias por ano</li> <li>• Nº de acções de formação, por domínio e tipologia</li> <li>• Nº de horas de formação, por tipologia</li> </ul>

No contexto da avaliação intercalar do Programa Operacional, serão ainda, na medida do possível, quantificados e incluídos na análise indicadores relativos ao grau de satisfação dos formandos e dos utilizadores dos serviços.

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 65%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 65%

**Peso financeiro da Medida** - 1,8% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa



## **EIXO PRIORITÁRIO 1 - APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL**

### **MEDIDA 1.5 - ACÇÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, e fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e regionais;
- ❖ Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional;
- ❖ Implementar acções de revitalização económica e social de espaços degradados em áreas circunscritas, designadamente em zonas urbanas e no âmbito de processos de recuperação ambiental;
- ❖ Criar ou melhorar as condições, designadamente infra-estruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano;
- ❖ Contribuir para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano, bem como sistemas de informação e comunicação.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Projectos de revitalização económica e social no âmbito da recuperação urbana e territorial e da valorização de espaços específicos, compreendendo o apoio a projectos de tratamento e regeneração física de áreas degradadas e de zonas territoriais de elevada valia;
- ◆ Projectos que permitam dar relevo e consolidar potencialidades económicas específicas da região, do ponto de vista territorial;
- ◆ Projectos específicos de requalificação económica territorial, de modo a viabilizar a utilização destes espaços, de forma sustentável, por parte da actividade produtiva e das populações;

- ◆ Projectos de desenvolvimento de formas institucionais de cooperação entre a Administração Central (e os seus vários sectores) e a Local, recorrendo também a sistemas de contratualização com os diversos actores locais do desenvolvimento económico e social;
- ◆ Projectos de reforço das dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos específicos;
- ◆ Projectos de criação, em rede, de infraestruturas e equipamentos, tendo em vista o desenvolvimento articulado e hierarquizado do território da Região.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

As entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios, suas Associações, Administração Central e Serviços Desconcentrados, devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- cumprir a regulamentação específica para o sector a que dizem respeito, nomeadamente através da apresentação dos pareceres e licenças necessárias, os quais serão obrigatoriamente apresentados por escrito;

- apresentar um limiar mínimo de investimento de 80 000 contos, excepto nos casos de apresentação conjunta de projectos integrados ou de infraestruturas complementares de outras já executadas ou em fase de execução;
- dispôr de projecto técnico de engenharia / arquitectura aprovado nos termos legais;
- respeitar as orientações em matéria de ordenamento do território, nomeadamente as estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial;
- cumprir as disposições legais nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de concorrência, de licenciamentos, de mercados públicos, de concursos, de igualdade de oportunidades e de ambiente, nomeadamente no que respeita à aplicação do princípio do Poluidor Pagador ;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico e financeiro num prazo máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação, demonstrada através da notificação do projecto de decisão final no âmbito de audiência prévia;
- não constituir candidatura financiada por outro programa do QCA I I I .

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a Região;
- contribuição, de forma significativa, para a concretização das metas estabelecidas ao nível dos indicadores de resultado e de realização física;
- consonância com as prioridades definidas para o respectivo sector;
- inserção num quadro de parceria ou num sistema de contratualização;
- enquadrar-se num programa de intervenções mais amplo que estabeleça os eixos e acções fundamentais e prioritárias para o desenvolvimento e ordenamento do território, a sua calendarização, os recursos envolvidos e os protagonistas associados;
- projectos que permitam concretizar soluções integradas;
- consolidar níveis hierárquicos fundamentais do sistema urbano;

- valorizar os subsistemas urbanos regionais no sentido do fortalecimento de desempenhos claramente supra-municipais e relacionais;
- afirmar a constituição de redes de pólos urbanos;
- assegurar adequadamente as condições de acessibilidade e de mobilidade, prioritariamente interna, dos subsistemas urbanos;
- incrementar uma funcionalidade assente na complementaridade e articulação interurbana;
- racionalizar a implementação e a gestão de infra-estruturas, equipamentos e serviços;
- qualificar e valorizar os aglomerados urbanos envolvidos.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Concessionárias Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Associações Empresariais
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Instituições de Ensino Superior e Politécnico
- Estruturas de I & D
- Outras Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo – NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados	(1)	1994-99	-	9
• N° de projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	(1)	1994-99	-	20
• Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (n° de ha)	(1)	1994-99	-	200
• N° de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede	(1)	1994-99	-	10

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) No âmbito do PORLVT 1994-99, não foram apoiadas acções desta natureza.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>Superfície de espaço público intervencionado por tipo de espaço (nº de m<sup>2</sup>)</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 54.7%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 60%

**Peso financeiro da Medida** - 4,9% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 1 - APOIO A INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL**

### **MEDIDA 1.6- BONIFICAÇÃO DE JUROS EM LINHAS DE CRÉDITO AO INVESTIMENTO AUTARQUICO (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As Autarquias Locais desempenham um papel essencial no desenvolvimento regional e local, estando o sucesso das suas acções dependente entre outros aspectos, da disponibilidade de meios financeiros suficientes que permitam aproveitar as oportunidades de desenvolvimento, canalizando os fundos estruturais da União Europeia para investimentos económica e socialmente rentáveis.

Pretende-se, assim, garantir às Autarquias as melhores condições de serviço e de financiamento para os investimentos que irão realizar, os quais serão decisivos para alcançar os objectivos ambiciosos de desenvolvimento económico e social propostos no âmbito do QCA III.

Esta medida, destina-se a bonificar juros de linhas de crédito para o financiamento complementar dos projectos municipais e intermunicipais aprovados para comparticipação de subsídios do FEDER no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 e Iniciativas Comunitárias 2000-2006, havendo igualmente lugar à atribuição de uma bonificação do Estado.

Para cada projecto o montante máximo do financiamento FEDER combinado com a bonificação FEDER da taxa de juro não excederá 75% do custo elegível do projecto.

Para a concretização desta medida, e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº144/2000, de 15 de Julho de 2000, que estabelece o enquadramento legal para a bonificação de juros das linhas de crédito acima referidas, a Comissão de Coordenação Regional deverá celebrar protocolos com instituições financeiras, nos quais serão definidas as condições de acesso às linhas de crédito, as condições de bonificação, os limites aos montantes e prazo dos mútuos, a sua forma de utilização e outras condições financeiras, os serviços a serem prestados pelas instituições de crédito, a tramitação dos processos, entre outros aspectos que se revelem necessários.

## **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Esta medida visa a bonificação de juros em linhas de crédito destinadas ao financiamento complementar dos projectos de investimento de natureza municipal e intermunicipal comparticipados pelo FEDER e aprovados no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 ou dos programas de iniciativa comunitária.

## **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

Os projectos apoiados por esta medida são investimentos de natureza municipal e inter-municipal comparticipados pelo FEDER e aprovados no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 ou dos programas de iniciativa comunitária, que respeitem as seguintes condições:

- que beneficiem, por forma a assegurar uma parcela da comparticipação nacional, de uma linha de crédito contratada com uma das instituições financeiras que tenham celebrado protocolo para esse efeito com a Comissão de Coordenação Regional;
- que essa linha de crédito se enquadre nos critérios e condições estabelecidos nesse mesmo protocolo.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Municípios
- Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Intermunicipais

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo



## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## **8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO**

Não aplicável

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 75%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 75%

**Peso financeiro da Medida** - 0,1% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## EIXO PRIORITÁRIO 2 -ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL

### **MEDIDA 2.1 - QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA - COMPONENTE TERRITORIAL (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Pretende-se com esta Medida apoiar projectos de requalificação urbana e ambiental atribuindo-se especial ênfase às componentes de reestruturação viária e urbanística, tendo em vista a melhoria das condições ambientais e a renovação urbana. Neste contexto, prevê-se o apoio de acções incluídas em Operações Integradas de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental de Cidades que tenham visibilidade nacional e um forte carácter demonstrativo, bem como acções de qualificação urbana e ambiental de áreas de realojamento e dos bairros de arrendamento público.

Serão ainda consideradas outras acções que contribuam para a melhoria do ambiente e da paisagem urbana, do desempenho das actividades económicas, da convivência e da fruição do espaço público e que, nalguns casos, complementem ou valorizem projectos já realizados e/ou em curso, por forma a estimular sinergias e a potencial os seus efeitos.

São objectivos específicos desta medida:

- ❖ Melhoria dos parâmetros ambientais urbanos, designadamente, da qualidade do ar, dos níveis de ruído e da qualidade da paisagem urbana;
- ❖ Melhoria da qualidade de vida dos residentes e utentes dos espaços urbanos;
- ❖ Promoção da qualidade do espaço público urbano potenciador da melhoria do desempenho das actividades económicas;
- ❖ Promoção da gestão sustentável urbana, contribuindo para a minimização do consumo de recursos naturais, nomeadamente da água, das fontes de energia não renováveis e do solo;
- ❖ Promoção da mobilidade urbana sustentável;
- ❖ Promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, nomeadamente para comércio, serviços, habitação, recreio, cultura e lazer;
- ❖ Promoção de acções de Qualificação Urbana e ambiental nas áreas de realojamento, em articulação com os programas nacionais apoiados pelo SEM e

ainda os projectos de renovação urbana dos bairros de arrendamento público já existentes, quando integrados em acções de recuperação no edificado dos mesmos, promovidos pela entidade proprietária e integrados em programas de intervenção territorial em que a recuperação física está associada ao desenvolvimento da acção social;

- ❖ Promoção de acções com efeito catalisador na revitalização das cidades, assegurando padrões elevados de qualidade ambiental e urbanística;
- ❖ Reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam à melhoria do ambiente urbano.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

- ◆ Projectos que promovam a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a qualificação do espaço público, contemplando mobiliário urbano e outro equipamento considerado necessário;
- ◆ Projectos que contribuam para o incremento da extensão dos percursos de circulação pedonal e de bicicletas;
- ◆ Projectos que contribuam para a restrição à circulação automóvel, em particular dos veículos de utilização individual através, nomeadamente, da criação de áreas de estacionamento e da reestruturação da rede viária na malha urbana;
- ◆ Projectos que promovam a utilização dos modos de transporte colectivo e/ou promovam modos de transporte urbanos favoráveis ao ambiente;
- ◆ Projectos que visem a criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade;
- ◆ Recuperação/valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional;
- ◆ Aquisição de terrenos e construção de infraestruturas destinadas ao desenvolvimento de operações de realojamento de populações recenseadas, no Programa Especial de Realojamento na AML (PER);
- ◆ Construção/renovação das infra-estruturas nos bairros de arrendamento público;
- ◆ Projectos de valorização urbanística e ambiental dos espaços públicos de áreas de realojamento, de bairros de arrendamento público e de zonas anteriormente ocupadas por barracas, contemplando mobiliário urbano e outro equipamento

considerado necessário, nomeadamente, desportivo e de lazer, equipamentos de proximidade, de gestão e integração social da população residente e projectos que visem o apoio à infância, aos idosos ou a populações em risco;

- ◆ Projectos de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio, e/ou cujas funções anteriores foram desactivadas, podendo contemplar a modernização de infra-estruturas, a criação de espaços colectivos de identidade e referência urbana, a promoção de centros de cultura e conhecimento, de recreio e lazer, de apoio social ou de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação;
- ◆ Acções que permitam a melhoria da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público, através de estudos, planos, projectos e infra-estruturas que reforcem os sistemas de apoio à decisão e de divulgação ao público;
- ◆ Estudos, planos, projectos e assessoria técnica tendo vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos desta Medida.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

As entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios, suas Associações, Administração Central e Serviços Desconcentrados, devem preencher cumulativamente as seguintes condições:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- apresentar uma situação económica e financeira equilibrada;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- dispor dos recursos humanos em número e com o perfil adequado à dimensão, natureza e exigência técnica do projecto ou comprometer-se à realização de acções de recrutamento e/ou de formação profissional que assegurem o seu adequado desenvolvimento;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;

- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- cumprir a regulamentação específica para o sector a que dizem respeito, nomeadamente através da apresentação dos pareceres e licenças necessárias, os quais serão obrigatoriamente apresentados por escrito;
- estar em conformidade com os objectivos e disposições do Programa POLIS;
- cumprir das disposições legais nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de concorrência, de licenciamentos, de mercados públicos, de concursos, de igualdade de oportunidades e de ambiente, nomeadamente no que respeita à aplicação do princípio do Poluidor Pagador;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- dispôr de projecto técnico de engenharia / arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- respeitar as orientações em matéria de ordenamento do território, nomeadamente as estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial;
- apresentar viabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico e financeiro num prazo máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação, demonstrada através da notificação do projecto de decisão final no âmbito de audiência prévia;
- não constituir candidatura financiada por outro programa do QCA III;
- apresentar:
  - ✓ diagnóstico da situação ambiental, económica e social da área de intervenção e justificação da necessidade do investimento que candidata, referenciando os objectivos, sempre que possível, quantificados, bem como a fundamentação das propostas;

- ✓ plano de gestão e de viabilidade económica após a execução do projecto, quando aplicável;
- ✓ plano estratégico da Operação Integrada, com descrição das acções previstas, sua calendarização, investimentos associados e respectivas fontes de financiamento, quando aplicável;
- ✓ plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da Operação Integrada, quando aplicável.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- contributo para a implementação de legislação ambiental e urbanística;
- contributo para a redução do consumo de recursos naturais;
- população a beneficiar (permanente e ocasional);
- carácter demonstrativo;
- enquadramento no Plano Estratégico da Cidade, quando aplicável;
- contributo para a consolidação do sistema urbano regional e nacional;
- parcerias;
- efeito esperado e objectivos quantificados;
- contributo para a melhoria do desempenho das actividades económicas locais;
- modelo de gestão na fase de execução e na fase de exploração, quando aplicável;
- sustentabilidade económica na fase de execução e na fase de exploração;
- medidas de minimização do impacte negativo das obras, quando aplicável;
- sinergias com outros investimentos;
- sistema de monitorização e gestão ambiental, quando aplicável;
- estratégia de comunicação, quando aplicável.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Administração Central
- Serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

- Municípios e Associações de Municípios
- IGAPHE e INH
- Outras entidades públicas e privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1 Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III)

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III)

### **6.2 Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de lugares de estacionamento tendo em vista dissuadir a utilização do automóvel nos centros urbanos	(1)	1999	0	150
• Extensão de ciclovias a criar/reabilitar (n° de km)	(1)	1999	0	1
• Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (n° de m <sup>2</sup> )		2000	0	15 000

(1) Para a quantificação dos indicadores de acompanhamento considerou-se apenas as cidades seleccionadas para a realização de operações integradas de requalificação urbana e de valorização ambiental, integradas na Linha 1 da Componente 1 do Programa Polis.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de melhoria da qualidade visual da paisagem urbana</li> <li>• Superfície destinada ao desenvolvimento de operações de realojamento de populações recenseadas, no Programa Especial de Realojamento da AML (PER) (n° de ha)</li> <li>• N° de projectos e n° de m<sup>2</sup> de construção/renovação das infra-estruturas nos bairros de arrendamento público</li> <li>• N° de projectos e área de valorização urbanística e ambiental dos espaços públicos de áreas de realojamento (n° de ha)</li> <li>• N° de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (n° de ha)</li> <li>• Área verde criada/reabilitada (n° de ha)</li> <li>• Área urbana intervencionada (n° de ha)</li> </ul>



## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 50.5%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 55%

**Peso financeiro da Medida** - 5,8% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## EIXO PRIORITÁRIO 2 -ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL

### **MEDIDA 2.2 - QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA - COMPONENTE EMPREGABILIDADE (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As intervenções apoiadas pelo Fundo Social Europeu no contexto da Acção Integrada de Base Territorial Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana, enquadradas no Eixo II do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo circunscrevem-se exclusivamente às acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida por esta Acção Integrada. Assim, trata-se de acções de formação directamente associadas a intervenções com o financiamento dos outros Fundos Estruturais, devendo ser coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no QCA e no próprio Programa Operacional.

As condições de financiamento das referidas acções apoiadas pelo FSE são idênticas às praticadas no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social - estabelecendo-se as articulações adequadas com a respectiva Autoridade de Gestão e, bem assim, o intercâmbio de informações sobre as candidaturas apresentadas aos dois Programas, designadamente no sentido de coordenar as respectivas intervenções e evitar sobreposições.

Pretende-se com esta Medida apoiar acções que proporcionem a dinamização das actividades no espaço urbano, através da criação e reforço de uma mão-de-obra competente, qualificada e adaptável, nomeadamente, nos domínios das novas tecnologias, do ambiente e da gestão urbana, para além de projectos que promovam o desenvolvimento do espírito de iniciativa e de condições que facilitem a criação de emprego.

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Promoção do desenvolvimento das competências profissionais para a gestão de redes de serviços urbanos e metropolitanos (nomeadamente, nas áreas do ambiente, transportes, cultura, desporto, lazer), da criação de novas iniciativas empresariais, nomeadamente, nos domínios do apoio social, serviços de proximidade, do acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, da animação urbana, do comércio, do património, do turismo, das novas

tecnologias da informação e do apoio a projectos de promoção do emprego e de estágios de inserção profissional;

- ❖ Fortalecimento do espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa, valorizando as suas interacções internas e o reconhecimento externo da imagem e da capacidade organizativa de eventos de repercussão regional, nacional e internacional;
- ❖ Fortalecimento da articulação das políticas no espaço regional, valorizando tanto as identidades e especificidades locais como as estratégias de parceria.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

- ◆ Os projectos a apoiar consistem em acções de formação que reforcem as competências, nomeadamente, nos domínios da programação e produção cultural, da animação urbana, do apoio ao comércio e restauração, das tecnologias de informação, dos serviços de ambiente, do apoio à gestão de equipamentos colectivos, da reabilitação do património, etc.; dinamizem iniciativas ligadas ao turismo, comércio, ambiente, novas tecnologias, cultura e ao património; qualifiquem o planeamento da rede e a gestão de serviços e equipamentos nas áreas, nomeadamente, do ambiente, transportes, cultura, apoio social, desporto e lazer; melhorem a promoção, gestão e acompanhamento de intervenções de combate à exclusão social; reforcem as competências empresariais, ao nível da promoção de produtos e actividades no exterior, da captação de investimentos, das novas tecnologias, da inovação organizacional, etc.

## 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

### Condições gerais de acesso

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

No entanto, e regra geral, as entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios, suas Associações, Administração

Central e Serviços Desconcentrados, devem preencher cumulativamente as seguintes condições:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- dispor dos recursos humanos em número e com o perfil adequado à dimensão, natureza e exigência técnica do projecto ou comprometer-se à realização de acções de recrutamento e/ou de formação profissional que assegurem o seu adequado desenvolvimento;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- cumprir a regulamentação específica para o sector a que dizem respeito, nomeadamente através da apresentação dos pareceres e licenças necessárias, os quais serão obrigatoriamente apresentados por escrito;
- estar em conformidade com os objectivos e disposições do Programa Polis;
- cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de concorrência, de licenciamentos, mercados públicos, ambiente e de igualdade de oportunidades;
- demonstrar o cumprimento das disposições legais nacionais e comunitárias em matéria de concursos;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- apresentar viabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;

- ter início físico e financeiro, no prazo máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação;
- não constituir candidatura financiada por outro Programa Operacional do QCA III.

### **Prioridade na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- contributo para a implementação de legislação ambiental e urbanística;
- contributo para a redução do consumo de recursos naturais;
- complementaridade com os projectos apoiados pela medida anterior;
- população a beneficiar;
- carácter demonstrativo;
- Inovação;
- potencial para a criação de novos serviços urbanos;
- enquadramento no Plano Estratégico da Cidade, quando aplicável;
- parcerias;
- efeito esperado;
- contributo para a melhoria do desempenho das actividades económicas locais;
- sinergias com outros investimentos.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Administração Central
- Serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
- Municípios e Associações de Municípios
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

## 5. ORGANISMO RESPONSÁVEL

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de acções de formação				100

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Montantes de despesa por ano</li> <li>• N° de formandos por ano e por domínio de formação</li> <li>• N° de formandos, por sexo, por escalão etário e por nível de qualificação</li> <li>• N° de projectos e empresas beneficiárias por ano, por domínio</li> <li>• N° de acções de formação, por domínio</li> <li>• N° de horas de formação</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 55%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 55%

**Peso financeiro da Medida** - 0,6% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## EIXO PRIORITÁRIO 2 - ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL

### MEDIDA 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo (FEDER)

#### 1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social;
- ❖ Apoiar e promover as intervenções destinadas à preservação de ecossistemas e ao desenvolvimento de práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora;
- ❖ Apoiar e promover o Vale do Tejo como área de turismo e lazer - turismo cultural, rural, natureza, activo e aventura, de saúde e de negócios e congressos;
- ❖ Valorizar, preservar e divulgar os elementos patrimoniais de carácter histórico e construído, bem como as vivências e tradições, apoiando também as actividades tradicionais e criando infra-estruturas de combate à desertificação do mundo rural;
- ❖ Tornar as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para a população e região.

#### 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

- ◆ Projectos de reparação, defesa das margens e reforço dos diques de protecção;
- ◆ Projectos de ordenamento e arranjo paisagístico das margens do rio;
- ◆ Projectos de equipamentos de valorização lúdico-turística;
- ◆ Projectos de reabilitação e valorização do património;
- ◆ Projectos de recuperação e revitalização dos centros históricos;
- ◆ Projectos de reabilitação, valorização e melhoria de funcionalidade dos aglomerados urbanos ribeirinhos;
- ◆ Projectos de reforço do turismo rural;



- ◆ Projectos de elaboração de rotas temáticas;
- ◆ Projectos de valorização de espaços estratégicos;
- ◆ Projectos de melhoria da mobilidade e acessibilidades;
- ◆ Estudos e projectos técnicos directamente relacionados com a concretização dos projectos de investimento.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

As entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios, suas Associações, Administração Central e Serviços Desconcentrados, devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- enquadrar-se num programa de intervenções mais amplo que estabeleça os eixos e acções fundamentais e prioritárias para o desenvolvimento e ordenamento do território, a sua calendarização, os recursos envolvidos e os protagonistas associados;
- projectos que estejam em consonância com os objectivos e prioridades da estratégia definida para a valorização do Vale do Tejo;

- apresentar um limiar mínimo de 80 000 contos, excepto nos casos de apresentação conjunta de projectos integrados e nos estudos e projectos técnicos;
- dispôr de projecto técnico de engenharia / arquitectura aprovado nos termos legais;
- respeitar as orientações em matéria de ordenamento do território, nomeadamente as estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial;
- cumprir das disposições legais nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, de mercados públicos, de concursos, de igualdade de oportunidades e de ambiente, nomeadamente no que respeita à aplicação do princípio do Poluidor Pagador assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico e financeiro, num prazo máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação;
- não constituir candidatura financiada ou apresentada a outro programa do QCA III.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a Região;
- contribuição, de forma significativa, para a concretização das metas estabelecidas ao nível dos indicadores de resultado e de realização física;
- consonância com as prioridades definidas para o respectivo sector turístico e cultural;
- sustentabilidade do projecto;
- inserção prioritária em acções de parceria;
- área geográfica abrangida pelo impacto do projecto;
- relação com outros projectos;
- mérito e qualidade arquitectónica - paisagística dos projectos.
- A prioridade de selecção das candidaturas, quando não totalmente decorrente da apreciação do Plano de Acção, far-se-á sempre em função do respectivo

valor estratégico/estruturante, associado à viabilidade de execução dos projectos e ao grau de adequação dos projectos às realidades locais e às necessidades registadas.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Administração Central
- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Concessionárias Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado, e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Associações Empresariais
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Serviços Desconcentrados da Administração Central
- Instituições de Ensino Superior e Politécnico
- Estruturas de I&D
- Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

#### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

##### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

##### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Lezíria do Tejo e Médio Tejo - NUTS III

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de intervenções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	8	9
• N° de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	(1)	1994-99	3	10
• N° de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	(1)	1994-99	4	10

(1) Os valores apresentados não são cumulativos.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de reabilitação, valorização e melhoria da funcionalidade dos aglomerados urbanos ribeirinhos</li> <li>• N° de projectos de melhoria da mobilidade e acessibilidades na área intervencionada</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Fundo Estrutural - FEDER

Taxa média de comparticipação (custo total) - 35,3%

Taxa média de comparticipação (despesa pública) - 60%

Peso financeiro da Medida - 2,8% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

2. Estrutura do Programa Operacional por Eixos Prioritários e Medidas

## **EIXO PRIORITÁRIO 2 - ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL**

### **MEDIDA 2.4 - FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As intervenções apoiadas pelo Fundo Social Europeu no contexto da Acção Integrada de Base Territorial VALTEJO, enquadrada no Eixo II do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, circunscrevem-se exclusivamente às acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida por esta Acção Integrada. Assim, trata-se de acções de formação directamente associadas a intervenções com o financiamento dos outros Fundos Estruturais, devendo ser coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no QCA e no próprio Programa Operacional.

As condições de financiamento das referidas acções apoiadas pelo FSE são idênticas às praticadas no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social - estabelecendo-se as articulações adequadas com a respectiva Autoridade de Gestão e, bem assim, o intercâmbio de informações sobre as candidaturas apresentadas aos dois Programas, designadamente no sentido de coordenar as respectivas intervenções e evitar sobreposições.

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Qualificar os recursos humanos e promover a empregabilidade, tendo em vista a preservação das actividades económicas tradicionais, a valorização dos valores culturais, históricos e patrimoniais da região, a fixação da população e o desenvolvimento sustentado do turismo.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Acções de formação destinadas a valorizar os saberes e competências já existentes, conferindo-lhes maior valor acrescentado e qualidade;
- ◆ Estágios profissionais e formação qualificante em áreas estratégicas ligadas ao turismo, animação cultural e novas tecnologias;
- ◆ Acções de formação tendo em vista a promoção e divulgação da imagem do Vale do Tejo.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

No entanto, regra geral, as entidades beneficiárias dos apoios financeiros da presente medida, à excepção dos Municípios, suas Associações, Administração Central e Serviços Desconcentrados, devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- estar legalmente constituída;
- possuir capacidade técnica e de gestão que garanta a adequada concretização dos investimentos;
- possuir capacidade financeira para a realização dos projectos candidatos, através da sua inscrição em Orçamento e Plano de Actividades;
- dispor de contabilidade actualizada e regularmente organizada, nos termos legais, e adequada à verificação e acompanhamento financeiro do projecto;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- assegurar o cumprimento da programação física e financeira constante da candidatura.

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- estar em conformidade com os objectivos do programa operacional e integrar-se no presente eixo prioritário e medida;
- cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura (correcto preenchimento do formulário e anexos);
- demonstrar o cumprimento das disposições legais nacionais e comunitárias em matéria de concursos;
- assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e publicidade;
- limiar mínimo de 2 000 contos de investimento, de acordo com o número de formandos, duração da acção e respectivos custos calculados a preços médios de mercado (custo hora do formador, aluguer de instalações, etc);
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;

- ter início físico e financeiro, num período máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não estar concluído financeiramente e/ou recepcionado à data da apresentação da candidatura;
- estar em fase de adjudicação, demonstrada através de notificação do projecto de decisão final no âmbito de audiência prévia;
- não constituir candidatura financiada ou apresentada a outro programa do QCA III.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta medida são:

- a prioridade de selecção das candidaturas, quando não totalmente decorrente da apreciação do plano de intervenção, far-se-à sempre em função do respectivo valor estratégico, associado ao grau de adequação dos projectos às realidades locais e às necessidades registadas;
- impacto do projecto na estratégia de desenvolvimento definida para a Região;
- contribuição, de forma significativa, para a concretização das metas estabelecidas ao nível dos indicadores de resultado e de realização física;
- área geográfica abrangida pelo impacto do projecto;
- inserção prioritária em acções de parceria;
- projectos de promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

### **Condições de financiamento**

As condições de financiamento das acções apoiadas pelo FSE são idênticas às praticadas no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social - estabelecendo-se as articulações adequadas com a respectiva Autoridade de Gestão e, bem assim, o intercâmbio de informações sobre as candidaturas apresentadas aos dois Programas, designadamente no sentido de evitar sobreposições.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Administração Central
- Municípios e Associações de Municípios

- Empresas Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado, e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Associações Empresariais
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Serviços Desconcentrados da Administração Central
- Instituições de Ensino Superior e Politécnico
- Estruturas de I & D
- Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Lezíria do Tejo e Médio Tejo - NUTS III



## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de estágios profissionais, apoiados	(1)	1994-99	-	10
• N° de acções de formação, apoiados	(1)	1994-99	-	14

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) No âmbito do PORLVT 1994-99, não foram apoiadas acções desta natureza.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Montantes de despesa por ano</li> <li>• N° de formandos por ano e por domínio de formação</li> <li>• N° de formandos, por sexo, por escalão etário e por nível de qualificação</li> <li>• N° de projectos e empresas beneficiárias por ano, por tipologia e domínio de intervenção</li> <li>• N° de acções de formação, por domínio de formação</li> <li>• N° de horas de formação, por domínio de formação</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural – FSE**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 60%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 60%

**Peso financeiro da Medida** - 0,3% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.1 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As prioridades estratégicas na área do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, coincidem com as definidas para a generalidade do território continental, dada a similitude de factores e debilidades que aconselham a operacionalização de instrumentos idênticos, se bem que com intensidade variável.

Assim sendo, a medida "Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa" contempla um conjunto de acções a desenvolver no âmbito geográfico da Região de Lisboa que, paralelamente, se encontram igualmente previstas no Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

Esta medida está centrada numa lógica de acção preventiva, tendo por objectivo a promoção da inserção profissional e o reforço da empregabilidade da população portuguesa mais jovem, em consonância com os objectivos inscritos em directrizes do Pilar I do Plano Nacional de Emprego.

Neste contexto, a prioridade estratégica desta medida consiste na formação duplamente certificada para jovens, desenvolvida no sistema de Aprendizagem e no âmbito das Escolas de Hotelaria e Turismo.

Os objectivos referidos operacionalizar-se-ão através de um leque diferenciado de instrumentos dos quais se destacam a formação desenvolvida ao abrigo do sistema de Aprendizagem, bem como a formação qualificante orientada para a aquisição de competências técnicas e transversais necessárias ao processo de profissionalização.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

### 2.1. Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar

- ◆ Acções desenvolvidas no âmbito do Sistema de Aprendizagem, assente num modelo pedagógico caracterizado pela alternância entre os contextos de formação e trabalho, facultando o acesso a qualificações profissionais de níveis 1,2 e 3 e certificações escolares ao nível dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário;
- ◆ Acções de qualificação inicial desenvolvidas pelas Escolas de Hotelaria e Turismo, destinadas a jovens com o 9º ano, com uma duração de três anos e componentes de estágio em contexto real de trabalho. A conclusão destas acções com aproveitamento confere uma qualificação profissional de nível 3 e uma equivalência escolar ao 12º ano;
- ◆ Acções de Formação Sócio-Profissional, modalidade de formação que visa facultar soluções flexíveis para os jovens que abandonaram precocemente o sistema educativo sem terem completado o 1º ou 2º Ciclo do Ensino Básico. Esta modalidade de formação pode conferir uma qualificação profissional de nível 1 e 2 e uma equivalência aos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico;
- ◆ Acções de Educação/Formação, destinadas aos jovens que abandonaram o sistema educativo após a conclusão do 2º Ciclo. Esta modalidade de formação de nível 2, confere equivalência escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico e uma certificação profissional de nível 2.

### 2.2. Formação Inicial para a Qualificação Profissional

- ◆ Acções de Qualificação Inicial orientadas para a aquisição de competências técnicas e transversais, necessárias ao exercício de uma profissão, que conferem uma certificação profissional de nível 1, 2 e 3. Estas acções integram componentes de formação Sócio-Cultural, Científico-Tecnológica e sempre que possível, deverão, igualmente prever uma componente de Formação em Contexto de Trabalho, com vista à consolidação das competências técnicas apreendidas e à aproximação ao mundo do trabalho;
- ◆ Acções de Formação - Emprego de nível 2, ajustadas a desempenhos profissionais específicos e baseadas numa sólida formação prática em contexto de trabalho, onde são aplicados e ampliados os conhecimentos adquiridos em contexto de formação;
- ◆ Acções de Especialização Tecnológica, modalidade de formação pós-secundária e não superior, orientada para o aprofundamento dos conhecimentos científicos e das competências técnicas adquiridas previamente, na mesma área ou em área afim, destinadas a candidatos com uma qualificação de nível 3. Esta modalidade

de formação confere certificação profissional de nível 4, que releva para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

#### **Condições de acesso dos beneficiários**

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

A selecção de projectos a desenvolver ao abrigo das modalidades referidas deve ter em conta a capacidade técnica instalada em termos de recursos humanos e materiais, bem como as reais necessidades de formação identificadas na região.

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Serão prioritários os projectos que se proponham desenvolver:

- Formação que confira certificação profissional e escolar;
- Formação em profissões regulamentadas;
- Formação em profissões em carência imediata ao nível das empresas, regiões e/ou ao nível nacional;
- Formação em profissões em expansão previsível quer em termos regionais, quer nacionais;
- Formação que preveja mecanismos facilitadores da inserção dos formandos;
- Formação que prossiga os objectivos da política para a igualdade de oportunidades, nomeadamente a que promova o acesso do género sub-representado na respectiva profissão e inclua módulos neste domínio e técnicas orientadas para a autonomia individual e a conciliação profissional e familiar.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- IEFP, através dos Centros de Formação Profissional de Gestão Directa, Participada e Centros de Emprego
- Escolas Profissionais
- Escolas do ensino oficial, particular e cooperativo
- Entidades Formadoras acreditadas
- Instituto Nacional de Formação Turística
- Escolas de Hotelaria e Turismo

### **Destinatários**

- Jovens que abandonaram o sistema educativo sem qualquer qualificação profissional ou que se encontrem à procura do 1º emprego ou de novo emprego, desde que nunca tenham exercido qualquer actividade qualificante.

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de formandos em formação em alternância	(1)	1994-99	5 139	3 800
• Contributo da medida por forma a atingir 8% dos jovens que entram no mercado de trabalho com frequência de acções de formação em alternância (%)	(2)	1994-99	5.00%	3.72%
• N° médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	(1)	1994-99	5 139	3 800

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa Pessoa.

Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(1) Situação de Partida: n° de aprendizes/ano apoiados no período 1994-99, a dividir pelo n° de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000).

Quantificação 2006: n° de aprendizes/ano apoiados no período 200-06, a dividir pelo n° de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000).

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de formandos por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de formandos por nível de habilitações literárias</li> <li>• N° de acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/N° total de acções de formação co-financiadas na medida</li> <li>• N° de acções de formação no domínio do Ambiente e n° de formandos abrangidos, por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de acções de formação que incluam o módulo "sensibilização ambiental"</li> </ul>

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa Média de Comparticipação** (custo total)- 62.5%

**Taxa Média de Comparticipação** (despesa pública)- 62.5%

**Peso Financeiro da Medida** - 4,9% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.2 - FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As prioridades estratégicas na área do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, coincidem com as definidas para a generalidade do território continental, dada a similitude de factores e debilidades que aconselham a operacionalização de instrumentos idênticos, se bem que com intensidade variável.

Assim sendo, a medida "Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade" contempla um conjunto de acções a desenvolver no âmbito geográfico da Região de Lisboa que, paralelamente, se encontram igualmente previstas no Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

Enquadrada na linha estratégica de actuação preventiva, esta medida tem como objectivo reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade dos activos empregados, em consonância com os objectivos inscritos em directrizes dos Pilares I e II do Plano Nacional de Emprego.

A necessidade de reestruturação da economia portuguesa e a exigência de níveis crescentes de competitividade implicam uma forte aposta em intervenções que aumentem o nível de qualificação dos activos.

As prioridades estratégicas desta medida consistem, pois, na formação dos trabalhadores empregados, numa dupla óptica da melhoria da sua qualificação e da manutenção da sua empregabilidade e no desenvolvimento organizacional das PME's, promovendo a sua modernização e o aumento da produtividade e competitividade.

Os principais instrumentos de actuação nesta medida são a formação contínua dos activos das empresas e as acções de consultoria formativa destinadas a PME's, bem como a formação dos respectivos quadros, empresários e demais trabalhadores.



## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

### 2.1. Formação Profissional Contínua

- ◆ Acções de formação que visam a qualificação ou reconversão profissionais, destinadas fundamentalmente a trabalhadores menos qualificados ou semi-qualificados. A formação deverá assentar em modelos flexíveis e preferencialmente modulares, de forma a que os activos possam seguir percursos formativos acumulando créditos respeitantes às competências adquiridas ao longo de cursos de formação de menor dimensão (unidades capitalizáveis);
- ◆ Sempre que se mostre adequado, será estimulado o reforço da progressão escolar dos activos com reduzidas habilitações;
- ◆ Acções de formação de actualização e aperfeiçoamento destinadas a trabalhadores qualificados, cujos conhecimentos ou competências estejam desactualizados ou careçam de um complemento ou adequação às actuais exigências e contextos específicos das organizações;
- ◆ Acções de formação de actualização e aperfeiçoamento dirigidas a trabalhadores da Administração Pública, incluindo quadros e dirigentes, orientada, fundamentalmente para a promoção do uso das novas tecnologias de informação e comunicação;
- ◆ Acções de formação contínua destinadas a trabalhadores do sector da saúde.

### 2.2. Formação e Desenvolvimento Organizacional

- ◆ Acções de Consultoria Formativa especificamente dirigidas a PME's e sustentadas em modelos de diagnóstico situacional flexíveis e integrados, numa óptica de adaptação às necessidades e objectivos de pequenas e médias empresas. Estas acções incluem a consultoria nos domínios da gestão, a formação de empresários, quadros e gestores em áreas de suporte ao desenvolvimento empresarial e a formação dos trabalhadores das PME's em áreas detectadas como necessárias ao desenvolvimento da empresa;
- ◆ Intervenções que visem a inovação organizacional em sentido amplo, através do desenvolvimento de acções de formação, bem como o apoio a projectos que se proponham implementar novas soluções organizacionais nesta área.
- ◆ Para o efeito, será concedido apoio técnico e financeiro a processos de inovação e desenvolvimento organizacional, designadamente, nos seguintes domínios:
- ◆ Novas formas de organização do trabalho, nomeadamente relacionadas com a gestão da informação e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação;

- ◆ Práticas integradas de gestão de recursos humanos, que visem o desenvolvimento de trabalho qualificante;
- ◆ Novas soluções potenciadoras da formação contínua.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

#### **Condições de acesso dos beneficiários**

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

#### **Prioridade na afectação das verbas**

##### **1. Formação Profissional Contínua**

Consideram-se prioritários os projectos que se proponham desenvolver:

- Formação destinada a activos de PME's;
- Formação que contribua, de forma comprovada, para a elevação do nível de qualificação dos activos;
- Formação que possibilite, de forma comprovada, à promoção na carreira;
- Formação que prossiga os objectivos da política de igualdade de oportunidades, nomeadamente através da inclusão de módulos neste domínio, bem como técnicas orientadas para a autonomia individual e a conciliação da vida profissional e familiar.

##### **2. Formação e Desenvolvimento Organizacional**

Consideram-se prioritários os seguintes projectos:

- Projectos de consultoria formativa dirigidos a micro e pequenas empresas;
- Projectos de consultoria formativa destinados a empresas geridas por mulheres;
- Projectos que incluam formação que contribua para a introdução de novos modelos organizacionais, na gestão das empresas.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- Pessoas Colectivas de direito público, incluindo Institutos Públicos
- Empresas
- Entidades Formadoras acreditadas
- Pessoas singulares
- Associações Empresariais e Profissionais
- Organizações representativas dos trabalhadores
- Outras entidades de natureza associativa
- Serviços e Organismos da Administração Pública central, incluindo os seus serviços desconcentrados na região, bem como os Institutos Públicos, as fundações e estabelecimentos públicos, excluindo as empresas concessionárias de serviços municipais

### **Destinatários**

- Activos empregados
- Gestores, Quadros e Empresários de PME´s
- PME´s

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Trabalho e da Solidariedade/Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1 Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### **6.2 Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de activos em formação	(1)	1994-99	32 853	22 100
• N° de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	(2)	1994-99	18 954	3 800
• N° de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa	(3)	1994-99	166	50
• Contributo da medida por forma a atingir 10% de participação dos activos em formação ao longo da vida (%)	(4)	1994-99	0.74%	0.49%

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos.

- (1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.  
Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006
- (2) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99, PROFAP.  
Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006
- (3) A Situação de Partida refere-se à média do indicador Programa PME - PESSOA.  
Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006
- (4) Situação de Partida: nº médio de activos apoiados no PESSOA no período 1994-99/população empregada (média 94/99 - Dados INE)  
Quantificação 2006: nº médio de activos apoiados no período 2000-06/população activa empregada (média 94/99 - Dados INE)

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de formandos por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de formandos por nível de habilitações literárias</li> <li>• N° de acções de formação que incluem conteúdos TIC's/N° total de acções de formação co- financiadas na medida</li> <li>• N° de acções de formação no domínio do Ambiente e nº de formandos abrangidos, por sexo e escalão etário</li> <li>• Caracterização das entidades empregadoras, por dimensão</li> <li>• N° de trabalhadores de PME's em formação</li> <li>• N° de acções de formação que incluam o módulo "sensibilização ambiental"</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa Média de Comparticipação** (custo total) - 52%

**Taxa Média de Comparticipação** (despesa pública) - 62.5%

**Peso Financeiro da Medida** - 4,7% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.3 - QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As prioridades estratégicas na área do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, coincidem com as definidas para a generalidade do território continental, dada a similitude de factores e debilidades que aconselham a operacionalização de instrumentos idênticos, se bem que com intensidade variável.

Enquadrada numa linha de actuação precoce de resposta aos problemas de emprego, esta medida tem por finalidade minimizar o risco de desemprego de longa duração e por objectivo o reforço da empregabilidade dos jovens e adultos desempregados.

Estes objectivos recobrem uma estratégia de actuação que visa o reforço das competências/qualificações profissionais, bem como a integração em processos potenciadores da (re)integração profissional. Por outro lado, sempre que se mostre necessário, será estimulada a progressão escolar.

Neste contexto, propõe-se contemplar um conjunto de medidas que promovam a melhoria da empregabilidade dos desempregados, sendo que a formação profissional, bem como as medidas de estímulo à experiência profissional em empresas, constituem os instrumentos privilegiados neste domínio.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

##### **2.1. Formação Profissional**

- ◆ Acções de Qualificação ou Reconversão Profissional que possibilitem a capitalização de saberes na área de desempenho do trabalhador ou em área diferente. Esta modalidade assentará em modelos sistemáticos, flexíveis e,

preferencialmente modulares, permitindo, por esta via, uma creditação de competências, valorizável em termos de obtenção de um nível de qualificação;

- ◆ Modalidades de formação que estimulem o reforço da progressão escolar, a par de uma qualificação profissional, designadamente acções de Formação Socio-Profissional e Educação-Formação, destinadas a trabalhadores que não tenham completado os 2º e 3º ciclo do Ensino Básico;
- ◆ Acções de Formação-Emprego, destinadas aos desempregados que pretendam desenvolver um projecto específico de inserção, baseadas numa sólida formação prática em contexto de trabalho, onde são ampliados os conhecimentos apreendidos em contexto de formação;
- ◆ Acções destinadas a desempregados portadores de habilitações de nível superior que, num quadro de aceleradas transformações dos mercados e das tecnologias, necessitem de aprofundar competências transversais ou complementar qualificações técnicas, de forma a facilitar a sua reinserção no mercado de emprego.

## **2.2. (Re) Inserção Profissional**

- ◆ Possibilitar aos desempregados, estágios profissionais em contexto de trabalho, que promovam a sua (re)inserção no mercado de trabalho, facilitando, igualmente, o processo de recrutamento das empresas.

## **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

### **Condições de acesso dos beneficiários**

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

Assim, no âmbito da tipologia (Re)Inserção Profissional, as entidades que pretendem facultar Estágios Profissionais deverão apresentar condições técnicas e pedagógicas para a realização dos mesmos com qualidade reconhecida.

### **3.1. Formação Profissional**

Serão considerados prioritários, em termos de acesso à medida, os projectos que:

- Garantam um maior nível de empregabilidade dos formandos;

- Se proponham desenvolver formação em profissões em carência imediata ou em expansão previsível, ao nível das empresas e da região;
- Se proponham desenvolver formação que prossiga os objectivos da política para a igualdade de oportunidades.

### **3.2. (Re)Inserção Profissional**

Para efeitos de selecção dos projectos, serão consideradas prioritárias as entidades que apresentem melhores condições de empregabilidade após os estágios ou que tenham demonstrado em outras acções de formação ou estágios um maior grau de empregabilidade dos ex-formandos ou estagiários, com destaque para as que se proponham promover estágios destinados a jovens com menores qualificações.

São ainda prioritários, podendo ser majoradas as bolsas que lhes estão associadas, os estágios seguidamente identificados:

- Estágios destinados a mulheres que procurem uma inserção em áreas profissionais nas quais se encontram sub-representadas;
- Estágios destinados a pessoas portadoras de deficiência;
- Estágios destinados a jovens com baixas qualificações;
- Estágios que visem uma inserção profissional nas áreas do ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho, da cultura e em actividades artísticas.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- Pessoas Colectivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos
- Pessoas colectivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos
- Pessoas singulares

### **Destinatários**

- Trabalhadores desempregados



## 5. ORGANISMO RESPONSÁVEL

Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	(1)	1994-99	7 284	4 400
• % de desempregados não DLD que receberam acções de política activa	(2)	1994-99	11%	9%

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.

Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(2) A situação de partida refere-se à medida do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA/n° médio de desempregados não DLD no mesmo período, na Região.

Em 2006 a quantificação refere-se à medida do indicador no período 2000/2006/nº médio de desempregados não DLD no ano 2000, na Região.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de formandos por sexo e escalão etário</li> <li>• Nº de estagiários por sexo e nível de qualificação</li> <li>• Nº de acções de formação que incluem conteúdos TIC's/Nº total de acções de formação co-financiadas na medida</li> <li>• Nº de acções de formação no domínio do Ambiente e nº de formandos abrangidos, por sexo e escalão etário</li> <li>• Nº de acções de formação que incluem o módulo "sensibilização ambiental"</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa Média de Participação** (custo total)- 62.5%

**Taxa Média de Participação** (despesa pública)- 62.5%

**Peso Financeiro da Medida** - 3,9% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.4 - CRIAÇÃO DE EMPREGO (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As prioridades estratégicas na área do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, coincidem com as definidas para a generalidade do território continental, dada a similitude de factores e debilidades que aconselham a operacionalização de instrumentos idênticos, se bem que com intensidade variável.

Esta medida visa estimular o desenvolvimento do espírito empresarial, prioridade consignada no Pilar II do Plano Nacional de Emprego, potenciando as sinergias que a abordagem territorial dos problemas de emprego pode originar.

O desenvolvimento de instrumentos como os apoios à constituição ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas e à criação do próprio emprego, nomeadamente em áreas como as dos serviços de proximidade, dos serviços às empresas e da recuperação do património, do artesanato, da cultura, ou do ambiente, para além de garantirem a criação de postos de trabalho, contribuirão, simultaneamente para o desenvolvimento dos territórios em que se localizam.

Deste modo, a exploração de oportunidades de emprego, que se geram fundamentalmente à escala local e valorizando o papel da iniciativa empresarial de escala reduzida, constituirá uma das linhas - força de actuação.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Concessão de subsídios não reembolsáveis pela criação líquida de postos de trabalho para a constituição de unidades empresariais, em sentido lato, ou para a sua viabilização e consolidação, tendo como limite unidades com dimensão até 20 trabalhadores.
- ◆ Os projectos candidatos podem ou não integrar uma componente FEDER.

- ◆ Apoio a iniciativas individuais ou de grupo que visem a criação do próprio emprego, nomeadamente através da elaboração e acompanhamento do projecto, quer do apoio financeiro sob a forma de concessão de subsídios não reembolsáveis;
- ◆ Acções de formação em constituição, organização e gestão de iniciativas empresariais, destinadas quer a candidatos à criação de unidades empresariais, quer a candidatos à criação do próprio emprego.

O limite do apoio financeiro por entidade, nas duas componentes de financiamento, FSE e FEDER, respeitará a regra de minimis.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

#### **Condições de acesso dos beneficiários**

Para além dos requisitos de acesso definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE, exigem-se igualmente as seguintes condições adicionais:

- Para os projectos de criação de emprego por conta de outrem será exigido que as entidades empregadoras reúnem as seguintes condições:
  - ✓ terem até 20 trabalhadores;
  - ✓ estarem regularmente constituídas;
  - ✓ não se encontrarem em situação de atraso de pagamento de salários;
  - ✓ cumprir a legislação sobre o trabalho de menores e não discriminação no trabalho e no emprego, nomeadamente em função do sexo, bem como, a relacionada com condições de higiene e segurança no trabalho e ambientais;
- Para os projectos de criação de emprego por conta própria, os desempregados devem, à data de apresentação de candidatura, ter idade igual ou superior a 18 anos.

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Serão considerados prioritários os projectos que visem a dinamização do desenvolvimento local e a criação de emprego através da consolidação ou criação de:

- serviços de proximidade de apoio à infância, tempos livres da população escolar e terceira idade;

- produção e comercialização de bens em aplicação de artes e ofícios tradicionais;
- conservação e restauro de património cultural;
- prática do desporto e actividades de lazer em sinergia com o desenvolvimento da actividade turística local;
- exploração de desportos da natureza;
- divulgação do património cultural, ambiental ou paisagístico (v.g. empresas de guias ambientais);
- produção de artefactos a partir de resíduos reciclados;
- instalação e manutenção de dispositivos de combate à poluição;
- transformação e comercialização de produtos produzidos em sistema de agricultura biológica certificados.

Para efeitos de selecção de projectos, serão, ainda considerados prioritários, podendo os apoios correspondentes ser majorados, os postos de trabalho destinados, nomeadamente a:

- Desempregados de Longa Duração;
- Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido;
- Pessoas portadoras de Deficiência;
- Mulheres.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

##### **Beneficiários Finais**

- Instituto do Emprego e Formação Profissional

##### **Destinatários**

- Trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de postos de trabalho criados no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego	(1)	1994-99	580	740

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) Situação de Partida: média dos postos de trabalho criados ao abrigo do Programa ILE's no período 94/99

2006: média do indicador no período 2000/2006

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização das entidades empregadoras, por natureza</li> <li>• Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade</li> <li>• Distribuição dos postos de trabalho, por sexo</li> <li>• Taxa de cobertura</li> </ul>

No contexto da avaliação intercalar do Programa Operacional, será ainda, na medida do possível, quantificado e incluído na análise um indicador relativo à sustentabilidade das empresas criadas.

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa média de comparticipação** (custo total)- 62.5%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública)- 62.5%

**Peso financeiro da Medida** - 1,2% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.5 - EFICÁCIA E EQUIDADE DAS POLÍTICAS (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As prioridades estratégicas na área do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, coincidem com as definidas para a generalidade do território continental, dada a similitude de factores e debilidades que aconselham a operacionalização de instrumentos idênticos, se bem que com intensidade variável.

Assim sendo, a medida "Eficácia e Equidade das Políticas" contempla um conjunto de acções a desenvolver no âmbito geográfico da Região de Lisboa que, paralelamente, se encontram igualmente previstas no Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

Esta medida visa consolidar e desenvolver os pilares básicos dos sistemas de formação e emprego, tendo em vista a sua qualidade, eficácia e acessibilidade., através do apoio a um conjunto de actividades de suporte em áreas chave para os processos de formação e emprego, como sejam a formação dos respectivos agentes, a Informação e Orientação Profissional, a Colocação e Acompanhamento, o desenvolvimento de estudos e processos e recursos didácticos e, ainda, um conjunto de medidas de acção positiva no âmbito da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Acções destinadas a introduzir melhorias no quadro de funcionamento dos sistemas de informação profissional, designadamente através da concepção e disponibilização de instrumentos de suporte informático e do sistema de orientação profissional através, nomeadamente da criação de instrumentos técnicos que favoreçam os processos de (re)integração dos candidatos inscritos para emprego;



- ◆ Apoio ao desenvolvimento de estudos que objectivem o conhecimento de situações, problemas e perspectivas de evolução do mercado de emprego da região, bem como à concepção e produção de recursos informativos e formativos com elevado grau de transferibilidade e efeito multiplicador;
- ◆ Suporte à criação, apetrechamento e funcionamento de unidades de apoio à inserção profissional que funcionem como agentes prospectores de possibilidades de emprego ou despiste para processos formativos, constituindo, desta forma, um complemento à rede pública de serviços de emprego e formação;
- ◆ Consolidação de uma rede de centros de recursos destinados a desenvolver soluções que visem dar resposta às necessidades de formação, informação e investigação, nas áreas de conhecimento ou sectores de actividade económica onde operem;
- ◆ Acções de formação inicial e contínua destinadas aos agentes da política de emprego e formação, tais como: conselheiros de orientação profissional, técnicos de emprego, formadores, promotores de formação, técnicos de formação, técnicos de audiovisuais, entre outros;
- ◆ Concepção e desenvolvimento de acções de sensibilização e de comunicação sobre a temática da igualdade de oportunidades, visando, designadamente os empregadores e o meio em que se encontram inseridos socialmente, outros públicos estratégicos e os jovens inseridos no sistema de ensino ou no mercado de trabalho;
- ◆ Formação de públicos estratégicos no domínio da igualdade de oportunidades;
- ◆ Apoios à concessão de "prémios prestígio" às empresas e aos serviços públicos com políticas exemplares na área da igualdade, encorajando-os a que se constituam em difusores privilegiados da promoção da igualdade de oportunidades nas organizações e na sociedade;
- ◆ Criação de um sistema de apoios às entidades empregadoras nos domínios da organização do trabalho, desde a fase de realização de diagnóstico sobre a situação dos homens e mulheres nessas organizações até à concretização de planos integrados para a igualdade de oportunidades.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

#### **Condições de acesso dos beneficiários**

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

### **Prioridades na afectação das verbas**

- Centros de Recursos- será considerado prioritário o apoio à criação deste tipo de unidades junto das entidades publicas com responsabilidades no domínio da implementação de políticas de emprego, formação, educação, ciência, ou políticas sectoriais e entidades privadas de carácter sectorial, nomeadamente de índole associativa e com ligações aos sistemas de ensino e formação.
- Desenvolvimento de estudos- serão priorizados os estudos sobre situações problema do mercado de trabalho, no âmbito da intervenção geográfica do Programa, com particular incidência no domínio da igualdade de oportunidades no trabalho, emprego e formação profissional.
- Formação dos agentes das políticas de emprego e formação: a formação dos agentes dos serviços públicos de emprego nas metodologias de acompanhamento personalizado a desempregados ou outros grupos com dificuldades acrescidas de (re)inserção no mercado de trabalho, será considerada prioritária no âmbito desta tipologia de projecto.
- Processos e Recursos Didácticos - serão apoiados prioritariamente os projectos com elevado grau de inovação e transferibilidade.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- Pessoas colectivas de direito público pertencentes à Administração Pública Central e Local, incluindo Institutos Públicos, com prioridade para os organismos com atribuições nos domínios do emprego e formação.
- Pessoas colectivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, que actuem nos domínios do emprego, formação, promoção da igualdade de oportunidades, desenvolvimento local e apoio a grupos desfavorecidos.

### **Destinatários**

- Agentes da política de emprego e formação
- Utentes dos serviços públicos de emprego
- Animadores das Unidades de Apoio à Inserção Profissional

## 5. ORGANISMO RESPONSÁVEL

Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de agentes da política de Emprego e Formação em formação	(1)	1994-99	4 854	250

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) Situação de Partida: média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de estudos apoiados</li> <li>• N° de Unidades de Apoio à Inserção criadas e/ou apoiadas</li> <li>• N° de utentes das Unidades de Apoio à Inserção</li> <li>• N° de acções de formação e sensibilização sobre a temática da igualdade de oportunidades</li> <li>• N° de prémios de prestígio concedidos</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa média de participação** (custo total)- 62.5%

**Taxa média de participação** (despesa pública)- 62.5%

**Peso financeiro da Medida** - 1,1% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.6 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As prioridades estratégicas na área do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, coincidem com as definidas para a generalidade do território continental, dada a similitude de factores e debilidades que aconselham a operacionalização de instrumentos idênticos, se bem que com intensidade variável.

Assim sendo, a medida "Promoção do Desenvolvimento Social" contempla um conjunto de acções a desenvolver no âmbito geográfico da Região de Lisboa que, paralelamente, se encontram igualmente previstas no Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

Esta medida inclui um conjunto de intervenções consignadas na directriz 9 do Plano Nacional de Emprego e que foram desenhadas em função das necessidades específicas de grupos com dificuldades particulares de acesso ao mercado de trabalho, com vista a fomentar a integração social e profissional destas pessoas, como sejam os desempregados de longa duração, as minorias étnicas, as pessoas portadoras de deficiência, os toxicodependentes e outros grupos cuja integração social se encontra fragilizada.

Enquanto instrumentos de suporte à concretização destes domínios de actuação, a medida propõe-se dinamizar iniciativas integradas de desenvolvimento socio-local e apoiar acções directamente relacionadas com a promoção da empregabilidade e do acesso ao trabalho dos grupos em causa, entre as quais se destacam a formação profissional, os apoios ao emprego para pessoas com défices permanentes de empregabilidade (de que são exemplo os incentivos à contratação de pessoas com deficiência) e, ainda, instrumentos específicos de suporte a processos de inserção social e profissional.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

### 2.1. Apoio ao Desenvolvimento Social

- ◆ Implementação, na região, da Rede Social para o Desenvolvimento, através da dinamização e consolidação de redes territoriais , no contexto do processo de planificação integrada do desenvolvimento social;
- ◆ Intervenções orientadas para a promoção das competências pessoais e sociais e promoção da participação e acção comunitária, como forma de reforçar a melhoria das condições de vida das pessoas, das comunidades e dos grupos sociais em situação de desfavorecimento ou exclusão social. Estas acções desenvolver-se-ão, através, nomeadamente, de acções sócio-educativas, acções sócio-profissionais, acções de mobilização e acompanhamento personalizado às pessoas e famílias , acções comunitárias e apoio ao funcionamento de serviços e equipamentos de apoio social que permitam conciliar a vida profissional e familiar;
- ◆ Formação dos agentes que intervêm directamente nos processos de desenvolvimento sócio-comunitário.

### 2.2. Promoção da empregabilidade dos grupos desfavorecidos

- ◆ Acções de informação e avaliação/orientação profissional;
- ◆ Acções de formação profissional assentes em percursos formativos ajustados aos perfis e projectos pessoais;
- ◆ Acções de formação visando facilitar a transição da escola para a vida activa de jovens com deficiência que não tenham capacidade para cumprir o curricular escolar normal;
- ◆ Acções de readaptação ao trabalho, visando a reintegração profissional, incluindo a reabilitação funcional, avaliação e actualização de competências pessoais, sociais e relacionais;
- ◆ Apoio à integração, visando estimular a criação do próprio emprego e a contratação de pessoas com dificuldades acrescidas de inserção;
- ◆ Apoios que visem a eliminação de barreiras arquitectónicas e adaptação de postos de trabalho;
- ◆ Apoios à mediação e acompanhamento no processo formativo e de inserção profissional, nomeadamente durante o período de adaptação ao posto de trabalho;
- ◆ Formação de recursos humanos que intervêm na área dos desfavorecidos.

### **2.3. Mercado Social de Emprego**

- ◆ Formação em actividades de interesse social, nomeadamente no domínio da prestação de serviços de proximidade e à comunidade;
- ◆ Formação e apoio à criação de postos de trabalho, com vista à satisfação de necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado de trabalho, designadamente através das Empresas de Inserção;
- ◆ Apoio ao desenvolvimento de modalidades de ocupação profissional em áreas de interesse social, designadamente nos domínios da prestação de serviços de proximidade e à comunidade, como sejam o apoio domiciliário, o ambiente e a valorização do património cultural e natural;
- ◆ Formação destinada a desempregados, com vista a proporcionar-lhes qualificações profissionais associadas a áreas tradicionais, designadamente artes e ofícios, a desenvolver nas denominadas Escolas- Oficina.

## **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

### **Condições de acesso dos beneficiários**

Os requisitos de acesso das entidades candidatas serão definidos ao nível da legislação nacional que regulamenta a concessão de apoios no âmbito do FSE.

Condições de acesso adicionais poderão igualmente ser exigidas sempre que a natureza das acções a desenvolver o justifiquem.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Na selecção dos projectos será concedida prioridade aos seguintes:

- Acções inseridas em projectos de integração profissional associados à criação de pequenas e médias empresas, cooperativas ou instalação por conta própria;
- Acções de formação que tenham em conta as características /capacidades de absorção do mercado de emprego local;
- Acções de formação que decorram em situação real de trabalho;
- Empresas de Inserção que desenvolvam a sua actividade nos seguintes domínios:
  - ✓ apoio domiciliário a pessoas dependentes, designadamente, idosos;
  - ✓ infantários, creches e jardins de infância, segurança nas escolas e prevenção da toxicodependência;

- ✓ unidades de cuidados continuados;
- ✓ manutenção do parque florestal e prevenção de incêndios;
- ✓ reabilitação do património natural, cultural e urbanístico;
- ✓ animação turística e de tempos livres;
- ✓ formação sócio-educativa e educação recorrente articulada com perspectivas de emprego;
- ✓ desenvolvimento rural.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

##### **Beneficiários Finais**

- Pessoas colectivas de direito público da administração central e local incluindo institutos públicos
- Pessoas colectivas de direito privado com ou sem fins lucrativos
- Pessoas singulares

##### **Destinatários**

- Pessoas desfavorecidas, designadamente jovens em risco, toxicodependentes e ex-toxicodependentes, minorias étnicas e culturais, sem abrigo e pessoas que cumpram ou tenham cumprido penas ou medidas judiciais privativas ou não de liberdade
- Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido
- Desempregados, em especial de longa duração
- Pessoas com deficiência
- Técnicos e outros profissionais que intervenham directa ou indirectamente nos processos de reabilitação profissional ou (re)inserção social
- Famílias e comunidade em geral

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.



## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1 Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### 6.2 Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de pessoas desempregadas de longa duração apoiadas	(1)	1994-99	4 726	1 950
• N° de pessoas portadoras de deficiência apoiadas	(1)	1994-99	3 533	1 250
• N° de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes apoiados	(1)	1994-99	732	200
• N° de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social	(1)	1994-99	466	2 250
• Contributo da medida para o acréscimo anual de 25%, até 2002, de participação das pessoas com deficiência em medidas de política activa	(1)	1994-99	0.40%	0.14%

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) SP: média do indicador no período 94/99 do Programa INTEGRAR.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que frequentaram acções de formação, por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que beneficiaram de apoios à integração</li> <li>• N° de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de pessoas desempregadas de longa duração em formação, por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de pessoas desempregadas de longa duração que beneficiaram de apoios à integração</li> <li>• N° de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido em formação, por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido que beneficiaram de apoios à integração, por sexo e escalão etário</li> <li>• N° de Empresas de Inserção apoiadas</li> <li>• N° de pessoas apoiadas em actividades ocupacionais com utilidade social, por sexo</li> <li>• N° de Escolas Oficinas apoiadas</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa média de comparticipação** (custo total)- 52%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública)- 62.5%

**Peso financeiro da Medida** - 6,2% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.7 - APOIO AO INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

As prioridades estratégicas na área do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, coincidem com as definidas para a generalidade do território continental, dada a similitude de factores e debilidades que aconselham a operacionalização de instrumentos idênticos, se bem que com intensidade variável.

Assim sendo, a medida "Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social" contempla um conjunto de acções a desenvolver no âmbito geográfico da Região de Lisboa que, paralelamente, se encontram igualmente previstas no Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

O primeiro dos objectivos desta medida é contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local, quer através da criação de empresas ao nível local, nomeadamente pequenas unidades empresariais, quer através do apoio a infra-estruturas que suportem a actuação dos agentes da política de emprego e formação, enquanto dinamizadores das parcerias com outros parceiros locais.

Por outro lado, na óptica do desenvolvimento social, importa que a intervenção junto de grupos mais desfavorecidos, possa contar com o acesso a equipamentos, serviços sociais e infra-estruturas adequadas às suas particularidades e necessidades.

Assim, a medida contribuirá para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e social, tendo em conta as realidades locais e as especificidades dos actores locais e dos públicos a contemplar e será dinamizada através de três vertentes de intervenção seguidamente identificadas.

## **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

### **2.1. Apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego**

- ◆ Concessão de apoios financeiros sob a modalidade de bonificação de juros de financiamento bancário, subsídios reembolsáveis conjugados com subsídios a fundo perdido, destinados à criação, viabilização e consolidação de unidades empresariais, em sentido lato, com dimensão até 20 trabalhadores.
- ◆ Acções de assistência técnica especializada, designadamente, em organização, finanças, contabilidade, contencioso e registo de marcas numa perspectiva de garantia da consolidação e sucesso dos projectos.

Os apoios financeiros destinam-se:

- ✧ A compra de equipamento, à excepção de viaturas ligeiras;
- ✧ A compra de mobiliário;
- ✧ A compra de activo incorpóreo;
- ✧ A Projecto de decoração de interiores e "lay outs" de instalações fabris;

O limite do apoio financeiro por entidade, nas duas componentes de financiamento FSE e FEDER, respeitará a regra de minimis.

### **2.2. Infra-estruturas e equipamentos de emprego e formação**

- ◆ Aquisição de terrenos e aquisição, construção e adaptação de infra-estruturas para Centros de Formação e Centros de Emprego;
- ◆ Aquisição de terrenos e aquisição, construção e adaptação de infra-estruturas para espaços e serviços que facilitem o acesso de determinados grupos aos serviços oferecidos nesses locais, designadamente espaços/serviços junto de unidades de formação favorecedores da conciliação da vida familiar com as actividades de qualificação;
- ◆ Financiamento da aquisição de equipamentos associados a infra-estruturas de apoio às políticas de emprego e formação.

### **2.3. Rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social**

- ◆ Apoio à criação de estruturas de apoio social integrado, através do financiamento de equipamentos/serviços tais como, creches, centros de dia, ATL, centros comunitários, estruturas de apoio domiciliário, unidades de apoio integrado e estruturas de atendimento/acompanhamento social e de apoio social directo;

- ◆ Apoios para a aquisição, construção ou adaptação de infraestruturas e para a aquisição de equipamentos que facilitem a formação e a integração sócio-económica de pessoas com deficiência. Os apoios a conceder destinam-se a :
- ◆ Concepção do projecto, construção, adaptação, conservação ou aquisição de estruturas de avaliação/orientação e formação profissional, de estruturas de mediação para o emprego e acompanhamento pós-colocação e respectivos serviços de apoio, nomeadamente unidades de alojamento transitório;
- ◆ Realização de obras e aquisição de equipamentos para eliminação de barreiras arquitectónicas e adaptação de postos de trabalho.
- ◆ Apoios para a aquisição, construção ou adaptação de infraestruturas e para a aquisição de equipamentos que facilitem a formação e a integração sócio-económica de outros grupos sociais com particulares problemas de inserção . Os apoios a conceder destinam-se a :
- ◆ Concepção, construção, adaptação, conservação ou aquisição de instalações destinadas ao desenvolvimento de acções de informação/orientação, adaptação ao sistema de formação, experiências de pré-profissionalização, formação sócio-educativa e formação profissional, de estruturas de mediação para o emprego e acompanhamento pós-colocação e respectivos serviços de apoio, bem como outras estruturas, designadamente, comunidades de estadia, apartamentos de reinserção e casa de meio caminho;
- ◆ Aquisição de equipamentos para apetrechamento das estruturas criadas ou adaptadas e a reconversão e reequipamento de estruturas já existentes.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

#### **Condições de acesso dos beneficiários**

##### **3.1. Apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego**

- Para os projectos de criação de emprego por conta de outrem será exigido que as entidades empregadoras reúnem as seguintes condições:
  - ✓ terem até 20 trabalhadores;
  - ✓ estarem regularmente constituídas;
  - ✓ não se encontrarem em situação de atraso de pagamento de salários;
  - ✓ cumprir a legislação sobre o trabalho de menores e não discriminação no trabalho e no emprego, nomeadamente em função do sexo, bem como, a relacionada com condições de higiene e segurança no trabalho e ambientais.

- Para os projectos de criação de emprego por conta própria, os desempregados devem, à data de apresentação de candidatura, ter idade igual ou superior a 18 anos.

### **3.2. Infra-estruturas e equipamentos de emprego e formação**

As entidades públicas que apresentem projectos ao abrigo desta tipologia deverão operar nos domínios do emprego e formação.

As entidades privadas não podem ter fins lucrativos, têm de ter estatuto de utilidade pública e operar nos domínios do emprego e formação.

### **3.3. Rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social**

As entidades públicas que apresentem projectos ao abrigo desta tipologia deverão operar nos domínios do emprego, formação e apoio a grupos desfavorecidos.

As entidades privadas têm de ter estatuto de utilidade pública e operar nos domínios do emprego, formação e apoio a grupos desfavorecidos.

## **Prioridades na afectação das verbas**

### **3.1. Apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego**

Serão considerados prioritários os projectos que visem a dinamização do desenvolvimento local e a criação de emprego através da consolidação ou criação de:

- serviços de proximidade de apoio à infância, tempos livres da população escolar e terceira idade;
- produção e comercialização de bens em aplicação de artes e ofícios tradicionais;
- conservação e restauro de património cultural;
- prática do desporto e actividades de lazer em sinergia com o desenvolvimento da actividade turística local;
- exploração de desportos da natureza;
- divulgação do património cultural, ambiental ou paisagístico (v.g. empresas de guias ambientais);
- produção de artefactos a partir de resíduos reciclados;
- instalação e manutenção de dispositivos de combate à poluição;
- transformação e comercialização de produtos produzidos em sistema de agricultura biológica certificados.

### **3.2. Infra-estruturas e equipamentos de emprego e formação**

Será dada prioridade aos projectos apresentados pelos serviços públicos de emprego e formação.

### **3.3. Rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social**

Será dada prioridade a projectos que se desenvolvam em zonas mais carenciadas em termos de respostas, em zonas urbanas e sub-urbanas degradadas, tendo por base o levantamento efectuado na Carta Social da responsabilidade do Ministério do Trabalho e Solidariedade.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Instituto do Emprego e Formação Profissional (para o apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego)
- Pessoas colectivas de direito público pertencentes à Administração Pública Central e Local, incluindo Institutos Públicos, com prioridade para os organismos com atribuições nos domínios do emprego, formação e desenvolvimento social
- Pessoas colectivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, que actuem nos domínios do emprego, formação, promoção da igualdade de oportunidades, desenvolvimento local e apoio a grupos desfavorecidos.

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

## 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de projectos de apoio ao investimento criador de emprego	(1)	1994-99	0	148

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) SP: no passado (PESSOA) não foram financiados apoios ao Investimento para criação de postos de trabalho.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de infra-estruturas e equipamentos de emprego e formação</li> <li>• N° de projectos de apoio à criação de estruturas de apoio social integrado</li> <li>• N° de projectos destinados a facilitar a formação e a integração sócio-económica de pessoas com deficiência</li> <li>• N° de projectos destinados a facilitar a formação e a integração sócio-económica de outros grupos sociais com particulares problemas de inserção</li> </ul>



## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação (custo total)- 51.2%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 60%**

**Peso financeiro da Medida - 1,3% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.8 - INFRAESTRUTURAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

No âmbito desta medida pretende-se criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais do Plano de Desenvolvimento Educativo para Portugal - PRODEP III (2000-2006), no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, constituindo objectivos específicos desta medida os seguintes:

- ❖ construir as escolas dos ensinos básico e secundário necessárias, de modo a erradicar os estabelecimentos com instalações provisórias ou pré-fabricadas;
- ❖ assegurar o completamento das escolas existentes de 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com laboratórios, bibliotecas e infra-estruturas desportivas;
- ❖ apoiar a criação e remodelação de jardins de infância, visando a rápida expansão e generalização da frequência da educação pré-escolar, ao nível de região;
- ❖ apetrechar os estabelecimentos de ensino, designadamente os de ensino secundário, visando, ao nível de região, a capacidade da oferta de uma rede integrada de ensino tecnológico e profissional.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

Através desta medida será apoiada financeiramente a construção, reparação, remodelação, ampliação e apetrechamento de estabelecimentos de educação e ensino, ao nível da educação pré-escolar, dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, do ensino secundário, incluindo-se neste último as Escolas Profissionais, públicas e privadas.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

Na selecção dos projectos serão considerados como critérios, preferenciais, nomeadamente, os seguintes:

- A carência de salas de aula no respectivo nível de educação ou ensino, na região;
- A disponibilidade de terreno;
- A integração do projecto na Carta Educativa da Região;
- O grau de contribuição do projecto para a redução das disparidades regionais, visando a prossecução das metas estabelecidas para a região, nomeadamente ao nível de frequência da educação pré-escolar e do ensino secundário;
- O contributo do projecto para a diferenciação do ensino secundário ao nível de região, viabilizando novas ofertas formativas na rede integrada de ensino tecnológico e profissional.

### **4. CATEGORIA DE BENEFICIÁRIOS**

- Autarquias
- Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Direcção Regional de Educação
- Escolas dos Ensinos Básico e Secundário
- Escolas Profissionais
- Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo.

### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério da Educação / Coordenador da Intervenção Desconcentrada da Educação

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	(1) (2)	2000	0	108
• N° de salas de ensino secundário e profissional remodeladas/apetrechadas	(1) (2)	2000	0	66

(1) - Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000.2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.

(2) - No âmbito do II QCA os investimentos FEDER permitiram, a nível do território nacional através da I.O Educação a criação e/ou equipamentos de

- 245 Escolas do ensino básico e secundário;
- 1 505 Laboratórios nos Ensinos Básico e Secundário;
- 309 Infra-estruturas desportivas (157-Cobertas e 152-Descobertas);
- 71 Escolas do Ensino Profissional (construídas e beneficiadas);
- 901 Salas de Ensino Secundário Profissional equipadas;
- 162 cantinas em Escolas dos Ensinos Básico e Secundário.

Não foram financiadas com co-financiamento de FEDER quaisquer infra-estruturas da educação pré-escolar.

2. Estrutura do Programa Operacional por Eixos Prioritários e Medidas

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação (custo total)- 75%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 86.8%**

**Peso financeiro da Medida - 0,4% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.9 - ENSINO PROFISSIONAL (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Esta Medida tem como objectivos específicos:

- ❖ estimular a procura de formação inicial (escolar e profissional), inserida no sistema educativo, através do apoio ao funcionamento de cursos profissionais que preparem os jovens para um exercício profissional qualificado ou, caso os jovens optem pelo prosseguimento de estudos, para o ingresso no ensino superior;
- ❖ qualificar e diversificar a oferta criando uma rede regionalizada de formações iniciais qualificantes de nível III.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

No âmbito desta Medida é apoiado o funcionamento de cursos profissionais, autorizados pelo Ministério da Educação, que satisfaçam os seguintes requisitos:

- ◆ Serem cursos de nível secundário que atribuam diplomas equivalentes ao diploma do ensino secundário regular e uma certificação profissional de Nível III;
- ◆ Organizarem a formação em módulos de duração variável, combináveis entre si e com a duração de 3 anos, sendo a respectiva carga horária a que resultar do plano curricular aprovado;
- ◆ Inserirem-se no plano curricular dos Cursos Profissionais, o qual inclui componentes de:
  - ✧ formação sócio-cultural, comum a todos os cursos;
  - ✧ formação científica;
  - ✧ formação técnica, tecnológica ou artística específica de cada curso;
- ◆ Preverem pelo menos um período de formação em contexto de trabalho directamente ligado a actividades práticas no domínio profissional respectivo e

em contacto com o tecido sócio-económico envolvente e que deve revestir, sempre que possível, a forma de estágio;

- ◆ Preverem um sistema de avaliação de conhecimentos directamente referida à aprendizagem dos alunos, respeitando os princípios da organização modular da formação e concluindo-se obrigatoriamente pela prestação de uma prova de aptidão profissional.

Poderão também ser apoiados cursos vocacionais dirigidos a jovens que, tendo concluído o 2º ciclo do ensino básico, manifestem aptidão e interesse por áreas artísticas. Estes cursos têm a duração de 3 anos, conferindo diploma de escolaridade básica e uma certificação de nível II.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

A apreciação dos projectos a apoiar observa os seguintes critérios:

- Envolvimento institucional da Escola no tecido económico, social e cultural dos territórios respectivos;
- Relevância da formação proposta, em termos locais, regionais e nacionais, determinada, designadamente, pela tendência de procura social dos cursos e perspectivas de empregabilidade;
- Qualidade e grau de sucesso escolar e profissional das formações realizadas na escola;
- Existência de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos diplomados e/ou de acompanhamento do seu percurso no período pós-formação;
- Harmonização da formação com a rede de cursos tecnológicos existentes na região;
- Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo--financeiro da entidade candidata;
- Qualificação dos recursos humanos que dirigem e ministram a formação;
- Capacidade, qualidade e adequação das infra-estruturas educativas/formativas instaladas;
- Prossecução dos objectivos da política para a igualdade de oportunidades, promovendo designadamente o acesso das mulheres a áreas profissionais não tradicionais.

## **Níveis das Ajudas**

A taxa de cofinanciamento calculada em função da despesa pública elegível será de 57.5%, correspondendo a contrapartida pública nacional a 42.5%.

A contrapartida nacional será assegurada em partes iguais, pelo Orçamento dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade.

## **4. CATEGORIA DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- Pessoas singulares ou colectivas de direito privado proprietárias de Escolas Profissionais devidamente autorizadas pelo Ministério da Educação;
- Escolas Profissionais Públicas.

### **Destinatários Finais**

- Jovens que concluíram o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente (9º ano de escolaridade);
- Jovens que, tendo concluído o 2º ciclo do ensino básico, optem por uma formação vocacional artística que exija o desenvolvimento e treino precoces de competência artística.

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério da Educação / Coordenador da Intervenção Desconcentrada da Educação

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008



## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de formandos	(1) (2)	2000	0	12 990
• N° de escolas apoiadas		2000	0	21
• N° de turmas apoiadas		2000	0	633
• N° de horas de formação (Volume de formação)		2000	0	52 372 800
• N° de jovens que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III		2000	0	2 800

(1) Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000.2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.

(2) O investimento no Ensino Profissional co-financiado pelo FSE foi, no âmbito dos QCA I e II, concretizado no PRODEP (Programa Nacional). No III QCA este investimento é partilhado entre P.O. Educação e os P.O. Regionais, em montantes financeiros equivalentes, sendo, no entanto, a respectiva programação, decrescente na P.O. Educação e crescente nos P.O. Regionais, com excepção registada apenas para a Região da LVT dado o processo de *phasing-out*. O número médio de formandos por ano apoiados no âmbito do PRODEP foi de 26 000.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
• Domínios de formação apoiados

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa média de comparticipação (custo total)- 54%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 57.6%**

**Peso financeiro da Medida - 2,3% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.10 - ECONOMIA (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Esta Medida prossegue os objectivos gerais e específicos e enquadra-se na estratégia definida no âmbito do Programa Operacional da Economia, contribuindo para as metas quantificadas ali apontadas.

Tem como objectivos específicos:

- ❖ Promover a criação e desenvolvimento de Áreas de Localização Empresarial, tornando-as verdadeiros centros de negócios, incluindo o fomento da sustentabilidade, a gestão de infra-estruturas comuns de apoio e a prestação de serviços às empresas instaladas;
- ❖ Favorecer abordagens territoriais de valorização turística através da mobilização de esforços e sinergias entre agentes públicos e privados para actuação integrada em determinadas zonas com potencial de desenvolvimento;
- ❖ Promover a melhoria da qualidade da oferta de alojamento destinado ao turismo juvenil e contribuir para a dinamização de áreas turísticas;
- ❖ Contribuir para o desenvolvimento do mercado de consumo do gás natural;
- ❖ Promover o reforço das infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação;
- ❖ Promover a inovação empresarial;
- ❖ Modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às empresas, nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação;
- ❖ Garantir o abastecimento de energia a empresas e consumidores em condições de segurança do aprovisionamento, de eficiência e de baixo custo, contribuindo para o desenvolvimento económico da região;
- ❖ Promover a utilização de novas tecnologias com impacte benéfico para o ambiente.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Os projectos a considerar nesta medida devem reportar-se aos sectores de actividades da Indústria e Energia, Construção, Comércio, Turismo e Serviços visados no Programa Operacional da Economia.

Podem ainda ser consideradas por despacho ministerial, projectos com relevância excepcional de outros sectores de actividade, de acordo com os objectivos específicos visados.

Esta Medida será implementada através das seguintes Acções:

**Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento;**

**Melhoria da envolvente empresarial.**

### **Acção A - Promoção de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento**

Esta acção está sobretudo vocacionada para actuar ao nível:

- ◆ da localização das actividades económicas, enquanto factor crítico de sucesso para estas últimas, uma vez que tirar partido de economias de aglomeração ou estar próximo dos consumidores finais pode fazer a diferença;
- ◆ da conversão de consumos de energia para gás natural.

Assim, neste âmbito as actuações e instrumentos a implementar, distribuem-se pelas seguintes quatro grandes áreas de actuação:

- ◆ Projectos de investimento relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial (ALE), enquanto espaços privilegiados para explorar a localização de actividades económicas, particularmente nos domínios da indústria e dos serviços de apoio à produção, montagem ou distribuição (logística) ou das infraestruturas comuns nas áreas da produção e distribuição de energia (térmica e eléctrica), tratamento de efluentes e resíduos, higiene e segurança;
- ◆ Projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional (PITER) que visem actuar de forma integrada e desejavelmente em parceria público/privado numa determinada zona, para criar condições e uma massa crítica para o aproveitamento do potencial turístico. Incluem não apenas alojamento mas igualmente equipamentos de animação turística, restauração, promoção e eventuais infraestruturas públicas necessárias ao projecto;
- ◆ Projectos de expansão e valorização da Rede Nacional de Turismo Juvenil, através da construção de novas unidades e da recuperação e renovação das unidades que não ofereçam condições de segurança e de qualidade. As novas unidades desfrutarão do potencial turístico da região, fruto da sua proximidade com Lisboa, e do seu património arquitectónico e paisagístico;

- ◆ Projectos de conversão de consumos de energia para gás natural.

Neste tipo de projectos inclui-se:

- ✧ adaptação de equipamentos de queima de combustíveis derivados do petróleo para utilização de gás natural ou instalação de equipamentos de gás natural, visando a redução do consumo de derivados do petróleo;
- ✧ acções de comercialização e marketing que se consubstanciem, na implantação, renovação, alteração ou adaptação de redes interiores, equipamentos de queima e permutadores de calor bem como os investimentos associados à gestão da transferência de consumos para o gás natural em edifícios existentes.

### **Acção B - Melhoria da Envolvente Empresarial**

Esta acção está sobretudo vocacionada para:

- ◆ dotar o sistema tecnológico de novas infra-estruturas e competências em áreas tecnológicas deficientemente cobertas pela rede existente de infra-estruturas tecnológicas, tais como centros tecnológicos, centros de transferência de tecnologia e institutos de novas tecnologias, e ainda outras entidades de interface e assistência tecnológica, no sentido de melhorar o apoio ao desenvolvimento tecnológico das empresas;
- ◆ dotar o sistema de formação profissional de novas infra-estruturas em domínios de actuação de natureza sectorial ou horizontal, correspondendo a necessidades do tecido empresarial;
- ◆ reforçar, no Sistema Português da Qualidade, a rede laboratorial nos domínios de ensaio e calibração, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados nos diversos domínios do SPQ, e estimular a criação de novos organismos de certificação, organismos de inspecção técnica e de auditoria, organismos de verificação metrológica, organismos notificados e de entidades gestoras de sistemas de qualificação integrados ou registados no SPQ;
- ◆ promover o desenvolvimento do projecto do gás natural.

Neste âmbito, as actuações e instrumentos a implementar distribuem-se pelas seguintes áreas de actuação:

- ◆ Criação de infra-estruturas dos Sistemas Tecnológicos, da Formação do Sistema Português da Qualidade e outras infra-estruturas específicas vocacionadas nomeadamente para o apoio à inovação e ao ambiente;
- ◆ Projectos de expansão em superfície das actuais redes de distribuição de gás natural.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

##### Dos Promotores

- encontrarem-se legalmente constituídos à data de apresentação do projecto;
- possuírem estruturas organizacionais adequadas às exigências do projecto;
- terem a situação contributiva regularizada perante o Estado, a Segurança Social e as entidades pagadoras de incentivos;
- cumprirem outras disposições específicas inerentes ao sector de actividade, nomeadamente gozar de capacidade jurídica necessária para a prossecução da actividade e comprometer-se a afectar o projecto à actividade e à localização geográfica por um período mínimo de 5 anos;
- quando existam apoios à formação profissional , cumprir todas as regras estabelecidas na legislação enquadadora dos apoios FSE.

##### Dos Projectos

- enquadrarem-se nos objectivos da medida e nas linhas de política ou estratégia sectorial definidas , bem como na natureza da intervenção;
- apresentarem uma estrutura de custos convenientemente detalhada, fundamentada e adequada aos objectivos a prosseguir;
- envolverem recursos humanos qualificados, cujo currículo garanta uma adequada execução do projecto;
- quando integrarem acções de formação profissional, o plano de formação deve demonstrar coerência, ser consonante com os objectivos do projecto e cumprir os normativos aplicáveis aos apoios do FSE .

#### Condições específicas de acesso

##### Dos projectos da Acção A

##### 1. Criação/Qualificação de Áreas de Localização Empresarial (ALE's)

Constituem condições de acesso dos projectos:

- cumprir os objectivos e tipologia de projectos para este tipo de Acção;
- inserir-se na estratégia definida nas políticas públicas para este tipo de intervenção.

## 2. PITER

### Dos Programas Integrados

Os programas para serem declarados de natureza estruturante de base regional, devem preencher os seguintes requisitos:

- apresentar objectivos e ter uma estratégia clara e adequada às potencialidades do território de intervenção definido, ao ordenamento consagrado e às perspectivas de mercado;
- apresentar sinergias e complementaridades claras entre as suas diversas componentes;
- demonstrar a existência de cadeias de valor de modo a potencial os diversos sectores de actividade a montante e a jusante;
- produzir efeitos no desenvolvimento e modernização do território de intervenção e/ou de influência, designadamente através da criação de novos produtos /actividades ou reforço significativo da competitividade dos existentes;
- produzir um impacte significativo, ao nível do território de intervenção e/ou de influência, na criação de emprego ou na sua requalificação;
- demonstrar um nível de organização interna para a sua execução compatível com os objectivos que pretende alcançar e com os projectos a desenvolver.

### Dos Projectos incluídos num Programa

Constituem condições dos projectos para a sua integração num Programa:

- demonstrarem o seu contributo para a prossecução da estratégia do Programa onde se integram;
- terem os investimentos fundamentados através de análises adequadas ou serem sustentados por diagnósticos de necessidades, cuja profundidade poderá variar em função da dimensão do projecto e da especificidade do sector.

## 3. Pousadas da Juventude

- Cumprir os objectivos e tipologia de projectos desta acção;
- Inserir-se na estratégia definida nas políticas públicas para os sectores de Juventude, Turismo e Desenvolvimento Regional.

#### **4. Projectos de Conversão de Consumos para o Gás Natural**

Tratando-se de uma medida de acesso condicionado a beneficiários aos quais é reconhecido carácter de interesse e serviço público, todos os projectos que cumpram os requisitos legais são seleccionados.

##### **Dos Projectos da Acção B**

##### **1-Criação de Infra-estruturas Tecnológicas e de Formação e outras infra-estruturas específicas**

- Adequação e pertinência do projecto apresentado em relação aos documentos de suporte dos projectos em causa, nomeadamente, Diagnósticos, Planos Estratégicos e Planos de Actividades, consoante os casos;
- Adequação do montante total de investimentos propostos em função dos objectivos apresentados e da natureza da infra-estrutura.

##### **2-Criação de Infra-estruturas do Sistema Português da Qualidade**

- Adequação e pertinência do projecto em relação à justificação específica apresentada;
- Domínios cobertos;
- Cumprimento dos requisitos e objectivos no âmbito do SPQ.

##### **3-Expansão em Superfície das Redes de Distribuição de Gás Natural**

Tratando-se de uma medida de acesso condicionado a beneficiários aos quais é reconhecido carácter de interesse e serviço público, todos os projectos que cumpram os requisitos legais são seleccionados.

#### **Níveis das Ajudas**

##### **Dos projectos da Acção A**

##### **1-Criação/Qualificação de Áreas de Localização Empresarial (ALE's)**

O financiamento dos projectos poderá atingir o máximo de 75% das despesas elegíveis, dependendo a taxa e a sua natureza do tipo de beneficiário.

##### **2-PI TER**

Os incentivos a conceder podem ser reembolsáveis ou não reembolsáveis não podendo ultrapassar em regra o limite de 50% das despesas elegíveis, no caso dos



promotores privados e dependendo a taxa e natureza do incentivo do tipo de projecto, da dimensão e da actividade da empresa, bem como da região em que o projecto se insira.

No caso dos projectos promovidos por promotores públicos ou assimilados a públicos, o financiamento poderá atingir o máximo de 75% das despesas elegíveis.

### **3-Pousadas da Juventude**

O financiamento poderá atingir 75% das despesas elegíveis.

### **4-Projectos de Conversão de Consumos para o Gás Natural**

O financiamento a conceder poderá atingir 50% das despesas elegíveis.

## **Dos Projectos da Acção B**

### **1-Criação de Infra-estruturas Tecnológicas e de Formação e outras infra-estruturas específicas**

O financiamento poderá atingir 75% das despesas elegíveis.

### **2-Criação de Infra-estruturas do Sistema Português de Qualidade**

O financiamento poderá atingir 75% das despesas elegíveis.

No caso de entidades privadas com fins lucrativos será aplicada uma taxa até ao limite máximo de 45% das despesas consideradas elegíveis, sem prejuízo dos projectos apresentados por organismos de normalização em que esta percentagem é de 75%.

### **3-Expansão em Superfície das Redes de Distribuição de Gás Natural**

O incentivo a conceder terá a forma de incentivo não reembolsável no montante de 40% das despesas elegíveis.

Componente Formação Profissional dos projectos

Quando exista formação profissional associada a projectos desta medida, o incentivo a conceder decorre do enquadramento da Medida 2.3 do POE, na qual se estabelecem os mecanismos de financiamento dessa componente.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

#### **Dos projectos da Acção A**

##### **1-Criação/Qualificação de Áreas de Localização Empresarial (ALE's)**

- Associações Empresariais e empresas gestoras de parques industriais, bem como outras entidades de natureza pública ou privada, cuja actividade se enquadre no âmbito desta acção.

##### **2-PI TER**

- Entidades com capacidade jurídica para exercerem actividade económica no sector do Turismo bem como outras entidades responsáveis pela construção e/ou gestão de infraestruturas e equipamentos de natureza pública e relevância turística com intervenção no âmbito dum Programa PI TER.

##### **3-Pousadas da Juventude**

- MOVI JOVEM e IPJ.

##### **4-Projectos de Conversão de Consumos para o Gás Natural**

- Empresas concessionárias de gás natural. No caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo, as empresas concessionárias são a Transgás, a Lusitaniagás, a LisboaGás/GDL e a Setgás.

#### **Dos projectos da Acção B**

##### **1-Criação de Infra-estruturas Tecnológicas, da Formação e Infra-estruturas específicas**

- Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial que tenham como atribuição ou objectivo social principal a realização de actividades de apoio técnico e ou IDDT, empresarialmente orientadas, designadamente centros tecnológicos, centros de transferência de tecnologia, institutos de novas tecnologias, centros de incubação de base tecnológica e parques tecnológicos;
- Entidades de formação, escolas tecnológicas, escolas de hotelaria e turismo do Instituto Nacional de Formação Turística e outras Infra-estruturas de formação que tenham como atribuição ou objectivo social principal a realização de actividades de formação profissional;

- Infra-estruturas de utilização colectiva, nomeadamente na área da protecção ambiental relativa ao tratamento de efluentes e de resíduos de empresas industriais.

## **2-Criação de Infra-estruturas do Sistema Português da Qualidade**

- Entidades que possuam ou demonstrem interesse e capacidade para vir a possuir infra-estruturas laboratoriais acreditadas, no âmbito do SPQ, que sejam ou pretendam ser acreditadas, reconhecidas ou qualificadas, no âmbito do SPQ, como organismos de certificação, organismos de inspecção técnica e auditoria, organismos de verificação metrológica, organismos notificados ou ainda como entidades gestoras de sistemas de qualificação integrados ou registados no SPQ e os organismos reconhecidos no âmbito do SPQ.

## **3-Expansão em Superfície das Redes de Distribuição de Gás Natural**

- Empresas concessionárias para a distribuição de gás natural, bem como outras empresas detentoras de licenças de serviço público relacionadas com estas actividades no âmbito do gás natural – Lusitaniagás, LisboaGás/GDL , Setgás.

## **Destinatários Finais**

- No caso de Ajudas de Estado dos programas PITER os destinatários serão as empresas ou outras entidades com capacidade jurídica para exercerem actividade no sector do Turismo.

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério da Economia / Coordenador da Intervenção Desconcentrada da Economia

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

## 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de Pousadas de Juventude a remodelar				2
• N° de Pousadas de Juventude a criar				1
• Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (n° de km)		1994-99	2500	1 100
• N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural		1994-99	300 372	540 000

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos relativos a áreas de localização empresarial que correspondam ou incluam a recuperação de áreas ambientalmente degradadas</li> <li>• N° de projectos de investimento relativos a áreas de localização empresarial com infra-estruturas e serviços ambientais</li> <li>• N° de projectos de investimento relativos a áreas de localização empresarial com efeitos na redução dos consumos energéticos</li> <li>• N° de projectos de turismo sustentável</li> </ul>

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação (custo total)- 40.6%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 40.6%**

**Peso financeiro da Medida - 15,5% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.11 - CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECIFICOS**

A Medida Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER) visa prosseguir a criação de uma rede de Centros Ciência Viva, apontando para a cobertura de todos os distritos. Trata-se da concretização de um objectivo programático que visa a divulgação científica e tecnológica junto do grande público e a criação de contextos adequados à formação de animadores e professores, ao apoio às escolas, à colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias e instituições educativas, e o desenvolvimento e produção de recursos e conteúdos para a educação formal e não formal.

O modelo que foi experimentado na criação dos Centros de Ciência Viva já em funcionamento, ou cuja criação está em curso, permite verificar que através de parcerias estabelecidas em cada um dos casos, envolvendo actores locais como Câmaras Municipais, instituições científicas, instituições de ensino, empresas com actividades de I&D, centros tecnológicos, associações empresariais, ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para actividades de formação e de divulgação científica e tecnológica, são garantidos:

- ❖ um enraizamento natural do projecto;
- ❖ a mobilização dos recursos humanos e materiais efectivamente existentes e disponíveis localmente para a área da Ciência e da Tecnologia.

Prevê-se, em cada centro, a constituição de uma comissão de acompanhamento e aconselhamento científico, constituída por personalidades externas de reconhecido mérito na área de intervenção do centro.

Toma-se como objectivo a criação de pelo menos um Centro Ciência Viva em cada distrito. Para este objectivo contribuirá também, quando apropriado, a Medida 3.1 - Promover a Cultura Científica e Tecnológica do Programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação.

Este objectivo será materializado através do financiamento de projectos com tipologia indicada a seguir e de fases posteriores de projectos em curso no âmbito da Intervenção Operacional Ciência e Tecnologia do QCA II.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

- ◆ Os Centros Ciência Viva são espaços interactivos de divulgação científica e tecnológica distribuídos pelo território nacional, funcionando como plataformas de desenvolvimento regional científico, cultural e económico através da dinamização dos actores regionais mais activos nestas áreas;
- ◆ os Centros Ciência Viva assumem-se como uma rede de divulgação científica e tecnológica. Em geral, as propostas aprovadas são apoiadas no que respeita à concepção e produção dos conteúdos, através de concurso público. Prevê-se, também, a aprovação directa de projectos apresentados por instituições locais, por sua própria iniciativa ou em resposta ao estímulo do programa Ciência Viva, em particular nos casos em que já foram apresentados projectos que estão em diferentes fases de concepção ou desenvolvimento;
- ◆ a Rede de Centros Ciência Viva estimula também a formação em museologia científica, em colaboração com centros e museus de ciência nacionais e internacionais, a apoiar através de outras iniciativas e programas, nomeadamente pelo Programa Operacional "Ciência, Tecnologia, Inovação" do Eixo 1 do QCA III.

## 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

### Condições gerais de acesso

As condições preferenciais de acesso a apoios da medida são:

- a constituição de um consórcio, ou outro tipo de entidade, que assuma a coordenação local do projecto e demonstre, através da explicitação de mecanismos sólidos, capacidade para a sua gestão eficiente;
- a inclusão de uma entidade pública do Poder Local como proponente;
- a existência de um plano de viabilidade do funcionamento corrente após a instalação.
- Em alternativa, a criação de Centros de Ciência Viva pode, numa fase inicial, ser da iniciativa e gestão da Agência Nacional Ciência Viva.

### Níveis das Ajudas

A taxa média de co-financiamento pelo FEDER dos projectos apoiados por esta medida é de 50%. A contrapartida nacional será constituída a partir da participação financeira da administração central, local e outras, com um peso relativo variável.

## **Prioridades na afectação das verbas**

- Existência de um projecto original e coerente a nível científico e tecnológico, devendo ser preferencialmente temático e integrando, se tal for apropriado, as especificidades da região em função do património natural, tecnológico e social;
- Envolvimento directo das autarquias, nomeadamente através das Câmaras Municipais, as quais serão preferencialmente e quando possível as principais responsáveis pela implementação das infra-estruturas necessárias;
- Integração dos actores regionais mais activos em áreas científicas e tecnológicas, nomeadamente através de parcerias com centros de investigação, educação e empresas, devendo daí resultar os recursos humanos necessários à concretização e continuidade do projecto;
- Previsão de parcerias com instituições congéneres internacionais, nomeadamente, centros de investigação, museus e centros de ciência;
- Adequada localização geográfica, nomeadamente no que respeita à população potencialmente abrangida.

## **2. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- Consórcios, ou outro tipos de entidades, que assumam a coordenação local de um projecto, demonstrada através de mecanismos sólidos de gestão;
- Agência Nacional para a Cultura Científica - Ciência Viva.

### **Destinatários Finais**

- Organismos da administração central, regional e local;
- Instituições do ensino superior, seus institutos e centros de I & D;
- Instituições privadas sem fins lucrativos que desenvolvam actividades científicas e tecnológicas;
- Laboratórios do Estado e outros organismos públicos vocacionados para actividades de I & D;
- Entidades públicas ou privadas vocacionadas para actividades de formação ou divulgação científica e tecnológica;



- Empresas, associações empresariais, centros tecnológicos, parques de ciência e tecnologia e outras instituições privadas que promovam ou desenvolvam actividades científicas e tecnológicas.

## 5. ORGANISMO RESPONSÁVEL

Ministério da Ciência e da Tecnologia.

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de centros de ciência viva a criar		2000	1	4

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de Centros de Ciência Viva com a componente ambiental individualizada</li> </ul>

### 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação** (custo total)- 50%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública)- 50%

**Peso financeiro da Medida** - 0,3% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.12 - SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECIFICOS**

No âmbito das intervenções regionalmente desconcentradas relativas à "Sociedade da Informação", prevê-se a dinamização e generalização das tecnologias da informação e da comunicação com o objectivo de assegurar a melhoria das condições económicas, sociais e culturais de cidadãos e empresas. Estas intervenções revestem um carácter complementar relativamente às medidas previstas nos eixos prioritários 2 e 3 do "Programa Operacional para a Sociedade da Informação" (POSI), que integra o eixo 1 do QCA III.

No presente programa regional, a medida "Intervenções Desconcentradas da Sociedade da Informação" contempla dois tipos de acções:

#### **Portugal Digital**

- ❖ Desenvolvimento e extensão às diversas regiões do país do programa Portugal Digital, já iniciado, a título experimental, no âmbito da medida "Sociedade da Informação" da Intervenção Operacional das Telecomunicações do QCAI I.

#### **Estado Aberto**

- ❖ Introdução e generalização das novas tecnologias da informação e comunicação na administração pública, visando simultaneamente garantir maior facilidade e flexibilidade no acesso à administração por parte de cidadãos e empresas e obter ganhos internos de eficiência no funcionamento dos serviços do Estado.

Estas acções contribuem para a realização de uma das apostas transversais que o PDR e, posteriormente, o QCA III definiram como prioritárias para Portugal - a sociedade da informação e do conhecimento. A concretização deste objectivo passará, por exemplo, pelo uso massificado da Internet, pela redução crescente do papel na administração pública e pelo alargamento das transacções electrónicas para as empresas, nas suas relações entre si e com a administração pública.

### **Acção 1 - Portugal Digital**

- ❖ A presente acção, dirigida ao apoio e financiamento de projectos de Cidades ou Regiões Digitais realiza-se através de parcerias públicas e privadas, que envolvem entidades nacionais, regionais ou locais, com participação e peso relativos variáveis, de acordo com as condições objectivas de cada projecto candidato.
- ❖ Ela desenvolve-se através da promoção e apoio a iniciativas locais de desenvolvimento de projectos específicos, dirigidos à disponibilização de serviços locais de interesse público "on line" e à sua utilização pelas populações abrangidas, para permitir um pleno aproveitamento das oportunidades que os novos serviços digitais proporcionam, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento económico e social das empresas e das regiões.
- ❖ Cada Cidade ou Região Digital desenvolve-se a partir dum núcleo dinamizador de parceiros locais que se estabelecem em consórcio, ao qual se associam agentes e entidades locais que candidatam projectos de utilização das tecnologias da informação e comunicação nas áreas das suas competências. Por outro lado, na base duma avaliação positiva dos seus resultados, poderão ser apoiadas fases subsequentes dos projectos que beneficiaram de financiamento comunitário no âmbito do sub-programa "Telecomunicações" do QCA II.

### **Acção 2 - Estado Aberto - Modernizar a Administração Pública**

- ❖ Os objectivos prosseguidos por esta acção enquadram-se num contexto amplo de modernização administrativa, na perspectiva das possibilidades geradas pelo uso das novas tecnologias da informação e comunicação. Estes objectivos são idênticos aos prosseguidos no âmbito da medida 3.1 do "Programa Operacional para a Sociedade da Informação".
- ❖ As expectativas geradas pelas novas tecnologias da informação e comunicação implicam a falência dum modelo administrativo pouco dinâmico e fechado, mas mostram igualmente o caminho que se abre à nova administração e que passa pelo uso alargado e corrente dessas mesmas tecnologias, que constituem, assim, ao mesmo tempo, problema e solução desta equação. Com efeito, se é certo que elas vieram colocar desafios que tornaram urgente e imperiosa a reforma administrativa do Estado, não o é menos que fornecem também os meios necessários para pôr em prática, de forma eficaz, essa mesma reforma.
- ❖ Na base desta estratégia de intervenção, encontram-se os seguintes dois níveis de actuação:
  - Flexibilização do acesso à administração pública por parte dos cidadãos e empresas

- Procura de ganhos de eficiência interna no funcionamento da própria administração

Assim, neste contexto específico, será apoiado um conjunto de intervenções com vista ao desenvolvimento duma administração pública aberta e integrada, através da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

### **Acção 1 - Portugal Digital**

Podem candidatar-se à presente medida projectos integrados que reúnam várias entidades beneficiárias, públicas ou privadas, e visem designadamente:

- ◆ A prossecução das finalidades da Iniciativa Internet e de outras iniciativas nacionais ou da União Europeia do mesmo âmbito;
- ◆ projectos relativos ao sistema de ensino, incluindo a ligação de escolas à Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), a ligação e criação de redes entre universidades e institutos politécnicos, a ligação de centros de formação de professores e a criação de contextos educativos que permitam a utilização, por professores e estudantes, dos meios da sociedade da informação para melhoria da qualidade e eficácia do sistema de ensino;
- ◆ projectos relativos à criação de conteúdos didácticos suportados em projectos educativos multidisciplinares, assentes em critérios científicos sólidos e incluindo, preferencialmente, actividades de colaboração entre agentes do sistema de ensino;
- ◆ projectos que contribuam para a obtenção de competências básicas em tecnologias de informação;
- ◆ projectos que permitam a disponibilização, em formato digital, de conteúdos de interesse público ou cultural;
- ◆ projectos de iniciativa da administração local, dirigidos à modernização dos seus serviços internos, do uso de meios electrónicos na interacção entre os serviços municipais e os munícipes e nos quais, designadamente, se promova a substituição dos processos baseados em papel por processos totalmente automatizados;
- ◆ projectos que contribuam para o aumento da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais, designadamente os que visem a criação de "montras digitais" e de espaços públicos de acesso gratuito à Internet, livre ou tutorado;

- ◆ projectos que prevejam o uso da tele-medicina para melhoria dos meios de diagnóstico, da prestação de serviços de saúde e da cobertura geográfica e eficácia dos serviços de saúde;
- ◆ projectos que, pela utilização das tecnologias da informação e comunicação e, designadamente, pelo uso da Internet e do comércio electrónico, contribuam para a modernização do tecido económico, para o aumento de competitividade das empresas nacionais, para a criação de novos postos de trabalho ou de postos de trabalho que exijam mais elevados níveis de qualificação;
- ◆ outros projectos de especial interesse no âmbito da política para a sociedade da informação.

Dar-se-á atenção especial aos projectos dirigidos aos cidadãos com necessidades especiais decorrentes das suas deficiências, da sua idade ou do seu estado de incapacidade temporária, nomeadamente àqueles que integrem, desde a fase da concepção, os elementos ou especificações técnicas que permitam o acesso imediato destes cidadãos às tecnologias oferecidas.

Os projectos acima mencionados podem ou não integrar uma componente de formação que será, nesse caso, financiado pela medida Sociedade da Informação/FSE.

## **Acção 2 - Estado Aberto - Modernizar a Administração Pública**

Podem candidatar-se à presente medida projectos que obedeçam às características a seguir indicadas:

- ◆ projectos de simplificação processual / organizacional e, nomeadamente, os que visem a introdução (ou reformulação) de processos de interacção entre a administração e os respectivos utentes finais (cidadãos e empresas), de acordo com uma perspectiva de "guichet único";
- ◆ projectos de aplicações inovadoras de tecnologia na Administração Pública, que visem, nomeadamente, disponibilizar serviços ou produtos da administração aos respectivos utentes finais (cidadãos e empresas) por meios não presenciais, em particular com recurso à Internet.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

##### Acção 1 - Portugal Digital

Em geral, a finalidade dos projectos a financiar no âmbito da presente medida deve adequar-se aos objectivos acima indicados. São ainda condições de acesso aos apoios financeiros definidos no âmbito desta acção:

- A existência duma entidade pública local ou regional entre os proponentes do projecto;
- A existência dum plano de viabilidade das componentes não sociais do projecto após a cessação dos pagamentos correspondentes ao financiamento concedido.

Na generalidade dos casos, exigir-se-á a constituição dum consórcio ou outro tipo de entidade que assuma a coordenação local do projecto e detenha capacidade suficiente para a respectiva gestão, designadamente no plano financeiro. Quando a constituição deste consórcio se revelar impossível ou inapropriada, a responsabilidade global do projecto poderá ser confiada a uma das entidades participantes ou a entidade nacional idónea.

Será exigida, em cada projecto, a inclusão de indicadores adequados que permitam verificar o andamento do mesmo e os progressos realizados.

Os projectos serão apreciados pelo gabinete de gestão do programa operacional, com base em pareceres emitidos por painéis de avaliação ou avaliadores individuais.

#### Prioridades na afectação das verbas

Na selecção dos projectos a considerar no âmbito da presente acção, dar-se-á, em geral, prioridade àqueles que se conformem com os seguintes critérios de selecção:

- Massificação do uso social das TIC;
- Impacto positivo no sistema de educação e formação;
- Utilização efectiva de recursos e capacidades locais;
- Existência de forte integração/articulação das acções propostas em diversas áreas prioritárias: ensino, administração central e local, saúde, economia, cultura e acessibilidades;
- Impacto sócio-económico dos projectos, atendendo designadamente ao número de postos de trabalho criados ou qualificados;

- Contributo positivo do projecto em matéria de igualdade de oportunidades;
- Contributo positivo do projecto em matéria de satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais.

### **Níveis das Ajudas**

A taxa média de co-financiamento FEDER para os projectos apoiados por esta medida é de 50 %. A contrapartida nacional será constituída através da participação financeira da administração central, regional ou local ou de outras entidades participantes, públicas ou privadas. No caso de serem concedidas ajudas de Estado, estas não poderão ultrapassar os limites definidos na regra "de minimis".

Esta taxa pode ser majorada nos projectos dirigidos a pessoas com necessidades especiais ou a públicos que façam parte de minorias sociais.

### **Acção 2 - Estado Aberto - Modernizar a Administração Pública**

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Na selecção dos projectos a considerar no âmbito da presente acção, dar-se-á, em geral, prioridade aqueles que se inscrevam no âmbito da execução de reformas estratégicas da Administração Pública:

- Projectos que tenham um efeito multiplicador potencial ao nível da modernização administrativa, visando a obtenção de efeitos reprodutivos que transcendam a entidade(s) proponente(s) e / ou a sua área geográfica imediata de actuação;
- Projectos que sejam gerados por parcerias no âmbito da Administração Pública, visando a disseminação de experiências e resultados no contexto de modernização administrativa;
- Projectos que visem promover o acesso de grupos com necessidades especiais às novas tecnologias da informação, nomeadamente ao nível da adequação de conteúdos e formatos dos sítios Internet.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Beneficiários Finais**

- Consórcios ou outras entidades que assumam a coordenação local do projecto;



- Serviços e organismos da Administração Pública, incluindo os seus serviços desconcentrados e os organismos da Administração local, bem assim como os Institutos Públicos, nas modalidades de serviços personalizados e de fundos públicos, as fundações públicas e os estabelecimentos públicos.

### **Destinatários**

- Entidades públicas da administração central, regional e local
- Entidades públicas e privadas vocacionadas para actividades científicas e tecnológicas
- Agências de desenvolvimento de natureza nacional, regional ou local ou entidades similares
- Organizações não governamentais (ONG), associações culturais ou científicas, outras pessoas colectivas de direito público sem fins lucrativos
- Instituições de ensino, incluindo institutos e centros de I & D de instituições do ensino superior
- Empresas
- Cidadãos utentes da administração.

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

A entidade responsável pela vertente do Estado Aberto desta medida será o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, sem prejuízo que a coordenação da Medida da Sociedade de Informação seja efectuada pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

---

2. Estrutura do Programa Operacional por Eixos Prioritários e Medidas

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• Organismos que disponibilizam correio electrónico interno aos seus funcionários			a)	100%
• Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos seus funcionários			a)	100%
• Organismos com ligação à Internet			a)	100%
• Organismos que disponibilizam formulários na Internet			a)	75%
• Organismos que aceitam formulários através da Internet			a)	75%
• Organismos que utilizam as TIC em processos comuns com recurso a comunicação via internet (correspondência, recursos humanos, aquisições, etc)			a)	80%

a) Não aplicável, uma vez que no anterior não foram financiados projectos desta natureza.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos apoiados, por tipologia</li> <li>• N° de instituições locais envolvidas, por tipologia</li> <li>• N° de regiões ou cidades envolvidas</li> <li>• N° de projectos locais e instituições apoiadas, por tipologia</li> </ul>

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação (custo total)- 58,8%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 58,8%**

**Peso financeiro da Medida - 0,8% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.13 - SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECIFICOS**

Considerando o carácter integrado das acções previstas no Eixo Prioritário 2 "Portugal Digital" do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), importa que as suas vertentes - apoio à acessibilidade e conteúdos e aquisição ou reforço de competências se desenvolvam de forma articulada, em função do objectivo global definido para cada projecto.

Neste sentido, a presente medida (tal como a medida 2.4 do POSI, de que é complementar) tem como objectivo específico assegurar a formação necessária para garantir a concepção, execução e desenvolvimento pleno dos projectos de Cidades ou Regiões Digitais; através do financiamento das acções de formação em tecnologias da informação e comunicação que se revelem necessárias para a concretização desses projectos. Tratar-se-á, assim, de acções de formação de curta duração, concebidas em resposta a necessidades singulares e precisas, identificadas neste quadro.

Por outro lado, salienta-se que, dados os objectivos limitados da presente medida, os apoios a conceder no seu âmbito não excluem o recurso à medida de formação avançada do POSI (medida 1.2) ou a outros programas ou acções de formação adequados.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

- ◆ Podem candidatar-se à presente medida as acções de formação em tecnologias de informação e comunicação exclusivamente integradas nos projectos candidatos a financiamento no âmbito da medida 3.12 "Sociedade da Informação/FEDER - acção Portugal Digital".
- ◆ Dar-se-á atenção especial aos projectos de formação dirigidos aos cidadãos com necessidades especiais decorrentes das suas deficiências, da sua idade ou do seu estado de incapacidade temporária, ou aos formadores em áreas relacionadas com aquelas necessidades.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

- Só podem candidatar-se a apoios a conceder no âmbito desta medida as acções de formação que constituam uma componente indispensável ou fortemente valorizadora dos projectos aprovados no âmbito da medida .3.12 "Sociedade da Informação/FEDER - acção Portugal Digital";
- Será exigida, em cada projecto, a inclusão de indicadores adequados que permitam verificar o andamento do mesmo e os progressos realizados.

#### Níveis das Ajudas

A taxa média de co-financiamento FSE para os projectos apoiados por esta medida é de 50 %.

Esta taxa pode ser majorada nos projectos dirigidos a pessoas com necessidades especiais ou a públicos que façam parte de minorias sociais.

#### Prioridades na afectação das verbas

- Qualidade reconhecida das entidades formadoras e sua experiência em relação ao tipo de acções financiadas;
- Preferência dada no recrutamento de formando aos habitantes da área de acção do projecto;
- Contributo positivo do projecto em matéria de satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais.

### 4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS

- Integram a categoria de beneficiários finais os consórcios ou outras entidades que assumam a coordenação local dos projectos de Cidades ou Regiões Digitais em que as acções de formação se integrem.

#### Destinatários

São destinatárias da presente medida, entre outras, as seguintes entidades:

- Entidades públicas da administração central, regional e local
- Entidades públicas e privadas vocacionadas para actividades científicas e tecnológicas

- Agências de desenvolvimento de natureza nacional, regional ou local ou entidades similares
- Organizações não governamentais (ONG), associações culturais ou científicas, outras pessoas colectivas de direito público sem fim lucrativo
- Instituições de ensino, incluindo institutos e centros de I & D de instituições do ensino superior
- Empresas

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério da Ciência e da Tecnologia

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## **8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO**

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de formandos</li> <li>• N° de projectos de formação, por áreas e níveis</li> <li>• N° de horas de formação</li> <li>• N° de formandos, por sexo</li> <li>• N° de formandos integrados em projectos "Portugal Digital"</li> <li>• N° de projectos de formação dirigidos aos cidadãos com necessidades especiais decorrentes das suas deficiências</li> <li>• N° de instituições apoiadas, por tipologia</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FSE**

**Taxa média de comparticipação** (custo total)- 53.4%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública)- 53.4%

**Peso financeiro da Medida** - 0,1% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.14 - PESCAS - INFRAESTRUTURAS DE PORTOS (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECIFICOS**

- ❖ Melhorar as infra-estruturas de portos de pesca que integram a rede básica de portos de pesca e melhorar as condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios, com condições ainda deficientes e onde a actividade da pesca tenha um impacto económico e social importante.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

Esta acção assegura a continuidade da Medida "Infraestruturas de Portos de Pesca" do QCA II e visa a melhoria das infra-estruturas de portos de pesca, na sua globalidade, ou seja, não apenas os designados terminais de pesca, incluídos em infra-estruturas portuárias mais amplas, mas também os pequenos núcleos de apoio à pesca.

O impacto do apoio às infraestruturas portuárias da actividade da pesca - portos e núcleos de pesca - deve ser sempre avaliado não apenas em termos económicos mas também sociais, atendendo ao facto das comunidades piscatórias residirem, na generalidade, junto desses portos.

Neste contexto, os investimentos em portos de pesca, a realizar sempre com respeito pelo ordenamento geral e pelo ambiente, destinam-se nomeadamente a:

- ◆ Construção ou reforço de obras exteriores de abrigo;
- ◆ Construção de infra-estruturas portuárias;
- ◆ Reordenamento e renovação de infra-estruturas;
- ◆ Arranjo de acessos e terraplenos envolventes de portos de pesca;
- ◆ Construção/melhoramento de infra-estruturas em pequenos núcleos de pesca.



### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

- Melhoria das condições de acesso, atracação, desembarque do pescado, e estacionamento das embarcações de pesca.
- Melhoria da articulação da actividade da pesca com outras actividades económico-sociais, permitindo reduzir o grau de dependência da pesca em certas comunidades piscatórias.
- Serão seleccionados prioritariamente os projectos que satisfaçam maior número de critérios de selecção.

### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Instituto Marítimo - Portuário;
- Institutos e Administrações Portuárias;
- Docapesca e outras entidades sujeitas a controle público;
- Instituto de Conservação da Natureza.

### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas / Coordenador da Intervenção Desconcentrada das Pescas

### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

#### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

#### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de projectos de beneficiação ou construção em portos de pesca	(1)	1994-99	3	4

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A situação de partida corresponde aos projectos apoiados no período de programação anterior (QCA II).

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação** (custo total)- 75%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública)- 75%

**Peso financeiro da Medida** - 0,4% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS

### MEDIDA 3.15 - AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (FEOGA)

#### 1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Nesta Medida distinguem-se várias Acções: Diversificação na Pequena Agricultura, Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade, Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas, Serviços à Agricultura, Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento, Caminhos e Electrificação Agro-Rurais, Valorização do Ambiente e do Património Rural e Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural.

#### **Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura**

Esta acção enquadra-se na Declaração da Comissão relativa a Portugal exarada na Acta do Conselho de 17/18 de Maio de 1999 aquando da adopção dos regulamentos relativos à reforma da PAC/Agenda 2000, e tem como objectivos centrais:

- ❖ Melhorar os rendimentos agrícolas e as condições de vida, de trabalho e de produção;
- ❖ Manter e reforçar o tecido económico e social das zonas rurais;
- ❖ Promover o desenvolvimento de actividades e de práticas potenciadoras do aproveitamento das condições edafo-climáticas regionais;
- ❖ Diversificar as actividades em pequenas explorações agro-florestais de modo a viabilizar e desenvolver modelos de agricultura baseados na pluriactividade e plurirendimento familiar;
- ❖ Promover ocupações múltiplas e rendimentos alternativos para famílias agricultoras que dão um contributo essencial à manutenção do ambiente e do tecido social das zonas rurais.

A acção "Diversificação na Pequena Agricultura" integra três subacções enquadradas nos dispositivos regulamentares a seguir indicados:

#### **Subacção 1.1 - Apoio à pequena agricultura**

Regulamento (CE) n.º 1257/99, art.º 4º e 5º e art.º 2º do  
Reg.(CE) n.º 1750/99 modificada pelo Reg.(CE) n.º 2075/2000.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 111  
(Investimentos nas explorações agrícolas)

### **Subacção 1.2 - Diversificação de actividades na exploração agrícola**

Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art.º 33º- Trav. 7.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1307 (Diversificação das actividades agrícolas e conexas).

### **Subacção 1.3 - Incentivo às actividades turísticas e artesanais**

Regulamento (CE) n.º 1257/99, Art.º 33º- Trav. 10.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1310 e 1311 (Fomento das actividades de turismo/Fomento do artesanato nas explorações)

Através desta acção serão apoiadas as acções de melhoria das condições materiais de suporte da actividade de pequenas explorações agro-florestais, adaptadas às suas características estruturais específicas, que contribuam para reforçar o seu potencial em termos agrícolas e de diversificação e de criação de actividades múltiplas ou rendimentos complementares e alternativos.

## **Acção 2 - Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade**

Esta acção visa:

- ❖ Desenvolver e melhorar a transformação e a comercialização de produtos que, ou pelas suas características marcadamente territoriais, ou pelo seu saber tradicional, se distinguem claramente dos produtos correntes no mercado;
- ❖ Desenvolver os sistemas necessários à caracterização dos produtos de qualidade e dos seus modos de produção particulares;
- ❖ Desenvolver acções de controlo da qualidade e dos sistemas e condições de produção dos produtos, bem como a respectiva certificação.

Integra duas Subacções e enquadra-se nos dispositivos regulamentares a seguir indicados:

### **Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas**

Regulamento (CE) n.º 1257/99, Arts. 25º a 28º.

Enquadramento do classificador comunitário das intervenções estruturais: 114 (melhoramento da transformação e comercialização dos produtos agrícolas).

Esta subacção visa o apoio à criação e modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos de qualidade com marcada vinculação ao território ou ao saber fazer tradicional, limitando-se aos produtos que beneficiem de menções DOP, IGP, DO, IG, ETG, ETG-RP, AB, PI e outras que venham a ser legalmente consignadas.

### **Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 4

Enquadramento do classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 304 (comercialização de produtos agrícolas de qualidade).

Esta subacção visa o apoio à aquisição e ao desenvolvimento dos meios e sistemas necessários à melhoria da comercialização dos produtos de qualidade, bem como apoio à caracterização e controlo dos produtos e dos seus modos de produção, bem como à respectiva certificação.

### **Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas**

Esta acção tem como objectivos específicos:

- ❖ Promoção e consolidação do associativismo florestal e a melhoria do desempenho das estruturas organizativas dos baldios;
- ❖ Desenvolvimento de serviços de natureza florestal especializados, diversificados e de qualidade;
- ❖ Aumentar a sustentabilidade e a rentabilidade da floresta pelo uso racional dos seus recursos, nomeadamente através da profissionalização da gestão florestal;
- ❖ Ordenar os espaços florestais e dotá-los de instrumentos de prevenção que diminuam as probabilidades de ocorrência de incêndios ou outras situações provocadas por pragas e doenças;
- ❖ Conservação e valorização dos espaços florestais de alto valor ecológico.

Integra cinco subacções e enquadra-se nos dispositivos regulamentares a seguir indicados:

### **Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 30º nº1, trav.5.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 124 (criação de associações de proprietários florestais).

Esta subacção visa promover e consolidar o associativismo florestal através do apoio à constituição e arranque de associações e cooperativas de produtores florestais e das estruturas organizativas dos baldios, para, nomeadamente, apoiar os seus associados na gestão florestal sustentável.

### **Subacção 3.2 - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art.33º, trav.3.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 303 (serviços de substituição nas explorações e serviços de apoio à gestão).

Esta subacção tem como objectivo apoiar a constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços técnicos de natureza florestal nos domínios da gestão, do apoio e da divulgação técnica na actividade florestal.

### **Subacção 3.3 - Apoio à Prestação de Serviços Florestais**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav.5.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 305 (serviços de base para a economia rural e a população).

Esta subacção visa o apoio financeiro a projectos de prestação de serviços técnicos especializados, diversificados e de qualidade, essenciais ao desenvolvimento sustentável da floresta.

Os projectos deverão obedecer a um caderno de encargos e serão seleccionados e aprovados no âmbito do desenvolvimento de um "convite público" à apresentação de propostas, sendo apoiada a prestação de serviços nos seguintes domínios:

- divulgação tecnológica, legislativa, comercial e organizacional;
- planeamento e apoio à gestão florestal;
- outros serviços técnicos especializados não directamente associados ao processo produtivo.

### **Subacção 3.4 - Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 30º nº 1, trav. 6.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 125 (reconstituição do potencial produtivo silvícula e introdução de instrumentos de prevenção adequados).

Esta subacção tem como objectivos:

- Promover, a título experimental, a adopção de medidas de protecção fitossanitária, através da elaboração e aplicação de planos de intervenção plurianuais (Componente 1);
- Promover o apoio a acções e investimentos em espaços florestais com vista à prevenção de incêndios florestais e de outras situações de emergência, visando em particular a redução do risco de ignição e de progressão e a aplicação de técnicas de silvicultura preventiva (Componente 2).

### **Subacção 3.5 - Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 32º.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 127 (melhoramento e preservação da estabilidade ecológica das florestas).

Esta subacção tem como objectivo apoiar a preservação e melhoria da estabilidade ecológica das florestas, nas situações onde o seu papel protector e ecológico seja de interesse público notório e deva ser a sua função predominante, e contribuir para a manutenção de corta-fogos através de práticas agrícolas.

### **Acção 4 - Serviços à Agricultura**

Esta acção tem como objectivos específicos

- ❖ Criar e desenvolver serviços de substituição e de apoio à gestão das explorações agrícolas;
- ❖ Criar e desenvolver a prestação de outros serviços essenciais à agricultura e a actividades complementares, tendo em vista, nomeadamente, a melhoria da gestão técnica e económica das explorações agrícolas, e das condições de trabalho dos agricultores, a qualidade dos produtos, a protecção do ambiente e o bem estar animal.

Integra duas subacções enquadradas nos dispositivos regulamentares a seguir indicados:

**Subacção 4.1 - Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações Agrícolas**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art.33º, trav. 3

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 303 (serviços de substituição e de apoio à gestão).

Esta subacção visa:

- Apoio à instalação ou reforço de serviços de substituição, que possibilitem novas formas de organização do trabalho, de serviços de apoio á gestão técnica, económica, financeira e administrativa das explorações agrícolas e à constiuição e arranque de serviços produtivos comuns;
- As entidades a apoiar serão previamente reconhecidas em função da utilidade do seu projecto.

**Subacção 4.2 - Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Artº 33º, trav.5

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 305 (serviços de base para a economia rural e população).

Esta subacção visa:

- Apoiar a constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços agrícolas, designadamente em territórios e/ou domínios em que se revelem essenciais à actividade das explorações e dos agricultores(Componente 1);
- Apoiar projectos de prestação de serviços agrícolas essenciais para o desenvolvimento da agricultura e das condições de vida e trabalho dos agricultores, para assegurar a qualidade dos sistemas de produção e dos produtos, e para a protecção do ambiente e do bem estar dos animais, aferindo-se a essencialidade em função quer do interesse público, quer das necessidades dos agentes económicos e sociais, quer ainda da não existência de uma oferta adequada e satisfatória do tipo de serviços em causa nas zonas rurais (Componente 2).

Estes serviços revestem a natureza de serviços de assistência e apoio técnico de âmbito local.



## **Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento**

Esta acção desenvolve-se através de três subacções cujo enquadramento regulamentar a seguir se indica:

### **Subacção 5.1 - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 8.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 308 (gestão dos recursos hídricos na agricultura).

Esta subacção visa garantir a:

- Identificação de potencialidades hidro-agrícolas a nível regional, nomeadamente em zonas de boa aptidão agrícola e com possibilidades de reorientação produtiva;
- Melhoria da gestão dos recursos hidro-agrícolas numa perspectiva de completo e eficiente aproveitamento do potencial existente;
- Construção de aproveitamentos hidro-agrícolas de média e pequena dimensão, abrangendo todas as infraestruturas de forma integrada, técnica e ambientalmente equilibrada, que conduzam a uma gestão racional e eficiente dos recursos hídricos;
- Preservação e recuperação dos sistemas de regadio tradicionais de grande interesse económico e social.

### **Subacção 5.2 - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 8.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 308 (gestão dos recursos hídricos na agricultura).

Esta subacção visa garantir a:

- Melhoria da gestão dos recursos hidro-agrícolas numa perspectiva de completo e eficiente aproveitamento do potencial existente;
- Melhoria de aproveitamentos hidro-agrícolas, abrangendo todas as infraestruturas de forma integrada, técnica e ambientalmente equilibrada, que conduzam a uma gestão racional e eficiente dos recursos hídricos.

### **Subacção 5.3 - Emparcelamento Rural**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Artº 33º, trav. 2.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 302 (emparcelamento).

Esta subacção visa promover o reordenamento do espaço rural através da preparação e execução de:

- Operações de emparcelamento integral em zonas de grande potencial agrícola e com uma deficiente estrutura fundiária, ao nível da fragmentação e dispersão da propriedade ou da exploração;
- Operações de emparcelamento integral em zonas de grande potencial agrícola e em que se verifique um acentuado conflito entre usos agrícolas e não agrícolas do solo, particularmente usos ambientais, nomeadamente devidos à sua integração em zonas de condicionantes ambientais;
- Operações de emparcelamento de exploração, com ou sem redimensionamento da exploração, associados ou não a processos de reconversão tecnológica, e visando a melhoria das condições de produção no conjunto da exploração ou em alguma das suas vertentes produtivas, em zonas onde a deficiente estrutura da exploração possa ser limitativa destas alterações;
- Planos de ordenamento do espaço rural, nomeadamente os projectos de intervenção em espaço rural previstos na alínea a) do nº2, do artigo 91º do Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro, que identifiquem linhas de orientação para o desenvolvimento do espaço rural, proponham critérios para melhor ocupação do solo e intervenções devidamente enquadradas, quantificadas e priorizadas.

### **Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais**

Esta acção tem como objectivos específicos:

- ❖ Melhorar as acessibilidades nas zonas rurais;
- ❖ Disponibilizar o acesso à energia eléctrica por forma a permitir a modernização, reconversão e diversificação de actividades nas explorações agrícolas e garantir a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Contempla duas subacções cujo enquadramento regulamentar a seguir se indica:

### **Subacção 6.1 - Caminhos Agrícolas e Rurais**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 9.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 309 (desenvolvimento e melhoramento das infraestruturas ligadas à agricultura).

No âmbito desta subacção será concedido apoio à abertura ou melhoria de caminhos agrícolas e rurais por forma a dotar as zonas rurais de melhor acessibilidade, facilitando assim a circulação de pessoas e equipamentos, o acesso às explorações agrícolas e o escoamento dos produtos.

Nos caminhos agrícolas aplica-se uma dimensão máxima de 4 metros de largura podendo atingir 5 metros no caso dos caminhos rurais.

### **Subacção 6.2 - Electrificação**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 9.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 309 (desenvolvimento e melhoramento das infraestruturas ligadas à agricultura).

Esta subacção visa disponibilizar o acesso à energia eléctrica às explorações agro-florestais, pequenas agro-indústrias e outras iniciativas e projectos de desenvolvimento local, por forma a permitir a modernização, reconversão e diversificação das actividades produtivas.

No âmbito desta subacção será concedido apoio à instalação de linhas de distribuição e de alimentação de energia eléctrica e postos de transformação, facilitando assim o acesso pelas explorações agro-florestais, pequenas agro-indústrias e outras iniciativas e projectos de desenvolvimento local a uma fonte de energia não poluente e que permita a sua modernização, reconversão e diversificação, ou mesmo viabilização, proporcionando às populações rurais a melhoria do seu rendimento e qualidade de vida.

### **Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural**

Esta acção visa:

- ❖ Preservar e valorizar a identidade dos pequenos aglomerados rurais, melhorar a sua atractividade e potencial o seu desenvolvimento económico e social;

- ❖ Melhorar a qualidade de vida e de bem estar da população rural;
- ❖ Aproveitamento dos recursos naturais e da paisagem para fins económicos, sociais e de lazer;
- ❖ Requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-indústrias num quadro de intervenções de carácter colectivo.

Integra duas Subacções cujo enquadramento regulamentar e o que a seguir se indica:

### **Subacção 7.1- Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 6.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 306 (renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património rural).

Esta subacção tem como objectivo a recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural através da elaboração e execução de Planos Globais de Intervenção abrangendo, nomeadamente, operações de:

- Requalificação de espaços públicos em pequenos aglomerados rurais;
- Recuperação de construções rurais de traça tradicional, nomeadamente de instalações relacionadas com actividades agrícolas e florestais;
- Preservação e valorização da paisagística dos espaços rurais;
- Dinamização de espaços agro-florestais para fins lúdicos e/ou pedagógicos relacionados com a actividade em meio rural e melhoramento das condições de acesso aos locais de interesse colectivo;
- Criação de espaços museológicos de temática rural.

### **Subacção 7.2 - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais**

Regulamento (CE) nº 1257/99, Art. 33º, trav. 11.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 312 ( preservação do meio ambiente e melhoramento do bem estar animal ).

Esta subacção visa apoiar a requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-indústrias

num quadro de intervenções de carácter colectivo, particularmente para assegurar o pré-tratamento e adequado escoamento dos efluentes de origem agro-pecuária e agro-industrial.

### **Acção 8 – O do Desenvolvimento Agrícola e Rural**

Esta acção enquadra-se no âmbito do travessão 5, do artigo 33º do regulamento (CE) 1257/99 e tem como objectivo incentivar e apoiar iniciativas locais de desenvolvimento da agricultura e dos territórios rurais, com vista ao aproveitamento eficaz e integrado dos diversos instrumentos de política disponíveis e à valorização do potencial dos recursos materiais e humanos.

Enquadramento no classificador comunitário das intervenções estruturais: 1 305 (serviços de base para a economia rural e a população).

Esta acção visa:

- ❖ O apoio à concepção, implementação, gestão e avaliação de Planos de Acção enquadramentos de iniciativas de desenvolvimento local nos domínios agrícola e rural;
- ❖ A promoção de medidas de acompanhamento conexas à dinamização dos Planos de Acção, bem como à dinamização e divulgação de experiências de carácter inovador e efeito demonstrativo;
- ❖ O reforço da cooperação entre iniciativas com distintas incidências territoriais, com vista à prossecução de estratégias comuns de desenvolvimento.

## **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

### **Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura**

#### **Despesas Elegíveis**

Despesas relacionadas com:

#### **Subacção 1.1 – Apoio à pequena agricultura**

- ◆ melhoramentos fundiários, plantações, comercialização de produtos da exploração e diversificação de actividades no domínio agro-florestal, que se enquadrem no modelo de desenvolvimento local;
- ◆ construções, reparações e equipamentos adaptados à dimensão e características da exploração agro-florestal, para a correcta condução da

exploração, para a preservação ou qualificação ambiental e para o bem-estar animal;

- ◆ animais reprodutores, quando em início de actividade ou aumento de efectivo;
- ◆ melhoramentos funcionais destinados à melhoria das condições económicas da exploração e igualmente à obtenção de certas condições mínimas regulamentares nas zonas rurais indicadas nas condições de acesso relativas a esta subacção.

### **Subacção 1.2 - Diversificação de actividades na exploração agrícola**

- ◆ a diversificação das actividades, podendo incluir a transformação de produtos agrícolas fora do Anexo 1 do Tratado.

### **Subacção 1.3 - Incentivos às actividades turísticas e artesanais**

- ◆ a criação e o desenvolvimento de actividades artesanais;
- ◆ o desenvolvimento do turismo em espaço rural

## **Níveis de Ajuda**

### **Subacção 1.1 - Apoio à pequena agricultura**

As ajudas serão concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido à taxa de 40% e 50% do investimento elegível, respectivamente nas zonas não desfavorecidas (ZND) e nas zonas desfavorecidas (ZD)

### **Subacções 1.2 e 1.3 - Diversificação de actividades na exploração agrícola e incentivo às actividades turísticas e artesanais**

As ajudas serão concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido à taxa de 50% do investimento elegível.

## **Acção 2 - Desenvolvimento de Produtos de Qualidade**

### **Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas**

## **Despesas Elegíveis**

- ◆ Construção, adaptação ou aquisição de bens imóveis, com excepção da compra de terrenos;
- ◆ Aquisição de maquinaria e equipamento novo, programas informáticos e meios de transporte específico da actividade a desenvolver;

- ◆ Aquisição de equipamento de tratamento de efluentes;
- ◆ Despesas gerais, nomeadamente as despesas com consultores, estudos, aquisição de patentes e licenças até ao limite de 12% das despesas referidas acima.

### **Níveis das Ajudas**

As ajudas serão atribuídas sob a forma de subsídio a fundo perdido, no valor de 50% das despesas elegíveis.

## **Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade**

### **Despesas Elegíveis**

- ◆ Realização de estudos de caracterização de produtos de qualidade e dos modos de produção particulares;
- ◆ Realização de acções de controlo e certificação de produtos de qualidade (estas ajudas só serão concedidas a entidades diferentes do fabricante dos produtos);
- ◆ Reforço da capacidade de acesso aos mercados através, nomeadamente, do estudo, concepção e desenvolvimento de embalagens e de rótulos e da criação de logotipos;
- ◆ Melhoria dos circuitos e sistemas de comercialização dos produtos de qualidade (aquisição ou adaptação de instalações em locais estratégicos de venda; aquisição de equipamentos informáticos).

### **Despesas Não Elegíveis**

Não são elegíveis as despesas de promoção e publicidade

### **Níveis das Ajudas**

As ajudas serão atribuídas sob a forma de subsídio a fundo perdido, de acordo com o quadro seguinte:

% das despesas elegíveis

TIPO DE DESPESA	NÍVEL DE AJUDA					
1. Estudo de caracterização e reforço da capacidade de acesso aos mercados	75					
2. Acções de controlo* da fileira produtiva, de matérias-primas, produtos e embalagens relacionadas:	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano
a) com o modo de produção biológico	100	80	60	50	40	20
b) com os restantes produtos de qualidade						
3. Acções de certificação de produtos	75					
4. Investimento relacionado com a melhoria dos circuitos de comercialização	50					

\*Apenas nos primeiros 6 anos seguintes ao estabelecimento do regime de controlo

Serão fixados máximos elegíveis por tipo de despesa.

### **Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas**

#### **Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais**

#### **Despesas Elegíveis**

- ◆ Despesas relativas à constituição ;
- ◆ Investimentos relativos a instalações, equipamentos e meios de transporte;
- ◆ Encargos associados ao arranque da organização ( recursos humanos e outras despesas de funcionamento), ao longo do período de contratualização (máximo de 5 anos);
- ◆ Garantias exigidas no âmbito da análise de risco a coberto da legislação nacional.

#### **Níveis das Ajudas**

As ajudas revestirão a forma de:

- ◆ Um subsídio a fundo perdido de 85% para as despesas de constituição, instalações, equipamentos e meios de transporte;
- ◆ Um subsídio a fundo perdido determinado em função dos recursos humanos empregues a tempo inteiro, a pagar ao longo de 5 anos, iniciando-se com 100% e



reduzindo-se anualmente por forma a que a intensidade da ajuda seja equivalente a 60% no último ano;

- ◆ Um subsídio a fundo perdido para despesas de funcionamento com valor máximo anual de 5 000 Euros (1 000 contos), comparticipadas em 100% no primeiro ano e reduzidas anualmente de 10 pontos percentuais;
- ◆ No período de 5 anos, o montante máximo elegível será, para despesas:
  - ✧ de constituição 2 500 Euros (500 contos)
  - ✧ com instalações, equipamentos e viaturas 60 000 Euros (12 000 contos)
  - ✧ com recursos humanos 300 000 Euros (60 000 contos)
  - ✧ com garantias 7 750 Euros (1 550 contos)
- ◆ As despesas com as viaturas só serão consideradas elegíveis quando resultantes de um contrato de leasing e não excedam 20% do montante máximo elegível para o conjunto das despesas do projecto, até um limite de 30 000 Euros;
- ◆ O montante global do subsídio a atribuir terá o valor médio máximo de 58 750 Euros/ano (11 800 contos/ano).

### **Subacção.3.2 - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais**

São elegíveis as despesas de constituição das entidades e a aquisição de equipamentos de escritório, de comunicações, equipamentos e programas informáticos e outros investimentos em equipamentos necessários ao desenvolvimento dos serviços.

#### **Níveis das Ajudas**

Subsídio a fundo perdido no valor de 50%, para uma despesa máxima elegível de 37 500 Euros (7 500 contos).

### **Subacção 3.3 - Apoio à Prestação de Serviços Florestais**

São elegíveis as despesas realizadas imputáveis directamente à prestação de serviços definidos no convite público e constantes do programa de trabalhos, bem como os respectivos custos indirectos até ao limite de 10% do custo total elegível.

Os pagamentos serão efectuados com base nas acções efectivamente realizadas, havendo consequentemente lugar à identificação e comprovação do serviço prestado e dos respectivos custos.

## Níveis das Ajudas

- ◆ As ajudas são atribuídas sobre a forma de incentivo não reembolsável, a uma taxa variável entre 30% e 65% em função do domínio do serviço prestado, podendo ser majorado até 15%;
- ◆ O custo total máximo elegível por candidatura será definido no “convite público”;
- ◆ No âmbito da aplicação desta subacção e durante o período 2000-2006, a ajuda pública concedida a uma mesma entidade não poderá ultrapassar 250 000 Euros (50 000 contos).

## **Subacção.3.4 - Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos**

### Despesas Elegíveis

#### **Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos (Componente 1)**

As candidaturas a esta componente revestem a forma de apresentação de um Plano Plurianual de Prevenção Sanitária, por um período de 3 anos, geograficamente delimitado. Estes Planos podem incluir:

- ◆ Elaboração do Plano de Prevenção;
- ◆ Elaboração de inventários;
- ◆ Monitorização de pragas e doenças;
- ◆ Estabelecimento de mecanismos de alerta;
- ◆ Meios de erradicação;
- ◆ Cartografia digital do projecto.

Os valores máximos a considerar serão fixados por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

## Níveis das Ajudas

Comparticipação pública de 80% das despesas elegíveis, sujeito a um máximo de 150 Euros (30 contos) por hectare e por ano. O co-financiamento comunitário elevar-se-á a 75% das ajudas públicas.

## **Prevenção de riscos provocados por agentes abióticos (Componente 2)**

As candidaturas a esta componente revestem a forma de apresentação de um Plano Plurianual de Prevenção, por um período mínimo de 5 anos, geograficamente delimitado. Estes Planos podem incluir:

- ◆ Elaboração do Plano de Prevenção;
- ◆ Delimitação simplificada e actualizada das zonas de risco e respectiva cartografia;
- ◆ Sinalização das estruturas de defesa contra incêndios;
- ◆ Construção de parques de lazer devidamente equipados e com material de sensibilização relativamente à utilização do fogo nas épocas de maior risco de incêndio;
- ◆ Construção e beneficiação de uma rede de infraestruturas florestais de defesa contra incêndios;
- ◆ Operações de silvicultura preventiva;
- ◆ Cartografia digital do projecto.

Os valores máximos a considerar serão fixados por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

## **Despesas Não Elegíveis**

- ◆ Em povoamentos que sejam elegíveis à acção 3.2 – Restabelecimento do potencial de produção silvícola do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- ◆ Em áreas que tenham sido, no período 2000-06, objecto de apoio público no âmbito da subacção 3.5 ou do Reg. (CEE) nº 2158/92.

## **Níveis das Ajudas**

O subsídio, a fundo perdido, será de 80% das despesas elegíveis, sujeito a um máximo de despesa elegível de 250 Euros (50 contos) por hectare de superfície florestal a intervencionar e por ano. O co-financiamento comunitário elevar-se-á a 75% das ajudas públicas.

### **Subacção.3.5 - Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público**

#### **Despesas Elegíveis**

- ◆ Custos das medidas de conservação e melhoria das florestas, nomeadamente os relativos à protecção dos solos, da água e dos ecossistemas florestais, e à redução dos riscos de incêndios especificamente pela manutenção de corta-fogos através de práticas agrícolas, na parte que excede os rendimentos potenciais com a exploração dos espaços florestais em causa;

**Não são elegíveis** as intervenções:

- ◆ em áreas florestais pertencentes ao património de estado ou de outras pessoas colectivas cujo capital seja detido em pelo menos 50% pelo Estado;
- ◆ em superfícies que sejam elegíveis para os apoios agro-ambientais previstos na medida 4.1 do Plano de Desenvolvimento Rural;
- ◆ que visem prioritariamente a prevenção de incêndios florestais;
- ◆ em povoamentos susceptíveis de serem explorados através de desbastes com fins comerciais ou cortes finais nos próximos 10 anos;
- ◆ em povoamentos que sejam elegíveis à Acção 3.2 – Restabelecimento do potencial de produção silvícola do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- ◆ que visem prioritariamente a prevenção de incêndios florestais ou que tenham sido alvo de candidatura à arborização ou beneficiação da Acção 3.1 do POADR, à Subacção 3.4 ou ao apoio pelo Reg. (CE) 2158/92.

#### **Níveis das Ajudas**

Entre 40 e 120 Euros (8 e 24 contos) por ano e por hectare de acordo com os custos efectivos das medidas a aplicar nas superfícies a intervencionar. O co-financiamento comunitário elevar-se-á a 75% das ajudas públicas.

### **Acção 4 - Serviços à Agricultura**

#### **Subacção 4.1 - Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações Agrícolas**

Esta subacção contempla o apoio à instalação ou reforço de:

- ◆ Serviços de substituição nas explorações agrícolas em caso de impedimento temporário de agricultores, respectivos cônjuges e trabalhadores permanentes;

- ◆ Serviços de gestão técnica, económica, financeira e administrativa das explorações agrícolas;
- ◆ Círculos de mecanização e serviços, visando o aproveitamento dos excedentes de capacidade de trabalho, de máquinas e de mão de obra existentes nas explorações agrícolas.

Este apoio traduz-se na concessão de incentivos às entidades que tenham por objectivo a prestação deste tipo de serviços, por forma a compensar, na fase de constituição e arranque, os encargos daí decorrentes com equipamentos, recursos humanos e outras despesas administrativas.

### **Níveis das Ajudas**

As ajudas serão atribuídas sob a forma de subsídio a fundo perdido, determinado em função do número e grau de qualificação dos agentes empregues a tempo inteiro, a pagar ao longo de 5 anos de forma degressiva (40% no 1º ano, 25% no 2º ano, 15% no 3º ano e 10% nos 4º e 5º anos). Este valor máximo, por agente, será fixado em 60 000 Euros (12.000 contos), no caso dos serviços de gestão, e em 22 000 Euros (4.400 contos) nos restantes casos.

No caso dos apoios aos serviços produtivos comuns, poderá ser atribuída uma ajuda complementar de 50% a fundo perdido para aquisição de equipamentos agrícolas específicos até um investimento máximo elegível de 150 000 Euros (30 000 contos).

### **Subacção 4.2 - Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura**

O apoio ao desenvolvimento de outros serviços à agricultura contempla:

#### **Ajudas à instalação de entidades prestadoras de serviços agrícolas (Componente 1)**

- ◆ Não são elegíveis a esta componente as candidaturas enquadráveis no âmbito da Subacção 4.1 (Serviços de substituição e gestão);
- ◆ São elegíveis as despesas de constituição e a aquisição de equipamento de escritório, telecomunicações, audiovisual, informático (incluindo programas informáticos) e outro equipamento técnico específico das actividades a desenvolver;
- ◆ A ajuda assume a forma de subsídio a fundo perdido no valor de 50% e sujeito a um montante máximo de despesa elegível 37.500 Euros (7.500 contos).

## **Comparticipação no custo de serviços agrícolas essenciais (Componente 2)**

- ◆ Através desta componente serão concedidos apoios ao desenvolvimento de serviços essenciais às explorações agrícolas e actividades conexas, a definir a nível sub-regional, em que não exista oferta satisfatória a esse mesmo nível, e/ou que correspondam a serviços que contenham uma parcela significativa de interesse colectivo e/ou público;
- ◆ Os serviços apenas serão prestados no quadro de um contrato de prestação de serviços e podem envolver:
  - ✧ o aconselhamento e acompanhamento técnico especializado, designadamente nos domínios agrícola e pecuário, do bem-estar animal, da diversificação de actividades e da protecção ambiental;
  - ✧ o apoio e prestação de serviços no âmbito da qualidade e respectiva certificação, da saúde pública, do emparcelamento e estruturação fundiária, do estabelecimento e manutenção dos livros genealógicos de raças autóctones;
  - ✧ acções e sistemas de difusão de informação, designadamente no âmbito da diversificação de actividades, da protecção ambiental e paisagística, da organização e segurança no trabalho e das normas do bem-estar animal;
- ◆ A participação nos serviços prestados tem por base um programa de actuação proposto pelo destinatário que discrimina as acções a desenvolver, os objectivos a atingir, os meios de que dispõe para a respectiva realização, o custo associado e, se for caso disso, o montante a cobrar aos utilizadores individuais e demais receitas associadas à prestação dos serviços;
- ◆ O programa deverá fazer parte de um projecto de prestação de serviços elaborado de acordo com as especificações constantes de um “convite público” à apresentação de propostas;
- ◆ São elegíveis as despesas realizadas imputáveis directamente à prestação de serviços bem como custos indirectos até ao limite de 10% do custo total elegível;
- ◆ O custo total máximo elegível por cada candidatura será definido no “convite público”;
- ◆ O subsídio variará, em regra geral, de 30 a 70% em função da natureza do serviço e do tipo de beneficiário;
- ◆ Exceptua-se ao disposto no parágrafo anterior os serviços de estabelecimento e manutenção de livros genealógicos de raças autóctones relativamente aos quais a ajuda pública será de 100%;
- ◆ A ajuda será atribuída com base nas acções efectivamente realizadas e devidamente comprovadas e respectivos custos.

## **Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento**

### **Subacção.5.1 - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais**

#### **Despesas Elegíveis**

- ◆ Elaboração de estudos e projectos de execução;
- ◆ Execução de obras: construção ou reparação de barragens, açudes, charcas, reservatórios, estações elevatórias e de bombagem e respectivos equipamentos e tomadas de água; construção de pequenas barragens subterrâneas; prospecção e captação de águas subterrâneas através de furos e poços; construção ou recuperação de redes de rega, drenagem, viária; construção de centrais mini-hídricas; aquisição e montagem de contadores de água em redes de rega colectiva sob pressão ou outro equipamento necessário a uma adequada gestão da água; construção de redes de electrificação; obras de defesa contra marés e cheias; desenvolvimento de acções de emparcelamento; adaptação ao regadio;
- ◆ Construção, recuperação e equipamento das sedes das associações de regantes e/ou beneficiárias, juntas de agricultores ou cooperativas de rega;
- ◆ Expropriações e indemnizações a efectuar com obras;
- ◆ Acompanhamento e fiscalização, incluindo consultoria (jurídica, arqueológica, etc.);
- ◆ Testagem das obras;
- ◆ Aperfeiçoamento técnico em projectos, obras e exploração de regadios;
- ◆ Equipamento para instalação de áreas piloto;
- ◆ Implementação de sistemas de informação geográfica;
- ◆ Instalação de sistemas de monitorização de qualidade da água, de eficiência de distribuição de água e da degradação de solos;
- ◆ Acções minimizadoras de impactes ambientais.

#### **Níveis das Ajudas**

As ajudas serão concedidas sob a forma de subsidio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis.

### **Subacção 5.2 - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega**

Esta subacção contempla o apoio à modernização das obras de fomento hidro-agrícola, nomeadamente através da reabilitação das estruturas de rega, de modo

a proporcionar a ocorrência de transformações tecnológicas e estruturais que conduzam a uma melhor gestão da água, nomeadamente através da introdução da rega sob pressão e pela automatização das redes.

Os projectos serão desenvolvidos numa óptica integrada, prevendo-se a realização de um conjunto de acções que ultrapassam a intervenção ao nível das estruturas de rega propriamente ditas. A intervenção integrada justifica-se uma vez que a melhoria da eficiência na gestão da água obriga a que se proceda a acções de estruturação fundiária, ainda que pontualmente, se reordenem e redimensionem as redes viárias e de drenagem, se disponibilize energia eléctrica, etc.

### **Despesas Elegíveis**

- ◆ Elaboração de estudos e projectos de execução;
- ◆ Execução de obras de construção, modernização ou reparação ao nível de: barragens; captação de águas subterrâneas através de furos e poços; redes de rega, drenagem, viária e de electrificação, desde que integradas na área de influência do perímetro e ainda que em zonas não beneficiadas actualmente; estações elevatórias, reservatórios e equipamentos; órgãos e equipamentos de segurança e de exploração; automatizações; instalações de apoio e de protecção às redes de rega e drenagem; acções de emparcelamento;
- ◆ Recuperação e modernização das centrais hidroeléctricas associadas aos perímetros de rega;
- ◆ Recuperação e construção de edifícios sede e aquisição de equipamento de funcionamento;
- ◆ Acompanhamento e fiscalização, incluindo consultadoria;
- ◆ Instalação de sistemas de monitorização de qualidade da água, de eficiência de distribuição de água e da degradação de solos;
- ◆ Aperfeiçoamento de técnicas de regadio;
- ◆ Equipamento para instalação de áreas piloto;
- ◆ Implementação de sistemas de informação geográfica;
- ◆ Expropriações e indemnizações a efectuar com as obras;
- ◆ Acções minimizadoras de impactes ambientais.

### **Níveis das Ajudas**

As ajudas serão concedidas sob a forma de subsidio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis.



### **Subacção 5.3 – Emparcelamento Rural**

#### **Despesas Elegíveis**

Relativamente aos **Planos de Ordenamento do Espaço Rural**:

- ◆ Estudos de ordenamento do espaço rural;
- ◆ Apoio técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação.

#### **Nas Operações de Emparcelamento**

- ◆ Elaboração de estudos prévios e projectos;
- ◆ Execução dos projectos: infraestruturas rurais; melhoramentos fundiários; equipamentos de natureza colectiva com fins económicos ou sociais; reconversão e instalação de culturas perenes; obras de conservação e protecção da natureza e da paisagem; indemnizações e expropriações aos agricultores pelos danos causados aquando da elaboração e execução de projectos; equipamentos necessários ao funcionamento e manutenção das obras;
- ◆ Fotografia aérea, ortofotocartografia e cadastro geométrico;
- ◆ Apoio técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação, incluindo consultoria;
- ◆ Estudos de impacto ambiental, bem como outros estudos específicos;
- ◆ Constituição de associações de beneficiários.

#### **Níveis das Ajudas**

As ajudas serão concedidas sob a forma de subsidio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis.

### **Acção 6 – Caminhos e Electrificação Agro-Rurais**

#### **Subacção 6.1 – Caminhos Agrícolas e Rurais**

#### **Despesas Elegíveis**

São elegíveis as despesas com a elaboração de estudos e projectos, com a construção e/ou beneficiação dos caminhos, incluindo obras de arte, sinalização e acções minimizadoras de impacto ambiental, com o acompanhamento e fiscalização das obras e com o controlo de qualidade e ensaios.

## **Níveis das Ajudas**

As ajudas serão concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis. O co-financiamento comunitário elevar-se-á a 75% da despesa pública.

### **Subacção 6.2 - Electrificação**

#### **Despesas Elegíveis**

Incluem a instalação de redes de distribuição e linhas de alimentação em média e baixa tensão, postos de transformação e o acompanhamento e fiscalização.

Os investimentos a apoiar neste quadro, que constituem a extensão de uma rede de abastecimento, pressupõem sempre uma potencial utilização pública, ficando por isso excluída a realização de investimentos de carácter individual no interior das explorações agro-florestais e das pequenas agro-indústrias, assim como as que integrem a componente de construção dos projectos de desenvolvimento rural.

## **Níveis das Ajudas**

O apoio a atribuir reveste a forma de subsídio a fundo perdido no valor de 100% das despesas elegíveis. O co-financiamento comunitário elevar-se-á a 50% da despesa pública.

### **Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural**

#### **Subacção 7.1 - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural**

#### **Despesas Elegíveis**

Comparticipação nos custos associados à concretização de Planos Globais de Intervenção previamente aprovados, nomeadamente no que se refere a:

- ◆ Custos de elaboração, divulgação, dinamização, acompanhamento e avaliação do Plano Global de Intervenção e dos projectos;
- ◆ Construção, beneficiação e recuperação de infra-estruturas colectivas e criação de zonas de lazer e espaços verdes;
- ◆ Recuperação e beneficiação do património rural de interesse colectivo;
- ◆ Recuperação de fachadas de edifícios de traça tradicional;

- ◆ Recuperação ou reconversão de edificações e seu apetrechamento para dinamização de actividades culturais em meio rural;
- ◆ Despesas directamente ligadas à preservação e valorização paisagística dos espaços agrícolas e florestais abrangidos pelo Plano de Intervenção;
- ◆ Melhoria do espaço envolvente quando associados a candidaturas individuais ao Grupo II das Medidas Agro-Ambientais;
- ◆ Construção ou recuperação de passagens, zonas pedonais, itinerários, muros de protecção e sinalética de locais de interesse.

### **Níveis das Ajudas**

A comparticipação financeira pública revestirá a forma de subsídio a fundo perdido e será, em % das despesas elegíveis, de:

- ◆ 100% para as despesas de elaboração, dinamização, acompanhamento e avaliação dos Planos de Intervenção e relativamente aos investimentos de interesse colectivo, e elaboração dos respectivos projectos, promovidos por entidades públicas;
- ◆ 75% para os investimentos de interesse colectivo promovidos por entidades colectivas de carácter privado sem fins lucrativos e despesas de elaboração dos respectivos projectos;
- ◆ 50% para os investimentos privados, incluindo as despesas de elaboração dos respectivos projectos.

O custo total dos investimentos privados previstos nos Planos de Intervenção deverá representar pelo menos 25% do custo total.

A cada destinatário final privado não podem ser atribuídas ajudas superiores a 25.000 Euros (5.000 contos) a título de comparticipação pública em investimentos privados, no âmbito desta subacção, durante o período 2000-2006.

## **Subacção 7.2 - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais**

### **Despesas Elegíveis**

- ◆ Elaboração do projecto de requalificação ambiental;
- ◆ Investimentos de requalificação ambiental enquadrados numa solução de carácter colectivo (construção e adaptação de instalações e aquisição de equipamentos).

### **Níveis das Ajudas**

A comparticipação financeira pública revestirá a forma de subsídio a fundo perdido e será de 100% das despesas elegíveis.

## **Acção 8 - Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural**

Serão concedidos apoios à elaboração de Planos de Acção e à respectiva dinamização, acompanhamento e avaliação, desde que os mesmos se apoiem em parcerias adequadas, perspectivem intervenções integradas e se enquadrem numa óptica plurianual.

### **Despesas Elegíveis**

- ◆ São elegíveis a esta acção as despesas associadas à:
  - ✧ elaboração de estudos e preparação dos Planos de Acção;
  - ✧ dinamização e divulgação, acompanhamento e apoio técnico, e avaliação da execução dos Planos de Acção;
- ◆ Outras despesas essenciais ao desenvolvimento do Plano de Acção;
- ◆ As despesas de funcionamento e de pessoal dos organismos da Administração Pública envolvidos nas parcerias não são elegíveis;
- ◆ O montante máximo das despesas elegíveis por candidatura é de 100 000 Euros.

### **Níveis das Ajudas**

A comparticipação financeira pública revestirá a forma de subsídio a fundo perdido e será de 100% das despesas elegíveis.

## **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

### **Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura**

#### **Condições gerais de acesso**

##### **Da candidatura**

- A candidatura deverá especificar as acções a desenvolver e os objectivos a atingir;
- montante máximo de investimento elegível, por exploração agrícola, no período 2000/2006, é de 45.000 Euros. Os investimentos enquadráveis devem ser inferiores a 25.000 Euros por candidatura.

### **Subacção 1.1 - Apoio à pequena agricultura**

Os apoios previstos nesta subacção são concedidos às explorações agrícolas que reúnem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Mais de 50% da mão-de-obra da exploração deve ser familiar;
- b) A exploração deverá ter uma dimensão económica até 8 UDEs;
- c) Ter viabilidade económica, medida pelo Valor Acrescentado Bruto a custo dos factores (VABcf) para todas as actividades agrícolas e não agrícolas cujos investimentos sejam elegíveis no âmbito desta acção, que deve ser superior a zero;
- d) Cumpra as normas mínimas comunitárias relativas ao ambiente, higiene e bem-estar animal;
- e) Não ter beneficiado de ajudas no âmbito da Medida nº 1 do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- f) Até 31 de Dezembro de 2002 as condições referidas nas alíneas c) e d) poderão ser satisfeitas num prazo que não ultrapasse três anos a contar da decisão de aprovação da candidatura, sendo elegíveis os correspondentes investimentos de custo total inferior a 25.000 Euros, nas zonas rurais cujas dificuldades estruturais, devidas à dimensão económica muito reduzida das explorações, tornem especialmente difícil o respeito das condições previstas no artigo 5º do Reg.(CE) nº 1257/1999;
- g) O titular deve possuir capacidade profissional adequada (os serviços do MADRP assegurarão o acesso às necessárias acções de formação);
- h) O titular deve comprometer-se a assegurar a continuidade da exploração agrícola durante um período mínimo de 5 anos a contar da data da celebração do contrato;
- i) No caso de investimentos que impliquem um aumento da produção, deve estar assegurado o escoamento desse acréscimo, nomeadamente nos mercados locais. As despesas relativas a investimentos considerados no âmbito de uma Organização Comum de Mercado não são elegíveis para esta subacção.

### **Subacção 1.2 e 1.3 -Diversificação de actividades na exploração agrícola e Incentivo às actividades turísticas e artesanais**

- a) Mais de 50% da mão-de-obra da exploração deve ser familiar;
- b) A exploração deverá ter uma dimensão económica até 8 UDEs;
- c) O titular deve possuir capacidade profissional adequada (os serviços do MADRP assegurarão o acesso às necessárias acções de formação);

- d) O titular deve comprometer-se a assegurar a continuidade da exploração agrícola durante um período mínimo de 5 anos a contar da data da celebração do contrato.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios de prioridade responderão às especificidades próprias regionais e às dinâmicas de desenvolvimento rural e local a promover a nível sub-regional. Serão, nomeadamente, utilizados os seguintes critérios:

- características da zona de localização;
- localização em zona com acções de dinamização do desenvolvimento agrícola e rural;
- explorações cujos titulares sejam associados de organizações ou agrupamentos de produtores;
- explorações que se dediquem predominantemente à produção de produtos com menções de qualidade legalmente reconhecida (só na subacção 1.1);
- explorações com investimentos que promovam a diversificação de actividades;
- dimensão económica das explorações;
- explorações com investimentos em actividades que regionalmente sejam consideradas prioritárias.

## **Acção 2 - Desenvolvimento de Produtos de Qualidade**

### **Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas**

#### **Condições gerais de acesso**

##### **Do promotor**

- Cumprimento das normas mínimas comunitárias relativas ao ambiente, higiene e bem-estar animal;
- Estar assegurada a viabilidade económica da empresa;
- Compromisso em como produzirão os produtos objecto da candidatura durante um período mínimo de 5 anos.

##### **Do projecto**

- Estar assegurado o escoamento normal no mercado para os produtos em causa;
- Contribuir para a melhoria da situação dos sectores de produção agrícola de base;

- Garantir o cumprimento das normas mínimas relativas ao licenciamento;
- Satisfazer as normas mínimas comunitárias relativas ao ambiente, higiene e bem estar animal;
- O valor comercial dos produtos objecto da candidatura deverá representar no mínimo, 50% do valor comercial do total da produção da unidade;
- As unidades produtivas objecto de financiamento deverão, no final da execução dos investimentos previstos nos projectos, estar aptas a pôr em funcionamento todas as fases do ciclo produtivo;
- O montante máximo das despesas elegíveis, por candidatura, é de 250.000 Euros (50.000 contos).

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios de prioridade serão pontuados e ponderados atendendo às especificidades das regiões e às dinâmicas de desenvolvimento rural e local a promover a nível sub-regional. Para o efeito serão utilizados os seguintes critérios:

- natureza dos beneficiários;
- natureza da menção qualificadora dos produtos (DPO, I GP, DO, etc);
- natureza dos produtos (carne, queijos, mel, azeite, etc);
- valia estruturante do projecto.

### **Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade**

#### **Condições gerais de acesso**

##### **Do promotor**

- Demonstrar possuir capacidade técnica, económica, financeira, comercial e de gestão adequadas à dimensão e características do projecto proposto;
- Possuir os meios financeiros adequados ao financiamento da sua actividade;
- Demonstrar, quando aplicável, que estão em funcionamento os respectivos sistemas de controlo e certificação dos produtos;
- Demonstrar, se for caso disso, que os seus estabelecimentos se encontram autorizados a exercer a respectiva actividade, nos termos da legislação sobre licenciamento industrial.

## **Do projecto**

Poderão ser objecto de apoio os projectos que reunam as seguintes condições:

- sejam enquadráveis nos objectivos definidos para a subacção;
- demonstrarem a existência de oferta significativa dos produtos abrangidos pelo mesmo.

## **Prioridades na afectação das verbas**

As prioridades serão definidas atendendo às especificidades das regiões e às dinâmicas de desenvolvimento rural e local a promover a nível sub-regional. Para o efeito serão utilizados os seguintes critérios:

- natureza da candidatura (candidaturas conjuntas e outras);
- natureza da menção qualificadora dos produtos (DPO, IGP, DO, IG, etc).

## **Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas**

### **Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais**

#### **Condições gerais de acesso**

#### **Do promotor**

- Estarem legalmente constituídos há menos de dois anos, nos casos das associações de produtores florestais e das cooperativas florestais ou cooperativas agrícolas com secção florestal;
- não terem beneficiado anteriormente de ajudas para despesas elegíveis no âmbito desta subacção;
- disporem de contabilidade organizada e comprometerem-se a manter registos e comprovativos das acções realizadas.

#### **Do projecto**

- Apresentarem um programa de acção, reportado ao período da candidatura, devidamente fundamentado, quantificado e calendarizado;
- Durante o período 2000-2006 apenas será admissível uma candidatura por promotor, sendo possível proceder a duas alterações desde que as mesmas não envolvam aumentos de encargos públicos, nem diminuição da importância relativa do investimento em recursos humanos e não impliquem uma prorrogação do prazo de realização da candidatura para além de um ano da data prevista.



## **Prioridades na afectação das verbas**

As prioridades serão estabelecidos tendo em consideração, designadamente, o número de associados efectivos e/ou potenciais, a área abrangida, o grau de sobreposição territorial com outras organizações similares, a inserção em zona desfavorecida e a adequação do plano de acção às necessidades dos territórios.

### **Subacção.3.2 - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais**

#### **Condições gerais de acesso**

Os **promotores** deverão:

- Estar legalmente constituídos há menos de um ano;
- Terem sede na zona geográfica onde exercem ou onde se proponham exercer a sua actividade;
- Não terem beneficiado anteriormente de ajudas para despesas elegíveis no âmbito desta subacção;
- Apresentar um estudo de viabilidade económica e um plano de actividades devidamente fundamentado, quantificado e calendarizado;
- Dispor de contabilidade organizada e comprometerem-se a manter registos e comprovativos das acções realizadas.

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios de prioridade a fixar terão em conta, entre outros, os seguintes factores:

- sedes em regiões desfavorecidas;
- importância da área florestal no território a abranger;
- sedes em regiões onde não exista oferta satisfatória de serviços do tipo a apoiar;
- a adequação do Plano de Acção às necessidades do território a abranger;
- número de postos de trabalho a criar.

### **Subacção 3.3 - Apoio à Prestação de Serviços Florestais**

#### **Condições gerais de acesso**

Os **promotores** deverão:

- Estar legalmente constituídos;
- Dispor de capacidade económica, financeira e técnica adequadas ao tipo e dimensão das acções a desenvolver;
- Dispor de contabilidade adequada, com centros de custos para a actividade, incluindo o registo e o comprovativo de pagamento do utilizador do serviço, se for caso disso;
- Comprometer-se a prestar serviços a todos os interessados atentos os objectivos estabelecidos.

Os **projectos** deverão:

- Obedecer às especificações constantes do convite público, integrando, nomeadamente, um programa de trabalhos fundamentado, detalhado e reportado ao período de duração do projecto;
- Integrar um orçamento previsional, discriminando a totalidade dos custos e das receitas associadas à prestação do serviço, com clara e suficiente indicação das receitas esperadas e, quando for caso disso, o montante a cobrar à entidade destinatária do serviço a prestar.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade, na apreciação/selecção das candidaturas, serão considerados, entre outros, os seguintes factores:

- A natureza do beneficiário, discriminando positivamente as organizações de produtores florestais;
- O grau de cobertura da área geográfica de actuação, no que se refere à superfície florestal;
- A integração vertical do serviço a prestar com outros serviços para os quais demonstre ter capacidade e experiência na sua prestação.

### **Subacção.3.4 - Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos**

#### **Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos (Componente 1)**

##### **Condições gerais de acesso**

- Entidade proponente resultante de parceria com entidade competente em matéria de sanidade florestal da Administração Pública, Universidades ou Centros de Investigação;
- Apresentação de um Plano Orientador de Prevenção para um período de 3 anos;

- A intervenção a desenvolver deverá incidir num espaço florestal com relevância territorial suficiente e adequada para os objectivos a atingir;
- Não deverá confinar com áreas que apresentem riscos ou problemas sanitários semelhantes, a menos que seja estabelecida uma área de transição considerada adequada para o agente em causa;
- A área de intervenção deve estar abrangida por Planos de Gestão Florestal.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Serão consideradas como prioritárias as candidaturas que se enquadrem em Planos ou Programas de Prevenção elaborados pela Administração Pública e que sejam apresentadas por Organizações de Produtores Florestais, por órgãos de administração e gestão dos baldios ou por Autarquias Locais.

### **Prevenção de riscos provocados por agentes abióticos (Componente 2)**

#### **Condições gerais de acesso**

- Não são elegíveis as intervenções cobertas pelos dispositivos de aplicação do Regulamento (CEE) 2158/92 (ou outro instrumento regulamentar que eventualmente lhe venha a suceder);
- Apresentação de um Plano Orientador de Prevenção, por um período mínimo de 5 anos, que integre, para uma determinada área, um conjunto de acções que garantam uma intervenção preventiva coerente e eficaz;
- A acção a desenvolver deverá possuir relevância territorial suficiente e adequada, a definir regionalmente, e ser compatível com o estabelecido no “Plano de Protecção da Floresta contra Incêndios”, elaborado nos termos do Regulamento (CEE) 2158/92, ou nos “Planos Municipais ou Intermunicipais de Intervenção na Floresta” para a diminuição do risco de incêndio, bem como os outros dispositivos legais vigentes sobre a matéria;
- A área objecto de intervenção deverá ser contínua e apresentar inicialmente, ou como resultado da intervenção, uma clara descontinuidade de coberto e cama de combustível relativamente a áreas adjacentes com graus de risco de fogo semelhantes ou superiores;
- A área de intervenção deve estar abrangida por Planos de Gestão Florestal.

### **Prioridades na afectação das verbas**

- Serão consideradas com prioridade as candidaturas que se enquadrem em Planos ou Programas de Prevenção elaborados pela Administração Pública e que sejam apresentadas por Organizações de Produtores Florestais, por órgãos de administração e gestão dos baldios ou por Autarquias Locais.

- Serão seguidamente consideradas, por ordem decrescente de prioridade, as candidaturas que incidam em áreas:
  - ✓ extremamente e muito sensíveis ao risco de incêndio;
  - ✓ com elevada taxa de arborização;
  - ✓ da futura Rede Natura 2000 ou da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

### **Subacção.3.5 - Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público**

#### **Condições gerais de acesso**

- Apresentarem um Plano de Gestão Florestal que inclua todas as acções propostas para a área candidata e um diagnóstico sucinto que permita fundamentar a classificação do espaço florestal como de interesse público;
- Apresentarem um projecto de intervenção plurianual, incidindo sobre um período mínimo de 3 anos, para a melhoria e preservação da estabilidade ecológica da floresta com quantificação dos custos associados, e dos rendimentos esperados, inerentes ao conjunto de operações consideradas adequadas ao objectivo estabelecido, nomeadamente, adensamento, arborização de clareiras, limpeza selectiva de solos, manutenção de corta-fogos através de práticas agrícolas adequadas, etc.;
- Possuir relevância territorial suficiente, a definir regionalmente em função da própria natureza dos espaços florestais a proteger e valorizar.

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Nos primeiros 3 anos esta acção terá carácter experimental e estabelecerá as prioridades, tendo em consideração, nomeadamente:

- o interesse ecológico do espaço florestal;
- o interesse para a protecção do espaço florestal;
- o interesse colectivo do espaço florestal.

### **Acção 4 - Serviços à Agricultura**

#### **Subacção 4.1 - Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações Agrícolas**

#### **Condições gerais de acesso**

Os beneficiários deverão, nomeadamente:

- estar legalmente constituídos, reconhecidos pelo MADRP e dispor de capacidade económica, financeira e técnica adequadas ao tipo e dimensão das acções a desenvolver;
- ter um número mínimo de utilizadores dos serviços a prestar;
- comprometer-se a manter a actividade por um período mínimo de 10 anos a contar da data da celebração do contrato de atribuição das ajudas;
- apresentar um programa plurianual de trabalho;
- empregar pelo menos um agente a tempo inteiro, que deverá dispor de qualificação adequada ao tipo de actividade a desenvolver;
- dispor de contabilidade organizada com centro de custos específico para a actividade a desenvolver.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade, na apreciação/selecção das candidaturas serão tidos em conta, entre outros, os seguintes itens:

- qualidade e sustentabilidade do programa de trabalho apresentado;
- actuação que discrimine positivamente as mulheres agricultoras;
- integração dos vários tipos de serviços;
- articulação com outros instrumentos de política;
- grau de cobertura da área geográfica de actuação.

### **Subacção 4.2 - Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura**

#### **Condições gerais de acesso**

Os **beneficiários** deverão, nomeadamente:

- estar legalmente constituídos, e, se for caso disso, reconhecidos e homologados pelo MADRP;
- dispor de capacidade económica, financeira e técnica adequadas ao tipo e dimensão das acções a desenvolver;
- manter registos e comprovativos de todas as acções realizadas;
- dispor de contabilidade adequada com centro de custos para a actividade, incluindo o registo e comprovativo do pagamento pelo utilizador do serviço, se for caso disso;
- no caso do apoio à instalação, só podem beneficiar das ajudas as entidades que proponham em simultâneo uma candidatura à prestação de serviços.

## **Os projectos**

- devem obedecer às especificações constantes do convite público, integrando nomeadamente um programa de trabalhos fundamentado e detalhado, reportado ao período de duração do projecto;
- integrar um orçamento previsional, discriminando a totalidade dos custos e das receitas associadas à prestação dos serviços, com clara e suficiente indicação das receitas esperadas e, quando for caso disso, o montante a cobrar às entidades destinatárias finais do serviço a prestar.

As candidaturas a esta acção apenas serão admitidas quando as acções propostas não se encontram comprovadamente englobadas em candidaturas de âmbito nacional ou regional já apresentadas, aprovadas ou aguardando decisão, e, nomeadamente no âmbito da informação e divulgação, não se sobreponham a intervenções públicas ou privadas comparticipadas financeiramente pela Comunidade e/ou pela Administração Pública nacional.

## **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade, na apreciação/selecção das candidaturas serão tidos em conta, entre outros, os seguintes itens:

- qualidade e sustentabilidade do programa de trabalho apresentado;
- natureza do beneficiário, discriminando positivamente as organizações de agricultores;
- integração dos vários tipos de serviços;
- articulação com outras medidas e instrumentos de política;
- grau de cobertura da área geográfica de actuação.

## **Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento**

### **Subacção.5.1 - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais**

#### **Condições gerais de acesso**

No caso dos Novos Regadios Colectivos as candidaturas serão apresentadas por Associações de Beneficiários e/ou Regantes, Juntas de Agricultores ou Cooperativas de Rega através dos Organismos de Administração Central competente e por Organismos da Administração Central.

No caso da Beneficiação Regadios Tradicionais o acesso é feito através de candidaturas apresentadas pelos agricultores beneficiados pelos regadios

tradicionais já existentes, associados em Juntas de Agricultores ou em Cooperativas de Rega, directamente ou através das Autarquias ou da Administração Central.

As associações de beneficiários e/ou de regantes, as juntas de agricultores e as cooperativas de rega devem estar legalmente constituídas à data da apresentação da candidatura.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade serão tidos em conta, nomeadamente, os seguintes aspectos:

- tratar-se de projectos de execução faseada com investimentos já realizados;
- interligação com outros investimentos colectivos em infra-estruturas;
- localização em zonas prioritárias de desenvolvimento;
- localização em zonas desfavorecidas;
- número de agricultores envolvidos;
- custo de investimento por hectare e sua rentabilidade;
- tecnologias de rega ou processos culturais alternativos mais eficientes;
- tipo de solo a regar.

### **Subacção 5.2 - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega**

#### **Condições gerais de acesso**

O acesso é feito mediante a apresentação de candidaturas pelas Associações de Regantes e/ou Beneficiários, Juntas de Agricultores e Cooperativas de Rega, através do Organismo da Administração Central competente.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade será tido em conta, nomeadamente:

- tratar-se de projectos de execução faseada com investimentos já realizados;
- existência de projecto de execução já aprovado tecnicamente;
- interligação com outros investimentos colectivos em infra-estruturas;
- localização em zonas onde decorram acções de dinamização de desenvolvimento agrícola e rural;
- localização em zonas desfavorecidas;

- área a beneficiar;
- número de agricultores envolvidos ou a beneficiar;
- custo do investimento por hectare e sua rentabilidade;
- tipo de solo a regar.

### **Subacção 5.3 - Emparcelamento Rural**

#### **Condições gerais de acesso**

O acesso é feito mediante a apresentação de candidaturas através das associações de agricultores, Autarquias Locais ou Administração Central.

As candidaturas devem ser acompanhadas de um Programa de Trabalhos e Estimativa Orçamental e dos documentos que vierem a ser definidos em normativo específico.

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade será tido em conta, nomeadamente:

#### **Nos Planos de ordenamento do espaço rural**

- zonas prioritárias de desenvolvimento;
- potencial de desenvolvimento sócio-económico;
- grau de deficiência estrutural da região;
- grau de ruralidade;
- complementaridade com outras acções de desenvolvimento.

#### **Nas operações de emparcelamento**

- existência de estudos prévios ou projectos aprovados;
- potencial de desenvolvimento sócio-económico;
- grau de deficiência estrutural da região;
- existência de bases de planeamento que indiquem o ordenamento como meio essencial para o desenvolvimento;
- interligação com outros investimentos colectivos;
- existência de cadastro geométrico da propriedade.



## **Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais**

### **Subacção 6.1 - Caminhos Agrícolas e Rurais**

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade, na apreciação/selecção das candidaturas serão tidos em conta, entre outros, os seguintes itens:

- existência de outras infraestruturas colectivas já realizados ou em fase de execução;
- manchas de aptidão agrícola com acessos muito deficientes;
- localização em zonas desfavorecidas;
- número de explorações agrícolas servidas;
- custo do investimento por Km;
- articulação com outros projectos de investimento;
- zonas abrangidas por Acções Integradas de Desenvolvimento de Base Territorial em que as actividades agrícolas ou florestais tenham carácter dominante e integrador.

### **Subacção 6.2 - Electrificação**

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Como critérios de prioridade, na apreciação/selecção das candidaturas serão tidos em conta, entre outros, os seguintes itens:

- exploração com a instalação interna concluída ou com processo de financiamento aprovado;
- explorações localizadas em zonas com investimentos colectivos em infra-estruturas já realizados ou em fase de execução;
- utilização colectiva da linha de alimentação (número potencial de explorações servidas);
- dimensão e viabilidade da(s) exploração(s), área a regar e infra-estruturas agro-pecuárias;
- articulação com outros investimentos nas explorações;
- zonas abrangidas por Acções Integradas de Desenvolvimento de Base Territorial em que as actividades agrícolas ou florestais tenham carácter dominante e integrador.

## **Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural**

### **Subacção 7.1 - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural**

#### **Condições gerais de acesso**

O acesso a esta subacção concretiza-se em duas fases:

- Na 1ª fase são apresentados pelas entidades promotoras, e apreciados e aprovados, os Planos de Intervenção, os quais devem estar de acordo com os princípios e objectivos gerais e específicos definidos para a intervenção;
- Na 2ª fase são apresentadas as candidaturas de projectos enquadráveis no âmbito do Plano de Intervenção previamente aprovado, devendo o enquadramento ser validado pela entidade promotora antes de ser apresentado.

Os Planos Globais de Intervenção deverão incidir sobre espaços de características rurais bem determinados com uma população igual ou inferior a 2 000 habitantes e não podem apresentar uma despesa global superior a 1.000.000 Euros (200.000 contos).

Para um mesmo espaço territorial não pode haver mais do que o Plano de Intervenção durante o período 2000-2006.

#### **Prioridades na afectação das verbas**

Serão consideradas prioritárias:

- as candidaturas apresentadas por organizações de agricultores e produtores florestais e por associações de desenvolvimento local ou regional;
- os Planos Globais de Intervenção e os projectos com maior importância relativa de investimentos privados.

### **Subacção 7.2 - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais**

#### **Condições gerais de acesso**

- Apresentação de um projecto de requalificação e adaptação ambiental;
- Integração numa acção de requalificação ambiental de carácter colectivo com particular incidência no que se refere ao pré-tratamento de efluentes.

Os princípios que regerão os critérios de selecção a adoptar serão:

- nível de degradação ambiental;

- nível do impacte da requalificação ambiental

## **Acção 8 - Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural**

### **Condições gerais de acesso**

Apresentação de um Plano de Acção plurianual subscrito por uma parceria de agentes residentes e/ou com intervenção na zona relativamente à qual se pretende intervir.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Os critérios de prioridade serão estabelecidos em função, nomeadamente, das respectivas características das comunidades a abranger, da consistência das parcerias e do plano de acção e da articulação com outros instrumentos de política.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura**

- Agricultores titulares de explorações agrícolas de pequena dimensão do tipo familiar, com residência única na freguesia ou freguesias limítrofes àquela onde se situa a exploração.

### **Acção 2 - Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade**

#### **Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas**

- Agrupamentos de produtores gestores de denominações protegidas;
- Agrupamentos de produtores reconhecidos pelos organismos competentes como sendo constituídos por produtores de agricultura biológica, da protecção integrada ou de outras menções legalmente consignadas;
- Outras pessoas singulares e colectivas.

#### **Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade**

- Agrupamentos de produtores gestores de denominações protegidas;
- Agrupamentos de produtores reconhecidos pelos organismos competentes como sendo constituídos por produtores de agricultura biológica, da protecção integrada ou de outras menções legalmente consignadas;

- Organismos privados de controlo e certificação (OPC) (só para as acções de controlo e certificação).

### **Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas**

#### **Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais**

- Organizações de produtores florestais;
- Órgãos de administração de baldios e respectivas associações.

#### **Subacção 3.2 - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais**

- Cooperativas de serviços florestais;
- Microempresas de serviços florestais.

#### **Subacção 3.3 - Apoio à Prestação de Serviços Florestais**

- Cooperativas de serviços florestais;
- Pequenas empresas de serviços florestais;
- Organizações interprofissionais de carácter florestal;
- Organizações de produtores florestais;
- Órgãos de administração dos baldios e suas organizações.

#### **Subacção 3.4 - Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos**

- Produtores florestais;
- Organizações de produtores florestais;
- Organismos da Administração Pública central detentores e gestores de superfícies florestais;
- Órgãos de Administração e gestão de baldios ou entidades em que estes deleguem;
- Autarquias Locais.

#### **Subacção 3.5 - Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público**

- Organizações de produtores florestais;
- Órgãos de Administração de baldios;
- Autarquias Locais.

## **Acção 4 - Serviços à Agricultura**

### **Subacção 4.1 - Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações Agrícolas**

- Cooperativas e associações de agricultores de 1º grau;
- Organizações interprofissionais de âmbito regional, com ligação ao sector agrícola;
- Associações e outras pessoas colectivas de 1º grau, vocacionadas para o desenvolvimento rural.

### **Subacção 4.2 - Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura**

- Cooperativas e associações de agricultores de 1º grau;
- Organizações interprofissionais de âmbito regional, com ligação ao sector agrícola;
- Centros tecnológicos;
- Associações e outras pessoas colectivas de 1º grau, vocacionadas para o desenvolvimento rural;
- Pequenas empresas de serviços agrícolas.

## **Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento**

### **Subacção.5.1 - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais**

- No caso dos novos regadios colectivos, os agricultores e proprietários de prédios rústicos, organizados em Associações de Beneficiários ou Regantes, Juntas de Agricultores ou Cooperativas de Rega e Organismos da Administração Central.
- No caso da Beneficiação de Regadios Tradicionais, os agricultores organizados em Juntas de Agricultores ou Cooperativas de Rega.

### **Subacção 5.2 - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega**

- Agricultores utentes dos aproveitamentos hidro-agrícolas, organizados em Associações de Beneficiários ou de Regantes, Juntas de Agricultores e Cooperativas de Rega.

### **Subacção 5.3 - Emparcelamento Rural**

- Associações de agricultores;

- Autarquias Locais;
- Organismos da Administração Central.

### **Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais**

#### **Subacção 6.1 - Caminhos Agrícolas e Rurais**

- Agricultores organizados em Associações de Agricultores, directamente ou através dos organismos da Administração Pública;
- Autarquias Locais.

#### **Subacção 6.2 - Electrificação**

- Embora o processo se inicie com a apresentação de uma candidatura por parte dos utilizadores da energia eléctrica, dos seus representantes (nomeadamente através de Associações de Agricultores), das Autarquias Locais ou por iniciativa dos organismos da Administração Central de âmbito regional, a execução do investimento é realizada pelo distribuidor local de energia eléctrica.

### **Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural**

#### **Subacção 7.1 - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural**

- Associações de desenvolvimento regional e local;
- Agricultores e produtores florestais e respectivas organizações;
- Autarquias Locais e outras entidades públicas;
- Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos;
- Parcerias de agentes de carácter colectivo de âmbito local (apenas no âmbito da preparação, dinamização, acompanhamento e avaliação dos Planos de Intervenção);
- Outras pessoas singulares ou colectivas (apenas no âmbito da apresentação de projectos).

#### **Subacção 7.2 - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais**

- Entidades promotoras dos projectos colectivos de requalificação ambiental

### **Acção 8 - Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural**

- Pessoas colectivas ou outras entidades sem fins lucrativos de direito privado que, autonomamente ou conjuntamente com organismos da Administração

Pública, actuem como entidades dinamizadoras de iniciativas de âmbito local dirigidas a territórios específicos de características rurais bem identificados.

## 5. ORGANISMO RESPONSÁVEL

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas / Coordenador da Intervenção Desconcentrada da Agricultura e Desenvolvimento Rural

## 6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

### 6.1. Período de Programação

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

### 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
<b>Diversificação na Pequena Agricultura</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de projectos aprovados</li> <li>Ajudas Públicas (1000 Euros)</li> </ul>				2426 18000-22000
<b>Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de projectos para criação e modernização de unidades produtivas</li> </ul>				49

2. Estrutura do Programa Operacional por Eixos Prioritários e Medidas

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de projectos de incentivos a produtos de qualidade</li> <li>Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				12 4000-8000
<b>Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica da Floresta</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de organizações de produtores florestais constituídas</li> <li>Nº de entidades prestadoras de serviços florestais instaladas</li> <li>Nº de projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados</li> <li>Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados</li> <li>Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados</li> <li>Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos</li> <li>Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos</li> <li>Nº de projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público aprovados</li> <li>Ha de área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação</li> <li>Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				7 20 9 150 800 60000 40000 150 1500 8000-12000
<b>Serviços à Agricultura</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados</li> <li>Nº de projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados</li> <li>Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				65 160 12000-16000
<b>Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados</li> <li>Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais</li> </ul>				60 5 520



Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ha de área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais</li> </ul>				11 683
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados</li> </ul>				25
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega</li> </ul>				3562
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega</li> </ul>				17138
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de emparcelamento aprovados</li> </ul>				9
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento</li> </ul>				4261
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ha de área beneficiada por projectos de emparcelamento</li> </ul>				11512
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				118000-124000
<b>Caminhos e Electrificação Agro-rurais</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados</li> </ul>				20
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Km de rede viária nova</li> </ul>				35
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Km de rede viária beneficiada</li> </ul>				35
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais</li> </ul>				1500
<b>Caminhos e Electrificação Agro-rurais</b>				70
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de electrificação aprovados</li> </ul>				350
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação</li> </ul>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				4000-6000
<b>Valorização do Ambiente e do Património Rural</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				4000-6000
<b>Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajudas públicas (1000 Euros)</li> </ul>				3000-5000

Indicadores
<p><b>Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Km de rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais</li> <li>• Km de rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega</li> </ul> <p><b>Caminhos e Electrificação Agro-rurais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Km de linhas de média tensão instaladas</li> <li>• Km de linhas de baixa tensão instalada</li> </ul> <p><b>Valorização do Ambiente e do Património Rural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados</li> <li>• N° de projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados</li> </ul> <p><b>Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de projectos aprovados</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEOGA**

**Taxa média de comparticipação** (custo total) - 45,4%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública) - 57%

**Peso financeiro da Medida** - 6.8% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

<b>Ação/Subacção</b>	<b>Nível de ajuda</b>	<b>Comparticipação Comunitária</b>	<b>Comparticipação Comunitária</b>
	(%Desp.Eleg.)	(%Desp.Eleg.)	(%Ajuda)
<b>1-DIVERSIFICAÇÃO NA PEQUENA AGRICULTURA</b>	50/40	35/30	70/75
<b>2-DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS DE QUALIDADE</b>	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\\\\\\\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\\\\\\\\\\\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\\\\\\\\\\\\\
21-Criação e modernização de unidades produtivas	50	35	70
22-Incentivos a produtos de qualidade	100 (ad)	75 (ad)	75
	75/50	56,5/37,5	
<b>3-GESTÃO SUSTENTÁVEL E ESTABILIDADE ECOLÓGICA DAS FLORESTAS</b>	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\\\\\\\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\\\\\\\\\\\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\\\\\\\\\\\\\
31-Instalação de organizações de produtores florestais	100 (ad)	75 (ad)	75
	85	64	75
32-Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	50	35	70
33-Apoio à prestação de serviços florestais	30 a 80	22,5 a 60	75
34-Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	80	60	75
35-Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público	40 a 120	30 a 90	75
	euros/ha/ano	euros/ha/ano	
<b>4-SERVIÇOS À AGRICULTURA</b>	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\
41-Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	50	37,5	75
	100 (ad)	75 (ad)	75
42-Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\ \\\\
421 - Preservação e melhoramento genético das Raças	100/70	75/52,5	75
422 - Melhoria e controlo das condições higieno-sanitárias	70	52,5	75
423 - Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	50/30 a 70	35/22,5 a 52,5	70/75

<sup>1</sup> No caso de entidades públicas, a contrapartida nacional de 25% é suportada pelas mesmas.

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.16 - DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (FEDER)**

#### **1.DESCRICÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

O desporto é cada vez mais um instrumento estratégico para o desenvolvimento e notoriedade de um país e tem desempenhado um papel crescente, nomeadamente no espaço europeu, na dinâmica das suas economias.

Como fenómeno social global, o Desporto tem hoje, numa perspectiva de desenvolvimento económico e social, um carácter integrador e transversal a vários sectores, podendo dinamizar um conjunto diversificado de actividades económicas, constituindo-se portanto como uma considerável fonte, directa e indirecta, de emprego a que acresce uma componente de coesão social demonstrável na enorme importância que desempenha nas razões da integração social, sentimento de pertença e orgulho de cidadania e na promoção da tolerância e da compreensão e respeito mútuos enquanto contributos para o caminho duma participação cívica mais activa e democrática.

A comparação dos dados nacionais com os índices de referência internacionais mostra, ainda, um desfasamento entre a necessidade de actividades físicas, recreativas e desportivas e a disponibilidade de equipamentos, denotando-se um estrangulamento ao nível das infra-estruturas nas regiões mais populosas.

É por isso necessário reforçar o investimento público no âmbito da construção, modernização, recuperação e adaptação de infra-estruturas desportivas mediante uma política integrada que, visando o desenvolvimento e o equilíbrio regional entre a procura e a oferta desportivas, possa intervir no sentido de corrigir a escassez de infra-estruturas permitindo assim contribuir para minorar a falta de hábitos desportivos dos portugueses.

Os objectivos prosseguidos são os seguintes:

- ❖ Promover e desenvolver o desporto enquanto valor de melhoria da qualidade de vida das populações;
- ❖ Generalizar a possibilidade de acesso à prática desportiva;
- ❖ Aumentar a quantidade e qualidade da oferta de condições de treino e formação desportivas;

- ❖ Contribuir para o desenvolvimento da igualdade de oportunidades;
- ❖ Contribuir para a inserção e integração sociais nomeadamente das minorias étnicas e sociais;
- ❖ Incentivar hábitos de continuidade da prática desportiva;
- ❖ Aumentar o número de atletas federados;
- ❖ Promover o desenvolvimento do nível do alto rendimento desportivo como forma de atracção da juventude para a prática desportiva;
- ❖ Inserção de equipamentos desportivos em programas de requalificação urbana.

## **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

A sistematização da componente compreende:

### **1. Desenvolvimento da Rede de Equipamentos de Base**

Equipamentos organizados, quer de treino quer de competição local e regional, que devem ser concebidos para funções polivalentes e permitir flexibilidade de utilização. Envolve a modernização, recuperação, adaptação e construção de grandes campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões, salas de desporto e piscinas cobertas.

### **2. Desenvolvimento da Rede de Equipamentos Especializados**

Equipamentos destinados à prática desportiva específica de uma modalidade ou de um grupo de modalidades particulares.

### **3. Desenvolvimento da Rede de Equipamentos para Alta Competição e Espectáculos Desportivos**

Equipamentos orientados para a realização de competição de alto nível nacional e internacional com grande capacidade de público e infra-estruturas para a comunicação social. Integra a modernização, recuperação, adaptação e construção de estádios bem como, entre outros, pavilhões de competição e espectáculo.

Em qualquer caso, os equipamentos desportivos a serem apoiados, cujo financiamento comunitário seja superior a 5 MEUROS, deverão:

- ◆ constituir projectos de infra-estruturas desportivas que respeitem o que está estabelecido no artº 29º do regulamento CE 1260/99, nomeadamente no que se

refere às taxas de participação dos fundos em investimentos em infra-estruturas geradores de receitas;

- ◆ demonstrar contribuir para o desenvolvimento regional e local, identificando nomeadamente a respectiva contribuição, em termos sociais, para a criação de postos de trabalho, para a renovação urbana, para a promoção do Turismo, para o acesso à prática desportiva do público em geral, para a promoção do desporto, podendo integrar-se em projectos identificados, mais vastos, de investimento público e privado em regiões e sub-regiões do País;
- ◆ serem compatíveis com as regras comunitárias em matéria de concorrência;
- ◆ ter como objecto despesas realizadas por entidades públicas e outras entidades que operem num quadro jurídico e administrativo que as torne assimiláveis a entidades públicas.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições de acesso dos promotores e dos projectos

As entidades promotoras terão de comprovar que:

- dispõem de contabilidade adequada às análises requeridas para a apreciação e acompanhamento dos projectos;
- possuem a sua situação regularizada perante o Estado (Finanças e Segurança Social);
- possuem capacidade financeira para assegurar a sua participação no projecto;
- detêm a propriedade do terreno ou do direito de superfície por mais de 25 anos, se outro limite temporal não estiver legalmente fixado;
- garantem a qualidade de dono da obra nos termos da legislação em vigor;
- se comprometem, após a conclusão das obras, a não alienar, durante 25 anos, a condição de titular da infra-estrutura construída ao abrigo do Contrato-Programa a celebrar;
- garantem a servidão desportiva, nos termos da alínea g) do nº 2 do artº 12 do Decreto-Lei nº 432/91, de 6 de Novembro, obrigando-se ainda a promover o seu registo como primeiro ónus;
- se comprometem, caso sejam Câmaras Municipais os promotores da obra, a garantir a vocação e afectação desportiva da infra-estrutura..

Os projectos candidatos aos apoios previstos deverão satisfazer as seguintes condições:

- situarem-se no território da Região (NUTS II);
- serem relevantes do ponto de vista dos objectivos do Programa e dos objectivos definidos para esta Medida;
- cumprirem os requisitos legais e técnicos exigidos;
- disporem de projecto técnico de execução elaborado e aprovado de acordo com a legislação em vigor;
- não estarem concluídos à data da formalização da candidatura;
- serem projectos de infra-estruturas com um montante de despesas elegíveis superior a 50 mil contos, excepto em casos devidamente fundamentados e aceites;
- não ultrapassem, na programação financeira prevista em candidatura, os 3 anos, excepto em casos devidamente fundamentados e aceites.

### **Prioridades na afectação das verbas**

Para além dos critérios gerais a selecção dos projectos far-se-á de acordo com os seguintes critérios de preferência:

- População potencial servida e adequabilidade do projecto às suas necessidades desportivas;
- Percentagem de população jovem;
- Inserção em programas de desenvolvimento desportivo;
- Apoio do associativismo desportivo;
- Adequabilidade da instalação ao treino e formação desportivos;
- Qualidade dos equipamentos e das infra-estruturas para a prestação de serviços públicos desportivos;
- Contribuição da tipologia do projecto para o equilíbrio desportivo da área em que se insere;
- Contribuição da tipologia do projecto para o incremento da prática desportiva;
- Índice disponível de instalações desportivas de base formativa da área em que se insere;
- Adequabilidade aos custos máximos de referência.



## **Despesas elegíveis**

No âmbito desta medida os apoios a conceder assumem a forma de uma comparticipação financeira sobre as despesas consideradas elegíveis, que pode atingir diferentes percentagens consoante o tipo de equipamento a que o projecto diz respeito e a relevância do mesmo para a prática desportiva, para o equilíbrio desportivo e as necessidades desportivas actuais e futuras da população da região em que se insere.

Para os projectos não geradores de receitas, equipamentos de base vocacionados prioritariamente para a formação e treino desportivos, a comparticipação financeira poderá variar entre os 50% e os 75% das despesas elegíveis, de acordo com a análise da sua pertinência;

Para os equipamentos especializados vocacionados para o treino e competição de modalidades desportivas específicas, a comparticipação financeira será de 50% das despesas elegíveis;

Para os projectos geradores de receitas, infra-estruturas vocacionadas para a competição e espectáculo e consequentemente com especial incidência no espaço destinado aos espectadores, a comparticipação, dependendo da análise económico-financeira do projecto, será sempre inferior a 50% das despesas elegíveis.

No caso dos equipamentos de base a taxa de comparticipação atribuída depende da aplicação de um conjunto de critérios que quantificam a relevância/adequabilidade da infra-estrutura às necessidades desportivas da região onde se insere.

Não são consideradas despesas elegíveis os estudos e projectos, a compra de terrenos ou quaisquer despesas relacionadas com sedes de organismos desportivos ou arranjos exteriores.

Não são ainda considerados elegíveis os custos resultantes das altas de praça, revisões de preços, erros e omissões do projecto, compensações por trabalhos a mais ou a menos, ou indemnizações que eventualmente venham a ser devidas ao adjudicatário por força do regime de empreitadas de obras públicas em vigor.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Municípios e Empresas Municipais;
- Organismos da Administração Pública Desportiva;

- Associações e Clubes Desportivos sem fins lucrativos e com estatuto de utilidade pública;
- Federações Desportivas com utilidade pública desportiva.

As entidades beneficiárias são as responsáveis pela execução dos projectos aprovados.

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

O responsável pela gestão desta medida é o Coordenador Nacional das Intervenções Operacionais Regionalmente Desconcentradas do Desporto, que irá proceder à articulação, superintendência e acompanhamento da medida, sem prejuízo das competências do Gestor da Intervenção Operacional Regional.

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N° de m <sup>2</sup> de área útil de equipamento desportivo de base por habitante	a)	2000	1.88	1.89
• N° de m <sup>2</sup> de construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	a)			30 700
• N° de intervenções em equipamentos desportivos	a)			11

a) Nota explicativa: todos os indicadores são calculados a partir de custos médios de m<sup>2</sup> de área útil de equipamento desportivo e com base no pressuposto que 50% das intervenções serão piscinas cobertas.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
• N° de projectos e n° de m <sup>2</sup> construídos de desenvolvimento da rede de equipamentos de base
• N° de projectos e n° de m <sup>2</sup> construídos de desenvolvimento da rede de equipamentos especializados
• N° de projectos e n° de m <sup>2</sup> construídos de desenvolvimento da rede de equipamentos para alta competição e espectáculos desportivos

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação (custo total)- 61,9%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 61,9%**

**Peso financeiro da Medida - 1,4% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.17 - ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES (FEDER)**

#### **1.DESCRICÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Com o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (POAT) pretende-se contribuir para a oferta de um sistema de transportes seguro e sustentável dos pontos de vista económico, financeiro, ambiental e social. Assim, a par de objectivos que visam a integração internacional do país, o aumento de competitividade das empresas e o reforço da coesão e solidariedade internas, visa-se também a melhoria da qualidade de vida em zonas urbanas.

A este último objectivo estão associadas acções cujas características e âmbito geográfico recomendam que as fases de apreciação, selecção e acompanhamento de projectos se coloquem a níveis mais próximos dos estratos que suportarão ou beneficiarão dos respectivos impactos, e fazendo intervir no processo de decisão os grupos interessados.

A Componente Desconcentrada da Região Lisboa e Vale do Tejo do POAT, constitui assim um instrumento essencial para prossecução dos objectivos declarados.

Deverá contribuir para a melhoria da qualidade de vida na região, em especial nas zonas urbanas, e para a viabilização de um maior desenvolvimento económico, tendo em atenção os seguintes objectivos específicos:

- ❖ Contribuir para o descongestionamento das áreas urbanas;
- ❖ Desenvolvimento de modos e meios de transporte menos poluentes;
- ❖ Melhoria das acessibilidades regionais;
- ❖ Contribuir para uma melhor articulação entre diferentes redes de transportes.

Igualmente, deverá contribuir para o grande objectivo nacional de privilegiar uma abordagem integrada da mobilidade, respeitadora do ambiente e do ordenamento do território, elemento essencial na construção do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes.

Esta medida complementar, ainda, as acções a desenvolver no âmbito do Eixo 1 e 2 do programa operacional regional, que tem como objectivos globais a reforço da coesão regional e a promoção da qualidade de vida das populações e o desenvolvimento local (Eixo 1), bem como, o incremento da estruturação e da capacidade competitiva da região (Eixo 2), dado o reforço de articulação designadamente das redes viárias municipais e intermunicipais.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

A tipologia de projectos que se prevê desenvolver para atingir os objectivos específicos identificados para a medida consistem essencialmente:

- ◆ Na elaboração de planos de transporte que visem uma maior racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimentos;
- ◆ Na implementação de sistemas ferroviários ligeiros, nomeadamente o Metro Ligeiro do Sul do Tejo;
- ◆ Na melhoria das ligações fluviais, nomeadamente as ligações à Margem Sul do Tejo;
- ◆ Na melhoria das acessibilidades e intervenções em portos regionais;
- ◆ Na requalificação de estradas nacionais e regionais, visando reforçar a estruturação do sistema urbano principal e contribuir para a organização das respectivas áreas envolventes.

## 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

Os projectos a apoiar deverão cumulativamente cumprir os seguintes requisitos de elegibilidade:

- Estar em conformidade com a política definida para o sector;
- Respeitar as políticas ambientais, nacionais e comunitárias, e a legislação respectiva, designadamente as directivas 85/337/CEE, 97/11/CE, 79/409/CEE, 92/43/CEE;
- Cumprir as regras de contratação e de mercados públicos designadamente as directivas 93/36/CE, 93/37/CE, 93/38/CE, 92/50/CEE, 97/52/CE e 98/4/CE;
- Estar garantida a cobertura orçamental do projecto;
- Contribuir para alcançar pelo menos um dos objectivos específicos enunciados.

As candidaturas serão instruídas em formulário próprio que permitirá efectuar a avaliação sob os diferentes pontos de vista técnicos e económicos, bem como a contribuição do projecto para os objectivos específicos pretendidos. A verificação do cumprimento dos requisitos é condição de selecção da candidatura. Deverá ainda ser fornecida informação que permita aferir com regularidade o desenvolvimento da execução dos projectos.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Instituto Marítimo-Portuário;
- Instituto Portuário do Centro;
- Metro do Sul do Tejo;
- Instituto das Estradas de Portugal (IEP) ou Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) ou Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), nos casos em que o IEP o julgue conveniente
- SOFLUSA;
- TRANSTEJO;
- Operadores de Transporte Público da Região de Lisboa e Vale do Tejo;
- As Câmaras Municipais da Região poderão, ainda, ser beneficiárias finais da medida nos projectos que visem a reabilitação de estradas com vista à sua integração na rede municipal, nos termos do artº 13º do Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de Julho e suas alterações, ou ainda em outros projectos que decorram de protocolos celebrados entre as Câmaras Municipais e o Instituto de Estradas de Portugal.

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Equipamento Social/Coordenador da Intervenção Desconcentrada Acessibilidades e Transportes

#### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

##### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 - Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 - Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

## 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• Extensão de linha férrea a construir ou requalificar (nº de km)	(1)			12.5
• Nº de estações a construir e remodelar (unidades)	(1)			19
• Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)	(1) (2)			55
• Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade)	(1) (3)			8

(1) A natureza dos Indicadores aconselha a que a medição em 2006 seja feita com base numa quantificação das intervenções efectuadas durante o período

(2) Não se indica a Situação de Partida por o peso das requalificações/beneficiações ser demasiado elevado. Por outro lado, a distinção entre requalificação e construção tornaria imprescindível o conhecimento exacto dos projectos, classificados de igual modo, para o período perspectivado, situação que não é possível identificar totalmente.

(3) A aquisição de navios destina-se à renovação da frota actual, pelo que parece não fazer sentido referenciar-se uma situação de partida.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de planos de transporte elaborados</li> <li>• N° de projectos submetidos a uma AI A</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de participação** (custo total)- 45,1%

**Taxa média de participação** (despesa pública)- 48,8%

**Peso financeiro da Medida** - 10,8% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa



## EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS

### MEDIDA 3.18 - AMBIENTE (FEDER)

#### 1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Nesta medida ha que distinguir várias acções: a Conservação e Valorização do Património Natural, a Valorização e Protecção dos Recursos Naturais; a Informação e Gestão Ambientais; a Melhoria do Ambiente Urbano; a Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental.

#### **Acção A - Conservação e Valorização do Património Natural**

Esta Acção tem incidência nas seguintes áreas, desde que não abrangidas por Áreas Protegidas de âmbito nacional:

- ✦ sítios integrados na Lista Nacional de Sítios proposta para classificação de Zonas especiais de Conservação ao abrigo da Directiva 92/43/CEE;
- ✦ Zonas de Protecção Especial declaradas ao abrigo da Directiva 79/409/CEE;
- ✦ áreas com estatuto de protecção consideradas nas Convenções Internacionais ratificadas ou a ratificar pelo Estado Português;
- ✦ áreas com estatuto de Diploma Europeu, Reserva da Biosfera ou Reserva Biogenética; áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional;
- ✦ em outras áreas com relevância para a conservação da natureza, não abrangidas pelas figuras anteriores.

São objectivos desta Acção:

- ❖ Impulsionar a conservação e valorização do património natural., em conformidade com uma estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade;
- ❖ Promover a utilização sustentada dos recursos naturais, nomeadamente através de actividades de recreio e lazer que constituam factor de demonstração de um modelo de desenvolvimento sustentável.

## **Acção B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais**

Reconhecendo a sensibilidade dos ecossistemas em presença no litoral português e a importância dos recursos costeiros e hidrográficos para o desenvolvimento de actividades económicas de índole diversa, esta Acção visa promover investimentos conducentes à requalificação e defesa da costa, bem como a reabilitação da rede hidrográfica.

Pretende-se criar condições para a fruição equilibrada dos recursos naturais, valorizando a sua diversidade, reduzindo-se as agressões bio-físicas e paisagísticas e permitindo uma gestão criteriosa dos recursos hídricos nacionais. Neste sentido, torna-se importante a reabilitação e valorização da Rede Hidrográfica Nacional e de Albufeiras bem como a requalificação da orla costeira.

A estimativa da rápida conclusão da globalidade dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) permitirá a definição de regras de uso e de acção que possibilitarão uma intervenção conjunta de reabilitação da orla costeira nacional.

São objectivos desta Acção:

- ❖ Assegurar a manutenção da biodiversidade das áreas naturais;
- ❖ Reabilitar as áreas ambiental e paisagisticamente degradadas;
- ❖ Melhorar a qualidade das praias, tanto do ponto de vista ambiental como do equilíbrio da fruição turística;
- ❖ Introduzir novas práticas de defesa costeira, reduzindo as intervenções artificializadoras e valorizando a reposição de situações naturais;
- ❖ Implementar as propostas de intervenção previstas nos POOC;
- ❖ Promover acções de regularização e renaturalização de linhas de água;
- ❖ Promover o ordenamento das utilizações potenciais das albufeiras;
- ❖ Promover acções de melhoria das condições de segurança das barragens.

## **Acção C - Informação e Gestão Ambientais**

A informação da população sobre as questões ambientais e a monitorização das componentes ambientais, que constituem áreas de intervenção fundamentais para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Neste contexto, a informação ambiental produzida constitui um vector de actuação estratégica da máxima importância, na medida em que contribuirá de uma forma decisiva para uma sociedade mais consciente e informada e deste modo mais atenta para a necessidade de uma gestão sustentada do ambiente.

Por outro lado, é essencial que a informação ambiental seja produzida e divulgada de uma forma rigorosa e actual, tendo em conta os diversos destinatários, como forma mais eficaz de reforço da participação dos cidadãos, ONG e da sociedade civil em geral, nos processos de tomada de decisão.

Reconhecendo a importância do fornecimento de informação rigorosa para uma tomada de decisão racional e para o apoio aos processos de avaliação de impactos ambientais, torna-se essencial dotar Portugal de uma Rede Nacional de Laboratórios do Ambiente, com capacidade técnica de normalização, acreditação e referência, que permita o controlo e monitorização das componentes ambientais em todo o país.

Constituem objectivos específicos desta Acção:

- ❖ A contribuição regional para a rede de monitorização de qualidade do Ambiente;
- ❖ A remodelação e o reapetrechamento dos laboratórios regionais.

#### **Acção D - Melhoria do Ambiente Urbano**

Pretende-se com esta Acção apoiar projectos de requalificação urbana, atribuindo-se especial ênfase às componentes da gestão, monitorização e sensibilização ambiental. Neste contexto, prevê-se o apoio de acções incluídas em Operações Integradas de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental de Cidade.

Serão ainda consideradas outras acções que contribuam para a melhoria do ambiente urbano e que, nalguns casos complementem ou valorizem projectos já realizados e/ou em curso, por forma a estimular sinergias e potencial os seus efeitos.

São objectivos desta Acção:

- ❖ Melhoria dos parâmetros ambientais urbanos, designadamente, da qualidade do ar, dos níveis de ruído e da qualidade da paisagem urbana;
- ❖ Criação e/ou reforço dos instrumentos de gestão urbana, tendo em vista a melhoria do desempenho ambiental;
- ❖ Melhoria da qualidade de vida dos residentes e utentes dos espaços urbanos;
- ❖ Promoção da gestão sustentável urbana, contribuindo para a minimização do consumo de recursos naturais, nomeadamente da água, das fontes de energia não renováveis e do solo;
- ❖ Promoção da mobilidade urbana sustentável;
- ❖ Promoção de acções com efeito catalisador na revitalização das cidades, assegurando padrões elevados de qualidade ambiental e urbanística.

## **Acção E - Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental**

A existência de um passivo ambiental, resultante da actividade económica, acumulado durante várias décadas e onde não é possível responsabilizar o agente poluidor, leva à necessidade de se estimularem acções que permitam a sua recuperação.

São objectivos desta Acção:

- ❖ Incentivar a reabilitação de zonas poluídas pelas actividades económicas, cujos responsáveis pela poluição não são identificados ou por não ser aplicável o princípio da responsabilidade e o princípio do poluidor-pagador.

## **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

### **Acção A - Conservação e Valorização do Património Natural**

No âmbito desta Acção serão apoiados projectos que, genericamente, se poderão incluir nas seguintes tipologias:

- ◆ Estudos de caracterização e suporte à elaboração de planos especiais de ordenamento do território, planos sectoriais e planos de acção, bem como programas de conservação de espécies e habitats;
- ◆ Acções de manejo de espécies e habitats (manutenção, recuperação, repovoamentos, alimentadores, controlo de espécies exóticas, arborizações com espécies autóctones, etc.).

Ao nível da gestão das áreas classificadas não abrangidas por Áreas Protegidas de âmbito nacional referidas no ponto "Descrição", serão cofinanciadas, através desta Acção, acções e estruturas do tipo:

- ◆ Centros e Postos de Informação;
- ◆ Centros de Interpretação e/ou Centros de Educação Ambiental;
- ◆ Ecomuseus e Núcleos Museológicos;
- ◆ Centros de Acolhimento, Casas de Abrigo e Casas de Retiro;
- ◆ Trilhos e Percursos de Interpretação;
- ◆ Sinalização;
- ◆ Parques de Campismo, Parques de Merendas;
- ◆ Edição de material de divulgação.

Serão, ainda, apoiadas por esta Acção, as seguintes acções de apoio ao desenvolvimento local:

- ◆ Infraestruturas de suporte às actividades tradicionais;
- ◆ Reabilitação de património histórico e cultural que potencie o desenvolvimento de actividades económicas ligadas à visitação;
- ◆ Requalificação ambiental de aglomerados rurais;
- ◆ Recuperação e melhoria de caminhos e acessos.

### **Acção B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais**

No âmbito desta Acção serão apoiados projectos que, genericamente, se poderão incluir nas seguintes tipologias:

- ◆ Execução das intervenções previstas nos Planos de Praia;
- ◆ Projectos de valorização de praias (limpeza e execução de infraestruturas);
- ◆ Operações de transposição de inertes e recargas de praias;
- ◆ Projectos de reabilitação de sistemas dunares;
- ◆ Estabilização de arribas e falésias;
- ◆ Retirada de intrusões visuais e paisagísticas;
- ◆ Obras de defesa costeira e manutenção das estruturas existentes;
- ◆ Construção de passadiços, infraestruturas, acessos, estacionamento com óbvias repercussões na qualidade da fruição balnear;
- ◆ Acções de limpeza e desassoreamento de linhas de água e de sistemas lagunares;
- ◆ Projectos de valorização das zonas fluviais e recuperação do património (infraestruturas de apoio);
- ◆ Projectos de valorização das albufeiras (infraestruturas de apoio);
- ◆ Acções para recuperação e melhoria das condições de segurança de barragens;
- ◆ Projectos de requalificação ambiental e reabilitação do património;
- ◆ Projectos de reabilitação e requalificação de áreas degradadas e frentes urbanas;
- ◆ Estudos de base técnico-científicos e Planos de Pormenor;
- ◆ Acções de Divulgação e Sensibilização Ambiental de projectos apoiados por esta Acção.

### **Acção C - Informação e Gestão Ambiental**

No âmbito desta Acção serão apoiados projectos que, genericamente, se poderão incluir nas seguintes tipologias:

- ◆ Aquisição de equipamento e software para os subsistemas regionais de aquisição, armazenamento e processamento de dados de base regional;
- ◆ Produção de informação geográfica de base necessária à caracterização regional do território e ambiente e implementação de sistemas de informação geográfica neste âmbito;
- ◆ Construção ou adaptação de instalações, nomeadamente estações ou centros de aquisição e processamento de dados de ambiente;
- ◆ Construção, ampliação ou reabilitação das unidades laboratoriais no domínio da água, ar, ruído, solos e com a aquisição de equipamento necessários ao cabal desempenho das suas funções;
- ◆ Conclusão da rede da qualidade do ar incluindo a criação de estruturas fixas, e uma rede de comunicações;
- ◆ Aquisição de equipamentos fixos e móveis para medição do ruído do ambiente exterior e respectivo software de aquisição de dados e ainda equipamento para contador de tráfego rodoviário e equipamento informático (software e hardware) para campanhas de medição acústica no exterior.

### **Acção D - Melhoria do Ambiente Urbano**

No âmbito desta Acção serão apoiados projectos que, genericamente, se poderão incluir nas seguintes tipologias:

- ◆ Projectos complementares de Operações Integradas de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental de Cidades, nomeadamente, instalação/conversão de mobiliário e sinalética urbana;
- ◆ Projectos relativos a sistemas de monitorização, de tratamento e de processamento de dados ambientais urbanos para apoio à decisão e/ou divulgação ao público;
- ◆ Projectos de âmbito local ou regional, que promovam acções de sensibilização e de informação para diferentes grupos-alvo tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano;
- ◆ Projectos que contribuam para a caracterização e a gestão do ambiente urbano, podendo contemplar a produção cartográfica de base digital e o recurso às novas tecnologias de informação, nomeadamente, os Sistemas de Informação Geográfica;

- ◆ Projectos que promovam a criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade, no âmbito de Operações Integradas;
- ◆ Criação de postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano;
- ◆ Projectos que visem a redução da produção de resíduos no espaço urbano e/ou a sua valorização e o seu confinamento, designadamente, estruturas deconfinamento e de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos;
- ◆ Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos desta acção.

#### **Acção E - Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental**

- ◆ Estudos, monitorização, diagnósticos e apoio a projectos referentes à recuperação do passivo ambiental e requalificação ambiental.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

#### **Acção A - Conservação e Valorização do Património Natural**

Um projecto candidato a financiamento terá de cumprir as condições de acesso que a seguir se apresentam:

- estar em conformidade com os objectivos do Programa e integrar-se no presente Eixo Prioritário e Acção;
- estar incluído nas áreas classificadas não abrangidas por Áreas Protegidas de âmbito nacional;
- estar em conformidade com os objectivos e disposições previstos nos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, quando aplicável;
- cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, contratos públicos, ambiente e igualdade de oportunidades;
- dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- apresentar estudo de viabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- ter início físico num prazo máximo de seis meses após a data de aprovação da candidatura;

- não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro Programa do QCA III;
- apresentar:
  - ✓ diagnóstico da situação ambiental, económica e social da área de intervenção e justificação da necessidade do investimento que candidata, referenciando os objectivos, sempre que possível, quantificados, bem como a fundamentação das propostas;
  - ✓ plano de gestão e de viabilidade económica após a execução do projecto, quando aplicável;
  - ✓ plano estratégico da intervenção, com descrição das acções previstas, sua calendarização, investimentos associados e respectivas fontes de financiamento, quando aplicável;
  - ✓ plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da intervenção, quando aplicável.

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta Acção são:

- contribuição para a preservação dos valores ambientais;
- contribuição para os objectivos e disposições previstos
- interesse biofísico e económico das intervenções;
- minimização de riscos económicos e ambientais.

### **Acção B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais**

Um projecto candidato a financiamento terá de cumprir as condições de acesso que a seguir se apresentam:

- estar em conformidade com os objectivos do Programa e integrar-se no presente Eixo Prioritário e Acção;
- estar em conformidade com os objectivos e disposições previstos nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), nos Planos de Bacia Hidrográfica ou no Plano Nacional da Água, quando aplicável;
- cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, contratos públicos, ambiente e igualdade de oportunidades;
- dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- apresentar estudo de viabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;



- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico num prazo máximo de seis meses após a data de aprovação da candidatura;
- não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro Programa do QCA III;
- apresentar:
  - ✓ diagnóstico da situação ambiental, económica e social da área de intervenção e justificação da necessidade do investimento que candidata, referenciando os objectivos, sempre que possível, quantificados, bem como a fundamentação das propostas;
  - ✓ plano de gestão e de viabilidade económica após a execução do projecto, quando aplicável;
  - ✓ plano estratégico da intervenção, com descrição das acções previstas, sua calendarização, investimentos associados e respectivas fontes de financiamento, quando aplicável;
  - ✓ plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da intervenção, quando aplicável.
- os projectos devem ter como limiar máximo de investimento 200 000 contos, com excepção da tipologia correspondente às "Acções de Divulgação e Sensibilização Ambiental de projectos apoiados por esta Acção" que não está sujeita a plafond.

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta Acção são:

- contribuição para a preservação dos valores ambientais;
- contribuição para os objectivos e disposições previstos nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), nos Planos de Bacia Hidrográfica ou no Plano Nacional da Água;
- interesse biofísico e económico das intervenções;
- minimização de riscos económicos e ambientais.

### **Acção C - Informação e Gestão Ambiental**

Um projecto candidato a financiamento, deverá cumprir as condições de acesso que a seguir se apresentam:

- estar em conformidade com os objectivos do Programa Operacional e integrar-se no presente Eixo Prioritário e Acção;
- cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, contratos públicos, ambiente e igualdade de oportunidades;
- dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;

- apresentar estudo de capacidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade, quando aplicável;
- possuir garantia de qualidade e viabilidade técnica;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter um início físico num prazo máximo de seis meses após a data de aprovação da candidatura;
- não constituir candidatura financiada ou apresentada para aprovação a outro Programa do QCA III;
- os projectos devem ter como limiar máximo de investimento 50 000 contos, com excepção da tipologia correspondente à "Produção de informação geográfica de base necessária à caracterização regional do território e ambiente e implementação de sistemas de informação geográfica neste âmbito" que não está sujeita a plafond.

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta Acção, são os seguintes:

- contribuição para o reforço da participação dos cidadãos, ONG e sociedade civil em geral nos processos de tomada de decisão;
- contribuição para uma adequada informação ambiental dos cidadãos.

#### **Acção D - Melhoria do Ambiente Urbano**

Os projectos candidatos a financiamento terão de cumprir as condições de acesso que a seguir se enumeram:

- estar em conformidade com os objectivos do Programa Operacional e integrar-se no presente Eixo Prioritário e Acção;
- cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, contratos públicos, ambiente e igualdade de oportunidades;
- dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- apresentar viabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- apresentar situação regularizada no pagamento de contribuições e impostos ao Estado e à Segurança Social;
- demonstrar ter financiamento assegurado da contrapartida nacional;
- ter início físico num prazo máximo de seis meses após a data de aprovação da candidatura;

- não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro Programa do QCA III;
- apresentar:
  - ✓ diagnóstico da situação ambiental, económica e social da área de intervenção e justificação da necessidade do investimento que candidata, referenciando os objectivos, sempre que possível, quantificados, bem como a fundamentação das propostas;
  - ✓ plano de gestão e de viabilidade económica após a execução do projecto, quando aplicável;
  - ✓ plano estratégico da Operação Integrada, com descrição das acções previstas, sua calendarização, investimentos associados e respectivas fontes de financiamento, quando aplicável;
  - ✓ plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da Operação Integrada, quando aplicável;

Os critérios que presidem à selecção dos projectos a implementar no âmbito desta Medida são:

- conformidade com os objectivos e disposições do Programa Polis;
- contributo para a implementação de legislação ambiental e urbanística;
- contributo para a redução do consumo de recursos naturais;
- contributo para a redução das emissões de gases com efeito estufa;
- população a beneficiar (permanente e ocasional);
- carácter demonstrativo;
- enquadramento no Plano Estratégico da Cidade, quando aplicável;
- contributo para a consolidação do sistema urbano regional e nacional;
- parcerias;
- efeito esperado e objectivos quantificados;
- contributo para a melhoria do desempenho das actividades económicas locais;
- modelo de gestão na fase de execução e na fase de exploração, quando aplicável;
- sustentabilidade económica na fase de execução e na fase de exploração;
- medidas de minimização do impacte negativo das obras, quando aplicável;
- sinergias com outros investimentos;
- sistema de monitorização e gestão ambiental, quando aplicável;
- estratégia de comunicação, quando aplicável.

### **Acção E - Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental**

Um projecto candidato a financiamento terá de cumprir as condições de acesso que a seguir se apresentam:

- estar em conformidade com os objectivos do Programa Operacional e integrar-se no presente Eixo Prioritário e Acção;
- estar em conformidade com os objectivos e disposições previstos no respectivo Programa Operacional sectorial;
- cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, ambiente e igualdade de oportunidades;
- dispor de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais, quando aplicável;
- apresentar estudo de viabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- ter início físico num prazo máximo de seis meses após a data de aprovação da candidatura;
- apresentar plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da intervenção, quando aplicável.

## **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

### **Acção A - Conservação e Valorização do Património Natural**

- Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território;
- Municípios e suas Associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

### **Acção B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais**

- Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território;
- Municípios e suas Associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

### **Acção C - Informação e Gestão Ambiental**

- Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

### **Acção D - Melhoria do Ambiente Urbano**

- Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território;
- Municípios e suas Associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

### **Acção E - Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental**

- Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território;
- Municípios e suas Associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

## **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território / Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Ambiente

## **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

## 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
<b>Acção A</b>				
<b>Conservação e valorização do património natural</b>				
• % de território abrangido pelo estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, Sítios da Rede Natura 2000 e ZPEs)		2000	5.3	6.9
• N° de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza		2000	0	8 000
<b>Acção B</b>				
<b>Valorização e protecção dos recursos naturais</b>				
• Extensão de costa a intervencionar (n° de km)		2000	-	8
<b>Acção C</b>				
<b>Informação e gestão ambientais</b>				
• N° de estruturas de monitorização a instalar ou renovar		2000	-	6
• % do território da região coberto pela série cartográfica 1/10000		2000	0	100
• % do território da região coberto com ortofotomapas digitais a cores		2000	90 -	100

2. Estrutura do Programa Operacional por Eixos Prioritários e Medidas

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
<b>Acção D</b> <b>Melhoria do ambiente urbano</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de postos de informação no domínio do ambiente urbano a criar</li> <li>Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana</li> <li>Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental</li> </ul>		2000	-	2
		2000	0	40 000
		2000		1

Nota: As situações de partida não quantificadas referem-se a tipologias de projectos sem correspondência no período de programação precedente.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO NÃO QUANTIFICADOS

Indicadores
<b>Acção B</b> <b>Valorização e protecção dos recursos naturais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de demolições das ocupações indevidas do Domínio Público Marítimo</li> <li>Nº de concretizações dos projectos dos planos de praia</li> <li>Nº de execução de intervenções globais em Planos de Praia</li> <li>Nº de m de recuperação de falésias</li> <li>Nº de m de recuperações dunares</li> <li>Área intervencionada na valorização de praias</li> <li>Nº de m<sup>3</sup> de enchimento de praias</li> <li>Área de costa intervencionada (nº de ha)</li> <li>Área de margem de linha de água intervencionada (nº de ha)</li> <li>Comprimento de linha de água intervencionada (nº de km)</li> <li>Nº e tipo de infra-estruturas, equipamento e serviços a instalar nas zonas fluviais</li> <li>Nº e tipo de infra-estruturas, equipamento e serviços a instalar nas albufeiras</li> <li>Áreas verdes de enquadramento e utilização (nº de m<sup>2</sup>)</li> <li>Área degradada e frente urbana intervencionada (nº de ha)</li> <li>Nº de edifícios beneficiados</li> <li>Nº de estudos de base</li> <li>Nº de planos de pormenor</li> <li>Nº de recuperações em barragens</li> </ul>

Indicadores
<p><b>Acção C</b></p> <p><b>Informação e gestão ambientais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de laboratórios instalados e/ou reapetrechados</li> <li>• N° de estruturas de tratamento e processamento de dados desenvolvidas</li> </ul> <p><b>Acção D</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria do ambiente urbano</li> <li>• Área coberta por sistema de monitorização ambiental (n° de m<sup>2</sup>)</li> <li>• N° de sistemas de gestão e de informação de transportes colectivos</li> <li>• N° de postos de trabalho criados (na fase de construção e na fase de exploração)</li> <li>• N° de estruturas de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos</li> <li>• População beneficiada com a intervenção (n° de habitantes)</li> <li>• N° de postos de recolha de dados de ambiente urbano</li> <li>• N° de campanhas de sensibilização ambiental</li> <li>• N° de habitantes abrangido por acções de informação</li> </ul>

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação** (custo total)- 75%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública)- 75%

**Peso financeiro da Medida** - 1,3% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa



## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.19 - SAÚDE (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

A separação vertical de poderes do Estado entre Administração Central e Administração descentralizada e designadamente as Administrações Regionais constitui um patamar da evolução originária do Estado representativo moderno nascido da revolução liberal, onde é indispensável dentro do enquadramento macro-estratégico e político central desenvolver intervenções desconcentradas, sob condução estratégica regional e execução local.

O investimento e a afectação adequada de recursos deverá traduzir a estratégia regional e ser orientada para circunscrições geográfico-populacionais mais limitadas, tendo em conta os seus problemas e necessidades específicas, bem como as suas expectativas de qualidade e de conforto na prestação de cuidados de saúde integrados de base local e coordenação regional.

Os objectivos a atingir nas áreas consideradas prioritárias para a obtenção de ganhos em saúde e bem-estar da população assenta cada vez mais na articulação e convergência dos diversos parceiros sociais e económicos nos espaços colectivos de promoção e prevenção da saúde, pelo que se torna necessário garantir a sua participação nos programas e projectos a desenvolver.

Esta medida tem como principal vertente de actuação o desenvolvimento de espaços de planeamento, coordenação e execução de estratégias, orientadas para a integração e continuidade de cuidados de saúde de comunidades-alvo, para as quais se definem e implementam princípios e regras de articulação e complementaridade entre os diferentes níveis de cuidados que privilegiem a adequação e qualidade da oferta e garantam a equidade do acesso.

São objectivos desta Medida:

- ❖ Melhorar o Acesso, a Qualidade e a Humanização dos cuidados;
- ❖ Reforçar a Promoção da Saúde;
- ❖ Preservar ambientes saudáveis.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

As intervenções a realizar pelos projectos candidatos, incluem, designadamente:

- ◆ Melhoria das condições físicas (infraestruturas e equipamentos) de prestação de cuidados de saúde às populações pelas instituições de saúde de âmbito local e regional, quando as instalações e equipamentos sejam insuficientes, inadequadas ou pouco condignas para uma actividade assistencial tecnicamente qualificada e humanizada;
- ◆ Preservação de um ambiente saudável no tocante ao tratamento de efluentes/águas residuais dos hospitais;
- ◆ Beneficiação e dignificação das áreas de interface físico e humano entre os serviços das instituições de saúde e os cidadãos/utentes, acompanhadas de mudanças organizacionais internas, com vista a melhorar a comunicação e o atendimento ao cidadão e criar uma imagem renovada das instituições de Saúde e das respectivas equipas multiprofissionais;
- ◆ Criação e desenvolvimento de infraestruturas locais para resposta a necessidades emergentes decorrentes do aumento de esperança de vida, da compressão e complexificação da mobilidade e das respectivas consequências funcionais, especialmente nas fases avançadas da vida;
- ◆ Criação de condições que viabilizem a prática de novos paradigmas assistenciais, designadamente unidades de estadia média e prolongada e estruturas de promoção da autonomia do idoso, de âmbito comunitário;
- ◆ Criação de infraestruturas de apoio à promoção da saúde, nomeadamente espaços específicos em meio comunitário (mercados, escolas, locais de trabalho, entre outros), que possam constituir-se como base de apoio e centro de recursos para o desenvolvimento de projectos específicos de promoção da saúde nas comunidades locais;
- ◆ Apoio à criação de infraestruturas destinadas à formação profissional em áreas de actividade emergentes, que permitam responder a necessidades de saúde insuficientemente satisfeitas, designadamente através da formação de "promotores de saúde" e mediadores sociais entre outros;
- ◆ Melhoria das condições materiais e organizacionais que garantam a prontidão de acesso ou chegada aos pontos assistenciais adequados nas situações em que "os minutos contam", fundamentalmente nos acidentes coronários e nos acidentados, entre outros.

### 3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

#### Condições gerais de acesso

Podem candidatar-se ao financiamento desta Medida os projectos que:

- Se enquadram nos objectivos do Programa Regional e da respectiva intervenção desconcentrada da Saúde;
- Comprovem possuir financiamento para assegurar a contrapartida nacional;
- Tenham início físico num prazo máximo de seis meses após a data de aprovação da candidatura;
- Não constituam candidatura apresentada para financiamento ou financiada por outro programa do 3º Quadro Comunitário de Apoio.

#### Prioridades na afectação das verbas

Na selecção dos projectos candidatos, para além do cumprimento das condições gerais de acesso, serão considerados os seguintes factores:

- Prioridade geográfica e adequação das respostas às necessidades locais previamente identificadas;
- Consonância com as prioridades das estratégias nacional e regional da Saúde e integração na estratégia de desenvolvimento regional e local;
- Adequação aos recursos humanos disponíveis ou potencialmente disponibilizáveis para a viabilização e rentabilização do projecto;
- Qualidade técnico-científica, designadamente quando se justifique:
  - ✓ Dispositivo de gestão do projecto
  - ✓ Monitorização e controlo da execução previstos;
  - ✓ Formação associada ao projecto;
  - ✓ Avaliação prevista;
  - ✓ Plano de comunicação e divulgação;
- Integração sistémica local com os restantes elementos estruturais do sistema de saúde e, se for o caso, desenvolvimento de parcerias e intersectorialidade;
- Garantia de continuidade;
- Impacte previsto nas comunidades locais e/ou regionais:
  - ✓ na melhoria do acesso;
  - ✓ na qualidade do processo de prestação de cuidados;
  - ✓ na redução de inequidades;

- ✓ na obtenção de ganhos de saúde.

A não satisfação dos três primeiros critérios determina a exclusão liminar dos projectos.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Organismos do Ministério da Saúde e estabelecimentos do SNS e de outros Ministérios envolvidos em acções de saúde;
- IPSS;
- Santas Casas da Misericórdia;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Associações Mutualistas, Organizações não governamentais, Corporações de Bombeiros.

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Ministério da Saúde / Coordenador da Intervenção Desconcentrada da Saúde

#### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

##### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2005 – Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal (NUTS III);

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo (NUTS III).

##### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores	Quantificação			
	Notas	Situação de partida		2006
		Ano	Valor	
• N.º de intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20
• N.º de intervenções em equipamento de centros de saúde e respectivas extensões	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	15
• N.º de intervenções de remodelação e adequação de instalações hospitalares	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	10
• N.º de intervenções em equipamento de instalações hospitalares	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	7
• N.º de novas infra-estruturas e equipamentos criados para promoção da saúde, incluindo infra-estruturas para formação	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20
• N.º de estabelecimentos hospitalares com pré-tratamento adequado das águas residuais			6	18

a) Intervenções prioritárias, criteriosamente seleccionadas para melhorar o acesso e/ou criar modelos de qualidade assistencial em cuidados de saúde primários ("primary health care") ou novos tipos de resposta em cuidados hospitalares.

b) N.A.- não aplicável, dado o carácter selectivo das intervenções previstas.

## **9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**

**Fundo Estrutural - FEDER**

**Taxa média de comparticipação (custo total)- 75%**

**Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 75%**

**Peso financeiro da Medida - 1,9% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa**

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.20 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FEDER)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

##### **Acção 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional**

Esta Acção tem como objectivos específicos:

- ❖ Garantir as condições necessárias ao lançamento do Programa Operacional, assegurando a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento e controlo, incluindo o processo decorrente da contratualização;
- ❖ Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre acções de desenvolvimento a levar a cabo na Região e a criação de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território, e ao melhor conhecimento e equacionamento da gestão estratégica da Região;
- ❖ Apoiar a promoção e divulgação do programa;
- ❖ Apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

##### **Acção 2 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social**

Esta Acção tem como objectivos específicos:

- ❖ Garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão deste medida regionalmente desconcentrada apoiada no âmbito do FEDER, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

### **Acção 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional**

- ◆ Apoio às estruturas de coordenação e gestão do Programa Operacional;
- ◆ Acções destinadas a assegurar a gestão, monitorização e avaliação do Programa;
- ◆ Criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa Operacional;
- ◆ Desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento nas áreas acompanhamento, gestão, avaliação e controlo do PORLVT;
- ◆ Acções de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa.
- ◆ Apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na Região, relacionados com a acção e papel desempenhado pelos fundos estruturais;
- ◆ Estudos nos domínios da avaliação e impacto económico e social do Programa, do ordenamento e gestão do território, desenvolvimento económico e social e da sustentabilidade ambiental;
- ◆ Despesas relativas aos aspectos transversais do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, tais como: Comités de Acompanhamento, avaliação, estudos, seminários, etc;
- ◆ Apoio ao desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

### **Acção 2 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social**

A prossecução dos objectivos identificados para esta acção, passa pelo desenvolvimento de um conjunto alargado de acções que se inscrevem, genericamente numa lógica de criação de sistemas de apoio ao exercício adequado da função de gestão da medida e, consequentemente de:

- ◆ Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- ◆ Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida;
- ◆ Estudos de indicadores de realização e de impacto;
- ◆ Estudos necessários à implementação da medida, nomeadamente, acções de controlo e avaliação de tendências;



- ◆ Aquisição de equipamento e aplicações informáticas para o desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização
- ◆ Contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada;
- ◆ Sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;
- ◆ Aquisições de serviços necessários à implementação da medida;
- ◆ Despesas relativas á avaliação técnica dos projectos.

São igualmente criadas as seguintes acção:

**Acção 3 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Economia**

**Acção 4 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Pescas - Infraestruturas de Portos**

**Acção 5 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos**

**Acção 6 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Ambiente**

**Acção 7 - Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada: Saúde**

A Descrição/Objectivos Específicos e a Tipologia de Projectos de cada uma destas Acções é igual à Acção 2.

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- adequação às acções definidas no eixo prioritário e sua ligação com o desenvolvimento da região e do programa operacional;
- ter financiado assegurado da comparticipação nacional;
- ter início físico e financeiro num período máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não constituir candidatura financiada ou apresentada a outro programa do QCA III.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Ministério do Trabalho e Solidariedade
- Ministério da Economia
- Direcção Geral das Pescas e Aquicultura/IFADAP
- Secretaria de Estado do Desporto/Instituto Nacional do Desporto/Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território/DRAOT
- Ministério da Saúde/Administração Regional de Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

#### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

##### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

##### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

#### **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

#### **8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO**

Não aplicável.

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Fundo Estrutural - FEDER

Taxa média de comparticipação (custo total)- 64,6%

Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 64,6%

Peso financeiro da Medida - 0,7% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

### 9.1. DESPESAS IN E OUT

**Acção 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional**

(milhares de euros)

Categoria das Despesas	Despesa Pública Prevista	Fundo Estrutural
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>10 272</b>	<b>6 402</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	2 175	1 355
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>3 252</b>	<b>2 027</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>13 524</b>	<b>8 429</b>

**Acção 2 – Assistência Técnica à Medida “Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social”**

(milhares de euros)

<i><b>Categoria das Despesas</b></i>	<i><b>Despesa Pública Prevista</b></i>	<i><b>Fundo Estrutural</b></i>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>707</b>	<b>424</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	424	254
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>33</b>	<b>20</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>740</b>	<b>444</b>

**Acção 3 – Assistência Técnica à Medida “Economia”**

(milhares de euros)

<i><b>Categoria das Despesas</b></i>	<i><b>Despesa Pública Prevista</b></i>	<i><b>Fundo Estrutural</b></i>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>508</b>	<b>381</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	489	367
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>508</b>	<b>381</b>

**Acção 4 - Assistência Técnica à Medida “Pescas – Infraestruturas de Portos”**

(milhares de euros)

<b>Categoria das Despesas</b>	<b>Despesa Pública Prevista</b>	<b>Fundo Estrutural</b>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>234</b>	<b>176</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	196	147
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>26</b>	<b>19</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>260</b>	<b>195</b>

**Acção 5 - Assistência Técnica à Medida “Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos”**

(milhares de euros)

<b>Categoria das Despesas</b>	<b>Despesa Pública Prevista</b>	<b>Fundo Estrutural</b>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>406</b>	<b>304</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	356	267
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>45</b>	<b>34</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>451</b>	<b>338</b>

**Acção 6- Assistência Técnica à Medida “Ambiente”**

(milhares de euros)

<i><b>Categoria das Despesas</b></i>	<i><b>Despesa Pública Prevista</b></i>	<i><b>Fundo Estrutural</b></i>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>477</b>	<b>358</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	283	212
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>55</b>	<b>41</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>532</b>	<b>399</b>

**Acção 7- Assistência Técnica à Medida “Saúde”**

(milhares de euros)

<i><b>Categoria das Despesas</b></i>	<i><b>Despesa Pública Prevista</b></i>	<i><b>Fundo Estrutural</b></i>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>588</b>	<b>441</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	353	265
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>997</b>	<b>748</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>1585</b>	<b>1 189</b>

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 – INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.21 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FSE)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

##### **Acção 1 – Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional**

Esta Acção tem como objectivos específicos:

- ❖ Garantir as condições necessárias à implementação e funcionamento, ao longo do período de programação dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento e controlo, da vertente FSE do Programa Operacional, incluindo o processo decorrente da contratualização e o desempenho eficaz das funções em causa;
- ❖ Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre acções de desenvolvimento a levar a cabo na Região e a criação de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território, e ao melhor conhecimento e equacionamento da gestão estratégica da Região;
- ❖ Apoiar a promoção e divulgação do programa;
- ❖ Apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, com vista ao acompanhamento, à gestão e à avaliação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

##### **Acção 2 – Assistência Técnica ao Eixo Prioritário 3**

Esta Acção tem como objectivos específicos:

- ❖ Garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão das medidas regionalmente desconcentradas: Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa; Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade; Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados; Criação de Emprego; Eficácia e Equidade das Políticas; Promoção do Desenvolvimento Social, medidas estas apoiadas no âmbito do FSE, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação.

## 2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

### **Acção 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional**

- ◆ Apoio às estruturas de coordenação e gestão do Programa Operacional (despesa I N);
- ◆ Acções destinadas a assegurar a gestão, monitorização e avaliação do Programa (despesa I N/OUT);
- ◆ Criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa Operacional (despesa OUT);
- ◆ Desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento nas áreas acompanhamento, gestão, avaliação e controlo do PORLVT (despesa I N);
- ◆ Acções de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa (despesa OUT);
- ◆ Apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na Região, relacionados com a acção e papel desempenhado pelos fundos estruturais (despesa OUT);
- ◆ Estudos nos domínios da avaliação e impacto económico e social do Programa, do ordenamento e gestão do território, desenvolvimento económico e social e da sustentabilidade ambiental (despesa OUT);

### **Acção 2 - Assistência Técnica ao Eixo Prioritário 3**

A prossecução dos objectivos identificados para esta acção, passa pelo desenvolvimento de um conjunto alargado de acções que se inscrevem, genericamente numa lógica de criação de sistemas de apoio ao exercício adequado da função de gestão da medida e, consequentemente de:

- ◆ Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção (despesa OUT);
- ◆ Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida (despesa OUT);
- ◆ Estudos de indicadores de realização e de impacto (despesa OUT);
- ◆ Estudos necessários à implementação da medida, nomeadamente, acções de controlo e avaliação de tendências (despesa OUT);
- ◆ Aquisição de equipamento e aplicações informáticas para o desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização (despesa OUT);



- ◆ Contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada (despesa I N);
- ◆ Sistemas informáticos de acompanhamento e gestão (despesa OUT);
- ◆ Aquisições de serviços necessários à implementação da medida (despesa I N);
- ◆ Despesas relativas á avaliação técnica dos projectos (despesa I N).

### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- adequar às acções definidas no eixo prioritário e sua ligação com o desenvolvimento da região e do programa operacional;
- ter início físico e financeiro num período máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não constituir candidatura financiada por outro programa do QCA I I I .

### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Ministério do Trabalho e Solidariedade

### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

#### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

## 6.2. Período de Elegibilidade

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

## 8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Não aplicável.

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Fundo Estrutural - FSE

Taxa média de comparticipação (custo total)- 62,5%

Taxa média de comparticipação (despesa pública)- 62,5%

Peso financeiro da Medida - 0,5% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

## 9.1 DESPESAS IN E OUT

### Acção 1 - Assistência Técnica aos Eixos Prioritários 1e 2 e às Questões Transversais do Programa Operacional

(milhares de euros)

<b>Categoria das Despesas</b>	<b>Despesa Pública Prevista</b>	<b>Fundo Estrutural</b>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>699</b>	<b>440</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	140	88
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>175</b>	<b>110</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>874</b>	<b>550</b>

### Acção 2 - Assistência Técnica ao Eixo Prioritário 3

(milhares de euros)

<b>Categoria das Despesas</b>	<b>Despesa Pública Prevista</b>	<b>Fundo Estrutural</b>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>10 521</b>	<b>6 576</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	6 313	3 945
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>616</b>	<b>385</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>11 137</b>	<b>6 961</b>

## **EIXO PRIORITÁRIO 3 - INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS**

### **MEDIDA 3.22 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FEOGA)**

#### **1. DESCRIÇÃO / OBJECTIVOS ESPECÍFICOS**

Esta medida tem como objectivos específicos:

- ❖ Garantir as condições necessárias para o desempenho eficaz da função de gestão da medida regionalmente desconcentrada Agricultura e Desenvolvimento Rural apoiada no âmbito do FEOGA, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se assim, de assegurar os instrumentos essenciais de suporte às actividades de divulgação, execução, acompanhamento, controlo e avaliação.

#### **2. TIPOLOGIA DE PROJECTOS**

A prossecução dos objectivos identificados para esta medida, passa pelo desenvolvimento de um conjunto alargado de acções que se inscrevem, genericamente numa lógica de criação de sistemas de apoio ao exercício adequado da função de gestão da medida, nomeadamente de:

- ◆ Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- ◆ Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos da medida;
- ◆ Estudos de indicadores de realização e de impacte, principalmente necessários à avaliação;
- ◆ Despesas relativas à avaliação técnica e física dos projectos.

#### **3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO**

Os projectos candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- adequar às acções definidas no eixo prioritário e sua ligação com o desenvolvimento da região e do programa operacional;
- ter início físico e financeiro num período máximo de quatro meses após a data de homologação da candidatura;
- não constituir candidatura financiada por outro programa do QCA III.

#### **4. CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS**

- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas/I FADAP
- Entidades coordenadoras e gestoras de projectos de desenvolvimento local

#### **5. ORGANISMO RESPONSÁVEL**

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

#### **6. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO**

##### **6.1. Período de Programação**

1 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro de 2006

##### **6.2. Período de Elegibilidade**

19 de Novembro de 1999 a 31 de Dezembro de 2008

#### **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTS II

#### **8. OBJECTIVOS QUANTIFICADOS / INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO**

Não aplicável.

## 9. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**Fundo Estrutural - FEOGA**

**Taxa média de comparticipação** (custo total)- 75%

**Taxa média de comparticipação** (despesa pública)- 75%

**Peso financeiro da Medida** - 0,1% do montante total da despesa pública a afectar ao Programa

### 9.1. DESPESAS IN E OUT

(milhares de euros)		
<b>Categoria das Despesas</b>	<b>Despesa Pública Prevista</b>	<b>Fundo Estrutural</b>
<b>Despesas do ponto 2 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas sujeitas a plafond)	<b>1 751</b>	<b>1 313</b>
- Despesas com remuneração de pessoal	600	450
<b>Despesas do ponto 3 da ficha de elegibilidade nº11</b> (despesas não sujeitas a plafond)	<b>1 106</b>	<b>830</b>
<b>MONTANTE FINANCEIRO DISPONÍVEL</b>	<b>2 857</b>	<b>2 143</b>

### **3. PLANO DE FINANCIAMENTO**

---

### 3. PLANO DE FINANCIAMENTO

#### 3.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

O montante global de investimento previsto no Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo é de 2 715 998 milhares de euros, a que corresponde uma despesa pública de 2 509 982 milhares de euros e à qual está associado um financiamento comunitário de 1 441 008 milhares de euros com a seguinte repartição:

- 910 437 milhares de euros FEDER;
- 430 919 milhares de euros FSE;
- 99 652 milhares de euros FEOGA.

A repartição percentual da despesa pública por Eixo Prioritário é de 23.7% para o Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal, 9.5% para o Eixo Prioritário 2 – Acções Integradas de Base Territorial e 66.8% para o Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas.

Aos financiamentos comunitários dos Fundos Estruturais dos 3 Eixos, adicionam-se entre 2000 e 2006, como apoio adicional à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida, financiamentos a conceder pelo BEI, no montante estimado de 342 051 milhares de euros. As medidas objecto de participação financeira do Banco Europeu de Investimentos serão indicadas quando acordada a sua repartição.

O Plano de Financiamento do Complemento de Programação é estruturado por Eixo Prioritário, por Fundo Estrutural e por Medidas, distribuindo-se estas da seguinte forma:

- Eixo Prioritário 1 – 6 Medidas (5 FEDER; 1 FSE);
- Eixo Prioritário 2 – 4 Medidas (2 FEDER; 2 FSE);
- Eixo Prioritário 3 – 22 Medidas (11 FEDER; 9 FSE; 2 FEOGA)

Os montantes previstos para as medidas de Assistência Técnica foram, no capítulo anterior, repartidos por despesas IN e OUT, de acordo com o previsto nos pontos 2 e 3 da Regra de elegibilidade nº11, especificando-se, para as Acções sujeitas a plafond, os custos relativos às acções previstas no ponto 2.2 da mesma regra.

Assim, o montante máximo de despesas de Assistência Técnica, sujeitas a plafond, de acordo com a Regra de elegibilidade nº11, que é previsto utilizar por este



Programa Operacional é de 26 163 milhares de euros, a que correspondem cerca de 16 815 milhares de euros de Fundos Estruturais.

Como nota final é de referir que, nos quadros financeiros apresentados, a cada Medida está associado um conjunto de Domínios de Intervenção.

A classificação das diversas tipologias de projectos em Domínios de Intervenção deverá ser entendida como indicativa e não exaustiva, sendo os domínios aplicados a cada medida, os considerados como prioritários.

O Programa Operacional Regional foi concebido na base de medidas abertas, pelo que a distribuição real da tipologia dos projectos só será efectivamente conhecida aquando da sua aprovação

**PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**  
**Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal**

Unidade: euros correntes

Medidas do Eixo Prioritário 1	Domínios de Intervenção	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										Financiamento Privado
				Fundos Estruturais					Recursos Públicos Nacionais					
				Total	FEDER	FSE	FEOGA-O	I FOP	Total	Central	Regional	Local	Outra	
1.1 - Acessibilidades e Equipamentos (FEDER)	164 (10%); 171 (10); 312 (35%);36 (45%)	272 423 000	272 423 000	177 073 000	177 073 000	0	0	0	95 350 000	0	0	90 871 000	4 479 000	0
1.2 - Valorização Ambiental e Patrimonial (FEDER)	332 (5%); 343 (5%); 344 (15%); 345 (25%); 352 (40%); 353 (5%); 354 (5%)	139 663 000	139 663 000	90 781 000	90 781 000	0	0	0	48 882 000	0	0	46 583 000	2 299 000	0
1.3 - Capacidade Institucional Regional (FEDER)	163 (20%); 164 (25%); 172 (20%); 173 (20%); 323 (15%)	9 539 000	9 539 000	6 200 000	6 200 000	0	0	0	3 339 000	0	0	3 082 000	257 000	0
1.4 - Formação para o Desenvolvimento (FSE)	23 (45%); 24 (45%); 25 (10%)	44 953 937	44 953 937	29 219 937	0 29 219 937	0	0	0	15 734 000	3 435 000	0	11 692 000	607 000	0
1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER)	164 (15%); 173 (5%); 182 (10%); 351 (10%); 352 (40%); 36 (20%)	135 629 389	123 850 852	74 310 708	74 310 708	0	0	0	49 540 144	45 218 000	0	3 285 154	1 036 990	11 778 537
1.6 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico (FEDER)	312 (40%); 344 (15%); 345 (25%); 352 (20%)	3 535 912	3 535 912	2 651 945	2 651 945	0	0	0	883 967	883 967	0	0	0	0
Total		605 744 238	593 965 701	380 236 590	351 016 653	29 219 937	0	0	213 729 111	49 536 967	0	155 513 154	8 678 990	11 778 537
Total		605 744 238	593 965 701	380 236 590	351 016 653	29 219 937	0	0	213 729 111	49 536 967	0	155 513 154	8 678 990	11 778 537
Total medidas FEDER		560 790 301	549 011 764	351 016 653	351 016 653	0	0	0	197 995 111	46 101 967	0	143 821 154	8 071 990	11 778 537
Total medidas FSE		44 953 937	44 953 937	29 219 937	0 29 219 937	0	0	0	15 734 000	3 435 000	0	11 692 000	607 000	0

## PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

## Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial

Unidade: euros correntes

Medidas do Eixo Prioritário 2	Domínios de Intervenção	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										Financiamento Privado
				Fundos Estruturais					Recursos Públicos Nacionais					
				Total	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	Total	Central	Regional	Local	Outra	
2.1 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Comp.Territ. (FEDER)	317/318 (15%);319 (10%); 341 (5%); 342 (5%); 352 (50%); 36 (15%)	159 466 742	146 679 104	80 673 647	80 673 647	0	0	0	66 005 457	61 859 982	0	2 763 604	1 381 871	12 787 638
2.2 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Comp.Empreg. (FSE)	174 (25%); 182 (5%); 22 (20%); 23 (25%); 24 (20%); 25 (5%)	14 259 107	14 259 107	7 842 512	0	7 842 512	0	0	6 416 595	6 027 501	0	259 396	129 698	0
2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo (FEDER)	1306 (10%); 171 (15%); 172 (10%); 352 (15%); 353 (40%); 354 (10%)	119 445 539	70 312 539	42 187 513	42 187 513	0	0	0	28 125 026	26 361 990	0	1 179 094	583 942	49 133 000
2.4 - Formação e Empregabilidade (FSE)	167 (20%); 174 (40%); 23 (40%)	7 549 059	7 549 059	4 529 421	0	4 529 421	0	0	3 019 638	2 836 530	0	122 072	61 036	0
Total		300 720 447	238 799 809	135 233 093	122 861 160	12 371 933	0	0	103 566 716	97 086 003	0	4 324 166	2 156 547	61 920 638

Total		300 720 447	238 799 809	135 233 093	122 861 160	12 371 933	0	0	103 566 716	97 086 003	0	4 324 166	2 156 547	61 920 638
Total medidas FEDER		278 912 281	216 991 643	122 861 160	122 861 160	0	0	0	94 130 483	88 221 972	0	3 942 698	1 965 813	61 920 638
Total medidas FSE		21 808 166	21 808 166	12 371 933	0	12 371 933	0	0	9 436 233	8 864 031	0	381 468	190 734	0

# PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

## Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

Unidade: euros correntes

Medidas do Eixo Prioritário 3	Domínios de Intervenção	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										Financia- mento Privado
				Fundos Estruturais					Recursos Públicos Nacionais					
				Total	FEDER	FSE	FEOGA-O	I FOP	Total	Central	Regional	Local	Outra	
3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para Vida Activa (FSE)	23 (100%)	123 923 200	123 923 200	77 452 000	0	77 452 000	0	0	46 471 200	0	0	0	46 471 200	0
3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (FSE)	23 (80%); 24 (20%)	140 368 600	116 825 600	73 016 000	0	73 016 000	0	0	43 809 600	0	0	0	43 809 600	23 543 000
3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (FSE)	21 (30%); 23(70%)	98 668 800	98 668 800	61 668 000	0	61 668 000	0	0	37 000 800	0	0	0	37 000 800	0
3.4 - Criação de Emprego (FSE)	21 (100%)	31 163 200	31 163 200	19 477 000	0	19 477 000	0	0	11 686 200	0	0	0	11 686 200	0
3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas (FSE)	21 (73%); 25 (27%)	28 286 400	28 286 400	17 679 000	0	17 679 000	0	0	10 607 400	0	0	0	10 607 400	0
3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social (FSE)	22 (100%)	187 510 200	156 063 477	97 539 299	0	97 539 299	0	0	58 524 178	0	0	0	58 524 178	31 446 723
3.7 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (FEDER)	161 (100%)	38 765 774	33 058 909	19 835 346	19 835 346	0	0	0	13 223 563	0	0	0	13 223 563	5 706 865
3.8 - Infraestruturas de Educação Pré-Escolar e dos Ens. Básico e Secundário (FEDER)	36 (100%)	13 041 697	11 272 791	9 780 421	9 780 421	0	0	0	1 492 370	0	0	1 492 370	0	1 768 906
3.9 - Ensino Profissional (FSE)	23 (100%)	61 112 142	57 270 461	33 001 171	0	33 001 171	0	0	24 269 290	24 269 290	0	0	0	3 841 681
3.10 - Economia (FEDER)	15/16 (45%); 17(3%); 18 (3%); 33 (49%)	389 904 227	389 904 227	158 370 070	158 370 070	0	0	0	231 534 157	26 586 522	0	153 080	204 794 555	0
3.11 - Ciência, Tecnologia e Inovação (FEDER)	183 (100%)	6 987 112	6 987 112	3 493 556	3 493 556	0	0	0	3 493 556	3 493 556	0	0	0	0
3.12 - Sociedade da Informação (FEDER)	322 (20%); 323 (40%); 324 (40%)	21 140 000	21 140 000	12 442 000	12 442 000	0	0	0	8 698 000	4 751 000	0	3 287 000	660 000	0
3.13 - Sociedade da Informação (FSE)	24 (100%)	3 715 000	3 715 000	1 984 000	0	1 984 000	0	0	1 731 000	1 731 000	0	0	0	0
3.14 - Pescas - Infraestruturas de Portos (FEDER)	315 (100%)	10 122 112	10 122 112	7 591 235	7 591 235	0	0	0	2 530 877	2 530 877	0	0	0	0
3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	11 (40%); 12 (30%); 13 (30%)	214 558 975	170 929 859	97 509 000	0	0	97 509 000	0	73 420 859	70 700 875	0	2 719 984	0	43 629 116
3.16 - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos (FEDER)	36 (100%)	35 492 923	35 492 923	21 981 054	21 981 054	0	0	0	13 511 869	4 428 623	0	8 036 394	1 046 852	0

# PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

## Eixo Prioritário 3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

Unidade euros correntes

Medidas do Eixo Prioritário 3	Domínios de Intervenção	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										Financiamento Privado
				Fundos Estruturais					Recursos Públicos Nacionais					
				Total	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	Total	Central	Regional	Local	Outra	
3.17 - Acessibilidades e Transportes (FEDER)	312 (20%); 317 (80%)	292 877 704	270 497 350	132 119 938	132 119 938	0	0	0	138 377 412	120 172 445	0	0	18 204 967	22 380 354
3.18 - Ambiente (FEDER)	352 (29%); 353 (71%)	32 793 118	32 793 118	24 594 900	24 594 900	0	0	0	8 198 218	4 123 704	0	787 029	3 287 485	0
3.19 - Saúde (FEDER)	345 (8%);36 (92%)	46 634 879	46 634 879	34 976 000	34 976 000	0	0	0	11 658 879	11 658 879	0	0	0	0
3.20 - Assistência Técnica (FEDER) *	411/ 412 ( 78%); 413/ 415 ( 22%)	17 599 056	17 599 056	11 374 667	11 374 667	0	0	0	6 224 389	4 937 389	0	991 000	296 000	0
3.21 - Assistência Técnica (FSE) *	411/ 412 ( 93%); 413/ 415 ( 7%)	12 010 767	12 010 767	7 510 660	0	7 510 660	0	0	4 500 107	243 107	0	81 000	4 176 000	0
3.22 - Assistência Técnica (FEOGA) *	411/ 412 ( 61%); 413/ 415 ( 39%)	2 857 000	2 857 000	2 143 000	0	0	2 143 000	0	714 000	714 000	0	0	0	0
Total		#####	1 677 216 241	925 538 317	436 559 187	389 327 130	99 652 000	0	751 677 924	280 341 267	0	17 547 857	453 788 800	132 316 645
Total		#####	1 677 216 241	925 538 317	436 559 187	389 327 130	99 652 000	0	751 677 924	280 341 267	0	17 547 857	453 788 800	132 316 645
Total respeitante ao FEDER		905 358 602	875 502 477	436 559 187	436 559 187	0	0	0	438 943 290	182 682 995	0	14 746 873	241 513 422	29 856 125
Total respeitante ao FSE		686 758 309	627 926 905	389 327 130	0	389 327 130	0	0	238 599 775	26 243 397	0	81 000	212 275 378	58 831 404
Total respeitante ao FEOGA		217 415 975	173 786 859	99 652 000	0	0	99 652 000	0	74 134 859	71 414 875	0	2 719 984	0	43 629 116
Total respeitante ao IFOP		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

### Quadro de Programação Financeira Total

Unidade: euros correntes

PO LISBOA E VALE DO TEJO	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										Financia- mento Privado
			Fundos Estruturais					Recursos Públicos Nacionais					
			Total	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	Total	Central	Regional	Local	Outra	
Total	2 715 997 571	2 509 981 751	1 441 008 000	910 437 000	430 919 000	99 652 000	0	1 068 973 751	426 964 237	0	177 385 177	464 624 337	206 015 820
Total respeitante ao FEDER	1 745 061 184	1 641 505 884	910 437 000	910 437 000	0	0	0	731 068 884	317 006 934	0	162 510 725	251 551 225	103 555 300
Total respeitante ao FSE	753 520 412	694 689 008	430 919 000	0	430 919 000	0	0	263 770 008	38 542 428	0	12 154 468	213 073 112	58 831 404
Total respeitante ao FEOGA	217 415 975	173 786 859	99 652 000	0	0	99 652 000	0	74 134 859	71 414 875	0	2 719 984	0	43 629 116
Total respeitante ao IFOP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 3.2. AJUDAS DE ESTADO

#### Respeito pelas regras comunitárias em matéria de concorrência no domínio das ajudas de estado

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
1.1. Acessibilidades e equipamentos	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.2. Valorização ambiental e patrimonial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.3. Capacidade institucional regional	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.4. Formação para o desenvolvimento	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.5. Acções específicas de valorização territorial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.6. Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
2.1. Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente territorial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
2.2. Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente empregabilidade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
2.3. VALTEJO - Valorização do Tejo	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
2.4. Formação e empregabilidade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.1. Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida			
3.2. Formação ao longo da vida e adaptabilidade	Os auxílios de Estado a conceder integrar-se-ão no quadro do Regulamento das Isenções relativas à formação profissional			
3.3. Qualificação e inserção profissional dos desempregados	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida			
3.4. Criação de Emprego	As ajudas de Estado concedidas por esta Medida serão compatíveis com a regra de "minimis"			
3.5. Eficácia e equidade das políticas	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida			
3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	Poderão existir três situações distintas no âmbito desta Medida: - nenhuma ajuda de estado no sentido do artº. 87.1; - as ajudas de estado a conceder serão compatíveis com a regra de "minimis"; - as ajudas de estado a conceder integrar-se-ão no quadro do Regulamento das Isenções relativas à Formação Profissional			



Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
3.7. Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social	Poderão existir duas situações no âmbito desta Medida: Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artº. 87.1 do Tratado, foi acordada para esta Medida; ou, As ajudas de Estado concedidas por esta Medida serão compatíveis com a regra de “minimis”			
3.8. Infra-estruturas de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Nenhuma ajuda de Estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.9. Ensino profissional	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.10. Economia	PITER - Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional	Auxílio Estatal Nº 124/2000	SG (2000) D/106279 de 17.08.2000	01-01-2000 a 31-12-2006
	Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético	Auxílio Estatal Nº 219/2000	SG (2000) D/106866 de 19.09.2000	01-01-2000 a 31-12-2006
3.11. Ciência, tecnologia e inovação	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.12. Sociedade da informação - FEDER	Os apoios a conceder a empresas no âmbito desta Medida, para a produção de conteúdos ou para estímulo do comércio electrónico, serão compatíveis com a regra de “de minimis”.			01.01.2000 a 31.12.2006
3.13. Sociedade da informação - FSE	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			

<b>Referência da Medida (cod. e designação)</b>	<b>Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)</b>	<b>Número do regime de ajuda (2)</b>	<b>Referência da carta de aprovação (2)</b>	<b>Duração de Regime (2)</b>
3.14. Estruturas de apoio à competitividade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.15. Agricultura e desenvolvimento rural	Não aplicável, segundo o regulamento FEOGA.			
3.16. Desenvolvimento de equipamento desportivos	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.17. Acessibilidades e transportes	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.18. Ambiente	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.19. Saúde	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.20. Assistência técnica - FEDER	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.21. Assistência técnica - FSE	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
3.22. Assistência técnica - FEOGA	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			

Nota: A autoridade de gestão, de acordo com o disposto na alínea g) do 1º parágrafo do artigo 34º, deve manter actualizado este quadro e informar a Comissão, aquando da apresentação dos complementos de Programação, de todas as modificações existentes. A introdução de novos regimes de ajudas implica uma modificação da decisão Comissão, relativa à intervenção. O artigo 4º da decisão da Comissão relativa a cada Programa (cláusula suspensiva relativa às ajudas de Estado) aplica-se às medidas que beneficiem de regimes de ajudas de Estado que são submetidas a medidas adequadas, ou que não tenham sido aprovadas. Actualmente, este aspecto aplica-se à medida Economia.

(\*) – Inclui um regime de ajudas compatíveis com a regra de “de minimis”, relativa ao Sector Cooperativo

## 4. RESERVA DE EFICIÊNCIA

---

**Critérios de gestão e execução financeira**

	Indicadores	Quantificação	
		2003	2006
Critérios comuns de gestão			
Qualidade do Sistema de Acompanhamento	- Percentagem em valor das Medidas para as quais se encontram dados completos disponíveis sobre a respectiva execução financeira e física.	- Informação financeira o mais tardar 3 meses após a aprovação do PO: 100% - Informação física a partir de 01.01.2001: 100%	
Qualidade do Sistema de Controlo	- Montagem de um sistema de controlo financeiro, de acordo com as modalidades previstas no QCA e no Programa Operacional; - Percentagem das despesas dos Fundos Estruturais cobertas por auditorias financeiras e de gestão relativamente ao total da correspondente intervenção dos Fundos Estruturais.	- até ao final de 2000; - igual ou superior a 5% a partir do final de 2000 (em relação ao custo total dos projectos aprovados no ano).	
Qualidade dos Critérios de Selecção	- Percentagem dos compromissos respeitantes a projectos seleccionados em função de critérios de selecção objectivos e claramente identificados.	- 100% a partir do ano 2000.	
Qualidade do Sistema de Avaliação	- Relatórios de avaliação intercalar de qualidade adequado.	De acordo com as normas de qualidade predefinidas no Doc. de Trabalho 4 (Critérios MEANS): 100%	
Critérios comuns de execução financeira			
Absorção dos Fundos Estruturais	- Percentagem das despesas relativas aos Fundos Estruturais apresentadas e declaradas admissíveis anualmente à Comissão relativamente ao Plano Financeiro do Programa Operacional.	Atingir a 31.10.2003 um nível de pedidos de pagamentos de montante igual a 100% do montante inscrito no plano financeiro para 2000 e 2001 e 50% (em média) do montante inscrito para 2002 e 2003.	
Critérios específicos de execução financeira			
Efeito de alavanca	- Valor dos investimentos realizados em relação aos recursos públicos mobilizados.	A especificar Programas/ /Medidas	

## INDICADORES PARA A ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA - CRITÉRIOS DE EFICÁCIA\*

INDICADORES PARA A ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA - CRITÉRIOS DE EFICÁCIA					
Medida	Indicadores				
	Designação	Quantificação			
		Situação de partida		2003	2006
		Ano/Período	Valor		
INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA					
1.1 Acessibilidades e equipamentos	• N° de km de estradas municipais construídos, apoiados	1994-99	188	175	250
	• N° de equipamentos culturais construídos, apoiados	1994-99	16	14	20
	• N° de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	1994-99	6	7	10
	• N° de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	1994-99	48	21	30
1.2 Valorização ambiental e patrimonial	• N° de acções de valorização do património histórico, apoiadas	1994-99	17	7	10
	• N° de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	1994-99	21	20	30
1.4 Formação para o desenvolvimento	• N° médio de formandos por ano <sup>1</sup>	1994-99	7 126	7 322	6 437

\* Os indicadores que incluem o grupo dos critérios de eficácia serão actualizados após a sua definição final a efectuar pelo Grupo de Trabalho Conjunto Comissão Europeia/Estado Membro

<sup>1</sup> Situação de Partida: valor médio do PROFAP no QCA II.

INDICADORES PARA A ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA - CRITÉRIOS DE EFICÁCIA					
Medida	Indicadores				
	Designação	Quantificação			
		Situação de partida		2003	2006
		Ano/Período	Valor		
2.3 VALTEJO – Valorização do Tejo	• N° de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	1994-99	3	4	10
	• N° de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	1994-99	4	4	10
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	• N° médio anual de formandos em formação em alternância <sup>2</sup>	1994-99	5 139	5 332	3 800
3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados	• N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes) <sup>3</sup>	1994-99	7 284	6 175	4 400
3.9 Ensino profissional	• N° de formandos <sup>4</sup>	2000	0	9 000	12 990
3.10 Economia	• Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km)	1994-99	2 500	570	1 100
3.17 Acessibilidades e transportes	• Extensão de estradas a construir ou requalificar (n° de Km) <sup>5</sup>		-	15	55
	• N° de barcos de transporte de passageiros a adquirir <sup>6</sup>		-	2	8

<sup>2</sup> Situação de Partida: média do indicador no período de 1994/99 no âmbito do Programa PESSOA (QCA II).

<sup>3</sup> Situação de Partida: média do indicador no período de 1994/99 no âmbito do Programa PESSOA (QCA II).

<sup>4</sup> Não se indica o valor da situação de partida pelo facto do investimento no QCA II estar incorporado no PRODEP (Programa Nacional).

<sup>5</sup> Não se indica a situação de partida por o peso das requalificações/beneficiações ser demasiado elevado.

<sup>6</sup> A aquisição de navios destina-se à renovação da frota actual, pelo que parece não fazer sentido referenciar-se uma situação de partida.

INDICADORES PARA A ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA - CRITÉRIOS DE EFICÁCIA					
Medida	Indicadores				
	Designação	Quantificação			
		Situação de partida		2003	2006
		Ano/Período	Valor		
3.18 Ambiente	• Extensão de costa a intervencionar (nº de Km)	2000	-	4	8
INDICADORES DE RESULTADO					
1.1 Acessibilidades e equipamentos	• Densidade da rede rodoviária municipal (nº de Km/1000Km <sup>2</sup> ) • % de população servida por biblioteca • % de população servida por equipamentos desportivos	1999	1 026	1 041	1 047
		1998	54%	70%	80%
		1998	55%	70%	80%
1.2 Valorização ambiental e patrimonial	• % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes • % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	1998	53%	70%	95%
		1998	66%	85%	100%
1.4 Formação para o desenvolvimento	• Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local) (%) <sup>7</sup>	1999	24.8%	31%	34.9%
2.3 VALTEJO – Valorização do Tejo	• % de freguesias com pólos de atracção turística	1998	34.8%	37%	40%
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	• Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III) <sup>8</sup>	1994-99	5 139	5 319	3 800

<sup>7</sup> Situação de Partda: nº de participações em acções de formação/nº de efectivos da Administração Local (Fonte: Balanço Social, 1999).

<sup>8</sup> Situação de Partida: média do indicador no período 1994/99 no âmbito do Programa PESSOA (QCA II).



INDICADORES PARA A ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA - CRITÉRIOS DE EFICÁCIA					
Medida	Indicadores				
	Designação	Quantificação			
		Situação de partida		2003	2006
		Ano/Período	Valor		
3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados	• % de desempregados não DLD que receberam acções de política activa <sup>9</sup>	1994-99	11%	13%	9%
3.9 Ensino profissional	• N° de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III	2000	0	1 950	2 800
3.10 Economia	• N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural <sup>10</sup>	1994-99	300 372	454 600	540 000
3.18 Ambiente	• N° de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza <sup>11</sup>	2000	0	4 000	8 000

<sup>9</sup> Situação de Partida: média de indicador por período 94/99 do Programa PESSOA/n° médio de desempregados não DLD no mesmo período, na Região.

<sup>10</sup> Os valores referentes a 2003 e 2006 são acumulados à situação de partida.

<sup>11</sup> A Situação de Partida apresenta um valor zero pelo facto das intervenções a realizar corresponderem aos Sítios da Rede Natura onde nunca se efectuou este tipo de intervenção

## 1. CRITÉRIOS DE ESCOLHA DAS MEDIDAS

- 1.1 Objectivo do Programa e dos eixos prioritários definidos, no sentido de retractor o mais possível a globalidade do Programa e de apresentar uma visão de conjunto dos respectivos eixos.
- 1.2 Objectivos das medidas, no sentido de igualmente se ter em conta o seu conteúdo global, não obstante a especial atenção ao conteúdo principal das mesmas.
- 1.3 Representatividade financeira das medidas, no sentido de abranger medidas cujo peso relativo da despesa pública fosse significativo no âmbito total do Programa.
- 1.4 Representatividade em termos de concepção da medida, coerência e articulação com os objectivos do Programa e com outras medidas, como é o caso da medida ValTejo.
- 1.5 Representatividade de áreas temáticas com particular relevância, como seja o Ambiente e o Emprego.
- 1.6 Considerações e conclusões da avaliação ex-ante, nomeadamente quanto às suas implicações no que respeita aos dois pontos anteriores.

## 2. CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS INDICADORES

- 2.1 Objectivos das medidas, no sentido de se ter em conta o seu conteúdo global, não obstante a especial atenção às suas principais componentes.
- 2.2 Representatividade do indicador face ao conteúdo da respectiva medida, salvaguardando o facto de se tratar de um Programa Operacional com *medidas abertas*.
- 2.3 Possibilidade conjugada de, face à representatividade das medidas, poder dispor de indicadores físicos e de resultado.
- 2.4 A referência à base estatística oficial, por se tratar de informação aferida, recolhida e publicada periodicamente, isto é, corresponder a uma monitorização formalizada e integrada no sistema de informação estatística nacional.
- 2.5 Referência a algumas metas importantes no quadro global de execução dos QCA (caso dos sistemas de saneamento básico e dos equipamentos), sobre as quais se propõe uma situação com acréscimos e metas alcançadas relevantes.

### **3. CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA QUANTIFICAÇÃO**

#### **3.1 CRITÉRIOS DE ABORDAGEM**

- 3.1.1 Apuramento do peso relativo das acções/projectos previstos em cada medida, em termos quer quantitativos quer qualitativos.
- 3.1.2 Referência aos conteúdos principais considerados.
- 3.1.3 Necessidade de não concretizar a quantificação exaustivamente face aos respectivos âmbitos, de modo a permitir uma melhor articulação/avaliação dos novos contextos da Região.

#### **3.2 METODOLOGIA PARA QUANTIFICAÇÃO**

- 3.2.1 Apuramento dos custos-padrão ou custos praticados, nomeadamente com base na avaliação do Programa Operacional Regional precedente, por tipologia, no âmbito da respectiva medida.
- 3.2.2 Avaliação e comparação com os períodos de programação precedentes.
- 3.2.3 Hierarquia de prioridades, quer de âmbitos quer de tipo de projectos nesses âmbitos, face aos limites financeiros das medidas e aos objectivos do Programa, Eixos Prioritários e Medidas e à conjugação destes com objectivos sectoriais.
- 3.2.4 Repartição financeira anual das medidas.
- 3.2.5 Regras e metas de execução associadas ao Programa.
- 3.2.6 Desfasamento entre os ritmos de execução financeira e física, diferenciando as acções materiais das imateriais.

## **INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA**

### **MEDIDA 1.1: ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS**

#### **Indicador “Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos, reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Construção de EM/CM (Estradas Municipais/Caminhos Municipais).

#### **Indicador “Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos, reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Construção de museus, Construção de bibliotecas, Construção de teatros/cinemas/auditórios/centros de conferências e Construção de centros culturais.

#### **Indicador “Nº de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos, reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Construção de escolas básicas C+S.

#### **Indicador “Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos, reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Equipamentos de lazer: Turismo - Campos de jogos e Piscinas; Construção de infra-estruturas turísticas. Equipamentos desportivos: Construção de pavilhões/polidesportivos, Construção de piscinas e Construção de campos de jogos.

### **MEDIDA 1.2: VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL**

Esta medida considera como Situação de Partida o período de programação precedente – 1994/99 – apenas no que respeita ao Programa Operacional Regional.

Assim, a leitura dos indicadores relativamente aos períodos de programação considerados, nomeadamente no que se refere aos promotores dos respectivos projectos a partir dos quais foram apuradas as quantificações apresentadas, deve ter em conta a semelhança dos contextos de realização.

### **Indicador “Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos, reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Recuperação de centros/zonas históricas e Recuperação de edifícios/monumentos.

A diferença entre a Situação de Partida e as previsões apuradas deve-se fundamentalmente ao enquadramento dos indicadores e aos diferentes contextos de necessidade de resposta em consequência dos investimentos passados.

Atendendo a que o actual indicador se refere ao nº de acções de valorização, optou-se por considerar na Situação de Partida o nº de projectos que integraram a Recuperação de edifícios/monumentos e/ou a Recuperação de centros/zonas históricas. No caso dos projectos que apresentavam os dois indicadores, considerou-se apenas um projecto.

### **Indicador “Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos, reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Arranjos urbanísticos.

Atendendo a que o actual indicador se refere ao nº de acções de valorização e requalificação, optou-se por considerar na Situação de Partida o nº de arranjos urbanísticos integrados em projectos cuja única componente é o arranjo urbanístico ou em que este é claramente a sua finalidade relevante

## **MEDIDA 1.4: FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

A inclusão desta medida, a par das restantes medidas FSE consideradas, espelha uma relevante orientação de política em matéria de educação, formação profissional e emprego, designadamente ao nível da abordagem da sua interligação e coerência.

### **Indicador “Nº médio de formandos por ano”**

O indicador apresentado mede directamente o âmbito de realização da medida.

## **MEDIDA 2.3: VALTEJO – VALORIZAÇÃO DO TEJO**

### **Indicador “Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos,

reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Área com interesse paisagístico recuperada (apenas no que respeita ao Vale do Tejo).

No actual período de programação, a medida tem um forte carácter de integração, levando à identificação de profundas implicações entre património recuperado e valorizado, e entre valorização de património paisagístico e criação de áreas de lazer como forma de valorizar e potenciar aquele património.

Considerando estes aspectos, relativos à classificação dos projectos e às medidas em que se enquadram, optou-se por considerar:

- em 1994-99, o nº de municípios com projectos cuja única ou a principal componente se referia ao indicador *área com interesse paisagístico recuperada*, no Vale do Tejo (NUTE III Lezíria do Tejo e Médio Tejo)
- em 2000-06, a estimativa do nº de municípios a envolver com intervenções sobre o respectivo património paisagístico.

#### **Indicador “Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida o apuramento efectuado pelo PORLVT 1994-99 no que respeita aos respectivos Indicadores Físicos, reportados a 31 de Dezembro de 1999, assim especificado: Construção de infra-estruturas turísticas e Remodelação de infra-estruturas turísticas, medidos em nº de projectos na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo (Vale do Tejo).

### **MEDIDA 3.1: PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA**

#### **Indicador “Nº médio anual de formandos em formação em alternância”**

Em 1994-99, refere-se à média do indicador para este período no Programa PESSOA.

Em 2003 e 2006, refere-se à média do indicador calculada para o período 2000/2003 e 2000/2006, respectivamente.

### **MEDIDA 3.3: QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS**

#### **Indicador “Nº de participações em medidas de política activa de desempregados/ano (formação e estágios profissionalizantes)”**

Em 1994-99, refere-se à média do indicador para este período no Programa PESSOA.

Em 2003 e 2006, refere-se à média do indicador calculada para o período 2000/2003 e 2000/2006, respectivamente.

### **MEDIDA 3.9: ENSINO PROFISSIONAL**

A inclusão desta medida, a par das restantes medidas FSE consideradas, espelha uma relevante orientação de política em matéria de educação, formação profissional e emprego, designadamente ao nível da abordagem da sua interligação e coerência.

#### **Indicador “Nº de formandos”**

O indicador apresentado mede directamente o âmbito de realização da medida.

### **MEDIDA 3.10: ECONOMIA**

#### **Indicador “Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (nº de Km)”**

Este indicador espelha um relevante âmbito de intervenção, cujo impacto esperado se considera muito significativo, nomeadamente ao nível da conversão de consumos.

### **MEDIDA 3.17: ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES**

#### **Indicador “Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de Km)”**

O indicador escolhido traduz um dos objectivos da medida com consequências ao nível de toda a Região, espelhando ainda um importante ponto de articulação dos âmbitos regional/territorial e sectorial no que respeita ao reforço da estruturação do sistema urbano principal e da organização das respectivas áreas envolventes.

Não se indica a Situação de Partida por o peso das requalificações/beneficiações ser demasiado elevado. Por outro lado, a distinção entre requalificação e construção tornaria imprescindível o conhecimento exacto dos projectos, classificados de igual modo, para o período perspectivado, situação que não é possível identificar totalmente.

#### **Indicador “Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir”**

O indicador espelha um importante ponto de articulação dos âmbitos regional/territorial e sectorial, nomeadamente no que respeita à melhoria das ligações à margem sul do Tejo e à funcionalidade da Área Metropolitana de Lisboa.

A aquisição de navios destina-se à renovação da frota actual, pelo que parece não fazer sentido referenciar-se uma situação de partida.

## **MEDIDA 3.18: AMBIENTE**

### **Indicador “Extensão de costa a intervencionar (nº de km)”**

O indicador reflecte um dos âmbitos mais críticos no que respeita à valorização e protecção dos recursos naturais da Região, e espelha um contributo directo para a prossecução da estratégia regional.



## **INDICADORES DE RESULTADO**

### **MEDIDA 1.1: ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS**

Os indicadores apresentados espelham ao nível de resultados, os indicadores físicos considerados anteriormente no âmbito das Realizações.

#### **Indicador “Densidade da rede rodoviária municipal (nº de Km/1000 Km<sup>2</sup>)”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida: o valor da extensão da rede municipal da RLVT em 1997 (DGAL, 1998. Finanças Locais. Aplicação em 1998, cujo valor original apurado se refere a 1996), acrescido do valor de execução associado ao PORLVT 1994-99 (Indicadores Físicos reportados a 31 de Dezembro de 1999: Construção de EM/CM), sendo o respectivo somatório dividido pelo valor da área da RLVT (INE, 1998).

#### **Indicador “% de população servida por biblioteca”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida: INE – ANUÁRIO ESTATÍSTICO LVT, 1998.

Por outro lado, o indicador apresentado espelha, ao nível de resultados, um dos indicadores físicos considerados anteriormente no âmbito das Realizações.

#### **Indicador “% de população servida por equipamentos desportivos”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida: INE – ANUÁRIO ESTATÍSTICO LVT, 1998.

Por outro lado, o indicador apresentado espelha, ao nível de resultados, um dos indicadores físicos considerados anteriormente no âmbito das Realizações.

### **MEDIDA 1.2: VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL**

Os indicadores apresentados espelham, ao nível de resultados, uma das metas relevantes que o PORLVT 2000/06 se propõe atingir no âmbito dos serviços prestados à população, e sobre os quais tem vindo a ser realizado um importante investimento testemunhado pelos períodos de programação precedentes.

Por outro lado, estes indicadores são medidos com fontes estatísticas oficiais (INE).

O facto do serviço à população de recolha e tratamento dos efluentes e resíduos sólidos ser da responsabilidade municipal assegura a compatibilidade entre as quantificações apresentadas.

**Indicador “População servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes (%)”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida: INE – INVENTÁRIO MUNICIPAL LVT, 1998.

**Indicador “População servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos (%)”**

O indicador considera como fonte da Situação de Partida: INE – INVENTÁRIO MUNICIPAL LVT, 1998.

**MEDIDA 1.4: FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

**Indicador “Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de funcionários e agentes da administração local)(%)”**

O indicador apresentado espelha, ao nível de resultados, o objectivo e a realização da medida, traduzindo assim o seu efeito global.

A Situação de Partida tem como Fonte o Balanço Social, 1999.

As quantificações calculadas para 2000/06 consideram que os formandos frequentarão três acções neste período e reportam-se ao nº de efectivos da administração local em 1999.

**MEDIDA 2.3: VALTEJO – VALORIZAÇÃO DO TEJO**

**Indicador “% de freguesias com pólos de atracção turística”**

O indicador apresentado espelha ao nível de resultados, os indicadores físicos considerados no âmbito das Realizações, traduzindo assim o efeito global da medida.

Por outro lado, este indicador é medido com fontes estatísticas oficiais (INE).

A Situação de Partida considera como fonte: INE – INVENTÁRIO MUNICIPAL LVT, 1998.

**MEDIDA 3.1: PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA**

**Indicador “Nº de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)”**

O indicador apresentado espelha ao nível de resultados, o indicador físico considerado no âmbito das Realizações, permitindo assim a leitura conjugada dos indicadores apresentados.

Em 1994-99, refere-se à média do indicador para este período no Programa PESSOA.

Em 2003 e 2006, refere-se à média do indicador calculada para o período 2000/2003 e 2000/2006, respectivamente.

### **MEDIDA 3.3: QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS**

**Indicador “% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa”**

O indicador apresentado espelha ao nível de resultados, o indicador físico considerado no âmbito das Realizações, permitindo assim a leitura conjugada dos indicadores apresentados.

A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 1994/99 do Programa PESSOA/nº médio de desempregados não DLD no mesmo período, na Região.

Em 2003 e 2006, a quantificação refere-se, respectivamente, à média do indicador no período 2000/2003 e 2000/2006 / nº médio de desempregados não DLD no ano 2000, na Região.

### **MEDIDA 3.9: ENSINO PROFISSIONAL**

**Indicador “ N° de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III ”**

O indicador apresentado espelha, ao nível de resultados, o indicador físico considerado no âmbito das Realizações.

### **MEDIDA 3.10: ECONOMIA**

**Indicador “N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural”**

O indicador apresentado espelha ao nível de resultados, o indicador físico considerado no âmbito das Realizações.

### **MEDIDA 3.18: AMBIENTE**

#### **Indicador “Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza”**

O indicador traduz, ao nível de resultados, a consequência de um processo de intervenção no domínio da conservação e valorização do património natural, demonstrativo de um modelo de desenvolvimento sustentável.

A Situação de Partida apresenta um valor 0 pelo facto das intervenções a realizar corresponderem aos Sítios da Rede Natura, onde nunca se efectuou este tipo de intervenção.

## **5.AVALIAÇÃO EX-ANTE**

---

## 5. AVALIAÇÃO EX-ANTE

### 5.1. SÍNTESE

A avaliação do Complemento de Programação deve ter presente o conjunto central das observações integradas no Programa Operacional Regional respectivo, por um lado porque o seu desenvolvimento integra o mesmo quadro lógico e por outro porque essas observações continham implicitamente o conteúdo deste Complemento.

1. Verifica-se uma estreita articulação e coerência entre a estratégia proposta no Programa Operacional Regional e a visão estratégica global do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, integrado no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, coerência identificada em termos de modelo de desenvolvimento, e efectivada na perspectiva mais operacional (relação entre prioridades estratégicas do Programa Operacional e objectivos do Plano Nacional para a Região).
2. A referida articulação e coerência reflecte-se no facto do Programa Operacional, tendo suporte numa estratégia regional consistente, apresentar um conteúdo mais fortalecido, corporizando dessa forma um novo passo relativamente ao QCA anterior, o qual constituiu uma primeira experiência no sentido de incrementar a aplicação dos instrumentos de desenvolvimento regional.
3. O desenvolvimento do Programa Operacional em função do objectivo da *qualificação do território, das pessoas e das organizações* identifica-se com a certeza de que só a aposta em factores competitivos baseados na qualidade dos recursos humanos, das organizações e do território tornará possível, quer o reposicionamento activo da Região no contexto internacional quer o seu desenvolvimento harmonioso.
4. Esta ideia-chave é fruto da articulação e coerência entre a estratégia proposta no Programa Operacional Regional e a visão estratégica global do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo.
5. A estratégia proposta no Programa Operacional Regional adequa-se às necessidades da Região, procurando melhorar as condições de desenvolvimento sustentável de um ponto de vista simultaneamente ambiental, económico e social, ao mesmo tempo que formula intervenções de equidade territorial e visa um funcionamento mais coeso e coerente do conjunto da Região num contexto que é inevitavelmente de crescente interacção e abertura ao exterior.

6. Os aspectos críticos não respondidos ou apenas parcialmente respondidos respeitam ao contexto não regionalizado das intervenções operacionais sectoriais.
7. O Programa Operacional configura ainda um passo decisivo para a *concertação estratégica de base territorial* entre agentes públicos, associativos e privados.
8. O novo passo tem implícita a necessidade de mudança na visão e atitudes dos actores de desenvolvimento regional e nos processos de planeamento e gestão, dado que agora se trata sobretudo de atender à forma como as prioridades forem assumidas e incorporadas, exigindo o aprofundamento das modalidades e estruturas de participação, particularmente o envolvimento mais alargado e articulado dos organismos desconcentrados da administração central.
9. A concepção do Programa Operacional Regional integrou como elemento central, os pressupostos dos diversos tipos de coesão: social, económica, territorial e regional. Para além de defender uma visão articulada destes diferentes tipos de coesão, que devem reforçar-se reciprocamente, incluiu a dimensão de sustentabilidade ambiental como dimensão activa de coesão.
10. A quantificação dos objectivos do Programa Operacional deveria integrar, desejavelmente, indicadores relativos à competitividade regional e sub-regional, à coesão regional, à equidade territorial, ao desenvolvimento do potencial humano e à sustentabilidade económica e social no seu âmbito mais global, isto é, indicadores que mais fielmente traduzissem as prioridades estratégicas identificadas. A sua natureza complexa levou a recomendar o estudo da sua construção. Acresce ainda a utilidade em que o conjunto de indicadores proposto para estudo integre também a elaboração de um indicador que expresse a qualificação do território.
11. A Gestão do Programa Operacional – estruturas, participação, metodologias – será o factor decisivo do seu êxito. Evidenciou-se o imperativo de uma gestão estratégica fortemente articulada, acompanhada de uma concertação de base territorial com os agentes representativos da Região.

## **5.2. AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E OS OBJECTIVOS GLOBAIS, ESPECÍFICOS E OPERACIONAIS DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**

Na avaliação ex-ante relativa ao Programa Operacional e nele integrada, ficou demonstrada a articulação e a coerência entre as prioridades estratégicas do Programa, os seus eixos prioritários e as suas medidas.

Ficou demonstrada a estreita relação entre as prioridades estratégicas delineadas e os três eixos prioritários, concebidos essencialmente segundo uma natureza de operacionalidade, isto é, correspondendo à forma mais adequada de viabilizar a prossecução daquelas prioridades no contexto nacional de operacionalização.

Por se relacionar igualmente com o Complemento de Programação, já que conforme referido, as observações tecidas acerca do Programa Operacional tinham implícito o conteúdo deste Complemento, retoma-se as conclusões apresentadas neste ponto.

A estrutura dos eixos prioritários evidencia a preocupação operacional como a sua mais forte componente. O eixo prioritário Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal associa-se fundamentalmente à responsabilidade autárquica, enquanto o eixo prioritário Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas traduz desde logo a responsabilidade sectorial. O eixo prioritário Acções Integradas de Base Territorial, porventura aquele em que a operacionalidade é menos evidenciada, sugere por si um acompanhamento cuja natureza da responsabilidade seja sobretudo regional/ territorial.

Este facto, que à partida poderia traduzir um desfasamento entre as prioridades estratégicas que o Programa Operacional define e os respectivos eixos prioritários, mostra-se afinal como um passo razoável quando analisados os respectivos conteúdos e quando tida em conta a viabilidade daquelas prioridades.

A articulação entre as prioridades estratégicas e os eixos prioritários apresenta três importantes pontos justificativos e elucidativos do ponto de vista estrutural e de concepção de uma estratégia de desenvolvimento e a sua operacionalização:

- na Região, e aliás também no contexto nacional, as Autarquias e a Administração Central constituem, além da iniciativa privada, dois grandes canais de execução, representando dois grandes tipos de competências sobre o território;



- a concepção de uma estratégia de desenvolvimento implica a consideração de todos os meios e processos para a sua concretização, impondo-se a escolha sobre os canais que de forma objectiva se mostram mais capazes de a viabilizar, não obstante se dever adequar o mais possível a operacionalização à concepção;
- as prioridades estratégicas definidas prendem-se, na sua prossecução, com intervenções a escalas diferentes.

O eixo prioritário 2, Acções Integradas de Base Territorial, representa de alguma forma esse modo mais desejável de operacionalizar a estratégia de desenvolvimento.

Assim, ainda que a análise da correspondência entre as prioridades estratégicas e a estrutura operacional se mostre fortemente correlacionada no seu conjunto, demonstrando o esforço de integração ao nível da concepção e da operacionalização, transparece uma particular articulação:

- ♦ entre a prioridade estratégica *"Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local"* e o eixo prioritário 1, Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal, justamente por implicar uma intervenção ao nível local e esta ser dominantemente da responsabilidade das Autarquias;
- ♦ entre a prioridade estratégica *"Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais"* e o eixo prioritário 2, Acções Integradas de Base Territorial, por ser a este nível que a urgência de uma intervenção de carácter territorial se torna mais premente;
- ♦ e entre a prioridade estratégica *"Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região"* e o eixo prioritário 3, Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas, por se tratar de articular fins sectoriais e territoriais, bem patente na componente "competitividade e sustentabilidade económica e social".

Assim, justificou-se que a coerência interna do Programa, ao nível das medidas, e relativamente ao grau em que respondem e realizam o eixo prioritário, se avaliasse considerando a relação entre as medidas de cada eixo prioritário e a prioridade estratégica com a qual esse eixo prioritário se identifica.

O grande entrosamento que transparece entre as prioridades estratégicas e as medidas do Programa mantém-se, sendo até mais evidente, já que ao nível dos objectivos específicos e operacionais se explicita de forma pormenorizada esse mesmo entrosamento.

Significa portanto que as prioridades estratégicas têm um âmbito de resposta amplo, isto é, por um lado requerem níveis diferentes de intervenção, por outro têm conteúdos que se relacionam. Significa, por exemplo, que se pressupõe que a Região para ser verdadeiramente competitiva deverá também ser coesa, assim como deverá verificar a equidade territorial. Por outro lado, a coesão pressupõe igualmente o vector de equidade. No mesmo contexto lógico, significa ainda que se trata de tornar possível a coexistência da competitividade, da coesão e da equidade, permitindo simultaneamente a afirmação da identidade dos espaços territoriais individualizados.

Assim, a par da preocupação em prosseguir o ainda necessário esforço infra-estrutural e de equipamentos, surge igualmente a certeza de que a coesão e a equidade se aliam também ao reforço da qualificação e capacitação tecnológica e cultural da população, o que significa *promover um melhor equilíbrio entre as actividades e instrumentos de melhoria da competitividade e os que permitem um reforço da coesão social*.

Por outro lado, preocupações como a organização do território, a concretização de um sistema urbano moderno, a internacionalização da Região e a sua boa ligação interna e externamente, se implicam por um lado uma actuação ao nível local no sentido global e coeso destes vectores, implicam por outro intervenções de carácter temático dirigido.

Deste modo, trata-se de dinâmicas que exigem um fio condutor do local para o regional e deste para o nacional em termos de enquadramento. Assim se justifica uma actuação de âmbito semelhante ao nível local, essencialmente da responsabilidade dos municípios, e ao nível sub-regional e regional, sobretudo associada aos sectores ou a grupos de municípios tomados como uma unidade.

## AMBIENTE

O vector de abordagem do ambiente que se releva das prioridades e dos objectivos do Programa refere-se à identificação do ambiente como factor de bem-estar e de oportunidade, transparecendo sempre a consideração do ambiente enquanto componente constitutiva de todas as abordagens sobre o território.

Assim, salienta-se que embora a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresente uma particular riqueza no domínio ambiental, também verifica importantes perigos de degradação, fundamentalmente associados a problemas de congestionamento, conflitos entre usos de solo incompatíveis, sobre-exploração de recursos e défice de qualidade de vida.

Retomam-se os aspectos já salientados:

- ♦ singulares condições naturais e de património;
- ♦ extensão e diversidade de “sítios” abrangidos pela classificação de áreas protegidas;
- ♦ potencialidades de exploração do potencial turístico e de lazer em meio natural e rural;
- ♦ acentuado desordenamento urbanístico e territorial, originando a degradação de centros históricos/extensão das áreas urbanizadas e a intensificação dos movimentos pendulares, com implicações negativas a nível ambiental (ar/ruído);
- ♦ preocupante degradação ambiental dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, sendo de notar que estes apresentam importância estratégica no contexto ibérico;
- ♦ existência de problemas no domínio das infra-estruturas básicas, nomeadamente a insuficiente cobertura e aproveitamento dos investimentos efectuados no tratamento de esgotos e da ausência de soluções articuladas em termos de resíduos sólidos urbanos;
- ♦ desvalorização e depredação do rico património natural e construído, sujeito a fortes pressões urbano-turísticas;
- ♦ retracção das áreas com uso agro-florestal e com valor ambiental e paisagístico, com desperdício de recursos naturais/descaracterização da paisagem;
- ♦ existência de áreas com forte incidência de riscos ambientais.

Neste sentido, o Programa Operacional apresenta, e bem, dois tipos fundamentais de investimentos no domínio do ambiente face à situação identificada, que traduzem as duas componentes desta temática: directa e indirecta.

A primeira, diz respeito à intervenção directa sobre os recursos no sentido da sua protecção e valorização.

A segunda, refere-se à intervenção ao nível da gestão de actividades e funções cujo funcionamento tem consequências sobre a preservação dos mesmos.

As duas componentes identificadas denotam, notavelmente, o entendimento do ambiente como componente constitutiva do conteúdo do Programa Operacional, explicitada mais concretamente em algumas medidas nestas circunstâncias.

Salienta-se as medidas cujos conteúdos integram estas componentes:

- *Valorização Ambiental e Patrimonial*, que integra nos seus objectivos por um lado, a implementação de infra-estruturas correctoras de situações com

efeitos ambientais negativos e por outro, a preservação, a recuperação e a valorização do património paisagístico e ambiental;

- *Formação para o Desenvolvimento*, que inclui acções de formação profissional, em sentido global, no domínio ambiental, e em particular no âmbito da educação para a sustentabilidade ambiental;
- *Acções Específicas de Valorização Territorial*, considerando a valorização e revitalização de espaços territoriais específicos, designadamente a revitalização de espaços degradados em áreas circunscritas no âmbito de processos de recuperação ambiental;
- *Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana – componente territorial*, que prevê a realização de acções de requalificação e valorização ambiental dos espaços urbanos;
- *Valorização do Tejo*, que é desenvolvida com o pressuposto de uma inequívoca defesa e valorização ambiental, implícita em todas as acções, e explicitamente prevendo infra-estruturas ambientais e de qualificação do ambiente;
- *Economia*, prevendo a promoção da utilização de novas tecnologias com impacto benéfico para o ambiente e da conversão dos consumos de energia para gás natural a par do desenvolvimento deste projecto;
- *Agricultura e Desenvolvimento Rural*, que considera a salvaguarda dos valores ambientais nas componentes de competitividade económica, nomeadamente com o incremento da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas e o incremento da gestão dos recursos hídricos;
- *Acessibilidades e Transportes*, que apresenta nos seus objectivos o desenvolvimento de meios de transporte menos poluentes e a abordagem integrada da mobilidade, respeitando o ambiente e o ordenamento do território;
- *Ambiente*, que considera preocupações de protecção directa dos recursos, nomeadamente no que se refere ao património e recursos naturais, como seja objectivos de conservação e valorização do património natural em conformidade com uma estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade e a promoção da utilização sustentável dos recursos naturais, assim como considera outro tipo de objectivos, igualmente associados à sustentabilidade ambiental, como os domínios da informação e gestão ambientais, a melhoria do ambiente urbano e a promoção de acções de recuperação do passivo ambiental;
- *Saúde*, considerando o acautelamento do tratamento das águas residuais dos hospitais e outras unidades dos serviços de saúde.

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A igualdade de oportunidades, identificada com um sentido de equidade na valorização dos recursos humanos, respeitando pontos de partida diferenciados, apresenta uma importante dinâmica na Região de Lisboa e Vale do Tejo, nos seus traços mais positivos, mas também em fortes elementos negativos.

A valorização dos recursos humanos é um domínio no qual a Região de Lisboa e Vale do Tejo se releva no contexto nacional, situação que em parte se relaciona com factores ao nível da disponibilização de meios para a “capacitação”, reflectida nomeadamente na forte concentração de estabelecimentos do ensino superior, de instituições de investigação e desenvolvimento científico, na expansão da formação profissional e no incremento dos serviços de psicologia e orientação escolar.

Esta circunstância permite um reforço da capacidade potencial de integração e manutenção da população no mercado de emprego, traduzido designadamente na representatividade feminina no ensino e nas actividades desenvolvidas na Região.

Contudo, a grande concentração populacional que a Região apresenta face ao País e, associada a ela, um crescimento urbano desordenado, leva a que se identifiquem insuficiências em termos de infra-estruturas e equipamentos, relevantes neste âmbito porque relacionados com mecanismos potencialmente facilitadores (ou não, quando ausentes) de uma mais franca integração feminina no mercado de emprego.

A igualdade de oportunidades verifica pois uma dualidade no sentido de se tratar de uma Região facilitadora da igualdade em termos da capacidade teórica, mas com importantes lacunas ao nível prático de conciliação de actividades.

Apesar do princípio da igualdade entre mulheres e homens se encontrar consagrado na Constituição e na legislação ordinária portuguesas, e de se ter registado uma evolução global positiva neste domínio, é necessário, numa perspectiva de reforço da cidadania e de coesão social, estender a dimensão da igualdade de oportunidades às diversas intervenções operacionais.

Como fragilidades do sistema verifica-se:

- ♦ forte concentração do emprego feminino num reduzido número de sectores de actividade, pouco qualificantes (sem prejuízo da elevada taxa de actividade feminina verificada em Portugal);

- ♦ existência de significativas diferenças salariais entre mulheres e homens, desfavoráveis às primeiras;
- ♦ valores mais elevados para o desemprego feminino do que para o masculino;
- ♦ fraca participação das mulheres em cursos profissionais;
- ♦ peso reduzido das mulheres com diplomas de pós-graduação.

Tendo como objectivo global a melhoria do quadro de vida da mulher, considera-se que importa reforçar a sua participação na vida económica, através dos seguintes domínios prioritários e tipos de acções:

- conciliação entre a vida familiar e a profissional, com o reforço dos serviços de apoio a crianças e idosos, o desenvolvimento de uma rede de centros de mediação familiar e a melhoria dos cuidados de saúde, a criação de serviços de proximidade para apoio domiciliário e de novas formas e modalidades de organização do trabalho (tele-trabalho, horários flexíveis, etc.);
- incremento do acesso da mulher ao mercado de trabalho e melhoria da sua situação profissional, promovendo a igualdade salarial mulheres/homens, a melhoria das perspectivas de progressão na carreira, a criação de empresas por mulheres, o acesso das mulheres a cursos de formação qualificada e, em especial, a cursos de pós-graduação e na área científica, e a melhoria das condições de mobilidade (sobretudo no domínio dos transportes públicos).

É neste contexto que se justifica a preocupação evidenciada no Programa em criar infra-estruturas e equipamentos de apoio à vida quotidiana, enquanto elemento indispensável à facilitação de uma mais generalizada integração da mulher no mercado de emprego.

Por outro lado, releva-se também o facto de transparecer no Programa Operacional uma preocupação mais completa no âmbito da igualdade de oportunidades.

De facto, é de salientar neste âmbito de preocupação mais global:

- a medida *Formação para o Desenvolvimento*, com o incremento da formação profissional dos funcionários e agentes da administração local, no sentido de qualificar o desempenho das funções associadas ao desenvolvimento local e regional, com a possibilidade de integrar domínios chave ainda pouco desenvolvidos e imprescindíveis para a integração na nova sociedade de informação e na utilização de novas tecnologias;
- as medidas *Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana* – componente empregabilidade e *Formação* e, que promovem o desenvolvimento e a valorização de competências e, dessa forma, a melhoria das condições de

empregabilidade, e a qualificação da população em áreas fundamentais para o desenvolvimento dos territórios que habitam;

- conjunto de medidas associado à *Promoção do Emprego, da Formação e do Desenvolvimento Local*, que integra a actuação preventiva relativamente aos fenómenos de desemprego, a actuação precoce de resposta aos problemas de emprego, a actuação facilitadora da inserção social dos sectores expostos ao desemprego de longa duração, a contribuição para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e a promoção e eficácia das medidas, designadamente no sentido de promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres através de uma acção positiva junto de agentes estratégicos. Este conjunto de medidas inclui ainda, no âmbito global da igualdade de oportunidades, o enquadramento de iniciativas ao nível dos equipamentos e serviços sociais que contribuam para a conciliação da vida profissional e familiar;
- as medidas no âmbito da *Educação*, com a diversificação das ofertas de formação inicial qualificante de jovens e o apoio a infra-estruturas da educação pré-escolar, reforçando este último a disponibilização de infra-estruturas de apoio à vida quotidiana.

Estes últimos aspectos, por se relacionarem fortemente com a política para o emprego, serão retomados no ponto que se destaca em seguida.

## EMPREGO

Releva-se duas ideias-chave explicativas, e sobretudo demonstrativas, do conteúdo e preocupações em matéria de emprego no Programa Operacional.

A primeira ideia-chave refere-se ao facto de se entender que o crescimento gerador de empregos com maior qualificação, a aposta nas competências “horizontais” e nas novas qualificações e o reforço da capacidade de inovação e I&D, constituem três factores motores no entendimento da Região como espaço de coesão económica e social.

A segunda ideia-chave é o entendimento de que a antecipação e resposta às necessidades de reestruturação sectoriais, a articulação entre educação, formação e dinâmica de actividades e uma dinâmica de criação de empregos socialmente integradora, constituem exigências e desafios fundamentais para a coesão económica e social da Região.

Vectores como a criação de emprego, coesão, equidade, competitividade e sustentabilidade encontram-se hoje estreitamente relacionados. De facto, o emprego só poderá ser fomentado e mantido através do auxílio ao crescimento

sustentável e à competitividade melhorada nas regiões, ao mesmo tempo que o desenvolvimento sustentado exige um esforço consciente e voluntarista de promoção, e muitas vezes correcção, das condições de equidade social e territorial.

Neste sentido, salientam-se quatro elementos na estrutura e proposta operacional, essencialmente traduzidos numa lógica de capacitação e sustentabilidade.

- a) Uma preocupação de fundo e que transparece no conjunto do Programa Operacional, tendo portanto um carácter global, diz respeito ao reforço das actividades económicas, quer no sentido de aprofundar os mecanismos de fortalecimento dos factores económicos atendendo ao actual contexto de crescente competitividade e globalização, relacionada pois com elementos de *capacitação para a competitividade*, quer no domínio do fomento da actividade económica local capaz de gerar alternativas reais de emprego; esta preocupação surge particularmente identificada nas medidas *Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana*; *VALTEJO – Valorização do Tejo*; *Economia*; *Infra-estruturas de Portos*; *Agricultura e Desenvolvimento Rural*; *Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social*; parte das medidas *Ciência, Tecnologia e Inovação* e *Sociedade de Informação*.
- b) Uma preocupação específica do fortalecimento ao nível da “capacitação” pessoal, traduzindo essencialmente a *sustentabilidade do emprego*, e respondendo aos dois universos de actuação indispensável a este nível - empregados e desempregados -, releva-se claramente dirigida ao fortalecimento da capacitação do empregado, fortalecendo e adequando desempenhos e competências, e ao incremento da capacidade de resposta/iniciativa do desempregado, no sentido de alargamento das possibilidades de correspondência a um leque mais diversificado em termos de oferta, traduzindo-se assim num maior grau de versatilidade; esta vertente reflecte-se nas medidas *Capacidade Institucional Regional*; *Formação para o Desenvolvimento*, *Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana – Componente Empregabilidade*, *Formação e Empregabilidade*, *Medidas relativas à Promoção do Emprego*, *da Formação e do Desenvolvimento Local* e *à Educação no Eixo Prioritário*<sup>3</sup>.

A sustentabilidade do emprego e, nesta, a “capacitação” dos recursos humanos surgem assim como vectores constitutivos do Programa Operacional, reflectidos nos seus objectivos. Pretende-se simultaneamente “capacitar” e fortalecer os recursos humanos e favorecer a capacidade geradora de emprego.



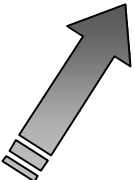
- c) Efeitos directos, estritos, de incremento do emprego associado à construção de infra-estruturas e equipamentos, justificado pela construção, exploração, manutenção e funcionamento respectivos.
- d) Incentivos directos à criação de emprego, relativamente aos quais se destaca as medidas Criação de Emprego e Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social, que incluem objectivos de dinamização do desenvolvimento local e da criação de emprego através do apoio ao investimento em iniciativas que visem a criação directa de postos de trabalho.

Em termos globais, estima-se que o emprego atribuível ao Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo atinja um valor médio anual para o período de 2000 a 2006 na ordem dos 6.9 mil postos de trabalho na Região, traduzindo-se o respectivo multiplicador na criação de 88 postos de trabalho anuais na Região por milhão de contos de despesa pública anual a preços de 1999.

Os quadros seguintes apresentam o modo e o grau em que se relacionam as medidas e os objectivos operacionais do Programa com os seus objectivos globais.

No primeiro quadro, a classificação da *correlação* existente entre as prioridades estratégicas do Programa e os Eixos Prioritários/Medidas, obedece aos seguintes critérios: forte correlação quando a Medida responde directamente à prioridade relacionada; correlação média quando a Medida responde em parte à prioridade focada; fraca correlação quando o contributo é apenas indirecto e correlação inexistente (sem classificação) quando não se verifica sequer um contributo indirecto.

No segundo quadro, a classificação da *correlação* existente entre os objectivos globais do Programa Operacional e os objectivos operacionais, obedece aos seguintes critérios: forte correlação quando o objectivo operacional se integra totalmente no objectivo global relacionado; correlação média quando o objectivo operacional se integra parcialmente no objectivo global relacionado; fraca correlação quando a integração do objectivo operacional no objectivo global é apenas indirecta e correlação inexistente (sem classificação) quando não se verifica sequer uma relação indirecta.

<b>PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E EIXOS PRIORITÁRIOS</b> 	Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
	<b>APOIO AO INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL</b>	<b>ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL</b>	<b>INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL REGIONALMENTE DESCONCENTRADAS</b>
<b>EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS</b> 1. Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal Acessibilidades e equipamentos Valorização ambiental patrimonial Capacidade institucional regional Formação para o desenvolvimento Acções específicas de valorização territorial	• • • • •	⊙ ⊙ ⊙ ⊙ •	⊙ ⊙ ⊙ ⊙ •
2. Acções integradas de base territorial Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade VALTEJO - Valorização do Tejo Formação e empregabilidade	• • • •	• • • •	• • • •
3. Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa Formação ao longo da vida e adaptabilidade Qualificação e inserção profissional dos desempregados Criação de emprego Eficácia e equidade das políticas Promoção do Desenvolvimento Social Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e	• • • • • • • • •	• • • • • • • • •	• • • • • • • • •

dos Ensinos Básico e Secundário			
Ensino profissional	●	●	●
Economia	●	●	●
Ciência, tecnologia e inovação	●	●	●
Sociedade de Informação	●	●	●
Infra-estruturas de portos	●	●	●
Agricultura e desenvolvimento rural	●	●	●
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	●	●	●
Acessibilidades e Transportes	●	●	●
Ambiente	●	●	●
Saúde	●	●	●

● forte correlação    ◉ correlação média    ○ fraca correlação

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
A P O I O   A O   I N V E S T I M E N T O   D E   I N T E R E S S E   M U N I C I P A L   E   I N T E R M U N I C I P A L					
Acessibilidades e equipamentos	Constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supra-municipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas	Garantir o melhor acesso da população, residente e não residente, aos equipamentos e infra-estruturas existentes	●	⊙	⊙
		Dotar e valorizar a rede urbana local de equipamentos com funções de apoio directo à população e às suas necessidades	●	⊙	⊙
Valorização ambiental patrimonial	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial	Melhorar os níveis e a qualidade do atendimento em infra- estruturas de saneamento	●	●	●
		Preservar, recuperar e valorizar o património natural e construído	●	●	●
Capacidade institucional regional	Contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da Região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais	Criar e apoiar estruturas de oferta de serviços, realizar acções de divulgação da Região, promover internacio- nalmente, sensibilizar e envolver os agentes económicos, sociais e institucionais para as dinâmicas da Região; assegurar a gestão, o acompanhamento e a avaliação por parte dos municípios e suas associações	●	⊙	⊙
Formação para o desenvolvimento	Qualificar o potencial humano	Apoiar acções de formação profissional de funcionários e agentes da administração local (gestão pública local, actividades de e relacionadas com o planeamento, utilização de infra-estruturas e equipamentos, capacidade técnica para iniciativas de base associativa e comunitária)	●	●	●

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
A P O I O   A O   I N V E S T I M E N T O   D E   I N T E R E S S E   M U N I C I P A L   E   I N T E R M U N I C I P A L   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Acções Específicas de Valorização Territorial	Sustentabilidade, inovação e valorização territorial, de âmbito local e sub-regional, visando criar sinergias e massa crítica em articulação com outras medidas de qualquer dos eixos do Programa	Valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, e fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e regionais	●	●	●
		Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional	●	●	●
		Implementar acções de revitalização económica e social de espaços degradados em áreas circunscritas, designadamente em zonas urbanas e no âmbito de processos de recuperação ambiental	●	●	●
		Revitalizar económica e socialmente as áreas afectadas por passivos ambientais decorrentes de incorrectos usos territoriais, ou provocados por actividades económicas desactivadas	●	●	●
		Recuperar espaços de interesse ecológico e paisagístico, para estimular o desenvolvimento económico e social	●	●	●
		Criar ou melhorar as condições, designadamente infra-estruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano	●	●	●
		Contribuir para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional	●	●	●

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL					
Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial	Promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e ambientalmente susten- tável e em articulação com o espaço rural envolvente	Promover a realização de acções de requalificação e valorização ambiental em espaços urbanos	●	●	●
		Promover a mobilidade sustentável nas cidades, recorrendo ao reordenamento do tráfego automóvel com ganho de área pedonal, ao estímulo à utilização dos transportes colectivos e ao uso de modos de transporte mais favoráveis ao ambiente	●	●	●
		Promover a qualificação urbanístico-ambiental de áreas de realojamento e a inserção social das suas populações	●	●	●
		Promover o reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam à melhoria do ambiente urbano	●	●	●
Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade	Desenvolver acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pela acção integrada Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial	Desenvolver competências profissionais para a gestão de redes de serviços urbanos e metropolitanos, a criação de novas iniciativas nos domínios do apoio social, dos serviços de proximidade e de animação cultural e turística, do património e do turismo e para o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social	●	●	●
		Fortalecer a articulação das políticas no espaço regional, valorizando tanto as identidades e especificidades locais como as estratégias de parceria	●	●	●
		Fortalecer o espírito de coesão da Área Metropolitana valorizando as suas interacções internas e o reconhecimento externo da imagem e da capacidade organizativa de eventos de repercussão internacional	●	●	●

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL (continuação)					
VALTEJO – Valorização do Tejo	Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo como espaço de lazer e de turismo e com espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social	Apoiar e promover as intervenções destinadas à preservação de ecossistemas e ao desenvolvimento de práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora  Apoiar e promover o Vale do Tejo como área de turismo e lazer, apostando no turismo cultural, rural, de natureza, activo e de aventura, de saúde e de negócios e congressos  Valorizar, preservar e divulgar os elementos patrimoniais de carácter histórico e construído, as vivências e tradições, apoiar as actividades tradicionais e criar infra-estruturas de combate à desertificação do mundo rural  Tornar as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para a população e região	●  ●  ●  ●	●  ●  ●  ●	⊙  ●  ⊙  ⊙
Formação e empregabilidade	Desenvolver acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pela acção integrada VALTEJO – Valorização do Tejo	Valorizar os saberes e competências já existentes, conferindo-lhes maior valor acrescentado e qualidade  Desenvolver estágios profissionais e formação qualificante em áreas estratégicas ligadas ao turismo, animação cultural e novas tecnologias  Promover e divulgar a imagem do Vale do Tejo	●  ●  ●	●  ●  ●	●  ●  ⊙

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S					
Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	Promoção da inserção profissional e o reforço da empregabilidade da população mais jovem	Promover a formação desenvolvida ao abrigo do sistema Aprendizagem  Promover a formação qualificante orientada para a aquisição de competências técnicas e transversais necessárias ao processo de profissionalização	●  ●	●  ●	●  ●
Formação ao longo da vida e adaptabilidade	Reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade dos activos empregados	Promover a formação contínua dos activos das empresas  Promover a consultoria formativa destinada a PME's  Promover a formação dos quadros, empresários e demais trabalhadores das PME's	●  ●  ●	●  ●  ●	●  ●  ●
Qualificação e inserção profissional dos desempregados	Reforçar a empregabilidade dos jovens e adultos desempregados, na perspectiva de minimizar o risco de desemprego de longa duração	Promover a melhoria da empregabilidade dos desempregados, nomeadamente através da formação profissional e do estímulo à experiência profissional em empresas	●	●	●
Criação de emprego	Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial, potenciando as sinergias que a abordagem territorial dos problemas de emprego pode originar	Desenvolver os instrumentos de apoio à constituição ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas e à criação do próprio emprego	●	●	●
Eficácia e equidade das políticas	Consolidar e desenvolver os pilares básicos dos sistemas de formação e emprego, tendo em vista a sua qualidade, eficácia e acessibilidade	Apoiar um conjunto de actividades de suporte em áreas chave dos processos de formação e emprego: a formação dos agentes, a informação e orientação profissional, a colocação e acompanhamento, o desenvolvimento de estudos e processos e recursos didácticos e um conjunto de medidas de acção positiva no âmbito da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	⊙	⊙	⊙



MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Promoção do desenvolvimento social	Fomentar a integração social e profis- sional de grupos com dificuldades par- ticulares de acesso ao mercado de tra- balho: desempregados de longa duração, minorias étnicas, pessoas portadoras de deficiência, toxicodependentes e outros grupos de integração fragilizada	Dinamizar iniciativas integradas de desenvolvimento sócio- local  Apoiar acções directamente relacionadas com a empregabi- lidade e do acesso ao trabalho grupos em causa  Promover instrumentos específicos de suporte a processos de inserção social e profissional	●  ●  ●	●  ●  ●	●  ●  ●
Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social	Contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e fortalecer a intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos	Criação de empresas ao nível local, nomeadamente pequenas unidades empresariais  Apoio a infra-estruturas que suportem a actuação dos agentes da política de emprego e formação, enquanto dinamizadores das parcerias com outros parceiros locais  Promover o acesso dos grupos mais desfavorecidos a equipamentos, serviços sociais e infra-estruturas adequadas às suas particularidades e necessidades	●  ⊙  ●	●  ⊙  ⊙	●  ⊙  ●
Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Construir as escolas dos ensinos básico e secundário necessárias, de modo a irradiar os estabelecimentos com instalações provisórias ou pré-fabricadas  Assegurar o completamento das escolas existentes de 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com laboratórios, bibliotecas e infra-estruturas desportivas  Apoiar a criação e remodelação de jardins de infância, visando a rápida expansão e generalização da frequência da educação pré-escolar, ao nível da região	●  ●  ⊙	⊙  ⊙  ⊙	⊙  ⊙  ⊙

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário  (continuação)	Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário  (continuação)	Apetrechar os estabelecimentos de ensino, designadamente os de ensino secundário, visando, ao nível da região, a capacidade da oferta de uma rede integrada de ensino tecnológico e profissional	⊙	⊙	●
Ensino profissional	Consolidar e expandir o ensino profissional qualificado	Estimular a procura de formação inicial (escolar e profissional), inserida no sistema educativo, através do apoio ao funcionamento de cursos profissionais que preparem os jovens para um exercício profissional qualificado ou, caso os jovens optem pelo prosseguimento de estudos, para o ingresso no ensino superior	●	●	●
		Qualificar e diversificar a oferta criando uma rede regionalizada de formações iniciais qualificantes de nível III	●	●	●
Economia	Promover as áreas estratégicas para o desenvolvimento e melhorar a envolvente empresarial	Promover a reconversão de parques industriais tornando-os verdadeiros centros de negócios, incluindo a sua sustentabilidade, a gestão de infra-estruturas comuns de apoio e a prestação de serviços às empresas instaladas	⊙	●	●
		Favorecer abordagens territoriais de valorização turística, através da mobilização de esforços e sinergias entre agentes públicos e privados para actuação integrada em determinadas zonas com potencial de desenvolvimento	●	●	●
		Promover a melhoria da qualidade da oferta de alojamento destinado ao turismo juvenil e contribuir para a dinamização de áreas turísticas	⊙	⊙	⊙
		Contribuir para o desenvolvimento do mercado de consumo do gás natural	⊙	⊙	⊙

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Economia  (continuação)	Promover as áreas estratégicas para o desenvolvimento e melhorar a envolvente empresarial	Modernizar e reorientar as infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológico e de consultoria  Promover a inovação empresarial  Modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às empresas no domínio do apoio à qualidade  Garantir o abastecimento de energia a empresas e consumidores em condições de segurança do aprovisionamento, de eficiência e de baixo custo, contribuindo para o desenvolvimento económico da região  Promover a utilização de novas tecnologias com impacto benéfico para o ambiente	⊙  ●  ⊙  ⊙  ●	●  ●  ●  ●  ●	●  ●  ●  ●  ●
Ciência, tecnologia e inovação	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região	Incentivar a geminação de instituições científicas e escolas, a ocupação científica de jovens nas férias e programas de divulgação científica  Promover a criação de centros de ciência viva, a formação de animadores e professores, o apoio às escolas, a colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias e instituições educativas	⊙  ⊙	⊙  ⊙	⊙  ⊙
Sociedade de informação	Promover o desenvolvimento de cidades digitais e da Região neste âmbito, e a modernização da administração pública no contexto da sociedade de informação	Aplicar as novas tecnologias de informação no serviço de acesso dos cidadãos à informação, na melhoria dos cuidados de saúde, no apoio a cidadãos com necessidades especiais, na qualidade e diversificação da informação recebida ou tratada  Estabelecer bibliotecas e arquivos em rede, novos serviços culturais telemáticos e estimular a partilha de saber em rede em trabalho cooperativo	⊙  ⊙	⊙  ⊙	⊙  ⊙

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Sociedade de informação FEDER (continuação)	Promover o desenvolvimento de cidades digitais e da Região neste âmbito, e a modernização da administração pública no contexto da sociedade de informação (continuação)	Incrementar o desenvolvimento local da RCTS e dos clubes <i>internet</i> , e o estímulo à edição e partilha de conteúdos para fins educativos	●	●	●
		Apoiar os parques tecnológicos deslocalizados em rede, o desenvolvimento do teletrabalho e do trabalho cooperativo simultâneo à distância	●	●	●
	Criar competências para o desenvol- vimento da sociedade de informação na Região	Apoiar acções de formação em tecnologias de informação incluídas nos projectos das cidades e região digitais	●	●	●
		Apoiar programas de simplificação e desburocratização administrativa e de disponibilização, por meios telemáticos, de conteúdos administrativos e de interesse público	●	●	●
Pescas - Infra- estruturas de portos	Melhorar as infra-estruturas de portos que integram a rede básica de portos de pesca e as condições de exercício da actividade em núcleos piscatórios onde a actividade tenha impacto importante	Reforçar as obras exteriores de abrigo, construir infra- estruturas complementares a infra-estruturas marítimas existentes, reordenar e renovar infra-estruturas, construir e melhorar infra-estruturas em pequenos núcleos piscatórios	⊙	⊙	⊙
Agricultura e desenvolvimento rural	Construção de uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva, moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social	Reforçar a competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social	●	●	●
		Incentivar a multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela prestação de serviços agro-ambientais ou outros de interesse colectivo, contribuindo para a sua diversificação interna e viabilidade económica	●	●	●
		Promover a qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural, para obter um crescimento sustentado da produtividade e responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar	●	●	●

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Agricultura e desenvolvimento rural  (continuação)	Construção de uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva, moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social  (continuação)	Valorizar o potencial específico, o desenvolvimento e a diversificação económica dos territórios rurais  Melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através do seu rejuvenescimento e qualificação, da promoção do emprego, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano  Apoiar a organização, associação e iniciativa dos agricul- tores, sócio-económica-profissional, e demais agentes do desenvolvimento rural, considerando-os protagonistas e parceiros de primeira importância na definição e concretização da nova estratégia de desenvolvimento	●  ●  ●	●  ●  ●	●  ●  ●
Desenvolvimento de equipamentos desportivos	Reforçar o investimento público no âmbito da construção, modernização, recuperação e adaptação de infra-estruturas desportivas mediante uma política integrada que vise o desenvolvimento da procura e o equilíbrio regional entre a procura e a oferta desportiva, no sentido de corrigir a escassez de infra-estruturas	Promoção e desenvolvimento do desporto como suporte e factor contributivo para a melhoria da qualidade de vida das populações  Generalização do acesso à prática desportiva  Inserção e integração sociais das minorias éticas e sociais  Inserção de equipamentos desportivos de base em programas de requalificação urbana  Promoção do desenvolvimento do desporto de alto rendi- mento desportivo como incentivo à prática desportiva	●  ● ● ●  ⊙	⊙  ⊙ ⊙ ⊙  ⊙	⊙  ● ⊙ ⊙  ⊙
Acessibilidades e transportes	Contribuir para a oferta de um sistema de transportes seguro e sustentável dos pontos de vista económico, financeiro, ambiental e social	Contribuir para descongestionar as áreas urbanas  Desenvolver modos e meios de transporte menos poluentes  Melhorar as acessibilidades regionais  Contribuir para a melhor articulação entre diferentes redes de transporte	● ● ● ●	● ● ● ●	● ● ● ●

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Ambiente	Promover o desenvolvimento sustentável da Região e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental, tendo em conta e privilegiando os aspectos específicos do seu território, nomeadamente ao nível da conservação e valorização do património natural e da valorização e protecção dos recursos naturais	Impulsionar a conservação e valorização do património natural em conformidade com uma estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade	●	●	●
		Promover a utilização sustentada dos recursos naturais, nomeadamente através de actividades de recreio e lazer que constituam factor de demonstração de um modelo de desenvolvimento sustentável	●	●	●
	Integrar o ambiente nos planos e pro-gramas de desenvolvimento regional	Reabilitar as áreas ambiental e paisagisticamente degradadas	●	●	●
	Impulsionar a conservação e valorização do património natural em conformidade com uma estratégia de conservação da natureza e, em especial, a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais	Melhorar a qualidade das praias, tanto do ponto de vista ambiental como do equilíbrio da fruição turística	●	●	●
		Introduzir novas práticas de defesa costeira, reduzindo as intervenções artificializadoras e valorizando a reposição de situações naturais	●	●	●
	Incrementar a educação e informação ambientais	Implementar as propostas de intervenção previstas nos POOC	●	●	●
	Estimular a modernização ambiental das actividades económicas, através do desenvolvimento de formas institucionais de cooperação e contratualização com os diferentes actores intervenientes no processo	Promover acções de regularização e renaturalização de linhas de água	●	●	●
		Promover o ordenamento das utilizações potenciais das albufeiras	●	●	●
	Enquadrar as intervenções desconcen-tradas nos objectivos nacionais da política do ambiente	Promover acções de melhoria das condições de segurança das barragens	●	●	●

MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DO P.O./OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS GLOBAIS DAS MEDIDAS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS/OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO P.O./OBJECTIVOS GLOBAIS DOS E.P.		
			Reforçar a coe- são regional, me- lhorando a quali- dade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a es- truturação da Re- gião e a capacidade competitiva das sub- unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competi- tividade e a sustentabilidade econó- mica e social da Região
I N T E R V E N Ç Õ E S   S E C T O R I A I S   D E S C O N C E N T R A D A S   ( c o n t i n u a ç ã o )					
Saúde	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, através da implementação de sistemas locais de saúde	Promover a articulação e garantir o encaminhamento da informação clínica acordada, a qualificação dos profissionais e a avaliação dos cuidados prestados, reduzindo a burocracia, eliminar actos desnecessários ou duplicados e a substituição negativa de cuidados identificada como <i>hospitalocentrismo</i>	●	●	●
		Apoiar a orientação da procura com um circuito lógico mais conveniente aos cidadãos, mais racional para os serviços e mais económico para o sistema	●	●	●
		Promover a parceria entre as diversas entidades prestadoras de cuidados, constituindo uma rede inter-sectorial de complementaridades, capaz de desenvolver programas e projectos comuns, aproveitando as competências e as capacidades instaladas, com destaque para o papel das organizações não governamentais e das autarquias	●	●	●
		Financiar o tratamento das águas residuais hospitalares	●	●	●

### 5.3. A PERTINÊNCIA ESTRATÉGICA DAS MEDIDAS PROPOSTAS

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem na sua génese dois pontos fundamentais – as necessidades da Região às quais se mostrou imperativo responder, e as suas potencialidades, as quais constituem por um lado um horizonte de capacidades, que correctamente accionado, pode projectar a Região para um novo contexto de desenvolvimento acrescido e sustentado, e por outro lado constituem igualmente uma fonte de resposta às próprias necessidades detectadas.

Neste contexto, na Avaliação apresentada no Programa Operacional analisou-se o grau de resposta das prioridades estratégicas do Programa às necessidades prioritárias da região, atendendo a que o seu conteúdo se relacionava directamente com os Eixos Prioritários propostos e as respectivas Medidas. Neste sentido, tratou-se desde logo de uma avaliação de coerência entre as necessidades detectadas para a Região e as Medidas que agora se propõem.

Retoma-se esta análise no sentido de melhor evidenciar a respectiva coerência ao nível das Medidas propostas, apresentando, como ponto de partida, os aspectos mais significativos da articulação entre as prioridades estratégicas e as necessidades prioritárias da Região, já que, como referido, é em torno daquelas prioridades que se organizam as medidas apresentadas.

Considerando que os aspectos mais significativos se traduzem nas articulações potencialmente mais significativas (referenciadas no quadro seguinte com ●) foi possível salientar os aspectos:

- 13 em 23 situações críticas, cerca de 57% das situações, poderão vir a verificar um importante contributo no âmbito da prioridade estratégica “incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais”, confirmando o relevo e a forte consonância desta prioridade com estratégia regional;
- 11 em 23 situações críticas poderão observar importantes contribuições na concretização da prioridade estratégica “promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região”, relevando o seu conteúdo no quadro do Programa e, assim, reforçando a exigência de concertação;
- 7 em 23 situações críticas articulam-se prioritariamente com a prioridade “reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento local”, confirmando a importância de afirmar e fortalecer os elementos de coesão regional;



- cerca de 25% de situações apresenta uma forte correlação simultaneamente com as prioridades estratégicas “reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida e fomentando o desenvolvimento local” e “promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região”, evidenciando ligações e complementaridades notórias entre estes dois objectivos;
- 7 em 23 aspectos críticos poderão observar contribuições a partir de intervenções incluídas em duas ou mais prioridades estratégicas, denotando, para estes casos, a importância do recurso a estratégias de maximização de complementaridades e sinergias para garantir a superação efectiva das fragilidades identificadas;
- há situações críticas que não encontram contribuição directa para a sua resolução no âmbito das prioridades estratégicas do Programa Operacional, nomeadamente a *insuficiente conectividade com as rotas marítimas e aéreas*, o que se deve a tratar-se de aspectos que extravasam o seu âmbito.

<b>PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACIONAL</b>  <b>NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DA REGIÃO</b>	Reforçar a coesão regional, melhorando a Qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
Área Metropolitana de Lisboa			
Terciarização de fraca internacionalização, existência de sectores industriais em retracção ou declínio e difícil fixação de investimentos estrangeiros			●
Insuficiente conectividade com as rotas marítimas e aéreas de ligação intercontinental e dinamismo dos portos da região, insuficiente face às potencialidades de localização e características			
Acentuado desordenamento urbanístico e territorial, relevando-se a desertificação e degradação dos centros históricos, em particular das áreas centrais da cidade de Lisboa para as periferias sub-equipadas e desqualificadas e para a existência de extensas manchas de habitat degradado	⊙	●	
Crescimento da cidade efectuado de forma espacialmente extensiva, implicando transformações funcionais que penalizam sistematicamente os usos não urbanos e, por outro lado, a intensificação e crescente amplitude dos movimentos pendulares, com consequências ambientais, sociais e económicas	⊙	⊙	●
Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes, nomeadamente tendo em conta as necessidades geradas pelo tipo de crescimento urbano	⊙	○	●
Peso excessivo do transporte individual, escassez/inadequação do transporte público, congestionamento de tráfego, ausência de estacionamento	⊙	●	●
Insuficiente “protecção” dos sistemas naturais e ambientais, com graves riscos de poluição e degradação	●	●	●
Nível elevado de degradação de habitação, quer no centro histórico de Lisboa, quer noutras zonas do “casco” urbano da cidade		○	●

<b>PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACIONAL</b>  <b>NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DA REGIÃO</b>	Reforçar a coesão regional, melhorando a Qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
Lezíria do Tejo e Oeste, sub-regiões com características idênticas, constituindo uma cintura agrícola, industrial, residencial e turística da AML:			
Défiça dos sistemas de saneamento básico; insuficiente tratamento e aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos e hospitalares, no Oeste	●	⊙	
Poluição e contaminação dos sistemas hidrográficos e aquíferos	●	●	●
Utilização intensiva do solo, desordenamento, degradação de recursos naturais e ambientais; Oeste - fenómenos de urbanização difusa peri-metropolitana	⊙	●	●
Falta de concretização do PRN (ex: falta de vias transversais, ligações para o Norte e o interior); deficiente rede ferroviária no Oeste		⊙	●
Êxodo rural e desertificação humana (mais na Lezíria do Tejo), em conjugação com crescimento urbano	⊙	●	⊙
“Destruição” de culturas, identidades e patrimónios locais, massificação e insuficiente oferta cultural	⊙	●	○
Insuficiente oferta do sistema de formação profissional e falta de actividades de I&D	⊙	⊙	●
Insuficiente coordenação institucional, ausência de estratégias integradas de imagem e promoção e insuficiente dinâmica de internacionalização das actividades	⊙	⊙	⊙
Défiça dos sistemas de saneamento básico (água e esgotos); e poluição e contaminação dos sistemas hidrográficos e aquíferos	●	●	●
Falta de concretização do PRN (vias transversais, ligações para o Norte e interior) e deficiente articulação entre a rede viária municipal/regional e os principais eixos rodoviários	⊙	●	●
Deficiente estado de conservação e dificuldades de manutenção da rede municipal; insuficiente desenvolvimento da rede rural e florestal	●	⊙	⊙

<b>PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA OPERACIONAL</b>  <b>NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DA REGIÃO</b>	Reforçar a coesão regional, melhorando a Qualidade de vida e o desenvolvimento local	Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região
Médio Tejo, sub-região situada na “coroa exterior” da Região:			
Êxodo rural, desertificação humana com a consequente concentração urbana e aumento de riscos de incêndios florestais	⊙	●	⊙
Insuficiência e desajustamento de intervenções face à preservação das identidades e dos patrimónios culturais; ausência de estudos; desarticulação entre serviços	⊙	●	○
Carência de equipamentos e serviços (públicos, saúde, desportivos, culturais); carência e má qualidade habitacional; riscos de transformação em “dormitórios” da AML	●	●	●
Sistema territorial com fraca coesão interna	●	●	●

● forte correlação ⊙ correlação média ○ fraca correlação

O conjunto das necessidades identificadas para a Região aborda essencialmente quatro tipo de questões, que se contrapõem a quatro tipos de valia da Região.

Esta sistematização tem implícita a identificação da tónica principal a que se destinam as medidas, isto é, as áreas com as quais se relacionam directa e mais intensamente, já que se entende que há aspectos cujo entrosamento, não só acontece como é desejável que se tenha em conta a sua interacção. É o caso da denominada valia territorial, cujas implicações se reflectem em todos os domínios, assim como das valias funcional, económica/competitiva e humana.

### **Valia territorial**

Relaciona-se sobretudo com aspectos de desordenamento, decorrentes de “estratégias concorrenciais de ocupação do solo”, com consequências ao nível da degradação ambiental, e de transformações funcionais que penalizam sistematicamente os usos não urbanos e da insuficiente “protecção” dos sistemas naturais e ambientais, com graves riscos de poluição e degradação, mas também com processos de desqualificação urbana, de expansão urbana desorganizada, e de periferias e outras áreas sub-equipadas.

A resposta a este conjunto de questões encontra o seu contributo em medidas associadas à valorização territorial, incluindo a (re)qualificação das áreas urbanas, e de satisfação ao nível da distribuição dos equipamentos.

No Eixo Prioritário 1, Apoio ao investimento de interesse municipal e intermunicipal com as medidas:

- Acessibilidades e equipamentos, sobretudo no que respeita ao âmbito dos equipamentos
- Valorização ambiental patrimonial
- Acções específicas de valorização territorial.

No Eixo Prioritário 2, Acções Integradas de Base Territorial, com as medidas:

- Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial
- VALTEJO – Valorização do Tejo.

No Eixo Prioritário 3, Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, com as medidas:

- Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
- Desenvolvimento de equipamentos desportivos
- Ambiente
- Saúde.

### ***Valia funcional***

Evidencia problemas como a intensificação e crescente amplitude dos movimentos pendulares, com consequências ambientais, sociais e económicas, a desarticulação e ineficiência do sistema de transportes, nomeadamente tendo em conta as necessidades geradas pelo tipo de crescimento urbano, mas também a deficiente articulação entre a rede viária municipal/regional e os principais eixos rodoviários, o peso excessivo do transporte individual a par da escassez/inadequação do transporte público, o congestionamento de tráfego e a ausência de estacionamento, a deficiente rede ferroviária.

Esta valia encontra-se sobretudo associada a respostas no âmbito das acessibilidades e transportes e das telecomunicações.

No Eixo Prioritário 1, Apoio ao investimento de interesse municipal e intermunicipal com as medidas:

- Acessibilidades e equipamentos, sobretudo no que respeita ao âmbito das acessibilidades.

No Eixo Prioritário 3, Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, com as medidas:

- Sociedade de informação (FEDER)
- Transportes e acessibilidades.

### ***Valia económica/competitiva***

Traduz-se em elementos como uma terciarização de fraca internacionalização, existência de sectores industriais em retracção ou declínio e difícil fixação de investimentos estrangeiros, uma insuficiente coordenação institucional, ausência de estratégias integradas de imagem e promoção e insuficiente dinâmica de internacionalização das actividades ou ainda uma insuficiente conectividade com as rotas marítimas e aéreas de ligação intercontinental e dinamismo dos portos da região, insuficiente face às potencialidades de localização e características.

A resposta a este conjunto de questões surge essencialmente associada a medidas dirigidas à actividade económica e à envolvente empresarial.

No Eixo Prioritário 3, Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, com as medidas:

- Economia
- Pescas – Infra-estruturas de portos
- Agricultura e desenvolvimento rural.

### ***Valia humana***

Associa-se a factores como a insuficiente oferta do sistema de formação profissional e de actividades de I&D, a insuficiência e desajustamento de intervenções face à preservação das identidades e dos patrimónios culturais, a ausência de estudos e a desarticulação entre serviços, a massificação e insuficiente oferta cultural.

A resposta às necessidades identificadas neste âmbito surgem predominantemente associadas a medidas dirigidas à formação profissional e ao emprego, ao aprofundamento e integração nas redes de conhecimento e, de modo global, à capacitação dos recursos humanos.

No Eixo Prioritário 1, Apoio ao investimento de interesse municipal e intermunicipal com as medidas:

- Capacidade institucional regional

- Formação para o desenvolvimento.

No Eixo Prioritário 2, Acções Integradas de Base Territorial, com as medidas:

- Qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade
- Formação e empregabilidade.

No Eixo Prioritário 3, Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, com as medidas:

- Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa
- Formação ao longo da vida e adaptabilidade
- Qualificação e inserção profissional dos desempregados
- Criação de emprego
- Eficácia e equidade das políticas
- Promoção do desenvolvimento social
- Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social
- Ensino Profissional
- Ciência, tecnologia e inovação
- Sociedade de informação.

## **6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

---



## **6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

### **Plano de Comunicação**

#### **6.1. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

As medidas de informação e de publicidade sobre as intervenções dos Fundos Estruturais têm por objectivo aumentar o conhecimento e a transparência da acção da União Europeia, dar, em todos os Estados Membros, uma imagem homogénea das intervenções em causa.

Da completa divulgação, compreensão e conhecimento do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, depende em grande parte o sucesso dos objectivos estratégicos nele definidos.

Estas medidas detêm, ainda, a capacidade potencial de poderem contribuir para a melhor gestão e eficácia dos Fundos Estruturais, designadamente através de um factor inerente à informação e à divulgação – a avaliação.

Os mecanismos utilizados para fazer chegar a informação aos destinatários devem, pois, ser de inquestionável eficácia e qualidade.

##### **6.1.1. Objectivo Global**

- Divulgar o programa entre os vários públicos-alvo proporcionando o seu conhecimento e a sua utilização correcta.

##### **6.1.2. Objectivos Específicos e respectivo público – alvo**

###### **A) Objectivo:**

- Informar sobre a estrutura do PO, as linhas de financiamento abertas e as tipologias de projectos elegíveis em cada uma das Medidas dos Eixos Prioritários, o modelo de gestão seguido, os procedimentos de candidatura, os critérios de avaliação e mecanismos de selecção, tornando assim possível a mobilização de projectos pertinentes e inovadores que contribuam para o desenvolvimento da Região.

###### **Público – Alvo**

- Beneficiários do Programa Operacional
- Organismos da Administração Pública Central e Local

- o Gestão de outros Programas Operacionais, nomeadamente os que concretizam e potenciam repercussões na Região
- o Outras entidades: organizações profissionais; meios económicos e sociais; organizações não governamentais; operadores ou portadores de projectos.

**B) Objectivo:**

- o Informar e sensibilizar a opinião pública acerca do Programa e para o papel desempenhado pela União Europeia, tornando visível o contributo dos Fundos Estruturais para melhorias qualitativas no domínio do desenvolvimento regional em Portugal.

**Público – Alvo:**

- o Órgãos de Comunicação Social
- o Opinião Pública/ População da Região

**C) Objectivo:**

- o Dar notoriedade às realizações, aos impactos e aos resultados do PO e dos projectos mais significativos desenvolvidos no seu quadro e potenciar a divulgação de “casos de sucesso” e de projectos com um elevado efeito demonstrativo, em articulação com os seus promotores.

**Público – Alvo**

- o Órgãos de Comunicação Social
- o Opinião Pública/ População da Região
- o Beneficiários do Programa Operacional
- o Organismos da Administração Pública Central e Local
- o Gestão de outros Programas Operacionais, nomeadamente os que concretizam e potenciam repercussões na Região
- o Outras entidades: organizações profissionais; meios económicos e sociais; organizações não governamentais; operadores ou portadores de projectos
- o Órgãos de Comunicação Social

**D) Objectivo:**

Apoiar os procedimentos permanentes de disponibilização de dados actualizados sobre a gestão e execução do PO, nos seus diversos suportes, e potenciar a divulgação de documentos técnicos e de relatórios e dar apoio aos promotores do PO nas acções de divulgação e demonstração dos seus projectos.

**Público – Alvo**

- o Beneficiários do Programa Operacional
- o Organismos da Administração Pública Central e Local
- o Gestão de outros Programas Operacionais, nomeadamente os que concretizam e potenciam repercussões na Região
- o Outras entidades: organizações profissionais; meios económicos e sociais; organizações não governamentais; operadores ou portadores de projectos
- o Órgãos de Comunicação Social

**E) Objectivo:**

Informar sobre a avaliação do Programa Operacional e viabilizar a auscultação visando potenciar sinergias e contributos para a melhor gestão e eficácia do Programa.

**Público – Alvo**

- o Beneficiários do Programa Operacional
- o Organismos da Administração Pública Central e Local
- o Gestão de outros Programas Operacionais, nomeadamente os que concretizam e potenciam repercussões na Região
- o Outras entidades

## 6.2. ACÇÕES DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

### 6.2.1. Caracterização das Acções

- **Novo Logotipo**

A criação de um novo logotipo assegura a memorização de uma imagem gráfica a um significado concreto. A elaboração de um símbolo acessível facilita a comunicação. O novo logotipo deverá ser sempre acompanhado pelo logotipo da União Europeia.

- **Slogan de campanha**

A definição de um slogan apelativo ajuda a promoção do PORLVT. Esse slogan acompanhará sempre o novo logotipo.

- **Brochura Promocional do Programa**

Será preparada e editada uma brochura simples e acessível, explicando sinteticamente o Programa, de forma a fornecer os conhecimentos básicos sobre o mesmo. Nessa brochura estarão bem definidos os objectivos específicos de cada medida, assim como os principais beneficiários e a tipologia de projectos elegíveis.

- **Sessões de esclarecimento**

Realização de Sessões de Esclarecimento sobre medidas específicas do Programa Operacional cujo público – alvo serão os principais beneficiários e os destinatários finais dessa medida. Estas sessões de esclarecimentos realizar-se-ão em diferentes locais da Região de Lisboa e Vale do Tejo Os eventos serão divulgados na Imprensa e, no próprio dia, serão distribuídos vários materiais de divulgação do Programa.

- **Site do programa**

O site na Internet conterá informações actualizadas sobre o Programa e as várias medidas que o integram, podendo aceder-se a:

- Objectivos e Estratégia de Desenvolvimento do PORLVT
- Apoio Estrutural Comunitário
- Financiamento do Programa Operacional e de cada Eixo Comunitário
- Estrutura do Programa por Eixos Prioritários e Medidas: Objectivo global de cada eixo; objectivos específicos, principais beneficiários e destinatários finais de cada medida; montantes e projectos aprovados por eixo.
- Formulários de candidatura
- Constituição e competências das Unidades de Gestão, Comissões de Acompanhamento e Estrutura de Apoio Técnico
- Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional
- Avaliação do Programa Operacional

- Legislação relacionada com o QCA III, particularmente com os Programas Operacionais Regionais
- Legislação Comunitária, comunicações e documentos publicados no âmbito da CE/EU, com relevância para a boa prossecução do Programa Operacional e para o acompanhamento das políticas de desenvolvimento regional
- Notícias com acontecimentos relevantes sobre o QCA III
- Links para páginas relativas ao QCA III
- Links com instrumentos de planeamento relevantes no âmbito da concretização do Programa Operacional (ex.: Plano Estratégico Regional)
- Documento Integral do Programa Operacional
- Documento Integral do Complemento de Programação
- Portal de diálogo
- **Linha de Atendimento Telefónico**  
Esta acção pretende disponibilizar e divulgar um número de telefone destinado ao esclarecimento de dúvidas e prestação de informações. Esse número será amplamente divulgado em todas as acções de divulgação e será assegurado permanentemente por uma pessoa com conhecimento concreto do QCA III.
- **Exposição sobre o PORLVT**  
Montagem de uma exposição itinerante sobre conceitos-chave do Programa Operacional. Esta exposição tem como objectivo acompanhar as sessões de esclarecimento assim como outros eventos da CCR de Lisboa e Vale do Tejo. Pretende-se articular esta exposição com as Câmaras Municipais da Região de forma a cada concelho acolher esta iniciativa durante pelo menos 15 dias. Associado a este evento estará sempre um trabalho de relações públicas que informará devidamente cada município da importância desta acção de divulgação.
- **Publicação periódica**  
Revista trimestral com informações actualizadas sobre o Programa, listagem de programas e projectos aprovados. Reportagem a um local de interesse que tenha um projecto em desenvolvimento. Pontos de situação sobre a execução de programas e sobre medidas de divulgação importantes.
- **Organização de Visitas a projectos em obra na Região**  
Pretende-se proporcionar a oportunidade de visitar locais que virão a ter uma profunda intervenção de Fundos Estruturais ou projectos em fase de execução. Será uma oportunidade de divulgar e estimular novos projectos.

- **Participação em acontecimentos que se enquadrem nos objectivos do Programa Operacional**

Pretende-se uma participação pró-activa em acontecimentos e iniciativas que constituam oportunidades de promoção do Programa. Acontecimentos esses que dêem provas de atingirem públicos – alvo definidos no Programa Operacional.

- **Seminários**

Organização de seminários de avaliação do Programa Operacional nas diferentes fases de execução do Programa com o objectivo de avaliar o impacto dos Fundos Estruturais em diferentes áreas geográficas e sectores de actividade.

- **Encontro/Intercâmbio de Experiências**

Através do Gabinete Responsável pela Cooperação, estimular e incentivar encontros com outras Regiões para troca de Experiências na aplicação do Programa.

- **Informação à Imprensa/Relações Públicas**

Existência de *Packages* de informações actualizados para envio à Comunicação Social. Redacção e difusão de notas de imprensa e *dossiers* informativos sempre que se justifique. Trabalho de Relações Públicas em todas as acções de divulgação.

- **Produção de Brindes e folhetos informativos**

Distribuição simbólica de brindes e folhetos informativos nas acções de divulgação anteriormente descritas.

- **Inserção de anúncios**

A inserção de anúncios na Imprensa será uma forma de dar notoriedade ao Programa Operacional, transmitindo os contactos e meios possíveis para obter mais informações. Por outro lado, será uma forma de promover e divulgar as acções anteriormente referidas assim como momentos relevantes do PORLVT. Prevê-se a inserção de anúncios na Imprensa Nacional e na Imprensa Regional (ver Plano de Meios)

## Plano de Meios

Meio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>2001</b>												
<b>Anúncios Imprensa Nacional</b>	5 inserções	3 inserções	2 inserções	5 inserções	4 inserções	7 inserções	2 inserções	2 inserções	4 inserções	4 inserções	4 inserções	5 inserções
sub-total - 47 inserções												
<b>Anúncios Imprensa Regional</b>	0 inserções	3 inserções	0 inserções	2 inserções	5 inserções	3 inserções	0 inserções	0 inserções	5 inserções	2 inserções	3 inserções	5 inserções
sub-total - 28 inserções												
Total - 75 inserções												
<b>2001 - 2006</b>												
<b>Anúncios Imprensa Nacional</b>	3 inserções	2 inserções	1 inserção	4 inserções	4 inserções	3 inserções	2 inserções	1 inserções	4 inserções	2 inserções	2 inserções	1 inserções
sub-total - 29 inserções												
<b>Anúncios Imprensa Regional</b>	0 inserções	2 inserções	1 inserção	1 inserções	4 inserções	3 inserções	0 inserções	1 inserções	4 inserções	2 inserções	1 inserções	5 inserções
sub-total - 24 inserções												
total - 53 inserções por ano												

6.2.2. Planeamento Temporal das Acções

Ano 2000					Ano 2001											
Acções Previstas	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Novo Logotipo</b>																
Recolha de propostas																
Decisão/ Implementação																
<b>Slogan de campanha</b>																
Recolha de propostas																
Decisão/ Implementação																
<b>Brochura Promocional do Programa</b>																
Recolha de propostas																
Decisão de Conteúdo																
Distribuição																
<b>Sessões de Esclarecimento</b>																
<b>Site do Programa</b>																
Programação																
Colocação On line																
<b>Linha de atendimento telefónico</b>																
<b>Exposição</b>																
<b>Publicação periódica</b>																
<b>Organização de visitas a projectos em obras da Região</b>																
<b>Seminários</b>																
<b>Encontro/ Intercâmbio de Experiências</b>																
<b>Informação à Imprensa</b>																
<b>Produção de brindes e Folhetos informativos</b>																



Ano 2002/ 2006

Acções Previstas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Site do Programa												
Linha de atendimento telefónico												
Exposição												
Publicação periódica												
Organização de visitas a projectos em obras da Região												
Seminários												
Encontro/ Intercâmbio de Experiências												
Informação à Imprensa												
Produção de brindes e Folhetos informativos												

### 6.2.3. Acções de divulgação por objectivo específico

Acções de Divulgação	Objectivos Específicos
----------------------	------------------------

Novo Logotipo	B
Slogan da Campanha	B
Brochura Promocional	A
Sessões de Esclarecimento	A/ E
Site do Programa	A/ B/ C/ D/ E
Inserção de Anúncios	A/ B
Linha de Atendimento Telefónico	A/ D
Exposição sobre o PORLVT	B/ C/ D
Publicação Periódica	A/ B/ C/ D/ E
Organização de Visitas a projectos em obras na Região	A/ C
Apoio a iniciativas que se enquadrem nos objectivos do PO	B/ D
Seminários de Avaliação	A/ C/ E
Encontro/ Intercâmbio de Experiências	C/ E
Informação à Imprensa	B
Produção de Brindes e folhetos Informativos	A/ C/ D

#### 6.2.4. Acções de divulgação por público-alvo

<div>Público-Alvo</div> <div>Acções de Divulgação</div>	Beneficiários do Programa Operacional	Organismos da Administração Pública Central e Local	Outras entidades: organizações profissionais; meios económicos e sociais; organizações não governamentais; operadores ou portadores de projectos	Órgãos de Comunicação Social	Opinião Pública/ População da Região
Novo Logotipo					
Slogan da Campanha					
Brochura Promocional					
Sessões de Esclarecimento					
Site do Programa					
Inserção de Anúncios					
Linha de Atendimento Telefónico					
Exposição sobre o PORLVT					
Publicação Periódica					
Organização de Visitas a projectos em obras na Região					
Participação em iniciativas que se enquadrem nos objectivos do PO					
Seminários de Avaliação					
Encontro/ Intercâmbio de Experiências					
Informação à Imprensa					
Produção de Brindes e folhetos Informativos					

### 6.2.5. Avaliação do Plano de Comunicação

O fim da avaliação é o de determinar se as diversas actividades de informação foram as adequadas aos objectivos pré-estabelecidos que são:

- ✓ Informar o grande público sobre o programa operacional regional, designadamente quanto ao papel desempenhado pela União Europeia;
- ✓ Assegurar a transparência ao nível dos diversos agentes envolvidos e dos beneficiários finais e potenciais.

Proceder-se-á a uma primeira avaliação intercalar nos finais de 2001 com o objectivo de proceder à correcção de alguns desvios sobre o programado e o esperado, com a eventual introdução de ajustamentos e a um balanço final em 2006. Uma segunda avaliação intercalar realizar-se-á em finais de 2003.

Entretanto proceder-se-á à realização regular de estudos de opinião com o objectivo de determinar o impacto das medidas de informação e da publicidade nos diferentes públicos-alvo e o seu nível de sensibilização para as intervenções financiadas dos Fundos Estruturais.

### 6.2.6. Dotação Orçamental

Para a elaboração do orçamento indicativo de informação – divulgação foram utilizados os seguintes critérios de valorização:

- concentraram-se nos primeiros três anos de vigência do PORLVT cerca de 70% das despesas previstas, tendo em conta a degressividade da programação financeira apresentada e a necessidade de um maior esforço de informação – divulgação nos primeiros anos de vigência do Programa;
- considerou-se que no primeiro ano seria necessário um maior esforço de informação – divulgação para garantir um bom conhecimento do PORLVT por parte de todos os beneficiários potenciais e finais;
- nas acções de informação e divulgação a desenvolver optou-se por concentrar parte significativa das despesas anuais (69%) no apoio à divulgação com recurso a meios informativos, edição de desdobráveis, brochuras e outras material informativo.
- participação em acontecimentos e iniciativas que se enquadrem nos objectivos do programa e participação/organização de seminários, feiras e congressos são responsáveis por cerca de 31% do total das despesas anuais previstas.

**PLANO DE INFORMAÇÃO-DIVULGAÇÃO**  
(Orçamento Indicativo)

Unidades: contos correntes

Rubricas	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais
Participação em acontecimentos e iniciativas que se enquadrem nos objectivos do Programa Operacional	7 469	4 979	5 602	3 735	5 602	3 735	2 001	1 334	2 001	1 334	2 001	1 334	2 001	1 334
Promoção e divulgação através de meios informativos locais, regionais e nacionais (Imprensa, Rádio e TV)	12 537	8 358	9 403	6 269	9 403	6 269	3 358	2 239	3 358	2 239	3 358	2 239	3 358	2 239
Participação / Organização de seminários, feiras e congressos	9 070	6 046	6 802	4 535	6 802	4 535	2 429	1 620	2 429	1 620	2 429	1 620	2 429	1 620
Edição de desdobráveis, brochuras, boletins, internet e outras publicações sobre o Programa Operacional Regional	18 939	12 626	14 205	9 470	14 205	9 470	5 073	3 382	5 073	3 382	5 073	3 382	5 073	3 382
Execução e distribuição de brindes e material de publicitação do Programa	5 335	3 557	4 001	2 668	4 001	2 668	1 429	953	1 429	953	1 429	953	1 429	953
<b>TOTAL</b>	<b>53 351</b>	<b>35 567</b>	<b>40 013</b>	<b>26 675</b>	<b>40 013</b>	<b>26 675</b>	<b>14 290</b>	<b>9 527</b>	<b>14 290</b>	<b>9 527</b>	<b>14 290</b>	<b>9 527</b>	<b>14 290</b>	<b>9 527</b>

**PLANO DE INFORMAÇÃO-DIVULGAÇÃO**  
(Orçamento Indicativo)

Unidades: euros correntes

Rubricas	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais
Participação em acontecimentos e iniciativas que se enquadrem nos objectivos do Programa Operacional	37 256	24 837	27 942	18 628	27 942	18 628	9 979	6 653	9 979	6 653	9 979	6 653	9 979	6 653
Promoção e divulgação através de meios informativos locais, regionais e nacionais (Imprensa, Rádio e TV)	62 536	41 691	46 902	31 268	46 902	31 268	16 751	11 167	16 751	11 167	16 751	11 167	16 751	11 167
Participação / Organização de seminários, feiras e congressos	45 239	30 159	33 929	22 620	33 929	22 620	12 118	8 078	12 118	8 078	12 118	8 078	12 118	8 078
Edição de desdobráveis, brochuras, boletins, internet e outras publicações sobre o Programa Operacional Regional	94 470	62 980	70 852	47 235	70 852	47 235	25 304	16 870	25 304	16 870	25 304	16 870	25 304	16 870
Execução e distribuição de brindes e material de publicitação do Programa	26 611	17 741	19 958	13 306	19 958	13 306	7 128	4 752	7 128	4 752	7 128	4 752	7 128	4 752
<b>TOTAL</b>	<b>266 112</b>	<b>177 408</b>	<b>199 584</b>	<b>133 056</b>	<b>199 584</b>	<b>133 056</b>	<b>71 280</b>	<b>47 520</b>	<b>71 280</b>	<b>47 520</b>	<b>71 280</b>	<b>47 520</b>	<b>71 280</b>	<b>47 520</b>

#### **6.2.7. Responsável pela Implementação do Plano de Comunicação**

A implementação das medidas de informação e divulgação será da responsabilidade da estrutura de apoio técnico do Gestor do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

## 8. ANEXO

---



## 8. REGIME DE PROTECÇÃO DA REDE NATURA 2000

Na apresentação do QCA, as autoridades portuguesas assumiram o compromisso de apresentar a 2ª fase da lista de sítios propostos para a Rede Natura 2000 (com os mapas e as informações necessárias) de acordo com o artigo 4º da Directiva 92/43/CE (Habitats), durante o terceiro trimestre do ano 2000, assim como a garantia formal de que não deixariam deteriorar estes sítios aquando da realização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais.

No âmbito dos citados compromissos, no momento da apresentação do complemento de programação relativo a cada programa operacional, importa fornecer informações sobre as medidas tomadas pelo Estado-membro para evitar a degradação dos sítios a preservar a título de Natura 2000.

Por forma a garantir o cumprimento das obrigações que lhe incumbem a título das políticas e acções comunitárias relativas à protecção e melhoria do ambiente, o Estado-membro considera essencial salientar os seguintes aspectos:

### 1. A Rede Natura e o Desenvolvimento Sustentável como Prioridade do Governo Português

O desenvolvimento sustentável, que se apoia simultaneamente na prosperidade económica, na conservação da natureza e na equidade social e ambiental, constitui um desafio e uma oportunidade assumida pelo Governo Português.

A participação do ambiente na configuração de um novo modelo de crescimento para a economia e para a sociedade portuguesas, contribui para uma integração efectiva das políticas ambientais nas de coesão social, territorial e de desenvolvimento sectorial e para a transformação estrutural da economia portuguesa num quadro de valorização dos recursos naturais e do ambiente.

Na prossecução da prioridade atribuída pelo Governo Português ao desenvolvimento sustentável tem vindo a ser posto um grande empenhamento em importantes realizações de natureza ambiental, como é o caso da concretização da rede ecológica europeia "NATURA 2000" e a promoção de todos os esforços para que os sítios considerados de interesse comunitário sejam efectivamente preservados.

Esse empenhamento das autoridades portuguesas traduziu-se na aprovação pelo Governo (Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97 de 28 de Agosto) da lista nacional de sítios (1.ª fase) susceptíveis de serem designados como sítios de interesse comunitário. Esta fase é constituída, no território continental, por 31 sítios com uma área total de 1.137.836 ha, ocupando cerca de 12% do território. O Governo, concluídos os trabalhos de inventariação técnica dos valores ambientais e

a necessária discussão pública, completou a lista nacional de sítios tendo aprovado a 2.<sup>a</sup> e última fase da referida lista, contendo mais 29 sítios (ver RCM 76/2000 em anexo). A área ocupada por estes é de 435.374 ha que cobrem 4,9% do território. No total ficarão assim inscritos nas listas nacionais 60 sítios, com uma área de 1.572.899 ha, abarcando 17,7% do território.

Recorde-se, porém, que a expressão de Rede Natura em Portugal, inclui, ainda, as chamadas zonas de protecção especial, classificadas ao abrigo da directiva das aves, e que envolve 822.011 ha, correspondentes a 8,4% do território nacional.

Deste modo, a área classificada em Portugal Continental, após serem consideradas as áreas de sobreposição por inclusão quer na Rede Natura quer nas Zonas de Protecção Especial, totaliza 1.904.113 ha de área terrestre, o que corresponde a 21,47 % da superfície terrestre de Portugal Continental.

## 2. O Regime de Protecção dos Sítios da Rede Natura em Portugal

A preocupação com a salvaguarda e protecção dos *habitats* e espécies que ocorrem nos sítios acima referidos, conduziu à adopção das medidas legislativas e regulamentares indispensáveis para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas. Nesse sentido, foi publicado o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, que transpõe para o quadro jurídico português as Directivas n.º 79/409/CEE (relativa à conservação das aves selvagens) e n.º 92/43/CEE (relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens). Em certos casos, quando a totalidade ou a parte dos sítios da lista nacional referida acima se localizem dentro dos limites de áreas protegidas já classificadas ao abrigo da legislação específica, trata-se fundamentalmente de garantir a eficácia do regime de protecção já existente. De um modo geral, esse regime específico das diferentes áreas já classificadas assegura uma gestão conforme com os valores ambientais a proteger. Estão nessas condições sítios com uma área de 932.842 ha, o que corresponde a cerca de 59% da área total dos sítios da lista nacional, cobrindo 10,47% do território português.

Em relação aos sítios que não correspondem a áreas anteriormente classificadas, está também previsto, no artigo 7.º do DL 140/99, de 24 de Abril, que os instrumentos de planeamento territorial ou outros de natureza especial, quando existam, devem conter as medidas necessárias para a salvaguarda dos valores que motivaram a sua inscrição na lista. Se esses instrumentos de gestão territorial em vigor não contemplarem tais medidas, deverão integrá-las na primeira revisão a que sejam sujeitos.

Caso não existam esses instrumentos de planeamento territorial ou de natureza especial, ou quando não garantam a conservação da área em causa ou, ainda, enquanto não ocorrer a revisão acima referida, a lei portuguesa (art.º 8º do DL

140/99) exige o parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT), para o licenciamento ou a autorização de determinados actos e actividades passíveis de afectar os valores a proteger no âmbito da Rede Natura 2000.

### 3. A Rede Natura e o QCA III em Portugal

A conservação da natureza é um domínio prioritário de actuação no Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III, assumindo um carácter transversal e interactivo com as políticas de utilização dos recursos naturais e planeamento do uso do solo, ao serviço de um desenvolvimento sustentável.

Nesta linha, o Governo Português pretende assegurar a correcta implementação das directivas "Aves" e "Habitats", nomeadamente a protecção das espécies e *habitats* naturais de interesse comunitário e a gestão adequada das zonas integradas na Rede Natura 2000, através da elaboração de planos de gestão e de medidas activas de conservação, mas também por via da consideração rigorosa das incidências ambientais dos investimentos financiados pelos fundos comunitários, particularmente quando estejam em causa sítios da Rede Natura.

Assim, o quadro de gestão e acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III adoptado em Portugal visa garantir que os investimentos a realizar no seu âmbito não prejudicam o ambiente e o ordenamento do território, prevendo-se para o efeito a presença de representantes do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) em diversos órgãos de controlo e decisão, designadamente comissões e unidades de gestão.

Assim, nos termos do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000 de 7 de Abril, sempre que estejam em causa questões relevantes em matéria do ambiente e conservação da natureza e ordenamento do território, haverá um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território na própria Comissão de Coordenação do QCA III, cuja missão é a respectiva coordenação global em todas as vertentes, de forma a assegurar a eficácia e a unidade dos procedimentos.

Por outro lado, cumpre dizer que nos termos do n.º 10 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, as Unidades de Gestão relativas a intervenções operacionais com incidência directa em matéria de ambiente ou com incidência estruturante no ordenamento do território são sempre integradas por um representante do MAOT.

Finalmente, as Comissões de Acompanhamento dos diferentes Programas Operacionais serão integradas, também elas, por um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, quando este não integre a respectiva Unidade de Gestão (alínea b) do n.º 1 do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril).

A intervenção permanente do MAOT, a vários níveis, na gestão e acompanhamento do QCA III, reflecte a grande preocupação do Governo Português na integração das questões ambientais nos sectores de actividade económica e social e destina-se a assegurar a consideração das implicações ambientais dos projectos candidatos a financiamento, bem como evitar que os investimentos a realizar no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio possam prejudicar o ambiente e o ordenamento do território e, de modo especial, os sítios da Rede Natura.

Em todo o caso, convirá recordar que a aprovação de um investimento não dispensa a sua concretização de respeitar os procedimentos e do regime jurídico de protecção de Rede Natura (tal como foi descrito no ponto 2), adoptado pela legislação portuguesa em transposição das directivas comunitárias relevantes, bem como as disposições constantes dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis e que, em muitos casos, constituirão o instrumento privilegiado de salvaguarda dos valores ambientais dos sítios da Rede Natura.